



RETRATO SOCIAL DA FREGUESIA DE ALVALADE

2017



ALVALADE

Junta de Freguesia

RETRATO SOCIAL DA FREGUESIA DE ALVALADE

FICHA TÉCNICA

TÍTULO: **RETRATO SOCIAL DA FREGUESIA DE ALVALADE**
Maio 2017

EDIÇÃO, PROPRIEDADE E REPRODUÇÃO

JUNTA DE FREGUESIA DE ALVALADE

Coordenação técnica

André Moz Caldas – Presidente

Rosa Lourenço – Vogal

Equipa técnica

Ana Lopes

André Martins

Sandra Luís

Coordenação técnica – Núcleo Executivo da Comissão Social de Freguesia de Alvalade

André Moz Caldas

Fernando Pinto

Isabel Lopes

Isabel Paixão

Madalena Antunes

Design e paginação

PV Design

EQUIPA DE ELABORAÇÃO

LOGFRAME, CONSULTORIA E FORMAÇÃO, LDA.

Coordenação Técnica

Paulo Teixeira

Cinzia Scanu

Pedro Antunes

PREFÁCIO

No âmbito da Comissão Social de Freguesia de Alvalade, a mais jovem e maior Comissão Social de Freguesia da cidade de Lisboa, foi determinado elaborar um Diagnóstico Social da Freguesia. O modo participado da sua elaboração, com o envolvimento de pessoas e instituições em diversas etapas da sua elaboração, e a convivência no tempo com a atividade da própria Comissão Social, das entidades que a integram e da própria Junta de Freguesia, levou a que, mais do que um diagnóstico, se lograsse elaborar um retrato social da Freguesia.

Com efeito, a ideia de diagnóstico apela a um momento estático que precede a implementação de políticas. Ora, a imbricação desta análise com o desenvolvimento da própria política leva a que tal conceito possa revelar-se desajustado, devendo falar-se de retrato social da Freguesia de Alvalade. Tal retrato dá uma imagem da situação da Freguesia e das suas instituições, mas também surpreende dinâmicas e tendências que se vêm verificando no tempo, bem como permite correlacionar os dados recolhidos com as políticas em curso.

Nesta perspetiva, o retrato é simultaneamente um ponto de partida e um ponto de chegada. É o ponto de chegada de um trabalho de construção da rede, de promoção da sua organização e do trabalho de partilha, bem como de validação do que vinha sendo feito nesse contexto. Por outro lado, é também ponto de partida, porquanto nos impele para a ação concreta e para o desenvolvimento do trabalho da rede, no sentido de lançar respostas que permitam colmatar o cumprimento dos objetivos ainda não cumpridos, com base em informação de qualidade e que permite fundamentar a reflexão futura e a ação que dela tem de resultar.

De um modo geral, o retrato social veio confirmar e dar validade científica àquilo que até aqui eram intuições. Intuições que se verificam, aliás, acertadas, o que revela que a condução da política se vinha fazendo, embora assente numa base de perceções essencialmente empírica, no sentido correto.

Há, contudo, muito trabalho a fazer. Assumindo a prioridade no combate ao abandono e insucesso escolar e ao isolamento e solidão das pessoas da Idade Maior, estão a Junta de Freguesia de Alvalade e a Comissão Social de Freguesia prontas para a continuidade e o aprofundamento das respostas sociais, continuando a trabalhar por uma sociedade inclusiva, desde a sua base comunitária.



André Caldas
Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade

ÍNDICE

PREFÁCIO	3
LISTA DE SIGLAS	7
ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS	9
GLOSSÁRIO DE CONCEITOS	12
SUMÁRIO EXECUTIVO	19
1. ENQUADRAMENTO	23
1.1. OBJETIVOS DO DOCUMENTO	23
1.2. O PROGRAMA REDE SOCIAL NO QUADRO DAS POLÍTICAS SOCIAIS	23
1.3. A COMISSÃO SOCIAL DE FREGUESIA DE ALVALADE	28
2. METODOLOGIA	32
3. O CONTEXTO DA INTERVENÇÃO SOCIAL	36
3.1. O TERRITÓRIO E A NOVA REFORMA ADMINISTRATIVA	36
3.2. AS ORIGENS DA FREGUESIA DE ALVALADE	38
3.3. A FREGUESIA DE ALVALADE EM NÚMEROS	41
3.4. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO INQUIRIDA	52
4. ÁREAS PRIORITÁRIAS DE INTERVENÇÃO SOCIAL NA FREGUESIA DE ALVALADE	67
4.1. INFÂNCIA, JUVENTUDE E FAMÍLIA	67
4.2. IDADE MAIOR	73
4.3. SAÚDE	79
4.4. ACESSIBILIDADE E SEGURANÇA	83
4.5. EMPREGO	92
4.6. INCLUSÃO SOCIAL	105
5. ÁREAS TRANSVERSAIS DE INTERVENÇÃO SOCIAL NA FREGUESIA DE ALVALADE	112
5.1. ARTICULAÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES E COMUNICAÇÃO ENTRE STAKEHOLDERS	112
5.2. VOLUNTARIADO	113
6. EQUIPAMENTOS, SERVIÇOS E RESPOSTAS SOCIAIS	118
7. CONCLUSÕES E PISTAS PARA A AÇÃO	136

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÓNICAS	158
9. ANEXOS	
ANEXO I. COMISSÃO SOCIAL DE FREGUESIA DE ALVALADE	162
ANEXO II. LISTA DAS ENTIDADES REPRESENTADAS NOS WORKSHOPS	164
ANEXO III. INQUÉRITO ONLINE ÀS ENTIDADES QUE CONSTITUEM A COMISSÃO SOCIAL DE FREGUESIA DE ALVALADE	166
ANEXO IV. INQUÉRITO À POPULAÇÃO DA FREGUESIA DE ALVALADE	172
ANEXO V. RESULTADOS DOS WORKSHOPS REALIZADOS COM OS GRUPOS DE TRABALHO DA CSFA	179
ANEXO VI. RESULTADOS DO INQUÉRITO ONLINE ÀS ENTIDADES QUE CONSTITUEM A COMISSÃO SOCIAL DE FREGUESIA DE ALVALADE	192

LISTA DE SIGLAS

ACES	Agrupamento de Centros de Saúde
ANARP	Associação Nova Aurora na Reabilitação e Reintegração Psicossocial
ARS	Administração Regional de Saúde
ARSLVT	Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo
CAOP	Carta Administrativa Oficial de Portugal
C.A.S.O.	Centro de Apoio à Saúde Oral
CLAS	Conselho Local de Ação Social
CPCJ	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
CSF	Comissão Social de Freguesia
CSFA	Comissão Social de Freguesia de Alvalade
CSI	Complemento Solidário para Idosos
CSIF	Comissão Social Inter Freguesias
DL	Decreto-Lei
ECCI	Equipas Domiciliárias de Cuidados Continuados Integrados
EAPN	European Anti-Poverty Network
EMEL	Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa
IDI	Índice de Dependência de Idosos
IE	Índice de Envelhecimento
INE	Instituto Nacional de Estatística
JFA	Junta de Freguesia de Alvalade
NEET	Not in Education, Employment or Training
PAP	Plano de Acessibilidade Pedonal de Lisboa
PNI	Plano Nacional para a Igualdade
PNPSO	Programa Nacional de Promoção da Saúde Oral
PNS	Plano Nacional de Saúde 2012-2016
PSP	Polícia de Segurança Pública
RCM	Resolução de Conselho de Ministros
RNCCI	Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados

RSI	Rendimento Social de Inserção
SAD	Serviço de Apoio Domiciliário
SAMP	Sociedade Artística e Musical dos Pousos
SEAMS	Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde
UCC	Unidade de Cuidados na Comunidade
UCCI	Unidade de Cuidados Paliativos
UCSP	Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados
USF	Unidade de Saúde Familiar
UNICEF	United Nations Children's Fund
WHO	World Health Organisation

ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS

QUADROS:

-
- QUADRO 01** · População residente na freguesia de Alvalade, por antiga freguesia, por sexo (2001 e 2011)
-
- QUADRO 02** · População residente na freguesia de Alvalade, por antiga freguesia, por grupos etários (2001 e 2011)
-
- QUADRO 03** · População residente na freguesia de Alvalade, por antiga freguesia, por grupos etários - Variação entre 2001 e 2011
-
- QUADRO 04** · População estrangeira residente na freguesia de Alvalade (2011)
-
- QUADRO 05** · Famílias clássicas na freguesia de Alvalade, por antiga freguesia, por dimensão (2011)
-
- QUADRO 06** · Famílias clássicas na freguesia de Alvalade, por antiga freguesia, por nível de escolaridade atingido do representante da família (2011)
-
- QUADRO 07** · Núcleos familiares monoparentais na freguesia de Alvalade, por antiga freguesia, por nível de escolaridade (2011)
-
- QUADRO 08** · População residente na freguesia de Alvalade, por antiga freguesia, por nível de escolaridade (2011)
-
- QUADRO 09** · Analfabetismo na freguesia de Alvalade, por antiga freguesia, por sexo (2011)
-
- QUADRO 10** · Taxa de abandono escolar na freguesia de Alvalade, por antiga freguesia (2011, 2001 e 1991)
-
- QUADRO 11** · Edifícios na freguesia de Alvalade, por antiga freguesia, por época de construção e por estado de conservação
-
- QUADRO 12** · Alojamentos familiares de residência habitual na freguesia de Alvalade, cujos residentes são apenas pessoas com 65 ou mais anos de idade, por antiga freguesia, por número de residentes (2011)
-
- QUADRO 13** · Amostra da população, por antiga freguesia e por zona
-
- QUADRO 14** · Amostra da população, por antiga freguesia e por sexo
-
- QUADRO 15** · Amostra da população, por antiga freguesia e por idade
-
- QUADRO 16** · Amostra da população, por antiga freguesia, por nacionalidade
-
- QUADRO 17** · População estrangeira inquirida, por antiga freguesia
-
- QUADRO 18** · Amostra da população, por antiga freguesia e por nível de ensino
-
- QUADRO 19** · Amostra da população, por antiga freguesia e por estado civil
-

-
- QUADRO 20** · Resposta à questão “Há quantos anos mora nesta freguesia?”, por antiga freguesia
-
- QUADRO 21** · Composição agregados familiares, por antiga freguesia
-
- QUADRO 22** · Fogos habitados por uma ou mais pessoas com 65 ou mais anos, por número de pessoas e por antiga freguesia
-
- QUADRO 23** · Amostra da população por condição perante atividade económica, por antiga freguesia
-
- QUADRO 24** · Resposta à questão “Nos últimos 12 meses, quais foram as principais fontes de rendimento do seu agregado familiar?”, por antiga freguesia
-
- QUADRO 25** · Amostra da população por rendimento mensal líquido do agregado familiar, por antiga freguesia
-
- QUADRO 26** · Núcleos familiares na freguesia de Alvalade, por antiga freguesia, por número de filhos/as (2011)
-
- QUADRO 27** · População residente na freguesia de Alvalade, por antiga freguesia, por grupos etários - Variação entre 2001 e 2011
-
- QUADRO 28** · Taxa de atividade na freguesia de Alvalade, por antiga freguesia, por sexo (2011)
-
- QUADRO 29** · População empregada na freguesia de Alvalade, por antiga freguesia, por setor de atividade (2011)
-
- QUADRO 30** · População empregada na freguesia de Alvalade, por antiga freguesia, por sexo e situação na profissão (2011)
-
- QUADRO 31** · População residente com 15 e mais anos de idade na freguesia de Alvalade, por antiga freguesia, por sexo e principal meio de vida (2011)
-
- QUADRO 32** · Taxa de desemprego na freguesia de Alvalade, por antiga freguesia, por sexo (2011)
-
- QUADRO 33** · População residente na freguesia desempregada por grupos etários (nº), por antiga Freguesia (2011)
-
- QUADRO 34** · População residente na freguesia de Alvalade com pelo menos uma dificuldade, com 5 ou mais anos, por antiga freguesia, por tipo e grau de dificuldade sentido (2011)
-
- QUADRO 35** · Resposta à questão “Faz voluntariado?”, por antiga freguesia
-
- QUADRO 36** · Resposta à questão “Faz voluntariado?”, por sexo
-
- QUADRO 37** · Resposta à questão “ Se respondeu sim ou pontualmente, em que áreas/públicos?”, por antiga freguesia
-
- QUADRO 38** · Áreas/públicos-alvo identificados pelos inquiridos interessados em fazer voluntariado, por antiga freguesia
-

GRÁFICOS:

GRÁFICO 01	Amostra representativa das três antigas freguesias
GRÁFICO 02	Amostra representativa das três antigas freguesias
GRÁFICO 03	Amostra total da população por zona
GRÁFICO 04	Amostra da população por antiga freguesia, por zona
GRÁFICO 05	Amostra total da população por sexo
GRÁFICO 06	Amostra da população por antiga freguesia, por sexo
GRÁFICO 07	Amostra da população por antiga freguesia, por idade
GRÁFICO 08	Nacionalidade da população inquirida
GRÁFICO 09	Nível de ensino da população inquirida, por antiga freguesia
GRÁFICO 10	Estado civil da população inquirida, por antiga freguesia
GRÁFICO 11	Amostra total da população, por anos na freguesia
GRÁFICO 12	Amostra da população por antiga freguesia, por anos na freguesia
GRÁFICO 13	Resposta à questão "Fazem parte do mesmo agregado familiar?"
GRÁFICO 14	Pessoas inquiridas com 65 ou mais anos que moram sozinhas, por sexo
GRÁFICO 15	Amostra da população, por antiga freguesia, por condição perante atividade económica
GRÁFICO 16	Fontes de rendimento do agregado familiar, por antiga freguesia
GRÁFICO 17	Rendimento líquido mensal do agregado familiar, por antiga freguesia
GRÁFICO 18	Pessoas inquiridas com 65 ou mais anos, por faixa etária e antiga freguesia
GRÁFICO 19	Amostra da população por antiga freguesia, por condição perante atividade económica
GRÁFICO 20	Amostra total da população por condição perante atividade económica
GRÁFICO 21	Fontes de rendimento do agregado familiar, por antiga freguesia
GRÁFICO 22	Rendimento líquido mensal do agregado familiar, por antiga freguesia
GRÁFICO 23	Pessoas inquiridas desempregadas, por grupos etários
GRÁFICO 24	População inquirida desempregada por grupo etário (%), por antiga freguesia
GRÁFICO 25	Pessoas inquiridas desempregadas, por nível de escolaridade
GRÁFICO 26	Resposta à questão "Estaria disponível para participar em algum projeto de carácter social de partilha de habitação?"

GLOSSÁRIO DE CONCEITOS

Alojamento

Local distinto e independente que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado, transformado ou está a ser utilizado, se destina a habitação com a condição de não estar a ser utilizado totalmente para outros fins no momento de referência: por distinto entende-se que é cercado por paredes de tipo clássico ou de outro tipo, é coberto e permite que uma pessoa ou um grupo de pessoas possa dormir, preparar refeições ou abrigar-se das intempéries separado de outros membros da coletividade; por independente entende-se que os seus ocupantes não têm que atravessar outros alojamentos para entrar ou sair do alojamento onde habitam.

Fonte: <http://smi.ine.pt>

Amostragem por cluster

Método de amostragem onde subgrupos (clusters) de indivíduos que representam a população são identificados, selecionados aleatoriamente e incluídos na amostra.

Fonte: Tradução livre de: JACKSON, Sherri L. (2011), *Research Methods and Statistics: A Critical Approach*, 4ª Edição, Cengage Learning

Ator

Qualquer pessoa, grupo ou organização cujas ações influenciem, direta ou indiretamente, o projeto. Por vezes também se designa por “interveniente” ou “agente”.

Fonte: SCHIEFER, Ulrich, BAL-DOBEL, Lucinia, BATISTA, António, DOBEL, Reinald, NOGUEIRA, João, TEIXEIRA, Paulo (2006), MAPA - *Manual de Planeamento e Avaliação de Projetos*

Bairro Social

Conjunto de edifícios ou fogos de habitação social, localizados em situação de vizinhança, cuja construção foi programada conjuntamente, podendo ter sido desenvolvida ou não por fases (ver habitação social).

Fonte: <http://smi.ine.pt>

Beneficiário

Pessoa inscrita como titular do direito a proteção social no âmbito dos Regimes da Segurança Social, contributivos e não contributivos.

Fonte: <http://smi.ine.pt>

Coefficiente de Gini

Indicador de desigualdade na distribuição do rendimento que visa sintetizar num único valor a assimetria dessa distribuição. Assume valores entre 0 (quando todos os indivíduos têm igual rendimento) e 100 (quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo).

Fonte: <http://smi.ine.pt>

Concelho (Município)

Circunscrição territorial administrativa, que se subdivide em freguesias.

Fonte: <http://smi.ine.pt>

Centro de Saúde	Conjunto de unidades funcionais de prestação de cuidados de saúde primários. <i>Fonte: http://smi.ine.pt</i>
Complemento Solidário para Idosos	Prestação pecuniária mensal atribuída a cidadãos nacionais ou estrangeiros residentes em território nacional nos últimos seis anos, com idade igual ou superior a 65 anos e com baixos recursos. <i>Fonte: http://smi.ine.pt</i>
Cuidados Continuados Integrados	Cuidados de saúde e apoio social que visam promover a autonomia e melhorar a funcionalidade da pessoa em situação de dependência, através da sua reabilitação, readaptação e reinserção familiar e social, de forma ativa e contínua. <i>Fonte: http://smi.ine.pt</i>
Desempregado/a de longa duração	Trabalhador sem emprego, disponível para o trabalho e à procura de emprego há 12 meses ou mais. Nos casos dos desempregados inscritos nos Centros de Emprego, a contagem do período de tempo de procura de emprego (12 meses ou mais) é feita a partir da data de inscrição nos Centros de Emprego. <i>Fonte: http://smi.ine.pt</i>
Desempregado/a de muito longa duração	Trabalhador sem emprego, disponível para o trabalho e à procura de emprego há 24 meses ou mais. Nos casos dos desempregados inscritos nos Centros de Emprego, a contagem do período de tempo de procura de emprego (24 meses ou mais) é feita a partir da data de inscrição nos Centros de Emprego. <i>Fonte: http://smi.ine.pt</i>
Diagnóstico	Processo de analisar a situação, território, o problema, o grupo ou a organização que o projeto terá como objeto. Trata-se de um instrumento que permite a caracterização de uma situação, a deteção de necessidades, a identificação de problemas, a inventariação de recursos e a determinação dos pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças de uma determinada unidade de análise (situação, problema, grupo ou organização). Existem muitas formas de diagnóstico que podem ser utilizadas alternativa ou complementarmente. <i>Fonte: SCHIEFER, Ulrich, BAL-DOBEL, Lucinia, BATISTA, António, DOBEL, Reinald, NOGUEIRA, João, TEIXEIRA, Paulo (2006), MAPA - Manual de Planeamento e Avaliação de Projetos</i>
Dimensão média da família	Quociente entre o número de pessoas residentes em famílias clássicas e o número de famílias clássicas residentes. <i>Fonte: http://smi.ine.pt</i>
Esperança de vida à nascença	Número médio de anos que uma pessoa à nascença pode esperar viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento. <i>Fonte: http://smi.ine.pt</i>

Esperança de vida numa determinada idade	<p>Número médio de anos que uma pessoa que atinja a idade exata x pode esperar ainda viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento.</p> <p><i>Fonte: http://smi.ine.pt</i></p>
Família clássica	<p>Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupe uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento.</p> <p><i>Fonte: http://smi.ine.pt</i></p>
Fogo	<p>Parte ou totalidade de um edifício dotada de acesso independente e constituída por um ou mais compartimentos destinados à habitação e por espaços privativos complementares.</p> <p><i>Fonte: http://smi.ine.pt</i></p>
Freguesia	<p>Circunscrição administrativa em que se subdivide o Concelho.</p> <p><i>Fonte: http://smi.ine.pt</i></p>
Grupo etário/Faixa etária	<p>Intervalo de idade, em anos, no qual o indivíduo se enquadra, de acordo com o momento de referência.</p> <p><i>Fonte: http://smi.ine.pt</i></p>
Habitação Social	<p>Habitação a custos controlados que se destina a agregados familiares carenciados, mediante contrato de renda apoiada ou regime de propriedade resolúvel.</p> <p><i>Fonte: http://smi.ine.pt</i></p>
Indicador	<p>Elemento observável e objetivo que fornece informação sobre aspetos específicos da realidade. Dados, qualitativos ou quantitativos, que fornecem informações sobre contextos, organizações, grupos, pessoas, dinâmicas ou atividades. Quando um indicador resulta da síntese ou da agregação de vários indicadores singulares, designa-se por "índice".</p> <p><i>Fonte: SCHIEFER, Ulrich, BAL-DOBEL, Lucinia, BATISTA, António, DOBEL, Reinald, NOGUEIRA, João, TEIXEIRA, Paulo (2006), MAPA - Manual de Planeamento e Avaliação de Projetos</i></p>
Índice de dependência de idosos	<p>Relação entre a população de idade maior e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 15-64 anos).</p> <p><i>Fonte: http://smi.ine.pt</i></p>

Índice de dependência de jovens

Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 15-64 anos).

Fonte: <http://smi.ine.pt>

Índice de dependência total

Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 15-64 anos).

Fonte: <http://smi.ine.pt>

Índice de envelhecimento

Relação entre a população de idade maior e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas dos 0 aos 14 anos).

Fonte: <http://smi.ine.pt>

Intensidade laboral

Proporção anual do número total de meses de trabalho por conta de outrem e por conta própria para todos os membros não dependentes do agregado em relação ao número total de meses de trabalho, desemprego, reforma, estudo ou outro tipo de inatividade para todos os membros não dependentes do agregado.

Fonte: <http://smi.ine.pt>

Intensidade laboral per capita muito reduzida

Consideram-se em intensidade laboral per capita muito reduzida todos os indivíduos com menos de 60 anos que, no período de referência do rendimento, viviam em agregados familiares em que os adultos entre os 18 e os 59 anos (excluindo estudantes) trabalharam em média menos de 20% do tempo de trabalho possível.

Fonte: <http://smi.ine.pt>

Necessidade

Aquilo que um grupo-alvo necessita de acordo com as suas próprias perspetivas ou segundo uma apreciação dos seus interesses feita por terceiros.

Fonte: SCHIEFER, Ulrich, BAL-DOBEL, Lucinia, BATISTA, António, DOBEL, Reinald, NOGUEIRA, João, TEIXEIRA, Paulo (2006), MAPA - Manual de Planeamento e Avaliação de Projetos

Núcleo familiar Conjunto de duas ou mais pessoas pertencentes à mesma família clássica mantendo uma relação de cônjuges, parceiros numa união de facto ou progenitor e descendentes e que pode traduzir-se em casal sem filhos, casal com um ou mais filhos ou pai ou mãe com um ou mais filhos.

Fonte: <http://smi.ine.pt>

Núcleo familiar mono-parental Conjunto de pessoas dentro de uma família clássica, que tem a presença de apenas um dos progenitores, pai, ou mãe com filho(s), avó ou avô com neto(s) não casado (s).

Fonte: <http://smi.ine.pt>

Parceria Acordo de colaboração entre duas ou mais organizações de modo a articular as suas intervenções. Envolve, dependendo da sua profundidade, a partilha de informação, recursos humanos, materiais e financeiros. As parcerias podem ser mais ou menos formais. Por vezes é utilizado, alternativamente, o termo "partenariado". Porém, alguns autores distinguem entre os dois termos utilizando a designação "parceria" para acordos de parceria informais e "partenariado" para acordos de parceria formais.

Fonte: SCHIEFER, Ulrich, BAL-DOBEL, Lucinia, BATISTA, António, DOBEL, Reinald, NOGUEIRA, João, TEIXEIRA, Paulo (2006), MAPA - Manual de Planeamento e Avaliação de Projetos

Pessoa de idade maior Indivíduo com 65 e mais anos.

Pessoa com deficiência Pessoa que, por motivo de perda ou anomalia congénita ou adquirida de funções ou de estruturas do corpo, incluindo as funções psicológicas, apresente dificuldades específicas e suscetíveis de lhe limitar ou dificultar a atividade e a participação em condições de igualdade com as demais pessoas em conjugação com os fatores ambientais.

Fonte: <http://smi.ine.pt>

População Ativa População com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituía a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (população empregada e desempregada).

Fonte: <http://smi.ine.pt>

População em situação de pobreza ou de exclusão social Indivíduos em risco de pobreza ou vivendo em agregados com intensidade laboral per capita muito reduzida ou em situação de privação material severa.

Fonte: INE I.P. (2017), Destaque - Rendimento e Condições de Vida 2016 (Dados provisórios)

Rácio S80/S20	Indicador de desigualdade na distribuição do rendimento, definido como o rácio entre a proporção do rendimento total recebido pelos 20% da população com maiores rendimentos e a parte do rendimento auferido pelos 20% de menores rendimentos.
	<i>Fonte: INE I.P. (2017), Destaque - Rendimento e Condições de Vida 2016 (Dados provisórios)</i>
Rácio S90/S10	Indicador de desigualdade na distribuição do rendimento, definido como o rácio entre a proporção do rendimento total recebido pelos 10% da população com maiores rendimentos e a parte do rendimento auferido pelos 10% de menores rendimentos.
	<i>Fonte: INE I.P. (2017), Destaque - Rendimento e Condições de Vida 2016 (Dados provisórios)</i>
Recursos	Meios – humanos, materiais ou financeiros – disponíveis e mobilizáveis para a concretização de determinadas atividades, determinados objetivos ou objetivos gerais.
	<i>Fonte: SCHIEFER, Ulrich, BAL-DOBEL, Lucinia, BATISTA, António, DOBEL, Reinald, NOGUEIRA, João, TEIXEIRA, Paulo (2006), MAPA - Manual de Planeamento e Avaliação de Projetos</i>
Rendimento Social de Inserção	Prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção, de modo a conferir às pessoas e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais e que favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária.
	<i>Fonte: http://smi.ine.pt</i>
Stakeholder	Qualquer grupo ou indivíduo que é, direta ou indiretamente, afetado pelo projeto ou pelos resultados de uma dada intervenção. Por vezes, é também designado por “interessado” ou “detentor de interesses”.
	<i>Fonte: SCHIEFER, Ulrich, BAL-DOBEL, Lucinia, BATISTA, António, DOBEL, Reinald, NOGUEIRA, João, TEIXEIRA, Paulo (2006), MAPA - Manual de Planeamento e Avaliação de Projetos</i>
Subsídio de desemprego	Prestação pecuniária concedida aos trabalhadores que reúnam, na generalidade, as seguintes condições: terem sido trabalhadores por conta de outrem, durante, pelo menos, 540 dias de trabalho com o correspondente registo de remuneração num período de 24 meses imediatamente anterior à data de desemprego; tenham capacidade e disponibilidade para o trabalho; estejam em situação de desemprego involuntário; estejam inscritos nos centros de emprego; contribuam sobre salários reais.
	<i>Fonte: http://smi.ine.pt</i>
Taxa de desemprego	Taxa que define a relação entre a população desempregada e a população ativa.
	<i>Fonte: http://smi.ine.pt</i>

Taxa de intensidade laboral reduzida Proporção da população que vive em agregados familiares cuja intensidade laboral tem valores compreendidos entre 0,20 e 0,45.

Fonte: http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Europe_2020_headline_indicators

Taxa de pobreza monetária / Taxa de risco de pobreza Proporção da população cujo rendimento equivalente se encontra abaixo da linha de pobreza definida como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente.

Fonte: INE I.P. (2017), Destaque - Rendimento e Condições de Vida 2016 (Dados provisórios)

Taxa de privação material Proporção da população em que se verificam pelo menos três das seguintes nove dificuldades – a) Sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada próxima do valor mensal da linha de pobreza (sem recorrer a empréstimo); b) Sem capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, suportando a despesa de alojamento e viagem para todos os membros do agregado; c) Atraso, motivado por dificuldades económicas, em algum dos pagamentos regulares relativos a rendas, prestações de crédito ou despesas correntes da residência principal, ou outras despesas não relacionadas com a residência principal; d) Sem capacidade financeira para ter uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de 2 em 2 dias; e) Sem capacidade financeira para manter a casa adequadamente aquecida; f) Sem disponibilidade de máquina de lavar roupa por dificuldades económicas; g) Sem disponibilidade de televisão a cores por dificuldades económicas; h) Sem disponibilidade de telefone fixo ou telemóvel, por dificuldades económicas; i) Sem disponibilidade de automóvel (ligeiro de passageiros ou misto) por dificuldades económicas.

Fonte: INE I.P. (2017), Destaque - Rendimento e Condições de Vida 2016 (Dados provisórios)

Taxa de privação material severa Corresponde à proporção da população em que se verificam pelo menos quatro das nove dificuldades descritas em Taxa de privação material.

Fonte: INE I.P. (2017), Destaque - Rendimento e Condições de Vida 2016 (Dados provisórios)

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Retrato Social da Freguesia de Alvalade surge da necessidade sentida pela Junta de Freguesia de Alvalade (JFA) e pelas entidades que constituem a Comissão Social de Freguesia de Alvalade (CSFA) de ter um estudo rigoroso sobre as necessidades, os problemas, os recursos e as potencialidades do território, com o objetivo de sustentar um processo de planeamento social que se pretende mais eficaz e eficiente e com respostas mais adequadas à realidade da freguesia.

Atendendo a este ambicioso objetivo, o processo de elaboração do presente documento privilegiou numa abordagem metodológica multi-método baseada no princípio da participação dos agentes sociais (*lato sensus*) a operar na freguesia bem como da população que nela reside. Esta abordagem metodológica, de grande amplitude, representa um dos principais elementos distintivos de trabalho desenvolvido, na medida em que proporcionou um nível de conhecimento aprofundado da realidade social da freguesia de Alvalade e, concomitantemente permitiu envolver desde o primeiro momento aqueles que serão os principais agentes e beneficiários da mudança social que se pretende empreender com o futuro Plano de Desenvolvimento Social da Freguesia de Alvalade.

A abordagem metodológica adotada consubstanciou-se na aplicação de vários métodos de recolha e análise de informação complementares entre si, nomeadamente: i) recolha e análise documental; ii) recolha e análise de dados estatísticos de fontes oficiais; iii) realização de seis (6) *workshops* com os grupos de trabalho da CSFA; iv) aplicação de um inquérito *online* a todas as entidades da CSFA; v) aplicação de um inquérito porta a porta a uma amostra representativa da população residente na freguesia, estratificada pelas três antigas freguesias que a compõem, com um nível de confiança de 95% e uma margem de erro de 5%. No que se prende com este último método de recolha de informação, importa destacar a aplicação presencial, individual e anónima de 1.111 inquéritos (368 na antiga freguesia de Alvalade, 371 na antiga freguesia do Campo Grande e 372 na antiga freguesia de São João de Brito), a um conjunto de indivíduos selecionados de forma aleatória através da utilização de *clusters*.

A aplicação e análise do manancial de informação resultante da aplicação dos métodos supramencionados permitiu chegar a um conjunto bastante rico de informação, do qual se destaca, desde logo, um decréscimo populacional intercensitário de 3.107 indivíduos¹. Em matéria de estrutura etária sublinha-se a existência de uma significativa percentagem de pessoas de idade maior (28,8% da população segundo o Censos 2011), sendo a freguesia de Alvalade a quarta freguesia mais envelhecida do Concelho de Lisboa. Por outro lado, observa-se uma tendência de rejuvenescimento da população

¹ Diferença entre a população residente nas três antigas freguesias em 2001 e 2011, segundo os dados censitários

no período intercensitário, com uma variação negativa do número de pessoas com 65 ou mais anos e uma variação positiva da população jovem (0-14 anos) correspondentes a uma variação do índice de envelhecimento² de -28% face a 2001.

A estrutura de qualificações da população também tem sofrido alterações relevantes, sendo de sublinhar que, em 2011, 36% da população residente possuía um nível de ensino superior, percentagem esta significativamente superior à registada, para o mesmo ano, no Concelho de Lisboa (27%).

No que se prende com os grupos de análise considerados para aprofundamento em sede do presente documento – **Infância, juventude e família e idade maior** – sublinham-se os seguintes problemas e necessidades:

- **Infância, juventude e família:** o aumento das taxas de abandono escolar nas antigas freguesias de Alvalade e do Campo Grande, bem como a preocupação assinalável dos atores locais relativamente ao insucesso e absentismo, apontam para a necessidade de uma intervenção específica no âmbito da promoção do sucesso escolar, de forma a contrariar esta realidade;
- **Idade maior:** o isolamento social e a solidão das pessoas de idade maior é uma realidade sentida por todas as partes envolvidas, sendo esta reforçada por dois elementos que caracterizam a freguesia: o elevado índice de envelhecimento e a percentagem de população com 65 ou mais anos a viverem sós ou com outras pessoas do mesmo grupo etário. Tendo em conta as respostas já presentes na freguesia, as perceções recolhidas apontam para a necessidade de um reforço dos serviços existentes, apostando numa maior abrangência e maior acessibilidade em termos económicos.

No que diz respeito às quatro áreas de análise – **Saúde, Acessibilidade e segurança, Emprego e Inclusão social** – foram identificados como principais problemas e necessidades:

- **Saúde:** necessidade de um reforço no acompanhamento das pessoas com problemas de saúde mental ou demências, nomeadamente em termos de serviços domiciliários e recursos humanos, e uma maior facilidade de acesso às consultas e aos tratamentos terapêuticos, em termos económicos. Tendo em consideração as dificuldades de acesso a medicamentos, saúde oral e ajudas técnicas sentidas pela população, devido aos custos dos mesmos, torna-se evidente a necessidade de uma maior divulgação das medidas de apoio já existentes e de uma reflexão sobre outras oportunidades de apoio, procurando novas respostas, potenciando as sinergias entre entidades da CSFA e rentabilizando os recursos já existentes;

² Quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos

- **Acessibilidade e segurança:** o reduzido civismo na via pública, sendo o lixo e dejetos de animais no chão e o estacionamento abusivo as suas expressões mais evidentes, é um problema sentido pela grande maioria da população inquirida. Tendo em consideração a qualidade atribuída aos serviços de higiene urbana e recolha de lixo, as perceções recolhidas apontam para a necessidade de uma maior sensibilização das pessoas e da criação de novas soluções para a falta de estacionamento. Em termos de acessibilidade, a adequação progressiva dos espaços públicos e dos edifícios para as pessoas com mobilidade condicionada é essencial para garantir a inclusão, segurança e conforto para toda a população. As perceções recolhidas sobre a segurança na freguesia sublinham a importância de uma maior presença da polícia e serviços de proximidade;
- **Emprego:** a população desempregada de longa duração e a população desempregada jovem são os dois grupos considerados mais vulneráveis. O Bairro das Murtas destaca-se pela elevada percentagem de pessoas inquiridas que se encontram em situação de desemprego. Esta realidade, fortemente gravosa para a coesão social da freguesia, aponta para a necessidade de reforçar os apoios à procura ativa de emprego e as iniciativas de promoção da empregabilidade da população residente;
- **Inclusão social:** A pobreza “envergonhada”, a falta de recursos económicos (decorrentes não raras vezes, das situações de desemprego sinalizadas no ponto anterior, mas também dos cortes em matéria de prestações sociais ocorridos nos anos em que o país esteve sob Programa de Ajustamento Económico e Financeiro) e o acesso reduzido a direitos (saúde, habitação e apoios sociais) representam os principais fatores de exclusão social sentidos na freguesia de Alvalade. As dificuldades de acesso à habitação são, neste tópico, bastante relevantes e decorrem não só do aumento constante dos preços do mercado imobiliário desde 2013, mas também das novas dinâmicas do mercado de arrendamento no concelho de Lisboa, onde a procura suplanta largamente a oferta de alojamento disponível (cada vez mais orientado para um mercado emergente de arrendamento de curta duração associado à atividade turística). As medidas que existem atualmente dão apoio à população mais vulnerável. Contudo, os dados recolhidos apontam para a necessidade de uma melhor informação e acesso aos apoios disponíveis, e de uma reflexão sobre outras respostas ao problema.

No que diz respeito às duas áreas transversais de intervenção, designadamente a **Articulação interorganizacional e comunicação com a população** e o **Voluntariado**, importa sinalizar os seguintes desafios:

- A articulação entre as instituições que operam na área social é um fator crítico para a promoção de um processo de desenvolvimento social mais eficiente e adequado às necessidades presentes na freguesia. Nesta matéria, a Comissão Social

de Freguesia de Alvalade assume um papel de destaque na promoção da articulação entre atores, não só ao nível estratégico, mas também ao nível operacional, dependendo o seu sucesso do envolvimento efetivo de todas entidades, públicas e privadas, que a constituem;

- A facilitação do acesso aos serviços já existentes na freguesia e a otimização dos recursos endógenos do território depende, em larga medida, de um reforço da comunicação entre os atores locais e entre estes e a população residente. Paralelamente ao desafio da articulação interorganizacional sinalizado anteriormente, a comunicação constitui um vetor transversal crítico ao processo de desenvolvimento social da freguesia de Alvalade;
- O voluntariado constitui uma área com forte potencial de afirmação na freguesia de Alvalade, permitindo atingir dois objetivos que se complementam: reforçar as oportunidades de participação cívica e solidária dos/as cidadãos/ãs e alargar a capacidade de resposta dos serviços disponibilizados na freguesia.

No que se prende com o contexto organizacional, há que sublinhar desde logo a criação da Comissão Social de Freguesia de Alvalade e o papel que esta rede interorganizacional tem tido na estruturação das respostas sociais existentes no território. De facto, e pese embora as necessidades ainda sentidas e os problemas identificados, a freguesia de Alvalade detém já um número de atores e de respostas a operar no terreno que constituem um fator da maior relevância e o garante de que o processo de desenvolvimento social conta com um quadro institucional experiente e motivado para a ação.

Concluindo, importa ainda sublinhar que as reflexões apresentadas neste Sumário Executivo não substituem toda a reflexão desenvolvida ao longo do presente documento, exigindo-se a leitura integral do mesmo para uma compreensão mais aprofundada dos problemas e necessidades da freguesia de Alvalade, em matéria de desenvolvimento social.

Por último, cabe à equipa da Logframe, responsável técnica pela elaboração deste retrato social, endereçar um agradecimento especial a todas as pessoas e entidades que participaram e deram o seu contributo para a elaboração do Retrato Social da Freguesia de Alvalade, sem o qual não teria sido possível o presente documento.

1. ENQUADRAMENTO

1.1. OBJETIVOS DO DOCUMENTO

O presente documento é um instrumento fulcral para a estratégia de desenvolvimento social da freguesia, dotando-a de um estudo aprofundado da realidade local, através da identificação das necessidades e problemas considerados prioritários, assim como dos recursos e potencialidades existentes no território. A sua elaboração visa contribuir para um aumento da eficiência, eficácia e impacto da intervenção da JFA e demais atores relevantes do território a operar na área social, nomeadamente aqueles que compõem a CSFA. Surge da necessidade de uma visão abrangente e concreta da realidade da freguesia, onde todas as partes envolvidas, nomeadamente a população e os atores sociais, se possam rever, de forma a potenciar uma intervenção eficaz, assente em dinâmicas de cooperação e parceria. Nesse sentido, o Retrato Social da Freguesia de Alvalade apresenta-se como resultado de um processo participado de reflexão que contou com o contributo das entidades que constituem a CSFA e da população.

Com a implementação deste processo de base territorial, pretende-se que a JFA, as entidades que constituem a CSFA e os demais atores locais a operarem na área social, passem a ter:

- Um retrato social que seja resultado da reflexão e participação dos *stakeholders* locais e onde todos se revejam;
- Instrumentos de suporte a candidaturas a programas e medidas;
- Clareza estratégica quanto ao percurso de desenvolvimento social da freguesia;
- Um instrumento de trabalho que potencie o aproveitamento cabal das oportunidades de financiamento e apoio para projetos e respostas na área social.

1.2. O PROGRAMA REDE SOCIAL NO QUADRO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

O Programa Rede Social foi concebido pelo governo português em 1997 e formalizado através da Resolução de Conselho de Ministros (RCM) nº 197/97, de 18 de novembro, e da Declaração de Retificação nº 10-O/98, de 30 de maio. O final do século XX constituiu um momento de afirmação de uma nova geração de políticas

sociais ativas, baseadas na responsabilização e mobilização do conjunto da sociedade e de cada indivíduo para o esforço de erradicação da pobreza e da exclusão social em Portugal. A Rede Social é considerada um marco incontornável desta nova geração de políticas sociais, mantendo-se ativa nos territórios concelhios até à presente data.

O Programa assume um contexto societal pós-moderno, marcado por um novo entendimento dos processos de mudança e desenvolvimento social, traduzido no conceito de “sociedade em rede” de Manuel Castells³ e tendo por base o teorema da dualidade da estrutura de Anthony Giddens, em que atores e estruturas se influenciam mutuamente.

A RCM designa por Rede Social “... o conjunto das diferentes formas de entreatajuda, bem como das entidades particulares sem fins lucrativos e dos organismos públicos que trabalham no domínio da ação social e articulam entre si e com o governo a respetiva atuação, com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e exclusão social e à promoção do desenvolvimento social”, alicerçando o conceito na “...tradição secular de entreatajuda familiar e de solidariedade mais alargada” do país.

A Rede Social assenta no trabalho de parceria alargada, efetiva e dinâmica e visa o planeamento estratégico da intervenção social local, que articula a intervenção dos diferentes agentes locais para o desenvolvimento social. Neste quadro, tem por objetivos:

- Combater a pobreza e a exclusão social e promover a inclusão e coesão sociais;
- Promover o desenvolvimento social integrado;
- Promover um planeamento integrado e sistemático, potenciando sinergias, competências e recursos;
- Contribuir para a concretização, acompanhamento e avaliação dos objetivos da política social em Portugal;
- Integrar nos instrumentos de planeamento os objetivos da promoção da igualdade de género, constantes do Plano Nacional para a Igualdade (PNI – hoje, Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação);
- Garantir uma maior eficácia e uma melhor cobertura e organização do conjunto de respostas e equipamentos sociais ao nível local;
- Criar canais regulares de comunicação e informação entre os parceiros e a população em geral.

³ Referência ao conceito e importância das redes na sociedade atual e o seu papel central nos nossos dias para qualquer estratégia de desenvolvimento. CASTELLS, Manuel (1996), A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura - Volume I - A Sociedade em Rede, Lisboa, Gulbenkian

Estes objetivos traduzem o reconhecimento da impossibilidade de trabalhar de forma fragmentada, não coordenada e, acima de tudo, não participada, desperdiçando recursos e sinergias dos atores sociais quando se desenvolvem ações isoladas.

De modo a dar cumprimento a estes objetivos, o Programa privilegia um conjunto de princípios orientadores⁴:

Princípio da Subsidiariedade

O princípio da subsidiariedade, no quadro da Rede Social, traduz a ideia de que os problemas são resolvidos nos territórios. É no local, próximo das populações, que se deve atuar, de uma forma concertada, articulada e preventiva, pois, é a este nível que: i) se identificam os problemas e as necessidades, recursos, capacidades e identidades dos agentes de mudança; ii) se podem ensaiar, inovar e desenvolver ações de intervenção coletiva visando a resolução de problemas concretos locais.

A aplicação deste princípio pressupõe que, só depois de serem explorados os recursos e competências locais é que se deverá apelar a outros níveis sucessivos de decisão para a resolução dos problemas.

O local é o espaço privilegiado de desenvolvimento de processos participativos, no exercício de uma democracia efetiva e de formas de regulação social, em que o Estado, a sociedade civil organizada e os cidadãos se unem, criando fatores de mudança propiciadores da inserção dos mais desfavorecidos e do desenvolvimento local. (RCM n.º 197/97, de 18 de novembro)

Princípio da Integração

O princípio da integração aponta para uma ação concertada e coordenada entre as várias entidades locais, assente: i) no incremento de projetos locais de desenvolvimento integrado, fazendo apelo à participação de todos os intervenientes locais e à congregação dos recursos de todos, para a resolução dos problemas sociais mais prementes; ii) na convergência das medidas de política social e outras, com vista à promoção das comunidades locais, através de ações planificadas, executadas e avaliadas de uma forma conjunta.

Um dos desafios que se colocam às redes sociais locais é o de serem capazes de integrar as várias medidas de política e os instrumentos existentes ao nível dos diferentes setores numa ação concertada e coerente de desenvolvimento local.

⁴ <http://www.seg-social.pt/a-rede-social>. Informação extraída a 20/09/2016

Princípio da Articulação

Este princípio refere-se à necessidade de articular a intervenção social dos diferentes parceiros com atividade num território numa parceria efetiva e dinâmica. Em consonância com o mesmo, a Rede Social deve constituir um suporte da ação, permitir criar sinergias entre os recursos e as competências existentes na comunidade, fornecer um espaço comum aos diferentes parceiros e contribuir para a promoção de projetos.

A construção da parceria, em torno de objetivos comuns, pressupõe: i) definir o objeto da colaboração e equacionar em conjunto o contributo de cada parceiro; ii) definir ações concretas, envolvendo os parceiros, que permitam ajustar os diferentes modos de intervenção e proporcionar uma aprendizagem da cooperação; iii) corresponsabilizar os parceiros envolvidos no desenvolvimento do conjunto das ações, através da definição pelos vários agentes de uma estratégia comum. Pretende-se assim que as parcerias funcionem de uma forma simples e desburocratizada, facilitem o diálogo, a participação e a decisão, que sejam flexíveis na procura de soluções para a resolução dos problemas ou para a criação de novas respostas.

Princípio da Inovação

Face à emergência de novas problemáticas e às mudanças sociais que ocorrem a um ritmo acelerado, torna-se imprescindível que as novas políticas, medidas e programas sejam portadores de inovação para se adequarem às realidades em presença.

A Rede Social integra perspetivas inovadoras relativamente à descentralização da intervenção social, ao desenvolvimento de uma parceria estratégica baseada na democracia participativa e na introdução de metodologias de planeamento da intervenção social no local.

Este processo só terá sequência na medida em que também se traduza na criação de dinâmicas de inovação nos processos de trabalho e nas práticas.

Neste sentido, importa caminhar para: i) a descentralização dos serviços; ii) a desburocratização dos procedimentos dos organismos públicos e privados; iii) a circulação e partilha da informação; iv) a criação de um sistema de comunicação fácil acessível entre os serviços e os cidadãos e; v) formas de atuação que motivem a participação das comunidades locais.

Princípio da Igualdade de Género

No quadro da promoção do desenvolvimento social, e a partir da aprovação do Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho, a Rede Social passou a integrar a dimensão de género no conjunto dos princípios que enquadram o funcionamento das

suas estruturas, orientam a conceção dos seus instrumentos de planeamento e conformam as intervenções concebidas no quadro da articulação dos parceiros.

É com base nesta perspetiva que é proposto aos concelhos que desenvolvem o Programa que concretizem os seguintes produtos:

- **Diagnóstico Social**, integrando os resultados da avaliação do ciclo de planeamento anterior, e definindo as prioridades de intervenção para o ciclo de planeamento seguinte. **Plano de Desenvolvimento Social** contemplando a articulação com outros instrumentos de planeamento (Planos Estratégicos nacionais, setoriais, PDM, etc.) com vista à promoção das dinâmicas de desenvolvimento local;
- **Plano de Ação** (anual) em que se explicitem as ações, cronograma, parceiros envolvidos e recursos para cada ação, bem como a relação das ações com os objetivos específicos no Plano de Desenvolvimento Social;
- **Modelo de avaliação** com as modalidades, os critérios de avaliação, os indicadores de resultado, de eficácia e de impacto;
- **Sistema de Informação** que deve incluir os indicadores de contexto e os indicadores de impacto, bem como a monitorização da execução dos Planos de Ação que depois fornecerão elementos para a realizar a avaliação daquele ciclo de planeamento.

Simultaneamente, devem ser constituídas plataformas de colaboração inter-organizacional, de âmbito concelhio – **Conselhos Locais de Ação Social (CLAS)** – e/ou de âmbito infra-concelhio – **Comissões Sociais de Freguesia (CSF) ou Comissões Sociais Inter Freguesias (CSIF)**. Os CLAS e as CSF/CSIF são as estruturas organizacionais que materializam a Rede Social, enquanto plataformas de planeamento e coordenação da intervenção social, respetivamente, ao nível concelhio e ao nível de freguesia. Estas estruturas de adesão livre (remete para o aspeto funcional das redes no que se refere à vontade de adesão e permanência) são formalizadas através de Regulamentos Internos próprios e autónomos, que devem, no entanto, contemplar os princípios e orientações gerais do Programa. Quanto à sua natureza, ambos os órgãos não possuem personalidade jurídica, assumindo a figura de órgãos de concertação entre os seus membros e de emissão de pareceres sobre opções de política pública local de cariz social, em regra não vinculativos⁵.

⁵ Para mais detalhes sobre o Programa Rede Social, consultar o website fonte de parte da informação constante neste capítulo: <http://www4.seg-social.pt/rede-social>. Informação extraída a 20/09/2016

1.3. A COMISSÃO SOCIAL DE FREGUESIA DE ALVALADE

É neste contexto do Programa da Rede Social que se dá a *criação da Comissão Social de Freguesia de Alvalade, enquadrada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, publicada no Diário da República, de 18 de novembro, I Série B, que procede ao reconhecimento da denominada "Rede Social" e que vem, posteriormente, a conhecer uma maior definição do seu regime jurídico com a publicação do Decreto-lei n.º 115/2006, de 14 de junho.*⁶

A intervenção das Redes Sociais foi, desde o início do Programa, concebida numa dupla lógica de planeamento estratégico e operacional e de aproximação das soluções aos contextos onde os problemas sociais ocorrem de facto. Esta intervenção deverá ser realizada a partir da articulação entre prioridades globais e específicas locais, valorizando e incentivando a mais-valia das relações de cooperação e parceria, numa lógica de territorialização da intervenção e rentabilização das práticas, recursos e competências existentes nos territórios.

Desde o início do programa que este foi pensado assente em duas unidades territoriais, o Concelho, através do Conselho Local de Ação Social e das freguesias com as Comissões Sociais de Freguesia e/ou Inter-freguesia, a que mais tarde se juntou uma unidade territorial de maior dimensão as Plataformas Supra-Concelhias.

Relativamente às Comissões Sociais de Freguesia, o Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho, atribui-lhes as seguintes competências:

- a. Aprovar o seu regulamento interno;
- b. Sinalizar as situações mais graves de pobreza e exclusão social existentes na freguesia e definir propostas de atuação a partir dos seus recursos, mediante a participação de entidades representadas ou não na comissão;
- c. Encaminhar para o respetivo CLAS os problemas que excedam a capacidade dos recursos da freguesia, propondo as soluções que tiverem por adequadas;
- d. Promover mecanismos de rentabilização dos recursos existentes na freguesia;
- e. Promover a articulação progressiva da intervenção social dos agentes da freguesia;
- f. Promover ações de informação e outras iniciativas que visem uma melhor consciência coletiva dos problemas sociais;

⁶ Comissão Social de Freguesia de Alvalade, Regulamento Interno (<http://www.jf-alvalade.pt/wp-content/uploads/Regulamento-Interno-CSFA.pdf>)

- g. Recolher a informação relativa aos problemas identificados no local e promover a participação da população e agentes da freguesia para que se procurem, conjuntamente, soluções para os problemas;
- h. Dinamizar a adesão de novos membros.

Coube assim, desde o início do Programa, ao Conselho Local de Ação Social e às Comissões Sociais de Freguesia serem os alicerces da intervenção social nos territórios à sua escala específica. A ideia de aproximação das soluções aos problemas baseada numa intervenção de base territorial valorizando os atores locais e a participação de todas as partes interessadas no investimento em políticas e medidas locais de inclusão social nas mais diferentes áreas, como base de um desenvolvimento social local mais sólido e duradouro.

Foi com base nestes princípios que a Comissão Social de Freguesia de Alvalade foi constituída a 14 de janeiro de 2015 em sessão plenária presidida pelo Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, André Moz Caldas. Esta sessão realizou-se no Anfiteatro do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa (CHPL), sito na Avenida do Brasil, 53, pavilhão 11 em Lisboa.

Nesta primeira sessão para além da constituição formal da Comissão Social de Freguesia de Alvalade foi também apreciado e votado o Regulamento Interno desta estrutura⁷.

Os objetivos definidos para a CFSA estão em linha com a filosofia e objetivos do Programa Rede Social, a saber:

1. O aumento do conhecimento sobre a realidade da freguesia através da elaboração de diagnósticos atualizados e concertados da realidade social com vista à promoção do bem-estar e desenvolvimento social;
2. Priorização da intervenção social na freguesia permitindo a construção do Plano de Desenvolvimento Social (PDS);
3. Promover e facilitar a participação dos vários parceiros sociais na procura de consensos alargados e congregação de esforços relativamente às medidas de política de desenvolvimento da freguesia e/ou inter-freguesias;
4. Criar condições para o desenvolvimento social assente em estratégias de cooperação entre as Instituições/Organizações Públicas e/ou Privadas;

⁷ Comissão Social de Freguesia de Alvalade, Regulamento Interno

5. Promover práticas de planeamento e avaliação, integradas e sistémicas, com o objetivo de conseguir uma atuação concertada e pró-ativa no território, tendo em vista a criação de respostas adequadas e eficazes às necessidades da população da freguesia.⁸

Para além do plenário a CSFA tem também um Núcleo Executivo com as seguintes competências:

- Auxiliar o Presidente na marcação e promoção das reuniões de trabalho;
- Monitorizar o funcionamento dos Grupos de Trabalho;
- Promover um fluxo informativo permanente entre os diferentes Grupos de Trabalho;
- Promover a articulação entre os projetos elaborados por diferentes grupos.⁹

Depois daquela que foi a sua primeira reunião, a CSFA reuniu mais cinco vezes e a sua dinâmica de crescimento é evidenciada pela existência de vários momentos, registados em ata, nos quais foi validada a adesão de novos membros. Atualmente, a Comissão Social de Freguesia de Alvalade conta já com 102 parceiros, o que revela o interesse das forças vivas da freguesia nesta estrutura e o seu empenho em trabalhar de forma colaborativa para o desenvolvimento social da freguesia.

Assumindo o seu papel fundamental para o desenvolvimento local, promovendo a articulação entre as entidades que a constituem e o diálogo em torno das fragilidades, dos recursos e potencialidades do território foram construídos no âmbito da CSFA seis Grupos de Trabalho (GT) em áreas consideradas relevantes para o desenvolvimento da freguesia, designadamente:

- GT 1 - Acessibilidade, Cidadania e Segurança;
- GT 2 - Cultura, Educação e Desporto;
- GT 3 - Direitos Humanos;
- GT 4 - Idade Maior;
- GT 5 - Infância e Juventude;
- GT 6 - Saúde.

⁸ Adaptado de: Comissão Social de Freguesia de Alvalade, Regulamento Interno

⁹ Idem

Estes Grupos de Trabalho contribuem para uma intervenção integrada e coerente nos diferentes âmbitos em que operam, visando a melhoria da freguesia de Alvalade e o bem-estar das pessoas que nela vivem.

Para além das suas sessões plenárias a Comissão Social de Freguesia de Alvalade realizou também uma sessão diagnóstica, prévia ao presente esforço de realização do retrato social da freguesia, o café-debate “Conhecer para Criar” que teve lugar no dia 25 de março de 2015 no Salão Nobre da reitoria da Universidade de Lisboa.

Esta sessão teve como principais objetivos:

- Proporcionar um momento de conhecimento entre as entidades constituintes da CSFA;
- Proporcionar um momento de partilha da visão que as pessoas e as entidades têm relativamente ao território;
- Obter um diagnóstico empírico da freguesia; e
- Obter um conjunto de ideias para a constituição dos futuros Grupos de Trabalho.

Desta sessão saiu uma análise SWOT à realidade da freguesia identificando pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças, bem como uma proposta para possíveis Grupos de Trabalho a constituir.

Toda esta dinâmica desde a sua criação bem como a evolução do número de entidades parceiras é prova da dinâmica que tem sido possível imprimir no seio desta Comissão Social de Freguesia.

A Comissão Social de Freguesia de Alvalade continua assim o seu percurso dando corpo aos princípios que no Programa da Rede Social levaram à criação destas estruturas de base territorial mais próximas dos/as cidadãos/ãs.

Com efeito, o presente documento comprova que a Comissão Social de Freguesia de Alvalade está a cumprir o seu desígnio de criar uma estrutura de tomada de decisão estratégica e operacional, bem como o de ser uma interlocutora de excelência junto da estrutura de base municipal, o Conselho Local de Ação Social de Lisboa, mas também de novos atores no terreno.

2. METODOLOGIA

As opções metodológicas que orientaram a elaboração do Retrato Social da Freguesia de Alvalade pautaram-se pelo princípio da participação ativa e envolvimento permanente dos atores sociais locais privilegiando, para o efeito, uma abordagem multi-método de modo a recolher e sistematizar a diversidade das perceções dos atores envolvidos, incluindo a população residente na freguesia. Nesta matéria há a destacar o papel desempenhado pela JFA, pelo Núcleo Executivo da CSFA e pela CSFA, cujo envolvimento se revelou da maior importância e que se verificou desde o primeiro momento do estudo.

A abordagem metodológica acima ilustrada representa a estratégia utilizada com o objetivo de obter uma leitura diagnóstica do território o mais robusta e abrangente possível.

Sabendo que não existem abordagens metodológicas únicas ou perfeitas, a equipa técnica desenhou uma estratégia viável no contexto e limitações específicas que este, como qualquer exercício diagnóstico possuía.

Salvaguardando a coerência com o princípio da participação dos diferentes stakeholders relevantes e o de uma abordagem multi-método, a estratégia escolhida foi considerada a mais adequada pois garantia:

- A utilização de dados recolhidos e sistematizados anteriormente, valorizando reflexões e trabalhos anteriores, procurando garantir a maior eficiência no processo de elaboração do retrato social da freguesia;
- A valorização dos grupos de trabalho já existentes no âmbito da CSFA, recolhendo de forma individualizada e presencialmente as suas perceções. Os grupos de trabalho foram valorizados pelo seu contributo específico e pela validade acrescida da sua reflexão sobre temáticas concretas;
- A confiança e relevância atribuída ao capital humano e organizacional da freguesia de Alvalade. Consubienciado num inquérito aplicado às organizações com intervenção no território, para recolher as suas perceções sobre os problemas e necessidades prioritários, suas causas e consequências;
- E por último, um fator diferenciador face a muitos instrumentos de diagnóstico elaborados no âmbito de redes sociais, um inquérito à população, efetuado porta a porta, a uma amostra representativa da população (estratificada pelas antigas freguesias). Esta preocupação em auscultar a população em geral promove a incorporação da “perceção não-técnica”, valorizando a perspetiva do cidadão comum.

Resumindo, a estratégia metodológica adotada é coerente em termos de princípios técnicos e dos valores defendidos, garante a democraticidade do processo de elaboração do retrato social, um conceito nem sempre valorizado, mas neste caso promovido por todos os atores envolvidos (desde logo pelo Núcleo Executivo e pelo Executivo da freguesia nos Termos de Referência para o Retrato Social) e garante a possibilidade de triangulação de dados ao recolher perceções dos diferentes grupos de *stakeholders*. Seria difícil, no contexto específico da realização deste retrato social, garantir uma abordagem técnica mais coerente, robusta, participada ou mais democrática.

Por conseguinte, foram acionados vários métodos de recolha e análise de informação segundo uma lógica relativamente sequencial, organizada em seis (6) fases:

1. Elaboração do Plano de Trabalho (setembro de 2016);
2. Análise documental (setembro/outubro de 2016);
3. Recolha de informação junto das entidades da CSFA (outubro de 2016 - *workshops* com os grupos de trabalho; novembro de 2016 / janeiro de 2017 - inquérito *online* às entidades que constituem a CSFA);
4. Recolha de informação junto da população (novembro de 2016 / janeiro de 2017);
5. Elaboração do relatório intercalar e final (fevereiro/março de 2017);
6. Elaboração do Retrato Social (março/abril de 2017).



Após a elaboração e validação do Plano de Trabalho por parte da JFA (fase 1), iniciou-se um processo exaustivo de recolha e análise documental e estatística (fase 2), com o objetivo de elaborar a caracterização socioeconómica da freguesia de Alvalade (por comparação com o concelho de Lisboa) e identificar as orientações políticas nacionais e europeias relativamente aos temas sob análise.

Posteriormente foi acionado um processo de recolha de dados primários organizado em duas etapas distintas: recolha de informação junto das entidades da CSFA (fase 3), realizada em dois momentos distintos, e recolha de informação junto da população (fase 4).

No âmbito da recolha de informação junto das entidades da CSFA, foram realizados seis (6) *workshops*, um por cada Grupo de Trabalho da CSFA¹⁰, com o objetivo de identificar:

- Os principais problemas/necessidades da freguesia de Alvalade e o seu nível de prioridade;
- As potenciais causas e consequências dos problemas/necessidades identificados;
- Os recursos e respostas disponíveis no território.

Nos *workshops* participaram os/as representantes de 32 entidades da CSFA. Foi nesta fase que foram identificadas as áreas de intervenção prioritária apresentadas neste documento.

6 WORKSHOPS COM OS GRUPOS DE TRABALHO
<p>GT 1 ACESSIBILIDADE, CIDADANIA E SEGURANÇA 20/10/2016 · 14 PARTICIPANTES</p>
<p>GT 2 CULTURA, EDUCAÇÃO E DESPORTO 20/10/2016 · 16 PARTICIPANTES</p>
<p>GT 3 DIREITOS HUMANOS 25/10/2016 · 6 PARTICIPANTES</p>
<p>GT 4 IDADE MAIOR 21/10/2016 · 17 PARTICIPANTES</p>
<p>GT 5 INFÂNCIA E JUVENTUDE 21/10/2016 · 11 PARTICIPANTES</p>
<p>GT 6 SAÚDE 18/10/2016 · 10 PARTICIPANTES</p>

Para complementar esta informação, aplicou-se, num segundo momento, um inquérito por questionário *online* a todas as entidades da CSFA, com dois objetivos: 1) recolha das perceções individuais de todas as instituições sobre os problemas e necessidades da freguesia e respetiva análise de causalidades; 2) identificação de recursos locais, através da recolha das informações sobre os serviços disponibilizados pelas instituições presentes no território. O inquérito *online* contou com os contributos de 44 entidades da CSFA.

¹⁰ Ver Anexo II para a lista das entidades representadas em cada workshop

A quarta etapa do processo teve o objetivo de recolher a opinião das pessoas que habitam no território e a sua visão das necessidades sentidas na freguesia. Neste contexto, foi aplicado um inquérito por questionário a uma amostra representativa e estratificada da população, com 95% de nível de confiança e 5% de margem de erro. O inquérito foi aplicado porta a porta, de forma presencial, individualizada e anónima. Os indivíduos foram selecionados de forma aleatória, segundo a metodologia por *cluster* para a seleção dos fogos habitacionais. Após a seleção dos fogos habitacionais, foi aplicado um critério de aleatoriedade para a seleção do inquirido entre os indivíduos residentes no mesmo fogo, ou seja, a pessoa cujo aniversário foi mais recente. A amostra foi estratificada pelas três antigas freguesias que foram agregadas na última reforma administrativa do território¹¹, constituindo hoje a freguesia de Alvalade. Foram aplicados 1.111 questionários, contando com:

- 368 questionários na antiga freguesia de Alvalade;
- 371 questionários na antiga freguesia de Campo Grande;
- 372 questionários na antiga freguesia de São João de Brito.

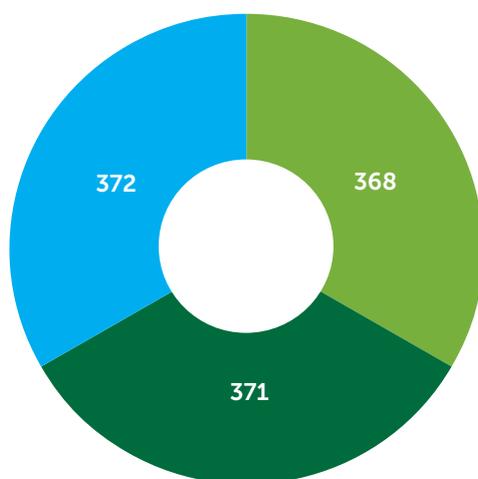


GRÁFICO 01

AMOSTRA REPRESENTATIVA
DAS TRÊS ANTIGAS FREGUESIAS
(n=1111)

- Alvalade
- Campo Grande
- São João de Brito

Fonte: Inquérito à população

A aplicação do inquérito à população representou uma etapa fundamental da recolha de informação. O cruzamento dos resultados do inquérito à população com os dados qualitativos e quantitativos, recolhidos nas fases anteriores, permite uma leitura holística da realidade da freguesia, analisada através da perspetiva de todos os principais *stakeholders*.

Nas duas fases finais do processo foram elaborados três (3) documentos, um relatório intercalar, um relatório final e o presente documento, onde foram apresentados os resultados sistematizados do estudo, através da triangulação da informação recolhida e da sua análise.

¹¹ Ver capítulo 3.1. O Território e a nova reforma administrativa

3. O CONTEXTO DA INTERVENÇÃO SOCIAL

3.1. O TERRITÓRIO E A NOVA REFORMA ADMINISTRATIVA

Atualmente a freguesia de Alvalade tem uma área de 5,34 km²¹², representando cerca de 6% do território da cidade. Esta nova configuração da freguesia reúne no seu território as antigas freguesias do Campo Grande, de São João de Brito e de Alvalade, para além de pequenas parcelas de território anteriormente pertencentes às freguesias de Marvila e São Domingos de Benfica, resultando do cumprimento do disposto no Decreto-Lei nº 56/2012, de 8 de novembro, que teve a sua eficácia plena a 29 de setembro de 2013, após as eleições autárquicas¹³.

Em termos territoriais, esta reforma administrativa determinou o aumento da área do concelho de Lisboa, passando de 84,38 km² para 85,87 km² e a redução do número das freguesias, passando de 53 para 24. Esta reforma teve o objetivo de integrar toda a nova área urbanizada e habitada, e de reduzir as diferenças entre as freguesias do centro da cidade e as periféricas, as primeiras com uma dimensão e população muito inferior em comparação com as segundas. Antes da reforma, a população residente por freguesia em Lisboa variava entre os 355 habitantes da freguesia do Castelo e os 51.036 habitantes de Santa Maria dos Olivais, variando agora entre os 11.855 habitantes de Santo António e os 45.683 habitantes da freguesia do Lumiar.¹⁴

Das atuais 24 freguesias, 13 foram criadas através da junção de duas ou mais freguesias e apenas uma freguesia antiga, a de Santa Maria dos Olivais, foi dividida, dando origem a duas novas freguesias, Olivais e Parque das Nações (sendo que esta incorporou parte das freguesias de Moscavide e Sacavém do Concelho de Loures). As freguesias de Alcântara e de Campolide não sofreram alterações e as restantes 9 freguesias antigas, não agregaram outras freguesias e mantiveram o seu nome (Ajuda, Alcântara, Beato, Benfica, Carnide, Lumiar, Marvila, Olivais e São Domingos de Benfica), viram, no entanto, os seus limites alterados.¹⁵

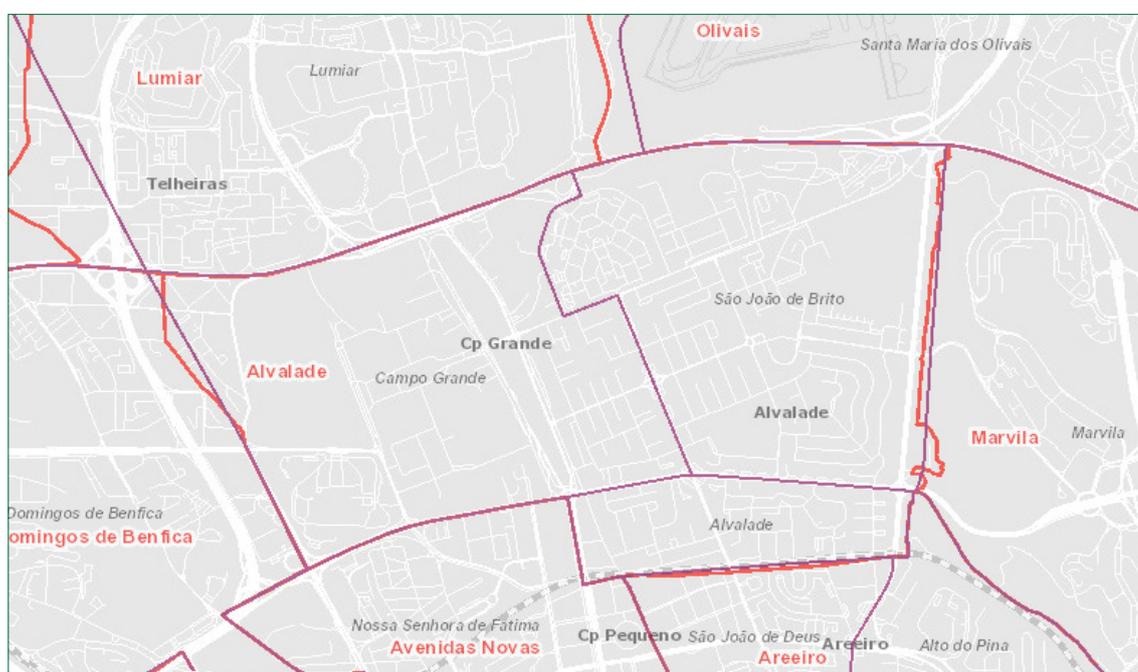
¹² Os seus limites confrontam: a sul - Avenida das Forças Armadas, Avenida da República, Rua de João Villaret, Avenida de São João de Deus; a nascente - limite poente do Parque da Bela Vista; a norte - Avenida do Marechal Craveiro Lopes, Avenida do General Norton de Matos; a poente - Rua de António Albino Machado, Avenida de Rui Nogueira Simões, Azinhaga das Galhadas, Avenida dos Combatentes

¹³ <http://www.jf-alvalade.pt/historia/>. Informação extraída a 02/05/2017

¹⁴ Adaptado de: Rede Social de Lisboa (2016), II Diagnóstico Social de Lisboa 2015-2016

¹⁵ Adaptado de: Rede Social de Lisboa (2016), II Diagnóstico Social de Lisboa 2015-2016

No entanto, esta reforma não se esgota na definição de novos limites e na extensão territorial das freguesias. A reorganização administrativa conferiu às juntas de freguesia novas atribuições e competências, até então da responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa, visando a aproximação das soluções e das respostas às necessidades, exatamente como defendido pelo Programa Rede Social desde a sua criação. Estas novas competências foram acompanhadas pelos meios humanos, recursos financeiros e património adequados ao desempenho dos serviços e funções transferidos. Destas novas responsabilidades, atribuídas de acordo com a aplicação de princípios de subsidiariedade na redução ou resolução de problemas sociais, resulta uma maior responsabilidade das Comissões Sociais de Freguesia, que são o órgão por excelência onde a discussão, reflexão e planeamento destas questões deverá ser realizado.



Fonte: <http://lxi2.cm-lisboa.pt/lxi>

- Limites administrativos da freguesia de Alvalade (Lei nº 56/2012)
- Limites administrativos das freguesias antigas (Decreto-Lei nº 42142/59)

A análise e comparação dos dados estatísticos apresentam atualmente um maior desafio, tendo em consideração que os dados censitários foram recolhidos antes da entrada em vigor da referida reforma administrativa, e que os novos limites administrativos da freguesia de Alvalade não correspondem, de forma exata, à soma das três antigas freguesias, incluindo também um número limitado de fogos da antiga freguesia de São Domingos de Benfica.

No presente retrato social foram utilizados os dados desagregados pelas antigas freguesias (Alvalade, Campo Grande e São João de Brito), sendo a sua comparação objeto de análise e, quando disponíveis, os dados atualizados de acordo com a Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP 2013), relativamente à freguesia no seu total.



3.2. AS ORIGENS DA FREGUESIA DE ALVALADE

A atual freguesia de Alvalade é uma das mais recentes de Lisboa, resultando da já referida reorganização administrativa. A nova freguesia uniu as antigas freguesias de **Alvalade**, **Campo Grande** e **São João de Brito**, sendo que a história e a geografia física e humana da freguesia é, neste momento, inevitavelmente marcada pelas realidades individuais das três freguesias que lhe dão origem.



ANTIGA FREGUESIA DE ALVALADE

Alvalade era, até meados do século XX, essencialmente constituída por campos, quintas e hortas, utilizadas para períodos de veraneio da nobreza e, posteriormente, como espaço de recreio e prática desportiva da população em geral. Ali tinham lugar alguns dos acontecimentos mais marcantes da vida da cidade, como a feira do gado e a Batalha das Flores, que tiveram lugar no Campo Grande.

Nasceu, enquanto freguesia, em 1852, passando a integrar o concelho de Lisboa em 1885. Posteriormente, face ao desenvolvimento da cidade, é dividida em 1959, dando origem às freguesias de Campo Grande, Alvalade e São João de Brito, que agora novamente a si foram agregadas.

Nos anos 30 do século XX, a freguesia de Alvalade conhece o seu período de maior desenvolvimento, com grandes projetos de arquitetura integrados no Plano de Urbanização da Zona Sul da Avenida Alferes Malheiro, dos quais podemos destacar a Avenida de Roma, o Bairro das Estacas, o Bairro de São Miguel, as Torres da Avenida dos Estados Unidos da América e, já nos anos 40, com a construção do Bairro de Alvalade. Mais tarde, nos anos 70, inauguram-se várias estações de metro da linha verde, um dos principais meios de transporte da cidade e Alvalade passa a ser considerada um símbolo da Lisboa Moderna. Na década de 80, surgiu uma nova vaga de construção, erguendo-se vários edifícios na Cidade Universitária, como a Torre do Tombo e novas faculdades.

O início do século XXI traz a requalificação do espaço público, com intervenções em espaços existentes, como o jardim do Campo Grande e a Quinta do Narigão, e a criação de novas infraestruturas, como ciclovias, o parque canino e o parque aventura.¹⁶



ANTIGA FREGUESIA DE SÃO JOÃO DE BRITO

Se olharmos à história da freguesia de São João de Brito, podemos dizer que esta antiga freguesia do concelho de Lisboa (agregada a Alvalade como já referido), tinha 2,23 km² de área e 11.727 habitantes (no ano de 2011) com uma densidade populacional de 5.258,7 hab/km².

A antiga freguesia de São João de Brito foi uma das 12 freguesias criadas pela reforma administrativa da cidade de Lisboa, de 7 de fevereiro de 1959. Esta freguesia, criada pelo decreto-lei nº 42142, de 7 de fevereiro de 1959, que delimitou as freguesias de Lisboa, estava situada a norte da cidade e tinha como limites as antigas freguesias de Marvila, Santa Maria dos Olivais, Lumiar e Alvalade.

A freguesia de São João de Brito acolheu a área geográfica mais ampla no contexto do conhecido Plano do Bairro de Alvalade (1945), que é considerada uma intervenção urbanística exemplar, com um desenho muito coerente e robusto e que se prolongou por 25 anos. Esta freguesia continha alguns dos espaços icónicos de Lisboa, como a Praça de Alvalade, Avenidas de Roma, Estados Unidos da América, Brasil e Gago Coutinho. Podemos ainda referir espaços verdes de excelência da cidade, como a Mata de Alvalade e edifícios como o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, o Estádio 1º de Maio (INATEL) ou o Hospital Júlio de Matos.

Esta freguesia apresentava um conjunto de características comuns à antiga freguesia de Alvalade, como o envelhecimento populacional acentuado e a perda de população residente.

¹⁶ Adaptado de: <http://www.jf-alvalade.pt>. Informação extraída a 26/04/2017

De acordo com os últimos dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), a freguesia de São João de Brito era habitada por 11.727 pessoas (2.14% dos habitantes do concelho), das quais, 31,79% tinham mais de 65 anos e 11,25% eram crianças ou adolescentes.

Ainda em termos demográficos, constata-se que das 5.220 famílias que residiam na freguesia de São João de Brito, 36,59% eram compostas por uma única pessoa, e que o peso dos agregados domésticos com quatro ou mais indivíduos era de 3,83%.



ANTIGA FREGUESIA DE CAMPO GRANDE

A última freguesia que foi integrada na atual freguesia de Alvalade foi a freguesia do Campo Grande, que tinha 10.514 habitantes (2011) e uma densidade populacional de 4.291,4 hab/km².

Esta freguesia tem uma longa história e diferentes nomenclaturas, desde 1620, onde era denominada freguesia dos Reis de Alvalade, passando depois a Reis do Campo Grande e, em 1755, freguesia dos Santos Reis Magos. Também esta freguesia e os seus limites foram definidos no Decreto-Lei n.º 42142, de 7 de fevereiro de 1959, onde já ostentava a nomenclatura de freguesia do Campo Grande.

É no território desta antiga freguesia que se localiza a Cidade Universitária de Lisboa, o maior campus de ensino superior do país, e a Universidade de Lisboa.

3.3. A FREGUESIA DE ALVALADE EM NÚMEROS

3.3.1. DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS

A freguesia de Alvalade é uma das freguesias mais populosas da cidade de Lisboa, registando no ano de 2011 uma população residente de 31.812 indivíduos, 43,8% dos quais do sexo masculino (13.924) e 56,2% do sexo feminino (17.888).¹⁷

Segundo uma perspetiva evolutiva da população residente na freguesia de Alvalade, constata-se uma tendência de decréscimo da população em todas as três antigas freguesias, sendo São João de Brito a freguesia onde o fenómeno é mais acentuado, com uma redução de 12,8% da população no período intercensitário 2001-2011.

QUADRO 01 · POPULAÇÃO RESIDENTE NA FREGUESIA DE ALVALADE, POR ANTIGA FREGUESIA, POR SEXO (2001 E 2011)						
CONCELHO E ANTIGAS FREGUESIAS	População residente em 2011			População residente em 2001		
	nº / HM	nº / H	nº / M	nº / HM	nº / H	nº / M
Lisboa	547733	250874	296859	564657	257987	306670
Alvalade	8869	3764	5105	9620	4021	5599
Campo Grande	10514	4679	5835	11148	4943	6205
São João de Brito	11727	5152	6575	13449	5905	7544

Fonte: INE, Instituto Nacional de Estatística

Apesar da redução de população, a antiga freguesia de São João de Brito é o território que conta com o maior número de residentes, correspondendo a 36,9% da população total da freguesia.

A análise da população por grupo etário e a sua variação entre 2001 e 2011 aponta para um crescimento do número de residentes com idade entre 0 e 14 anos nas três antigas freguesias, destacando-se Alvalade, com uma variação positiva de 19,5%. Entretanto, a variação de população é negativa em todos os outros casos, à exceção da freguesia de Campo Grande que apresenta uma variação positiva de 4,4% da população com idade entre os 25 e os 64 anos.

¹⁷ INE, I.P., Censos 2011, População residente apurada segundo a CAOP 2013

**QUADRO 02 · POPULAÇÃO RESIDENTE NA FREGUESIA DE ALVALADE,
POR ANTIGA FREGUESIA, POR GRUPOS ETÁRIOS (2001 E 2011)**

CONCELHO E ANTIGAS FREGUESIAS	População residente em 2011 (nº)					População residente em 2001 (nº)				
	TOTAL	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	≥ 65 anos	TOTAL	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	≥ 65 anos
Lisboa	547733	70494	53507	292772	130960	564657	65548	71634	294171	133304
Alvalade	8869	1023	753	4299	2794	9620	856	1039	4332	3393
Campo Grande	10514	1399	1062	5491	2562	11148	1220	1485	5258	3185
São João de Brito	11727	1324	1058	5680	3665	13449	1199	1362	6389	4499

Fonte: INE, Instituto Nacional de Estatística

**QUADRO 03 · POPULAÇÃO RESIDENTE NA FREGUESIA DE ALVALADE,
POR ANTIGA FREGUESIA, POR GRUPOS ETÁRIOS - VARIAÇÃO ENTRE 2001 E 2011**

CONCELHO E ANTIGAS FREGUESIAS	Variação da população residente entre 2001 e 2011 (%)				
	Variação Total	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	≥ 65 anos
Lisboa	-3.00	7.55	-25.31	-0.48	-1.76
Alvalade	-7.81	19.51	-27.53	-0.76	-17.65
Campo Grande	-5.69	14.67	-28.48	4.43	-19.56
São João de Brito	-12.80	10.43	-22.32	-11.10	-18.54

Fonte: INE, Instituto Nacional de Estatística

Em 2011, Alvalade registava um Índice de Dependência de Jovens¹⁸ de 20,3 (20,5 em Lisboa), um Índice de Dependência de Idosos¹⁹ de 48,6 (37,5 em Lisboa), e um Índice de Dependência Total²⁰ de 68,9, acima do valor de Lisboa (58,0).²¹

No que diz respeito à população estrangeira residente, a freguesia de Alvalade contava em 2011 com 3.048 residentes estrangeiros, dos quais 1.240 homens e 1.808 mulheres, correspondente a 9,8% da população residente nas três antigas freguesias. Os principais países de proveniência da população estrangeira são Angola (731), Brasil (592) e Moçambique (469). A sua distribuição entre as três antigas freguesias é uniforme em termos absolutos (941 em Alvalade; 1.000 no Campo Grande; 1.107 em São João de Brito) e relativos (10,61% em Alvalade; 9,5% no campo Grande; 9,4% em São João de Brito).

¹⁸ Número de pessoas com idade inferior a 15 anos por cada 100 pessoas em idade ativa (15 a 64 anos)

¹⁹ Número de pessoas com 65 ou mais anos por cada 100 pessoas em idade ativa (15 a 64 anos)

²⁰ Número de pessoas com idade inferior a 15 anos e de pessoas com 65 ou mais anos por cada 100 pessoas em idade ativa (15 a 64 anos)

²¹ INE, I.P., Censos 2011 segundo o CAOP 2013

QUADRO 04 · POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE
NA FREGUESIA DE ALVALADE (2011)

NATURALIDADE	Nº	NATURALIDADE	Nº	NATURALIDADE	Nº
África do Sul	22	Estados Unidos da América	40	Polónia	5
Alemanha	58	França	117	Reino Unido	39
Angola	731	Guiné-Bissau	43	República Checa	4
Argentina	9	Índia	80	Roménia	37
Áustria	5	Irlanda	3	Rússia	12
Bélgica	22	Itália	24	São Tomé e Príncipe	30
Brasil	592	Japão	11	Suécia	5
Cabo Verde	141	Macau	32	Suíça	13
Canadá	11	Moçambique	469	Timor Leste	16
China	77	Noruega	4	Venezuela	10
Dinamarca	4	Holanda	8	Outros países	229
Espanha	142	Paquistão	3	TOTAL	3048

Fonte: INE, Instituto Nacional de Estatística

3.3.2. FAMÍLIAS E NÚCLEOS FAMILIARES

No que diz respeito às famílias clássicas e núcleos familiares, Alvalade registava no ano de 2011, 14.091 famílias clássicas²², maioritariamente constituídas por 1 pessoa (5.165, ou seja, 36,6%). Observa-se uma redução de mais de 50% do número de famílias com dimensão igual ou superior a 3 pessoas, comparativamente às famílias com 1 ou 2 pessoas, sendo que as famílias com 5 ou mais pessoas representam apenas 4,2% do total.

Em matéria de escolaridade, constata-se que 50,5% dos representantes das famílias detém um grau de Ensino Superior, o que traduz um peso percentual bastante significativo no total dos representantes das famílias.

²² Soma aritmética das famílias das três antigas freguesias

**QUADRO 05 · FAMÍLIAS CLÁSSICAS NA FREGUESIA DE ALVALADE,
POR ANTIGA FREGUESIA, POR DIMENSÃO (2011)**

CONCELHO E ANTIGAS FREGUESIAS	Famílias clássicas segundo a dimensão (nº)					
	TOTAL	1 pessoa	2 pessoas	3 pessoas	4 pessoas	5 ou mais pessoas
Lisboa	243892	85244	79452	40964	25826	12406
Alvalade	4189	1624	1397	622	377	169
Campo Grande	4669	1625	1559	752	513	220
São João de Brito	5233	1916	1785	821	510	201

Fonte: INE, Instituto Nacional de Estatística

**QUADRO 06 · FAMÍLIAS CLÁSSICAS NA FREGUESIA DE ALVALADE,
POR ANTIGA FREGUESIA, POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE ATINGIDO
DO REPRESENTANTE DA FAMÍLIA (2011)**

CONCELHO E ANTIGAS FREGUESIAS	Famílias Clássica em 2011 (nº)							
	TOTAL	Nenhum nível de escolaridade	Ensino Básico · 1º CEB	Ensino Básico · 2º CEB	Ensino Básico · 3º CEB	Ensino Secundário	Ensino pós- -secundário	Ensino Superior
Lisboa	243892	10326	59849	13174	26988	34713	1476	97366
Alvalade	4189	67	620	153	415	686	17	2231
Campo Grande	4669	137	935	203	425	626	19	2324
São João de Brito	5233	97	912	221	619	809	19	2556

Fonte: INE, Instituto Nacional de Estatística

Os núcleos familiares monoparentais (1.871)²³ representam 21,9% (ligeiramente acima da percentagem que se verifica para Lisboa, a qual se cifrava, em 2011, nos 21,3%) do total de núcleos familiares existentes na freguesia em 2011 (8.549).

Importa referir a dimensão da monoparentalidade na caracterização da freguesia, na medida em que é geralmente reconhecido que estas são famílias tendencialmente mais vulneráveis a riscos de pobreza e exclusão social (que naturalmente poderão ou não verificar-se, em função de outras variáveis como o rendimento disponível, a escolaridade ou a situação face ao emprego).

Verifica-se que quase metade dos adultos destas famílias (43,9% - 821) possui um título de escolaridade de nível superior, sendo estes adultos maioritariamente do sexo

²³ Soma aritmética dos núcleos familiares monoparentais das três antigas freguesias

feminino (85,1% - 1.592). No que diz respeito ao grupo etário destes adultos, é de sublinhar que 35% são seniores (655), 12,35% têm idades compreendidas entre os 45 e 49 anos (231) e 12,83% têm idades compreendidas entre os 50 e os 54 anos (240).

**QUADRO 07 · NÚCLEOS FAMILIARES MONOPARENTAIS
NA FREGUESIA DE ALVALADE, POR ANTIGA FREGUESIA,
POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE (2011)**

CONCELHO E ANTIGAS FREGUESIAS	Nível de escolaridade do pai ou mãe (nº)							
	TOTAL	Nenhum nível de escolaridade	Ensino Básico · 1º CEB	Ensino Básico · 2º CEB	Ensino Básico · 3º CEB	Ensino Secundário	Ensino pós- -secundário	Ensino Superior
Lisboa	32937	2084	7991	2305	4956	5757	175	9669
Alvalade	526	9	82	20	54	99	1	261
Campo Grande	662	28	147	37	87	109	3	251
São João de Brito	683	19	126	31	77	118	3	309

Fonte: INE, Instituto Nacional de Estatística

3.3.3. EDUCAÇÃO

No que diz respeito ao nível de escolaridade da população da freguesia de Alvalade, destaca-se a elevada percentagem de pessoas com um nível de instrução superior, correspondente a 36% (superior aos valores do concelho de Lisboa, que conta com 27%). Das 13.069 pessoas residentes nas três antigas freguesias que em 2011 possuíam um título de escolaridade de nível superior, 5.977 são homens (45,7%) e 7.092 são mulheres (54,3%).

**QUADRO 08 · POPULAÇÃO RESIDENTE
NA FREGUESIA DE ALVALADE, POR ANTIGA FREGUESIA,
POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE (2011)**

CONCELHO E ANTIGAS FREGUESIAS	Nível de escolaridade do pai ou mãe (nº)								
	TOTAL	Nenhum nível de escolaridade	Ensino Pré- escolar	Ensino Básico · 1º CEB	Ensino Básico · 2º CEB	Ensino Básico · 3º CEB	Ensino Secundário	Ensino pós- -secundário	Ensino Superior
Lisboa	547733	35321	13790	123810	37644	70704	84634	4394	177436
Alvalade	8869	354	216	1282	435	991	1480	60	4051
Campo Grande	10514	588	296	2050	608	1143	1508	69	4252
São João de Brito	11727	450	276	2081	606	1585	1886	77	4766

Fonte: INE, Instituto Nacional de Estatística

Esta tendência, já observada nos representantes de famílias clássicas e monoparentais, é ainda corroborada pelos dados relativos ao analfabetismo, em que a freguesia apresenta uma taxa significativamente inferior à taxa de analfabetismo de Lisboa e registou em 10 anos uma redução superior a 50%, contando com uma variação na última década (2001-2011) de -55% em Alvalade, -51 % no Campo Grande e -70% em São João de Brito.

QUADRO 09 · ANALFABETISMO NA FREGUESIA DE ALVALADE, POR ANTIGA FREGUESIA, POR SEXO (2011)				
CONCELHO E ANTIGAS FREGUESIAS	Analfabetos com 10 ou mais anos (nº)			Taxa de analfabetismo (%)
	TOTAL	H	M	
Lisboa	16186	4006	12180	3.23
Alvalade	86	13	73	1.05
Campo Grande	235	68	167	2.46
São João de Brito	159	39	120	1.46

Fonte: INE, Instituto Nacional de Estatística

Verifica-se uma tendência oposta na taxa de abandono escolar, a qual regista um crescimento relativo expressivo nas antigas freguesias de Alvalade e Campo Grande (a exceção é a antiga freguesia de São João de Brito, que apresenta uma variação na década 2001-2011 de -12%). A tendência positiva na redução da taxa de abandono durante a década anterior (1991-2001), superior a -60% nas três antigas freguesias, inverteu-se significativamente. Destacam-se os valores da antiga freguesia de Alvalade, que passa de uma variação de -80,2%, entre 1991 e 2001, para uma variação de 223% na última década, 2001-2011. Ainda assim, importa sinalizar que estes valores se mantêm abaixo do registado para o concelho de Lisboa no ano de 2011.

QUADRO 10 · TAXA DE ABANDONO ESCOLAR NA FREGUESIA DE ALVALADE, POR ANTIGA FREGUESIA (2011, 2001 E 1991)					
CONCELHO E ANTIGAS FREGUESIAS	Taxa de abandono escolar (%)			Variação (%)	
	2011	2001	1991	2001/2011	1991/2001
Lisboa	1.7	2.2	6.2	-23.0	-0.6
Alvalade	1.7	0.5	2.6	223.0	-80.2
Campo Grande	1.6	1.4	5.2	13.0	-72.4
São João de Brito	1.2	1.4	3.8	-12.0	-63.0

FONTE: INE, Instituto Nacional de Estatística (Calculo OLCPL)

3.3.4. HABITAÇÃO

Segundo o Censos de 2011, existiam 2.518 edifícios recenseados na freguesia de Alvalade, com uma variação de -0,4% face ao período censitário anterior. Em sentido oposto, o número de alojamentos (18.836) registou um aumento, apresentando uma variação positiva de 7%.

Observa-se que 78,9% dos edifícios presentes nas três antigas freguesias têm data de construção da época de 1946-1970 e que 76,1% dos edifícios construídos entre 1991 e 2011 pertencem à antiga freguesia do Campo Grande. Destaca-se também a baixa percentagem de edifícios com estado de conservação muito degradado (1,2%) e o elevado peso percentual dos edifícios em São João de Brito sem necessidade de reparação (992), correspondente a 81,0% de todos os edifícios presentes nesta antiga freguesia.

QUADRO 11 · EDIFÍCIOS NA FREGUESIA DE ALVALADE, POR ANTIGA FREGUESIA, ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO E ESTADO DE CONSERVAÇÃO (2011)

CONCELHO E ANTIGAS FREGUESIAS	Estado de conservação	TOTAL (nº)	antes de 1919	1919-1945	1946-1970	1971-1990	1991-2011
Lisboa	TOTAL	52496	10279	9747	20114	6471	5885
	Sem necessidade de reparação	28408	3600	4212	11439	4193	4964
	Com necessidade de reparação	22502	5785	5174	8436	2221	886
	Pequenas reparações	14180	2858	2978	6060	1604	680
	Reparações médias	6016	1888	1513	1954	492	169
	Grandes reparações	2306	1039	683	422	125	37
	Muito degradado	1586	894	361	239	57	35
Alvalade	TOTAL	633	5	48	549	17	14
	Sem necessidade de reparação	399	1	26	346	13	13
	Com necessidade de reparação	227	4	16	202	4	1
	Pequenas reparações	182	2	10	166	3	1
	Reparações médias	34	1	1	31	1	0
	Grandes reparações	11	1	5	5	0	0
	Muito degradado	7	0	6	1	0	0
Campo Grande	TOTAL	639	8	22	451	53	105
	Sem necessidade de reparação	297	5	2	212	9	69
	Com necessidade de reparação	326	1	13	232	44	36
	Pequenas reparações	219	1	6	149	36	27
	Reparações médias	90	0	2	78	7	3
	Grandes reparações	17	0	5	5	1	6
	Muito degradado	16	2	7	7	0	0

QUADRO 11 · EDIFÍCIOS NA FREGUESIA DE ALVALADE, POR ANTIGA FREGUESIA, ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO E ESTADO DE CONSERVAÇÃO (2011)

CONCELHO E ANTIGAS FREGUESIAS	Estado de conservação	TOTAL (nº)	antes de 1919	1919-1945	1946-1970	1971-1990	1991-2011
São João de Brito	TOTAL	1225	1	55	969	181	19
	Sem necessidade de reparação	992	1	42	812	119	18
	Com necessidade de reparação	226	0	13	155	57	1
	Pequenas reparações	177	0	10	130	36	1
	Reparações médias	38	0	3	18	17	0
	Grandes reparações	11	0	0	7	4	0
	Muito degradado	7	0	0	2	5	0

Fonte: INE, Instituto Nacional de Estatística

No que diz respeito aos alojamentos habitados apenas por pessoas com 65 ou mais anos de idade, Alvalade registava em 2011 um total de 2.588 alojamentos habitados por pessoas de idade maior que vivem sozinhos e 5.968 que moram sós ou apenas com outras pessoas do mesmo grupo etário²⁴.

QUADRO 12 · ALOJAMENTOS FAMILIARES DE RESIDÊNCIA HABITUAL NA FREGUESIA DE ALVALADE, CUJOS RESIDENTES SÃO APENAS PESSOAS COM 65 OU MAIS ANOS DE IDADE, POR ANTIGA FREGUESIA E NÚMERO DE RESIDENTES (2011)

CONCELHO E ANTIGAS FREGUESIAS	População residente (nº)	População residente total com 65 ou mais anos (nº)	Total de indivíduos com 65 ou mais anos vivendo sós ou com outros do mesmo grupo etário (nº)	Total de alojamentos familiares (nº)	Total de alojamentos familiares só com pessoas com 65 ou mais anos (nº)	Alojamentos com 1 pessoa com 65 ou mais anos (nº)
Lisboa	547733	130960	84946	323076	59731	35223
Alvalade	8869	2794	1942	5381	1410	888
Campo Grande	10514	2562	1629	6199	1159	707
São João de Brito	11727	3665	2397	6782	1684	993

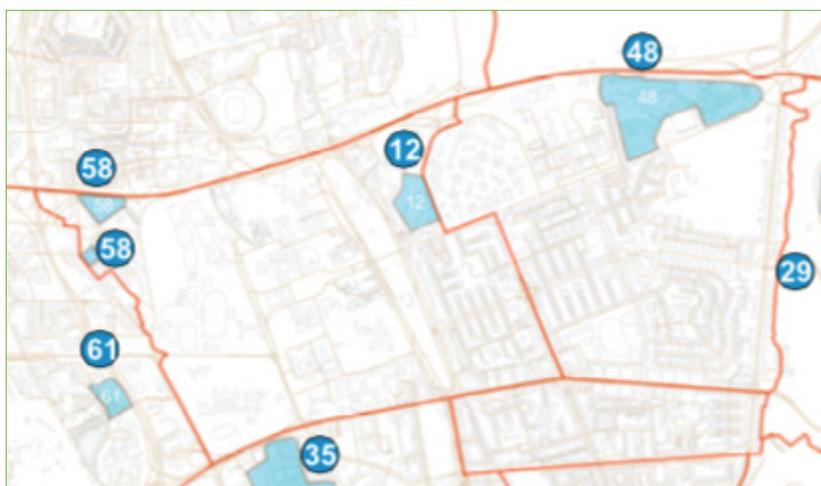
Fonte: INE, Instituto Nacional de Estatística

²⁴ Soma aritmética dos dados registados nas três antigas freguesias

3.3.5. ZONAS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIAS

No âmbito do Programa Local de Habitação (PLH), a Carta dos Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa (BIP/ZIP)²⁵ regista três bairros na freguesia de Alvalade, a saber:

- **Zona 12** – Bairro das Murtas (situado na antiga freguesia do Campo Grande);
- **Zona 48** – Bairro São João de Brito/Pote de Água (situado na antiga freguesia de São João de Brito);
- **Zona 58** – Cooperativas 25 de Abril e Unidade do Povo, atualmente identificada com Bairro FONSECAS e Calçada (situado na antiga freguesia do Campo Grande).



► MAPA DE ZONAS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIAS

Fonte: CML
– Carta BIP/ZIP
(17 de novembro de 2010)

ZONA 12 - BAIRRO DAS MURTAS (situado na antiga freguesia do Campo Grande)

O Bairro das Murtas foi construído em 2000, e situa-se nas traseiras da Avenida do Brasil, entre o Hospital Júlio de Matos e o Campo Grande. É composto por 7 lotes de 7 andares, perfazendo um total de 122 fogos de realojamento municipal (na sua maioria de três assoalhadas), sendo ladeado a poente por uma vasta área expectante.

Dos agregados familiares que ali vivem, a maioria (77%), foram integrados no Bairro aquando do processo de realojamento. Destes agregados que fizeram a transição para o Bairro das Murtas no momento do realojamento, quase todos viviam anteriormente no mesmo local (em barracas), sendo que apenas um veio de outra freguesia do concelho de Lisboa.

²⁵ A Carta dos BIP/ZIP – Carta com a identificação dos Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa, aprovada pela CML em 17 de novembro de 2010, através da Deliberação 616/2010 e pela Assembleia Municipal de Lisboa em 1 de março de 2011, enquadrada no PLH e construída de forma a incluir a dimensão social na gestão do território da cidade

Dos restantes agregados, dos que vieram para o Bairro após o realojamento, a maioria vieram de outras freguesias de Lisboa, destacando-se a Alta de Lisboa, a Zona Oriental e a Ajuda; e apenas um número residual é proveniente de concelhos ou localidades fora de Lisboa (Leiria, Rio de Mouro e Amadora).

Importa, ainda, referir que quanto aos agregados que integraram o bairro após o realojamento, a maioria fê-lo há mais de 7 anos.

Em termos sociodemográficos, os dados existentes permitem verificar que, entre os 344 moradores, não se encontram diferenças significativas entre sexos (169 do sexo feminino e 175 do sexo masculino). Quanto ao estado civil, são na sua maioria solteiros (236), verificando-se, ainda, um número significativo de moradores casados (64), em união de facto (21) e viúvos (n=18).

De referir que todos os moradores de etnia cigana que residem neste bairro apresentam, em termos legais, o estado civil de solteiro, apesar de na realidade estarem casados segundo as leis da sua cultura.

A população do Bairro das Murtas é maioritariamente de nacionalidade portuguesa (334), sendo os restantes de outras nacionalidades, como Brasil, Cabo Verde ou Guiné-Bissau.

Ao nível da naturalidade, 68% dos moradores são naturais de Lisboa e 18% de outras cidades portuguesas. É ainda de salientar o elevado número de moradores naturais de países africanos, o que leva a crer que alguns moradores obtiveram nacionalidade portuguesa posteriormente.

Há também heterogeneidade da população quanto à etnia, mais especificamente, 162 moradores pertencentes à etnia cigana, 124 moradores de origem caucasiana, 35 de origem africana e 23 de origem indiana.

Resumindo, o Bairro das Murtas é um bairro com uma população culturalmente heterogénea, na medida em que é composta por diferentes minorias étnicas.

Observando a constituição da população do Bairro, as crianças e os jovens representam uma percentagem significativa, sendo também de realçar o elevado número de moradores em idade ativa.

A grande parte da população possui habilitações escolares ao nível do 1º Ciclo, sendo também importante destacar o número elevado de situações de analfabetismo, o que poderá revelar, no geral, um baixo nível de qualificações. Observa-se também um elevado número de indivíduos em situação de desemprego.

A grande maioria dos agregados familiares vive em situação de dificuldade sócio-económica, visível pelos rendimentos globais das famílias, que se encontram em grande parte abaixo do salário mínimo nacional, sendo que uma elevada percentagem dos agregados subsiste através de algum tipo de apoio social, com destaque para o rendimento social de inserção e pensões²⁶.

ZONA 48 · BAIRRO SÃO JOÃO DE BRITO/POTE DE ÁGUA (situado na antiga freguesia de São João de Brito)

Situado numa localização periférica da Lisboa oriental, de fluxos constantes de tráfego, automóvel e aéreo, este Bairro configura uma península delimitada pela via 2ª Circular e pela Avenida do Brasil, na proximidade com a pista de sentido Norte-Sul do Aeroporto da Portela. De características muito heterogéneas o Bairro inclui, a nascente, um aglomerado de habitações unifamiliares dispostas ao longo de arruamentos típicos de uma área urbana de génese ilegal, sendo que a poente se aglomera um conjunto de armazéns, pequenas indústrias e oficinas metalomecânicas, a par de habitações mais informais e de autoconstrução, num conjunto informal e espontâneo; a sul deste conjunto existe um talude inclinado na zona denominada de Pote de Água, antiga Quinta do Correio Mor, frente ao Bairro da Boa Esperança; e no extremo poente formou-se um pequeno aglomerado de habitações, entre um palacete em ruínas e a 2ª Circular, ao longo do limite do complexo do Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Neste bairro, construído pelos próprios moradores em terrenos da Quinta do Carrapato - à Estrada da Portela - cedidos pela Câmara Municipal de Lisboa, vivem mais de cento e cinquenta (150) famílias. Este bairro foi criado nos anos setenta para alojar pessoas regressadas do antigo Ultramar as quais, ainda hoje, constituem a maioria da população que ali habita, 1.532 pessoas.

ZONA 58 · COOPERATIVAS 25 DE ABRIL E UNIDADE DO POVO, ATUALMENTE IDENTIFICADA COM BAIRRO FONSECAS E CALÇADA (situado na antiga freguesia do Campo Grande)

A construção do bairro Fonseca e Calçada foi iniciada em 1975 e em 2016 chegou ao fim o processo de regularização das 335 habitações (538 pessoas) deste bairro, espalhadas por cinco (5) edifícios. Tendo sido entregues as licenças de utilização, às duas cooperativas económicas Unidade do Povo e 25 de Abril. Este bairro tem a curiosidade de ter sido o primeiro bairro de autoconstrução do pós 25 de Abril, em Lisboa.

²⁶ Todos os dados sobre o Bairro das Murtas são retirados de: Gebalis (2013), Diagnóstico do Bairro das Murtas

3.4. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO INQUIRIDA

De seguida apresenta-se a caracterização da população inquirida atendendo a um conjunto alargado de variáveis, nomeadamente: antiga freguesia e zona, sexo, idade, nacionalidade, habitação, nível de ensino, estado civil, condição perante atividade económica, fontes de rendimento e rendimento mensal líquido do agregado familiar.

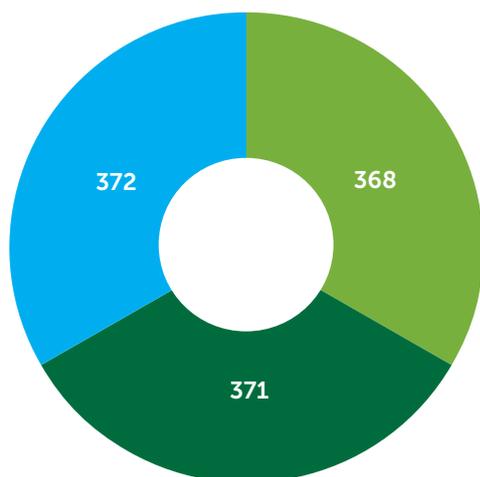
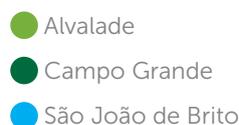


GRÁFICO 02
AMOSTRA REPRESENTATIVA
DAS TRÊS ANTIGAS FREGUESIAS
(n=1111)



Fonte: Inquérito à população

ANTIGAS FREGUESIAS E ZONAS

O inquérito foi aplicado a uma amostra representativa estratificada da população por antiga freguesia.

Na fase de preparação do inquérito e identificação dos parâmetros de caracterização, surgiu a necessidade de identificar as áreas de intervenção prioritárias presentes no território. Estas áreas são caracterizadas por um contexto socioeconómico tendencialmente mais frágil comparativamente ao resto da freguesia. A introdução desta variável tinha o objetivo de identificar características e necessidades específicas destes territórios. Foram assim definidas quatro (4) zonas, nomeadamente:

- **Zona 1** – Toda a freguesia, exceto os territórios correspondentes às zonas 2, 3 e 4;
- **Zona 2** – Território correspondente ao Bairro das Murtas;
- **Zona 3** – Território correspondente ao Bairro Fonsecas e Calçada;
- **Zona 4** – Território correspondente ao Bairro São João de Brito e Bairro de Boa Esperança.

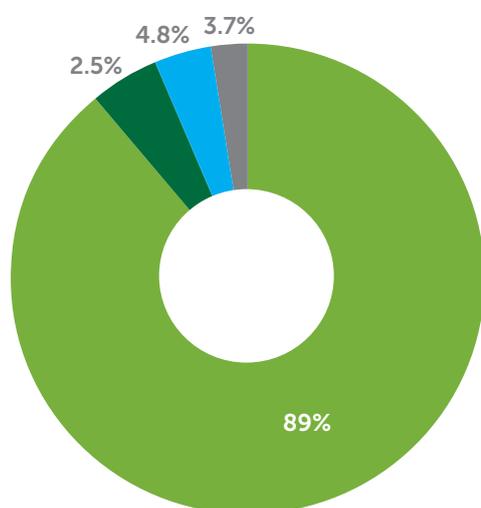
É importante sublinhar que a amostra por zonas não é representativa e o número de inquiridos por zona é o resultado da aplicação do método de seleção aleatória dos

fogos e indivíduos das respetivas freguesias. A identificação da zona de pertença dos inquiridos representa sim um parâmetro potencialmente relevante para a análise de possíveis conexões e interdependências entre as perceções recolhidas e as características socioeconómicas de cada zona considerada.

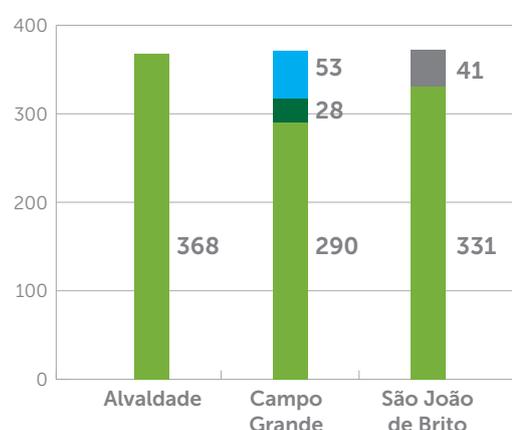
Foram aplicados 28 questionários no Bairro das Murtas, 53 no Bairro Fonseca e Calçadas, 41 no Bairro de São João de Brito e Bairro de Boa Esperança, e 989 no resto da freguesia, correspondendo em termos percentuais a 2,5%, 4,8%, 3,7% e 89,0% respetivamente.

GRÁFICO 03

AMOSTRA TOTAL POR ZONA (n=1111)

**GRÁFICO 04**

AMOSTRA POR ANTIGA FREGUESIA, POR ZONA (n=1111)



- Zona 1 (território da Freguesia, exceto as zonas 2, 3 e 4)
- Zona 2 (Bairro das Murtas)
- Zona 3 (Bairro FONSECAS e CALÇADAS) S. João de Brito
- Zona 4 (Bairro São João de Brito e Bairro de Boa Esperança)

Fonte: Inquérito à população

QUADRO 13 · AMOSTRA DA POPULAÇÃO, POR ANTIGA FREGUESIA E POR ZONA

FREGUESIA	TOTAL (nº)	ZONA							
		1		2		3		4	
		nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
TOTAL	1111	989	89,0%	28	2,5%	53	4,8%	41	3,7%
Alvaldade	368	368	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Campo Grande	371	290	78,2%	28	7,5%	53	14,3%	0	0,0%
São João de Brito	372	331	89,0%	0	0,0%	0	0,0%	41	11,0%

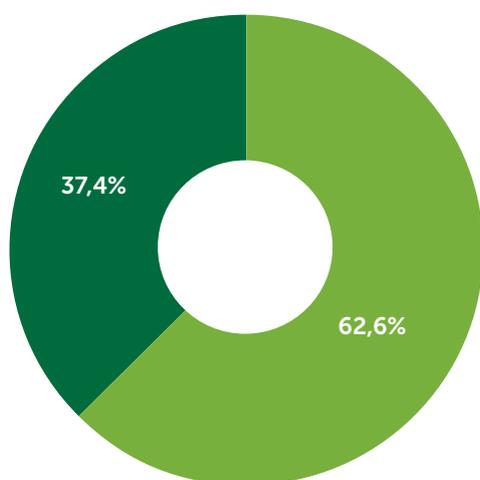
Fonte: Inquérito à população (n=1111)

SEXO

No que diz respeito ao sexo da população inquirida, 62,6% são do sexo feminino e 37,4% do sexo masculino. As três antigas freguesias apresentam uma proporção entre o número de mulheres e de homens inquiridos muito parecida, sendo que a população inquirida de sexo feminino representa 62,2% da amostra na antiga freguesia de Alvalade, 62,0% na antiga freguesia do Campo Grande e 63,4% na antiga freguesia de São João de Brito.

GRÁFICO 05

AMOSTRA TOTAL POR SEXO (n=1111)

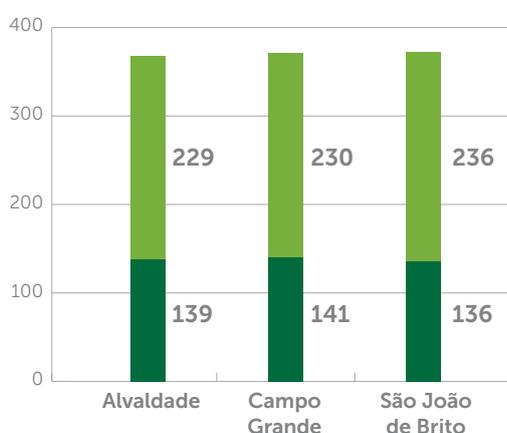


● Mulher

● Homem

GRÁFICO 06

AMOSTRA POR ANTIGA FREGUESIA, POR SEXO (n=1111)



Fonte: Inquérito à população

QUADRO 14 · AMOSTRA DA POPULAÇÃO, POR ANTIGA FREGUESIA E POR SEXO

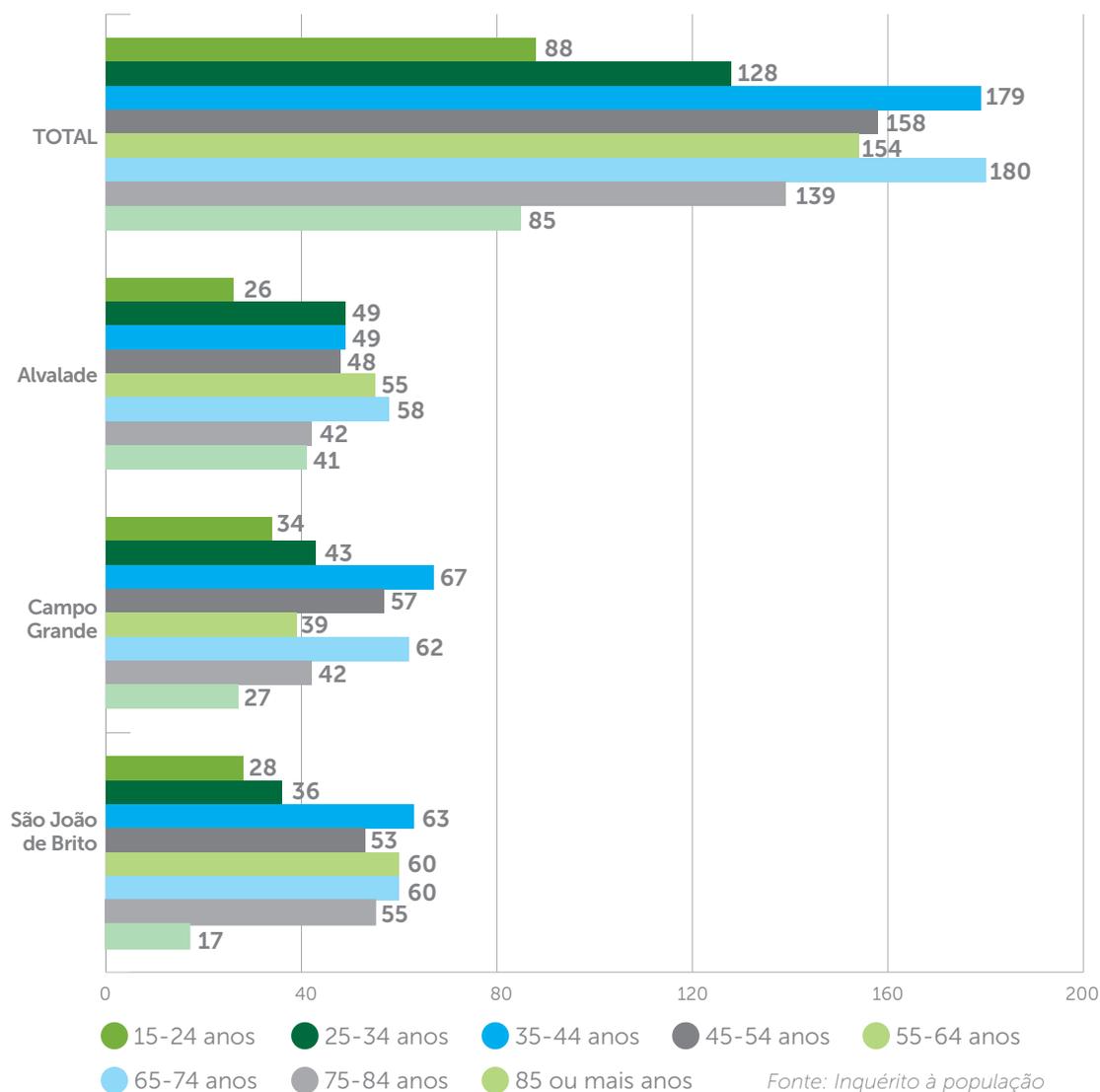
FREGUESIA	TOTAL (nº)	SEXO			
		Homem		Mulher	
		nº	%	nº	%
TOTAL	1111	416	37,4%	695	62,6%
Alvalade	368	139	37,8%	229	62,2%
Campo Grande	371	141	38,0%	230	62,0%
São João de Brito	372	136	36,6%	236	63,4%

Fonte: Inquérito à população (n=1111)

IDADE

Relativamente à idade, observa-se uma distribuição relativamente homogénea das pessoas inquiridas pelas faixas etárias, quer na amostra total, quer na amostra estratificada por freguesia. De facto, existem poucos pontos percentuais de diferença entre uma faixa e outra, destacando-se apenas um número mais reduzido das pessoas inquiridas com idades compreendidas entre os 15 e 24 anos e com 85 ou mais anos de idade, comparativamente às outras faixas etárias. Relativamente às antigas freguesias, destacam-se os seguintes pontos: i) na antiga freguesia de Alvalade a percentagem relativa da população com 85 ou mais anos de idade é de 11,1%, superior à percentagem da amostra total (7,7%); ii) a amostra da antiga freguesia do Campo Grande apresenta uma distribuição ligeiramente diferente, com uma percentagem de pessoas inquiridas com idades compreendidas entre 55 e 64 anos, inferior à da amostra total (10,5% e 13,9%); iii) na antiga freguesia de São João de Brito a população com 85 ou mais anos de idade correspondeu apenas a 4,6% da amostra.

GRÁFICO 07 · AMOSTRA POR ANTIGA FREGUESIA, POR IDADE (n=1111)



QUADRO 15 · AMOSTRA DA POPULAÇÃO, POR ANTIGA FREGUESIA E POR IDADE

FREGUESIA	FAIXA ETÁRIA															
	15-24 anos		25-34 anos		35-44 anos		45-54 anos		55-64 anos		65-74 anos		75-84 anos		≥ 85 anos	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
TOTAL	88	7,9%	128	11,5%	179	16,1%	158	14,2%	154	13,9%	180	16,2%	139	12,5%	85	7,7%
Alvalade	26	7,1%	49	13,3%	49	13,3%	48	13,0%	55	15,0%	58	15,8%	42	11,4%	41	11,1%
Campo Grande	34	9,2%	43	11,6%	67	18,1%	57	15,4%	39	10,5%	62	16,7%	42	11,3%	27	7,3%
São João de Brito	28	7,5%	36	9,7%	63	16,9%	53	14,3%	60	16,1%	60	16,1%	55	14,8%	17	4,6%

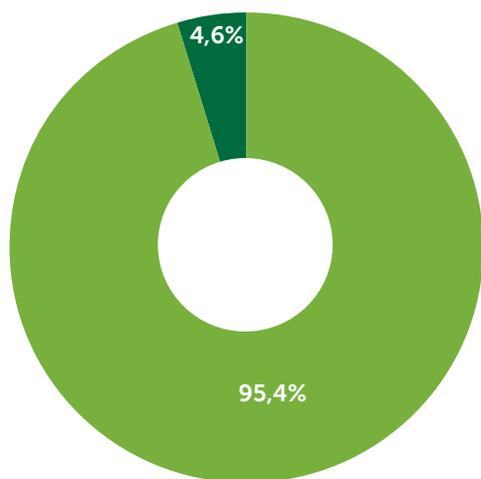
Fonte: Inquérito à população (n=1111)

NACIONALIDADE

Em termos de nacionalidade, 95,4% da população inquirida é de nacionalidade portuguesa e 4,6% de nacionalidade estrangeira, correspondente a 1.060 e 51 pessoas, respetivamente. O quadro 17 apresenta as nacionalidades da população estrangeira inquirida, destacando-se a nacionalidade brasileira, que representa 52,9% do total.

GRÁFICO 05

AMOSTRA TOTAL POR SEXO (n=1111)



- Nacionalidade portuguesa
- Nacionalidade estrangeira

Fonte: Inquérito à população

QUADRO 16 · AMOSTRA DA POPULAÇÃO, POR ANTIGA FREGUESIA E POR NACIONALIDADE

FREGUESIA	Portuguesa	Estrangeira
	%	%
TOTAL	95.5%	4.6%
Alvalade	95.4%	4.6%
Campo Grande	96.8%	3.2%
São João de Brito	94.2%	5.9%

Fonte: Inquérito à população (n=1111)

QUADRO 17 · POPULAÇÃO ESTRANGEIRA INQUIRIDA, POR ANTIGA FREGUESIA

População estrangeira (nº)				
PAÍS	TOTAL	Alvalade	Campo Grande	São João de Brito
Angola	2	1	0	1
Austrália	1	0	1	0
Bélgica	1	1	0	0
Brasil	27	7	8	12
Cabo Verde	2	0	1	1
Canadá	1	0	0	1
Espanha	1	0	1	0
Estados Unidos	1	1	0	0
França	2	1	0	1
Guiné-Bissau	1	1	0	0
Itália	4	0	0	4
Lituânia	1	1	0	0
México	1	1	0	0
Roménia	3	1	1	1
Sul Coreana	1	1	0	0
Ucrânia	1	1	0	0
ND	1	0	0	1
TOTAL	51	17	12	22

Fonte: Inquérito à população (n=1111)

NÍVEL DE ENSINO

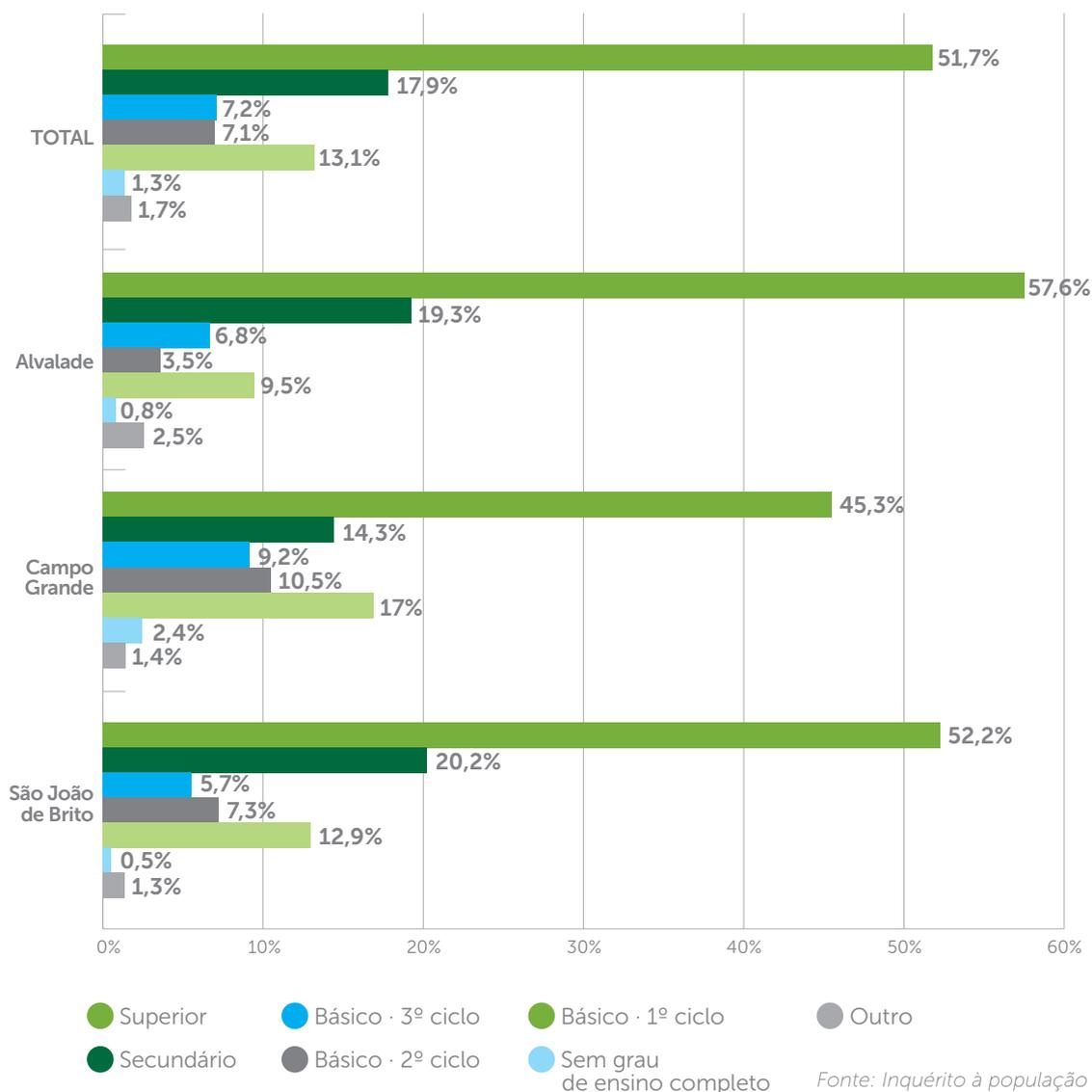
No que diz respeito ao nível de ensino, destaca-se a elevada percentagem de pessoas inquiridas com o nível de ensino superior completo, correspondente a 51,7% da amostra total. Relativamente à amostra estratificada por freguesia, as pessoas com nível de ensino superior representam 57,6% do total das pessoas inquiridas na antiga freguesia de Alvalade, 45,3% no Campo Grande e 52,2% em São João de Brito. É importante observar também que 14 pessoas inquiridas, correspondente a 1,3% da amostra total, não detêm qualquer nível de ensino completo, destas, 9 vivem na antiga freguesia do Campo Grande, 4 no Bairro das Murtas e 3 inquiridos no Bairro Fonsecas e Calçada.

**QUADRO 18 · AMOSTRA DA POPULAÇÃO,
POR ANTIGA FREGUESIA E POR NÍVEL DE ENSINO**

FREGUESIA	Nível de ensino completo																	
	Nenhum		Sabe ler e escrever sem ter frequentado a escola		Pré-escolar		Básico · 1º ciclo		Básico · 2º ciclo		Básico · 3º ciclo		Secundário		Superior		Outro	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
TOTAL	10	0,9%	3	0,3%	1	0,1%	146	13,1%	79	7,1%	80	7,2%	199	17,9%	574	51,7%	19	1,7%
Alvalade	1	0,3%	2	0,5%	0	0,0%	35	9,5%	13	3,5%	25	6,8%	71	19,3%	212	57,6%	9	2,4%
Campo Grande	8	2,2%	1	0,3%	0	0,0%	63	17,0%	39	10,5%	34	9,2%	53	14,3%	168	45,3%	5	1,3%
São João de Brito	1	0,3%	0	0,0%	1	0,3%	48	12,9%	27	7,3%	21	5,6%	75	20,2%	194	52,2%	5	1,3%

Fonte: Inquérito à população (n=1111)

GRÁFICO 09 · NÍVEL DE ENSINO DA POPULAÇÃO INQUIRIDA, POR ANTIGA FREGUESIA (n=1111)



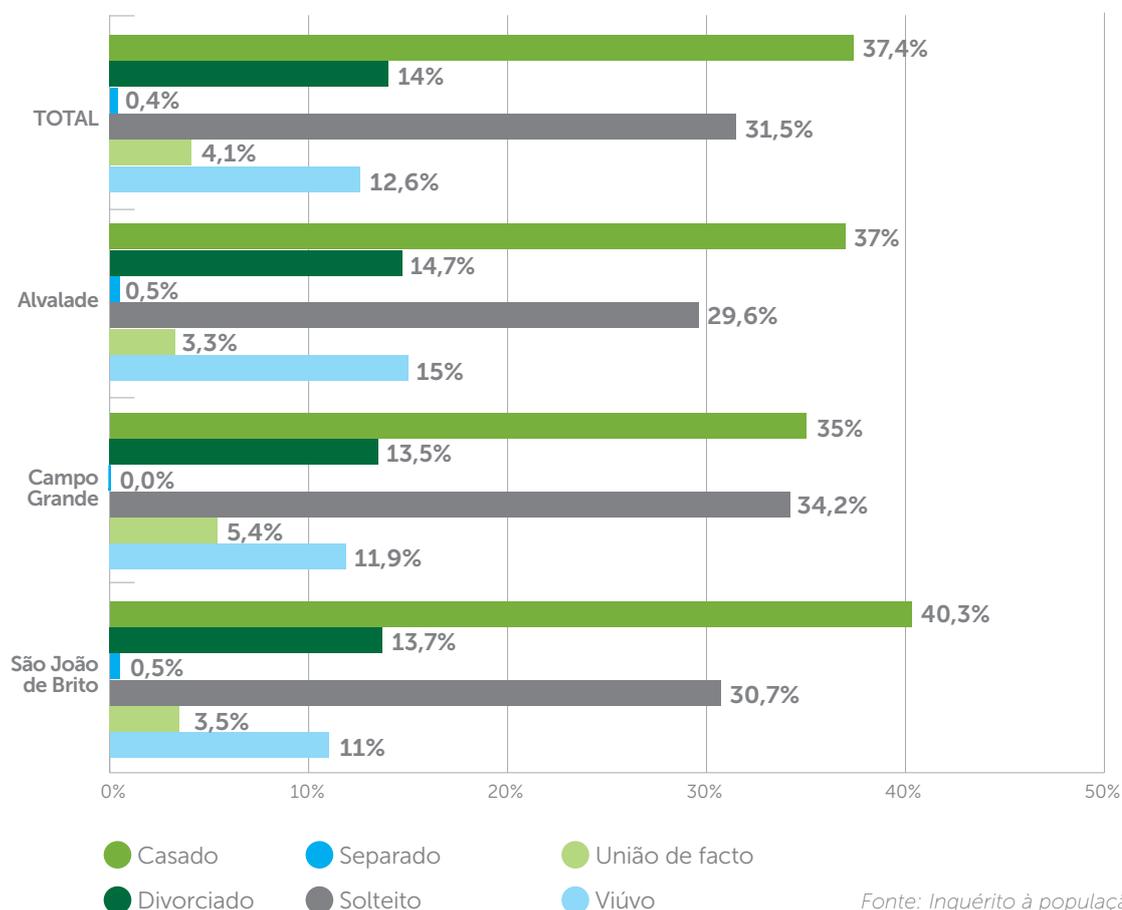
ESTADO CIVIL

Relativamente ao estado civil, observa-se que mais de um terço da população inquirida é casada (37,4%) e que 31,5% é solteira. As proporções que caracterizam a amostra total refletem-se também na estratificação por antiga freguesia, segundo a ordem decrescente: população casada, solteira, divorciada, viúva, união de facto e separada.

QUADRO 19 · AMOSTRA DA POPULAÇÃO, POR ANTIGA FREGUESIA E POR ESTADO CIVIL														
FREGUESIA	Estado civil													
	Casado		Divorciado		Separado		Solteiro		União de Facto		Viúvo		Recusou responder	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
TOTAL	416	37,4%	155	14,0%	4	0,4%	350	31,5%	45	4,1%	140	12,6%	1	0,1%
Alvalade	136	37,0%	54	14,7%	2	0,5%	109	29,6%	12	3,3%	55	14,9%	0	0,0%
Campo Grande	130	35,0%	50	13,5%	0	0,0%	127	34,2%	20	5,4%	44	11,9%	0	0,0%
São João de Brito	150	40,3%	51	13,7%	2	0,5%	114	30,6%	13	3,5%	41	11,0%	1	0,3%

Fonte: Inquérito à população (n=1111)

GRÁFICO 10 · ESTADO CIVIL DA POPULAÇÃO INQUIRIDA, POR ANTIGA FREGUESIA (n=1111)



TEMPO DE RESIDÊNCIA NA FREGUESIA

Observa-se que 75% da população inquirida na freguesia de Alvalade vive há mais de 5 anos no território. Analisando as variáveis de caracterização da população que mudou para a freguesia, após o Censos de 2011, a amostra aponta para uma distribuição territorial relativamente homogénea entre as três antigas freguesias (38% na antiga freguesia de Alvalade, 27% no Campo Grande e 35% em São João de Brito) e um número de mulheres superior ao dos homens, representando 61% e 39% da população inquirida, respetivamente. Em termos etários, mais de 50% tem idade compreendida entre os 25 e 44 anos. 70% possui um título de ensino superior, 60% trabalha (47% empregado/a por conta de outrem e 13% empregado/a por conta própria) e 18% está a estudar. Estes dados corroboram as perceções recolhidas relativamente à tendência de “renovação” geracional da população observada na freguesia nestes últimos anos, com a vinda de pessoas e famílias para esta área da cidade.

GRÁFICO 11 · AMOSTRA TOTAL, POR ANOS NA FREGUESIA (n=1111)

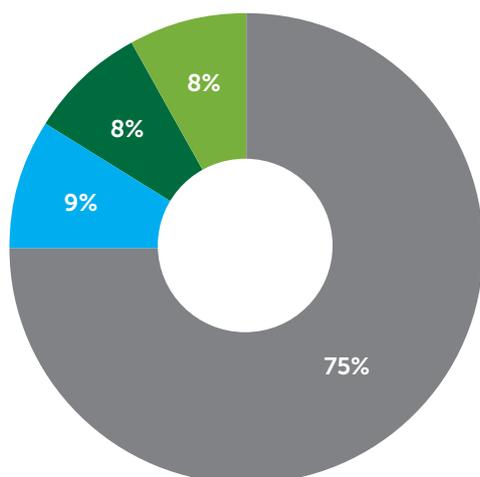
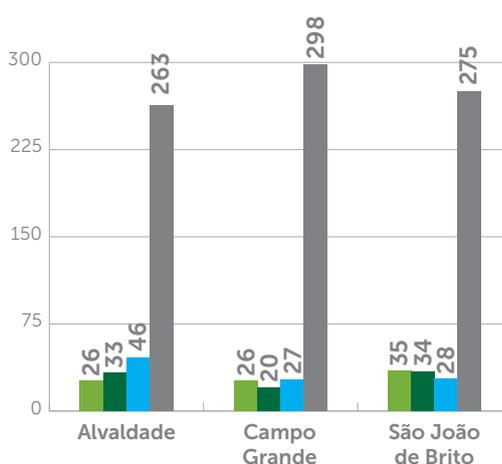


GRÁFICO 12 · AMOSTRA POR ANTIGA FREGUESIA, POR ANOS NA FREGUESIA (n=1111)



● Menos de 1 ano ● 1-2 anos ● 3-5 anos ● mais de 5 anos *Fonte: Inquérito à população*

QUADRO 20 · RESPOSTA À QUESTÃO “HÁ QUANTOS ANOS MORA NESTA FREGUESIA?”, POR ANTIGA FREGUESIA

ANOS	TOTAL		Alvalade		Campo Grande		São João de Brito	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
menos de 1 ano	87	7.83%	26	7.07%	26	7.01%	35	9.41%
1-2 anos	87	7.83%	33	8.97%	20	5.39%	34	9.14%
3-5 anos	101	9.09%	46	12.5%	27	7.28%	28	7.53%
mais de 5 anos	836	75.25%	263	71.47%	298	80.32%	275	73.92%

Fonte: Inquérito à população (n=1111)

TIPO DE ALOJAMENTO

O tipo de alojamento da amostra da população é maioritariamente clássico (apartamento ou moradia), com a exceção de oito (8) casos de habitação precária, todos identificados no Bairro de São João de Brito.

Verificou-se que 88% dos fogos são habitados por agregados familiares, sendo os restantes 12% habitados por grupos de pessoas que partilham a mesma casa.

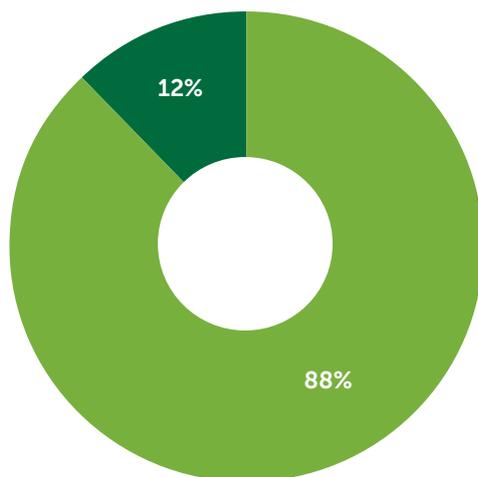


GRÁFICO 13

RESPOSTA À QUESTÃO
"FAZEM PARTE DO MESMO AGREGADO
FAMILIAR?" (n=1111)

- Sim
- Não

Fonte: Inquérito à população

COMPOSIÇÃO DOS AGREGADOS FAMILIARES

Mais de um terço dos agregados familiares da amostra é composto por duas pessoas (34,4%), seguido em ordem decrescente em termos percentuais pelos agregados familiares compostos por uma pessoa (22,4%), por três pessoas (17,4%), por quatro (13,3%) e por cinco ou mais pessoas (6,3%). Todas as três antigas freguesias apresentam a mesma distribuição.

QUADRO 21 · COMPOSIÇÃO AGREGADOS FAMILIARES, POR ANTIGA FREGUESIA								
AGREGADO FAMILIAR	TOTAL		Alvalade		Campo Grande		São João de Brito	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1 pessoa	235	22.4%	88	25.1%	78	22.2%	69	19.9%
2 pessoas	361	34.4%	123	35.1%	116	33.0%	122	35.2%
3 pessoas	182	17.4%	62	17.7%	61	17.3%	59	17.0%
4 pessoas	139	13.3%	43	12.3%	47	13.4%	49	14.1%
5 ou + pessoas	66	6.3%	17	4.9%	25	7.1%	24	6.9%

Fonte: Inquérito à população (n=1111)

Mais de um quarto da população inquirida (26,28%), correspondente a 292 pessoas, tem mais de 65 anos e vivem sozinhas ou com outras pessoas com 65 ou mais anos.

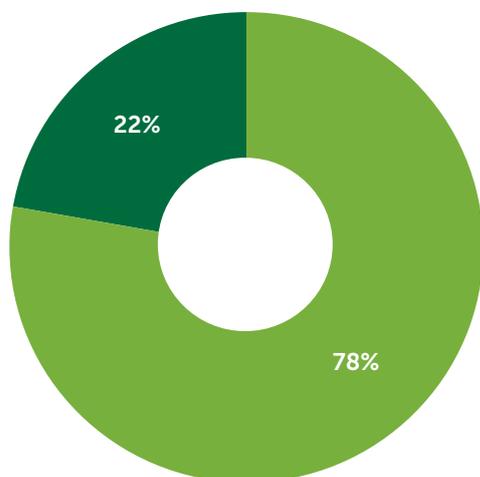


GRÁFICO 14
PESSOAS INQUIRIDAS COM 65 OU MAIS ANOS QUE MORAM SOZINHAS, POR SEXO (n=1111)

● Mulheres
● Homens

Fonte: Inquérito à população

QUADRO 22 · FOGOS HABITADOS POR UMA OU MAIS PESSOAS COM 65 OU MAIS ANOS, POR NÚMERO DE PESSOAS E POR ANTIGA FREGUESIA

NÚMERO DE HABITANTES	TOTAL (nº)	Distribuição nas antigas Freguesias (%)		
		Alvalade	Campo Grande	São João de Brito
1 pessoa	138	43,48%	28,99%	27,54%
2 pessoas	140	29,29%	37,86%	32,86%
3 ou + pessoas	7	42,86%	14,29%	42,86%

Fonte: Inquérito à população (n=1111)

CONDIÇÃO PERANTE ATIVIDADE ECONÓMICA

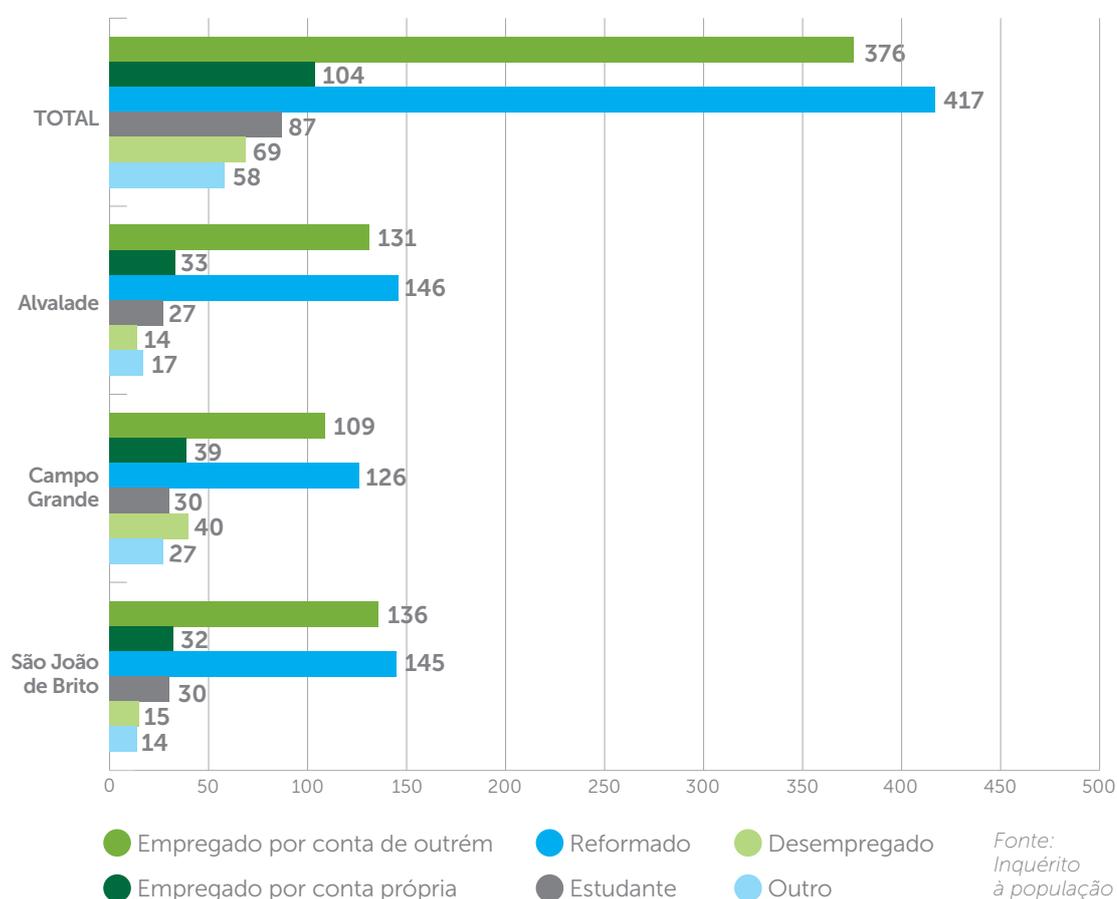
No que diz respeito à condição perante atividade económica, a maioria das pessoas inquiridas são reformadas (37,5%) ou empregadas por conta de outrem (33,8%). Relativamente às antigas freguesias, observa-se uma maior percentagem de pessoas desempregadas no Campo Grande (10,8%), comparativamente às outras duas antigas freguesias (3,8% - Alvalade; 4,0% - São João de Brito).

QUADRO 23 · AMOSTRA DA POPULAÇÃO POR CONDIÇÃO PERANTE ATIVIDADE ECONÓMICA, POR ANTIGA FREGUESIA

AGREGADO FAMILIAR	TOTAL		Alvalade		Campo Grande		São João de Brito	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Empregado por conta de outrem	376	33,8%	131	35,6%	109	29,4%	136	36,6%
Empregado por conta própria	104	9,4%	33	9,0%	39	10,5%	32	8,6%
Reformado	417	37,5%	146	39,7%	126	34,0%	145	39,0%
Estudante	87	7,8%	27	7,3%	30	8,1%	30	8,1%
Doméstica	21	1,9%	3	0,8%	8	2,2%	10	2,7%
À procura do 1º emprego	2	0,2%	1	0,3%	1	0,3%	0	0,0%
Desempregado	69	6,2%	14	3,8%	40	10,8%	15	4,0%
Inativo	8	0,7%	3	0,8%	4	1,1%	1	0,3%
Inálido/ doença permanente	8	0,7%	3	0,8%	4	1,1%	1	0,3%
Outra	19	1,7%	7	1,9%	10	2,7%	2	0,5%

Fonte: Inquérito à população (n=1111)

GRÁFICO 15 · AMOSTRA DA POPULAÇÃO, POR ANTIGA FREGUESIA, POR CONDIÇÃO PERANTE ATIVIDADE ECONÓMICA (n=1111)



FONTES DE RENDIMENTO E RENDIMENTO MENSAL DO AGREGADO FAMILIAR

Em matéria de rendimento do agregado familiar das pessoas inquiridas, observa-se que mais de metade da amostra (53,1%) identifica o trabalho como principal fonte de rendimento nos últimos 12 meses, seguido em ordem decrescente pela pensão/reforma (41,9%). Regista-se que 37,8% dos agregados familiares das pessoas inquiridas têm um rendimento mensal líquido com valores compreendidos entre 900 e 2.500 euros e que 7,7% recebem um valor igual ou inferior a 400 euros.

No que diz respeito às antigas freguesias, o Campo Grande destaca-se pelas percentagens superiores às registadas nas outras duas antigas freguesias, relativamente à população com rendimentos líquidos mensais iguais ou inferiores a 400 euros (11,3%), e às pessoas cuja fonte principal de rendimento corresponde a apoios sociais e subsídios temporários (7,6%).

QUADRO 24 · RESPOSTA À QUESTÃO “NOS ÚLTIMOS 12 MESES, QUAIS FORAM AS PRINCIPAIS FONTES DE RENDIMENTO DO SEU AGREGADO FAMILIAR?”, POR ANTIGA FREGUESIA

PRINCIPAIS FONTES DE RENDIMENTO DO AGREGADO FAMILIAR	TOTAL		Alvalade		Campo Grande		São João de Brito	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Trabalho	590	53,1%	198	53,8%	194	52,3%	197	53,0%
Pensão/ Reforma	466	41,9%	156	42,4%	148	39,9%	162	43,6%
Subsídios temporários / Apoio Social	49	4,4%	8	2,2%	28	7,6%	13	3,5%
A cargo da família	61	5,5%	18	4,9%	20	5,4%	23	6,2%
Rendimentos de propriedade ou de empresa	26	2,3%	13	3,5%	4	1,1%	9	2,4%
Biscates	3	0,3%	1	0,3%	1	0,3%	1	0,3%
Bolsa de Estudo	3	0,3%	0	0,0%	1	0,3%	2	0,5%
Desconhece	1	0,1%	0	0,0%	0	0,0%	1	0,3%
Recusou responder	2	0,2%	0	0,0%	1	0,3%	1	0,3%
Poupanças	2	0,2%	1	0,3%	0	0,0%	1	0,3%
Sem rendimento	1	0,1%	0	0,0%	1	0,3%	0	0,0%

Fonte: Inquérito à população (n=1111)

QUADRO 25 · AMOSTRA DA POPULAÇÃO POR RENDIMENTO MENSAL LÍQUIDO DO AGREGADO FAMILIAR, POR ANTIGA FREGUESIA

RENDIMENTO MENSAL LÍQUIDO DO AGREGADO FAMILIAR	TOTAL		Alvalade		Campo Grande		S. João de Brito	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
A) 0-400€	85	7.7%	26	7.1%	42	11.3%	17	4.6%
B) 401-900€	172	15.5%	51	13.9%	63	17.0%	58	15.6%
C) 901-1.500€	204	18.4%	63	17.1%	72	19.4%	69	18.6%
D) 1.501- 2.500€	216	19.4%	69	18.8%	63	17.0%	84	22.6%
E) 2.500-4.300€	136	12.2%	48	13.0%	37	10.0%	51	13.7%
F) 4.301-10.000€	39	3.5%	19	5.2%	8	2.2%	12	3.2%
G) mais de 10.000€	4	0.4%	1	0.3%	3	0.8%	0	0.0%
Desconhece	84	7.6%	26	7.1%	29	7.8%	29	7.8%
Recusou responder	171	15.4%	65	17.7%	54	14.6%	52	14.0%

Fonte: Inquérito à população (n=1111)

GRÁFICO 16 · FONTES DE RENDIMENTO DO AGREGADO FAMILIAR, POR ANTIGA FREGUESIA (n=1111)

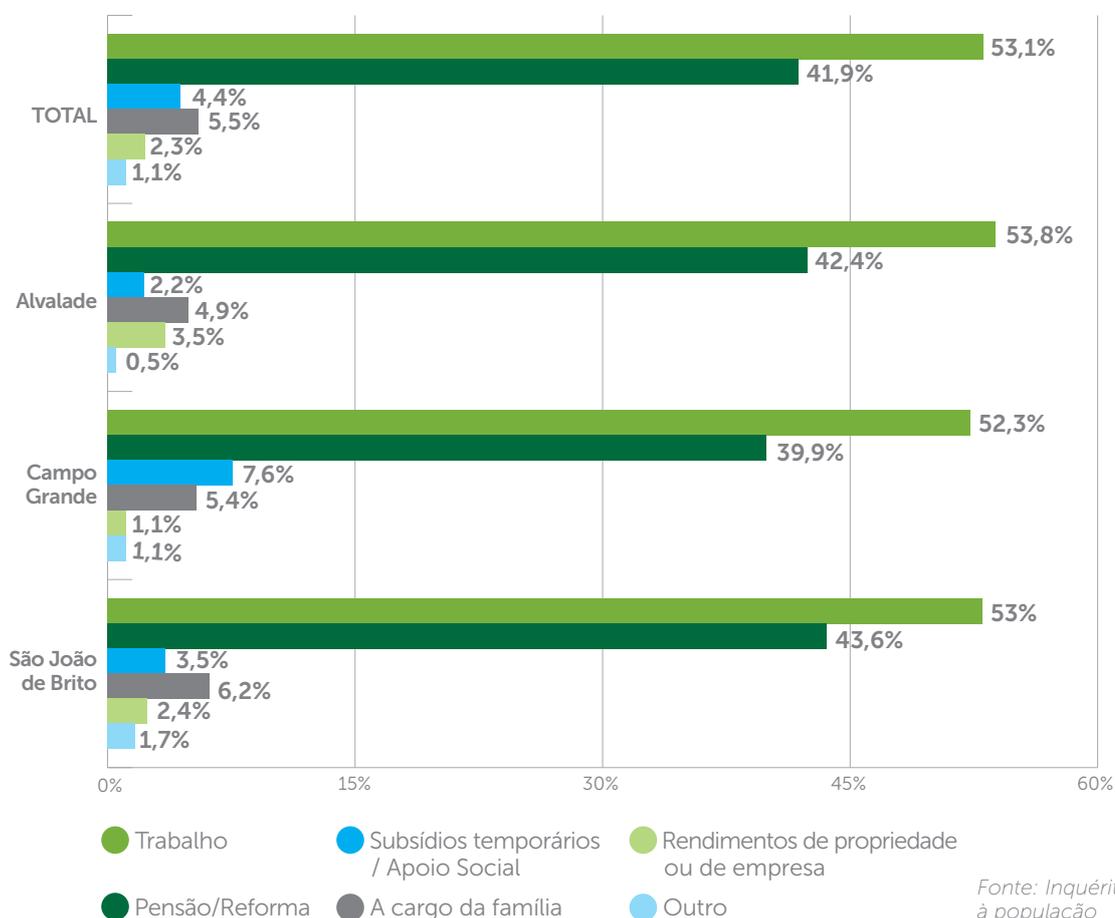
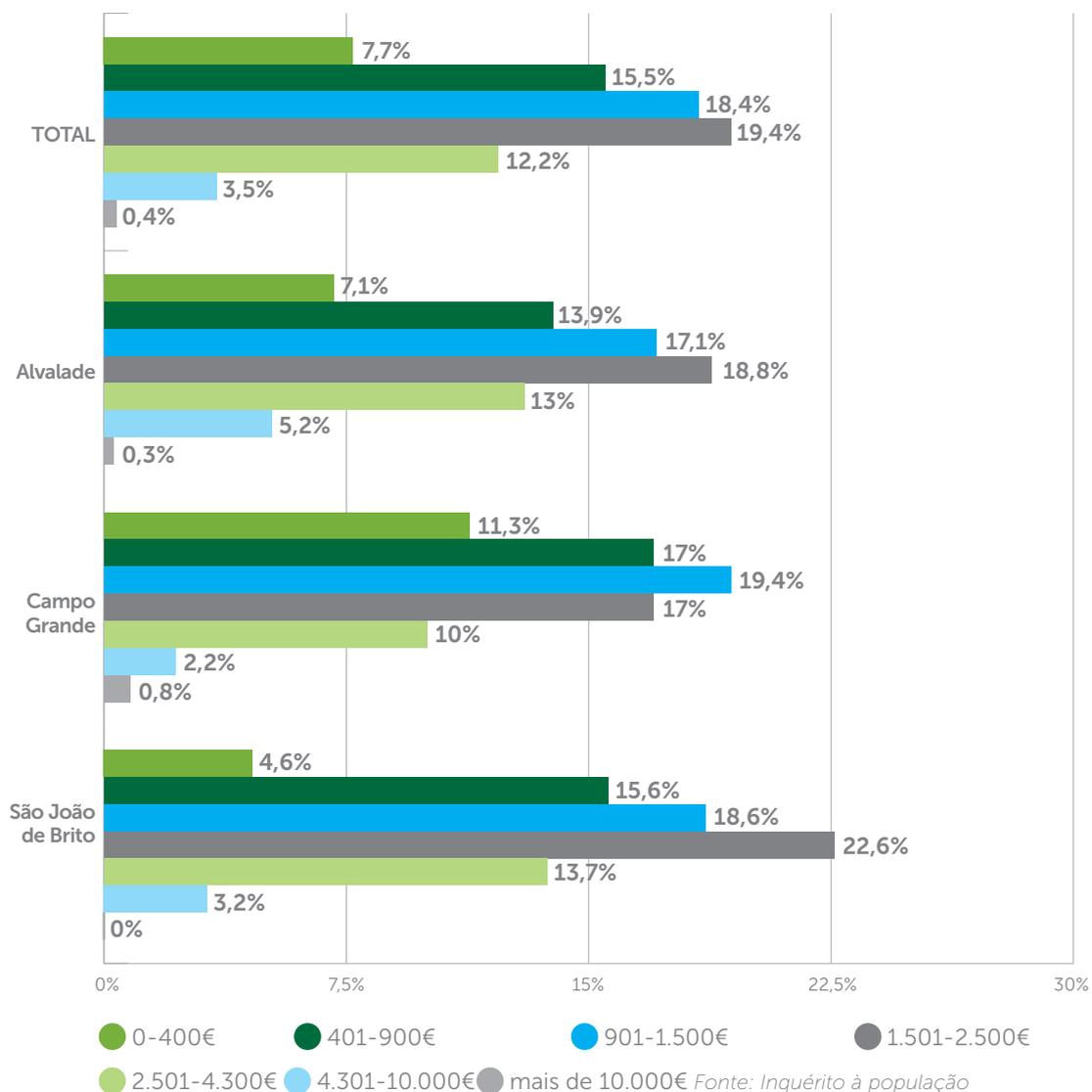


GRÁFICO 17 · RENDIMENTO LÍQUIDO MENSAL DO AGREGADO FAMILIAR, POR ANTIGA FREGUESIA (n=1111)



4. ÁREAS PRIORITÁRIAS DE INTERVENÇÃO SOCIAL NA FREGUESIA DE ALVALADE

4.1. INFÂNCIA, JUVENTUDE E FAMÍLIA

A família constitui um grupo social único face a outros grupos sociais, assumindo-se ao longo dos séculos como uma instituição central da vida em sociedade. Não obstante esta centralidade, a família tem vindo a assumir formas e funções diferentes, conforme o tempo e o espaço em que se situa, mas foi sobretudo nas últimas três décadas do século XX que maior mutação sofreu nas sociedades ocidentais.

Segundo vários investigadores de referência na área da sociologia da família, encontramos-nos numa fase de reinvenção da família, fruto de tendências como o aumento dos divórcios e das famílias recompostas, a descida abrupta da taxa de natalidade e o aumento da participação feminina no mercado de trabalho.

Numa publicação sugestivamente intitulada *Reinventando a família. À procura de novos estilos de vida*, a socióloga Beck-Gernsheim procura explicar as transformações na família nos últimos anos do século XX em capítulos com títulos tão elucidativos como “A Nova Confusão sobre a Família”, “Quando o Divórcio se Torna Normal”, a “Vida como Projeto Planeado”, o “Contrato Geracional e Relações de Género”, “Nós Queremos uma Criança Especial” e “A Caminho da Família Multicultural”. Para a investigadora social a família, enquanto grupo social, persiste, “*apenas diferente [...] a família negociada, a família alternativa, família múltipla, novos arranjos depois do divórcio, recasamento, novo divórcio, novas combinações dos teus, meus ou nossos filhos, das nossas famílias passadas e presentes*”²⁷.

Em Portugal registam-se, nestas últimas décadas, várias tendências que estão a mudar a estrutura familiar, em linha com o descrito nos parágrafos anteriores. O casal, com ou sem filhos, mantém-se como estrutura mais comum, representando 59% das famílias, e a dimensão média das famílias reduziu-se de 3,8 pessoas por família em 1960, para 2,6 pessoas em 2011, devido ao menor número de filhos. Observa-se também o aumento da idade média de casamento, que passou de um valor de 26,9 anos para os homens e 24,2 para as mulheres em 1960 para 31,1 e 29,5 anos respetivamente, em 2011.²⁸ O peso relativo dos casais sem filhos aumentou de 15%, em 1960, para 24%,

²⁷ BECK-GERNSHEIM, Elizabeth (2002), *Reinventing the Family. On Search of New Life Styles*, Cambridge, Polity Press, p.8

²⁸ <http://www.pordata.pt/Portugal/Idade+média+ao+primeiro+casamento++por+sexo-421>. Informação extraída a 18/03/2017

em 2011, e existem cada vez mais pessoas a viver sós, representando 20% das famílias registadas em 2011.²⁹

Em 2011, a dimensão média da família na freguesia de Alvalade era de 2,2 pessoas por família, valor igual ao registado em Lisboa, e 36,6% das famílias eram constituídas apenas por uma pessoa. Relativamente aos/às filhos/as, existe uma tendência nacional de aumento do número de núcleos familiares com um/a único/a filho/a, fator que se reflete também a nível local, sendo que o número de núcleos familiares com um/a único/a filho/a nas três antigas freguesias correspondia, em 2011, a 60% do total.

QUADRO 26 · POPULAÇÃO ESTRANGEIRA INQUIRIDA, POR ANTIGA FREGUESIA

CONCELHO E ANTIGAS FREGUESIAS	Núcleos segundo o número de filhos/as (nº)						
	TOTAL	Sem filhos	Com 1 filho/a	Com 2 filhos/as	Com 3 filhos/as	Com 4 filhos/as	Com 5 filhos/as ou mais
Lisboa	852217	307829	326710	174339	33624	7227	2488
Alvalade	2440	1033	841	421	114	23	8
Campo Grande	2928	1102	1093	576	124	23	10
São João de Brito	3181	1333	1108	577	130	27	6

Fonte: INE, Instituto Nacional de Estatística

No que diz respeito aos problemas identificados na área de infância, juventude e família, uma das principais preocupações das entidades da CSFA que participaram nos *workshops*, é a insuficiência de atividades lúdico-pedagógicas inclusivas e acessíveis para jovens e crianças da freguesia. A importância das atividades lúdico-pedagógicas em termos de desenvolvimento é notória, *“o jogo é importante para a saúde física, mental, social e emocional. É por meio do jogo que o Ser se exprime mais genuinamente e exerce as suas relações com o mundo, com as pessoas e com os objetos. É espaço de prazer, de liberdade, de criação, de descoberta e de invenção”*³⁰. A sua integração na vida das crianças e jovens torna-se uma necessidade para os pais que trabalham, sendo a conciliação entre família e trabalho uma preocupação generalizada, principalmente nas férias escolares e fins de semana. Esta necessidade é reforçada pelas novas formas e tendências da estrutura familiar, nomeadamente a crescente centralidade das famílias simples ou nucleares (pai, mãe e filhos/as) em detrimento das famílias alargadas, e o aumento das famílias monoparentais³¹, cujo peso relativo no total de famílias

²⁹ DELGADO, Anabela, WALL, Karin (2014), Família nos Censos 2011: Diversidade e mudança, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, ICS, Imprensa de Ciências Sociais

³⁰ DIAS, Maria Isabel Pinto Simões (2005), O Lúdico. Educação & Comunicação nº8

³¹ Conjunto de pessoas dentro de uma família clássica, que tem a presença de apenas um dos progenitores, pai, ou mãe com filho(s), avô ou avó com neto(s) não casado(s)



▲ PARQUE INFANTIL DA RUA JOSÉ DURO

(9,0%) ultrapassou, em 2011, o das famílias complexas³² (8,7%) no país³³.

Na freguesia de Alvalade existem várias instituições que promovem iniciativas neste âmbito. O reforço da comunicação e divulgação da oferta presente no território torna-se, assim, fundamental para dar resposta ao problema. Em matéria de atividades para crianças e jovens, foi também dado destaque à necessidade de uma maior oferta em termos de atividades intergeracionais, de prevenção na área da saúde e educação, e de respostas específicas para crianças e jovens com necessidades educativas especiais e deficiências. Em alguns casos, foi também referida pela população a necessidade de transporte para as crianças poderem deslocar-se entre a escola e os espaços onde as atividades lúdico-pedagógicas são realizadas.

Um outro problema relevante na área da infância e da juventude é o do absentismo e insucesso escolar, fenómeno cuja incidência ocorre sobretudo em bairros sociais e junto da comunidade cigana. Tal como já foi referido no presente documento, a taxa de abandono escolar na freguesia de Alvalade cresceu no período 2001-2011, o que representa uma inversão na tendência registada entre 1991-2001. De facto, no período 1991-2001 as três antigas freguesias apresentavam uma variação negativa elevada, designadamente -80,2% na antiga freguesia de Alvalade, -72,4% no Campo Grande e -63% em São João de Brito, enquanto na última década se registou uma variação negativa apenas em São João de Brito, contudo muito inferior à anterior (-12%), e uma variação positiva no Campo Grande (13%) e na antiga freguesia de Alvalade, esta última atingindo valores particularmente alarmantes (223%). Sendo importante salientar que estes dados colocam as antigas freguesias do Campo Grande e de Alvalade em contraciclo perante a evolução registada na cidade de Lisboa ou na Área Metropolitana de Lisboa.

³² Famílias alargadas, em que coexistem elementos do núcleo e outros familiares, e famílias múltiplas, em que coexistem pelo menos dois núcleos e eventualmente outras pessoas

³³ DELGADO, Anabela, WALL, Karin (2014), Família nos Censos 2011: Diversidade e mudança, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, ICS, Imprensa de Ciências Sociais

O absentismo, o insucesso e o abandono escolar representam um problema social e educativo muito complexo, influenciado por múltiplos fatores e objeto de análise por várias perspetivas teóricas diferentes. Estudos demonstram uma correlação entre resultados escolares e origens sociais do aluno, sendo que as condições de vida das crianças e jovens se refletem no desempenho escolar e, no caso de estudantes provenientes das classes sociais mais desfavorecidas, *“muitos dos problemas que eles vivem na escola não existiriam se as suas condições de vida fossem outras”*³⁴. Simultaneamente, *“a génese do insucesso escolar situa-se na escola, porquanto é esta instituição que através da sua organização e funcionamento contribui para a sua construção social. É no contexto escolar que o insucesso escolar emerge, ganha sentido e se constrói enquanto realidade educativa e social”*.³⁵

Em termos de medidas nacionais de prevenção do insucesso escolar e promoção da igualdade de acesso ao ensino de qualidade, a Resolução do Conselho de Ministros nº 23/2016, de 11 de abril, aprovou a criação de um Plano Nacional de Promoção do Sucesso Escolar e respetivos princípios, nomeadamente: a promoção de *“um debate público alargado sobre o papel da escola na capacitação dos indivíduos”* e o envolvimento de todos os atores sociais que operam neste âmbito; a promoção de uma intervenção mais adequada ao contexto, apostando no diagnóstico das necessidades locais e na intervenção precoce para prevenir o insucesso; a formação contínua dos recursos humanos nas escolas *“para o desenvolvimento de estratégias inovadoras e indutoras de mudança”* e a avaliação das estratégias localmente definidas para a promoção do sucesso escolar.

No que diz respeito aos principais problemas sentidos pela população inquirida no âmbito da infância, juventude e família, a maior preocupação prende-se com a necessidade de espaços e mais tempo para o convívio e debate de ideias, para a construção em conjunto de iniciativas de cariz cívico e político.

A crise social que caracteriza a sociedade atual, onde se observam tendências para o individualismo, a desconfiança e a solidão, traz a discussão sobre o tema das redes de vizinhança nos ambientes académicos e políticos, como fator essencial para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. O conceito de vizinhança apresenta várias definições, uma das quais relacionada com o conceito de comunidade, sendo a vizinhança *“o complexo de relações interpessoais, encontros casuais, amizades, partilha de valores, hábitos e interesses das pessoas que vivem numa zona geograficamente limitada”* (Forrest e Keans, 2001). Existem várias preocupações, partilhadas pelas entidades e a população inquirida, que se enquadram neste contexto, nomeadamente a perda de elos comunitários, o reduzido exercício da cidadania, a dificuldade de rela-

³⁴ PAIS, José Machado (2008), Jogos de máscaras e “escolas do diabo”, Revista Brasileira de Educação, v.13 n.37

³⁵ CAVACO Carmen, et al. (2015), Abandono e insucesso escolar - Construir uma perspetiva de género, Instituto de Educação/UL

cionamento entre pares e reduzido envolvimento político e cívico, principalmente entre jovens. Estudos demonstram que a recriação e reforço das dinâmicas de vizinhança em meio urbano à escala local representam elementos fundamentais para o bem-estar da população, promovendo o desenvolvimento de relações, oportunidades de encontro e construção de identidades individuais e coletivas, com um maior envolvimento e participação cívica da mesma.

Um outro problema considerado relevante no âmbito da infância, juventude e família está relacionado com os maus hábitos alimentares. Estudos recentes demonstram que a alimentação não adequada é uma das principais causas de perda prematura de anos de vida, e que as pessoas mais vulneráveis estão tendencialmente mais expostas a situações de insegurança alimentar e excesso de peso. A nível internacional, documentos estratégicos publicados pela Comissão Europeia e pela World Health Organisation (WHO), nomeadamente *“European Food and Nutrition Action Plan 2015-2020”* e *“Report of Health Inequalities in the European Union”*, sublinham a importância do princípio de equidade e universalidade de acesso a uma alimentação saudável, de boa qualidade nutricional nas políticas públicas, promovendo a redução das assimetrias existentes e, conseqüentemente, das doenças relacionadas com os consumos alimentares, como obesidade, diabetes, problemas cardiovasculares ou cancro.

Em Portugal, segundo os dados do “INFOFAMÍLIA: Estudo de avaliação da segurança alimentar e outras questões de saúde relacionadas com condições económicas em agregados familiares portugueses”, 45,8% dos inquiridos estavam, em 2014, em situação de insegurança alimentar. Relativamente ao problema da obesidade, o Inquérito Nacional de Saúde apresentava em 2014 valores preocupantes, sendo que 52,8% da população portuguesa com mais de 18 anos tinha excesso de peso. Segundo o relatório “Portugal Alimentação Saudável em números - 2015” do Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável, face à situação nacional atual, torna-se necessário *“reforçar o papel das famílias, dos profissionais de saúde e do sistema educativo na área alimentar, o mais precocemente possível”, sendo que “o investimento na prevenção e promoção de hábitos alimentares saudáveis é decisivo quando mais de 50% dos adultos portugueses sofre de excesso de peso”*.

Ainda em matéria de infância e juventude, os comportamentos desviantes de crianças e jovens representam uma outra preocupação para as entidades da CSFA e da população inquirida, com uma maior relevância registada nos bairros sociais da freguesia, nomeadamente o Bairro das Murtas, Bairro Fonseca e Calçada, Bairro Boa Esperança e Bairro São João de Brito. O comportamento desviante pode ser definido como a transgressão ou violação de normas, valores sociais e princípios éticos da sociedade ou cultura local, e é associado muitas vezes a episódios de delinquência juvenil.

A teoria ecológica³⁶ da delinquência atribui as suas principais causas ao contexto socioeconómico em que o indivíduo se insere, sendo as desigualdades económicas, sociais, de oportunidades, a pobreza e contextos familiares violentos e de abuso, fatores que contribuem significativamente para comportamentos antissociais e de delinquência.

Associado a esta preocupação, a recolha de perceções junto das instituições e da população residente na freguesia, aponta para o problema das famílias desorganizadas e desestruturadas sem acompanhamento, existindo na freguesia a necessidade de apoio psicoterapêutico ou familiar em situações problemáticas sintomatológicas e, em geral, de um acompanhamento psicopedagógico das famílias e jovens, assim como de maior informação sobre estratégias de parentalidade positiva e consciente.

No que diz respeito às temáticas da proteção e promoção dos direitos das crianças e jovens, sublinha-se o trabalho desenvolvido pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Lisboa na freguesia de Alvalade, que em 2016, registou um volume de 60 processos. No primeiro trimestre do ano 2017 regista-se um aumento tendencial de número de processos instaurados (30 até abril de 2017). A freguesia de Alvalade representa, entre as nove freguesias da cidade de Lisboa onde a CPCJ atua, a segunda com maior volume de processos instaurados.

Por último, foi identificada a necessidade de respostas específicas para a infância, nomeadamente: equipamentos públicos ou convencionados (ou com acordo de cooperação) para as faixas etárias 0-3 e 4-5, bem como a de formação especializada dos recursos humanos. Contudo, é importante sublinhar que, em termos de equipamentos, segundo a Carta Social 2014, Alvalade era a freguesia de Lisboa com o maior número de respostas na área de infância e juventude, contando com 36 respostas³⁷.

As principais **sugestões para a intervenção futura** elencadas pela população inquirida no âmbito do presente retrato social, relativamente ao tema da infância, juventude e família são:

- Criação de novos parques infantis e manutenção dos que já existem;
- Promoção de eventos culturais e atividades desportivas diversificadas;
- Criação de mais espaços e iniciativas de troca de ideias e momentos de convívio;

³⁶ A teoria ecológica estuda a progressiva adaptação recíproca entre o ser humano em desenvolvimento e as características mutáveis das situações ambientais em que o indivíduo vive, no sentido de definir como este processo é determinado pelas relações existentes entre os vários fatores ambientais e pelos contextos mais amplos em que estes se enquadram.

³⁷ BELO, Fernanda, Carta Social 2014 – Equipamentos e Respostas Sociais por freguesia – Concelho de Lisboa, SCML, SEPAJ / GEP

- Aproveitamento das instalações existentes, pertencentes à freguesia, para realização de atividades culturais e desportivas, criação de espaços verdes com materiais desportivos.



▲ PARQUE INFANTIL DA PRAÇA ANDRADE DE CAMINHA

4.2. IDADE MAIOR

O envelhecimento da população representa um dos fenómenos demográficos que tem vindo a assumir uma relevância crescente nas sociedades ocidentais, colocando novos desafios sobre o acompanhamento das necessidades das pessoas com 65 ou mais anos e o seu papel após a saída da vida ativa. Face ao fenómeno, em 2002 a Organização Mundial de Saúde definiu o objetivo do “envelhecimento ativo”, sendo este um processo que, otimizando a saúde, participação e segurança, visa melhorar a qualidade de vida durante o envelhecimento das pessoas.

O aumento da população de idade maior e a diminuição da população jovem (duplo envelhecimento), a nível nacional, agravou o fenómeno nestas últimas décadas, com um conseqüente aumento do índice de envelhecimento, apresentando em 2015 um valor de 143,9³⁸.

³⁸ <http://www.pordata.pt/Portugal/Indicadores+de+envelhecimento-526>. Informação extraída a 18/03/2017

Alvalade é a quarta freguesia mais envelhecida de Lisboa. Em 2011, a freguesia contava com 9.150 habitantes com 65 ou mais anos de idade, correspondendo a 28,76% da população. O índice de envelhecimento é de 239,3, significativamente acima do valor de Lisboa (182,8).³⁹ Em contrapartida, entre 2001 e 2011 observa-se uma variação positiva dos habitantes na faixa etária dos 0-14 anos e uma variação negativa dos habitantes com 65 ou mais anos, em linha com a tendência observada em Lisboa, com uma variação do índice de envelhecimento de -28% face a 2001⁴⁰.

QUADRO 27 · POPULAÇÃO RESIDENTE NA FREGUESIA DE ALVALADE, POR ANTIGA FREGUESIA E GRUPOS ETÁRIOS - VARIAÇÃO ENTRE 2001 E 2011

CONCELHO E ANTIGAS FREGUESIAS	Núcleos segundo o número de filhos/as (nº)				
	VARIAÇÃO TOTAL	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	65 e mais anos
Lisboa	-3.00	7.55	-25.31	-0.48	-1.76
Alvalade	-7.81	19.51	-27.53	-0.76	-17.65
Campo Grande	-5.69	14.67	-28.48	4.43	-19.56
São João de Brito	-12.80	10.43	-22.32	-11.10	-18.54

Fonte: INE, Instituto Nacional de Estatística

O Índice de Dependência de Idosos (IDI) apresenta um valor de 48,6, superior ao valor de Lisboa (37,5).⁴¹ No que diz respeito ao IDI registado nas três antigas freguesias (Alvalade 55,9, Campo Grande 39,4, São João de Brito 55,8), entre 2001 e 2011 observa-se uma variação negativa de -11% na antiga freguesia de Alvalade, -17% no Campo Grande e -2,2% em São João de Brito.⁴²

Um dos fatores que influencia o fenómeno de envelhecimento da população é o aumento da esperança média de vida. Entre 2013 e 2015, a esperança de vida à nascença foi estimada em 80,41 anos para o total da população a nível nacional, especificamente de 77,36 anos para os homens e de 83,23 anos para as mulheres. Observa-se uma tendência positiva face aos valores estimados para 2008-2010, com um ganho de 1,19 anos para os homens e de 1,04 para as mulheres, e uma diminuição na diferença de longevidade entre os dois sexos, passando de 6,02 para 5,87 anos.⁴³

³⁹ Rede Social de Lisboa (2016), II Diagnóstico Social de Lisboa 2015-2016

⁴⁰ Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa (2013) - Apresentação realizada para a Rede Social de Lisboa Plataforma para a Área do Envelhecimento – Zona Centro Ocidental (Alvalade, Campo Grande, S. João Brito)

⁴¹ Rede Social de Lisboa (2016), II Diagnóstico Social de Lisboa 2015-2016

⁴² Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa (2013) - Apresentação realizada para a Rede Social de Lisboa Plataforma para a Área do Envelhecimento – Zona Centro Ocidental (Alvalade, Campo Grande, S. João Brito)

⁴³ INE, I.P. (2012), Destaque - Tábuas de Mortalidade 2013-2015

No mesmo triénio em Portugal, a esperança de vida aos 65 anos também registou melhorias, atingindo um valor de 19,19 para o total da população. No caso dos homens, 17,32 anos e no caso das mulheres, 20,67. Comparativamente com os valores do triénio 2008-2010, este indicador aumentou, respetivamente, 0,58 e 0,64 anos. Para além desta variação, registou-se ainda um ligeiro aumento na diferença entre homens e mulheres, passando de 3,29 para 3,35.⁴⁴

No que diz respeito a Lisboa, no triénio 2013-2015 a esperança de vida à nascença foi estimada em 80,50 anos, com um ganho de 1,21 anos em comparação com o valor estimado em 2008-2010, e uma esperança de vida aos 65 anos de 19,43 anos, com um ganho de 0,6 anos face a 2008-2010.⁴⁵

Relativamente às três antigas freguesias que compõem a freguesia de Alvalade, na década de 2001-2011, observa-se um aumento do número de habitantes com 80 ou mais anos, com uma variação positiva de 37%, designadamente 46% na antiga freguesia de Alvalade, 42% em São João de Brito e 21% no Campo Grande.⁴⁶

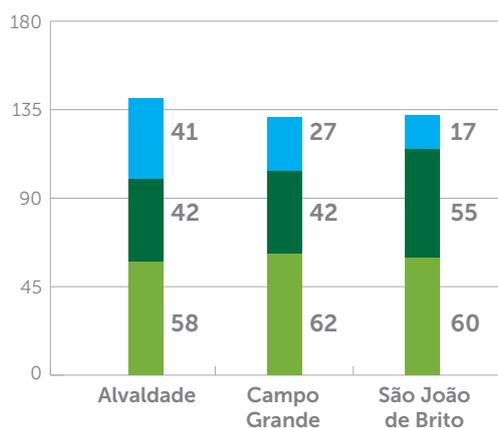


GRÁFICO 18

PESSOAS INQUIRIDAS COM 65 OU MAIS ANOS, POR FAIXA ETÁRIA E ANTIGA FREGUESIA (n=404)

- Alvalade
- Campo Grande
- São João de Brito

Fonte: Inquérito à população

Estes fenómenos refletem-se nos dados demográficos das pessoas que participaram no inquérito à população, aplicado no âmbito do presente retrato social, tendo sido inquiridas 404 pessoas com 65 ou mais anos de idade (143 homens e 261 mulheres), correspondentes a 36,36% da amostra total. Destes, 85 tinham 85 ou mais anos, representando 7,65% da amostra total. A antiga freguesia de Alvalade destaca-se pelo número mais elevado de inquiridos/as com 85 ou mais anos, contando com 41 pessoas inquiridas, representando 11,14% da população inquirida nesta antiga freguesia.

⁴⁴ INE, I.P. (2012), Destaque - Tábuas de Mortalidade 2013-2015

⁴⁵ Idem

⁴⁶ Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa (2013) - Apresentação realizada para a Rede Social de Lisboa Plataforma para a Área do Envelhecimento – Zona Centro Ocidental (Alvalade, Campo Grande, S. João Brito)

A população de idade maior representa um dos grupos populacionais tendencialmente mais vulneráveis. Em 2011, o risco de pobreza das pessoas de idade maior era de 20%, contra 16,2% dos adultos em idade ativa. Pese embora o facto de a taxa de pobreza nos idosos ser ainda muito elevada, é também facto que a mesma decresceu significativamente quando comparada com os valores registados em 2006 (26%).

As tendências demográficas projetadas para os próximos anos continuam a ser marcadas por baixos níveis de fertilidade, por uma longevidade acrescida e por uma diminuição da população em idade ativa, com todas as consequências que daí advêm, nomeadamente no que se refere às pressões sobre os sistemas de proteção social. A este propósito, tem sido política nacional enfrentar este desafio através de uma estratégia transversal que combina políticas de carácter preventivo e reparador, promotoras de:

- Acesso aos serviços e respostas sociais, através da diversificação e alargamento dos serviços de apoio domiciliário e de centro de dia, teleassistência, expansão da rede de estruturas residenciais para idosos, etc.;
- Acesso a fontes de rendimento, dos quais são exemplo o Complemento Solidário para Idosos (CSI), cujo valor de referência foi atualizado de €4.909/ano para €5.022/ano (Decreto-Lei nº 254-B/2015, de 31 de dezembro, artigo 3º) e posteriormente para €5.059/ano, com a entrada em vigor do Orçamento de Estado para 2016 aprovado pela Lei nº 7-A/2016, de 30 de março.

Por último, uma referência à Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), que permite dar resposta, de forma integrada, a pessoas em situação de dependência e com perda de autonomia, respondendo às necessidades da população de idade maior.

Relativamente à população abrangida por medidas de proteção social, em 2014 Alvalade registava: 367 beneficiários de Complemento Solidário para Idosos, 21,53% dos quais são homens e 78,47% mulheres.⁴⁷

Neste contexto, as entidades da CSFA identificam o isolamento social e a falta de acompanhamento familiar da população de idade maior como o principal problema presente na freguesia. Entre os fatores que contribuem para este fenómeno destacam-se: a viuvez, o distanciamento geográfico e/ou afetivo das famílias, a morte progressiva de amigos/as e familiares, a mobilidade limitada e a falta de recursos financeiros para a realização de atividades fora de casa, com conseqüente agravamento do estado de saúde mental e física.

⁴⁷ ACES Lisboa Norte (2015), Perfil de Saúde

A solidão é um outro fenómeno considerado importante e identificado pela população inquirida, seguido, em ordem de relevância decrescente, pelas dificuldades associadas às reformas insuficientes e pela falta de acompanhamento familiar. Especificamente na antiga freguesia de Alvalade, 43% da população inquirida identifica a solidão como principal preocupação relativamente ao tema da idade maior, enquanto no Campo Grande e São João de Brito as dificuldades económicas relacionadas com as reformas insuficientes representam a principal preocupação, identificada por 30% e 50% da população inquirida, respetivamente.

Um fator relacionado com o fenómeno do isolamento social e a solidão é o elevado número de pessoas com 65 ou mais anos a viverem sós. Em 2011, a percentagem da população de idade maior a residir sozinha nas três antigas freguesias de Alvalade, Campo Grande e São João de Brito era ligeiramente acima da percentagem de Lisboa (27%), apresentando os valores de 32%, 28% e 27%, respetivamente.⁴⁸ Esta realidade reflete-se nos resultados do inquérito aplicado à população, sendo que as pessoas com 65 ou mais anos de idade que moram sozinhas ou com outras pessoas da mesma faixa etária representam 26% da amostra total, correspondente a 292 indivíduos, dos quais 78% são mulheres e 22% homens.

Em matéria de resposta e serviços de proximidade, é importante sublinhar a presença de serviços de apoio domiciliário prestados pelas entidades presentes no território e o Programa de Policiamento de Proximidade (da Polícia de Segurança Pública - PSP), ambos contribuindo para o combate ao isolamento da população mais idosa e diminuição do sentimento de insegurança.

Outros problemas identificados pelas entidades da CSFA e considerados relevantes pela população inquirida são: a mobilidade reduzida das pessoas de idade maior (devido à inadequação estrutural dos espaços público e das habitações) e a dependência económica de descendentes. Este último aspeto representa um dos três principais problemas identificados pela população inquirida no Bairro das Murtas.

Em termos da acessibilidade dos prédios para pessoas com mobilidade condicionada, em 2011 as três antigas freguesias registavam uma percentagem de edifícios⁴⁹ com entrada acessível à circulação em cadeira de rodas e com elevador inferior a Lisboa (21%), designadamente 11% na antiga freguesia de Alvalade, 20% na antiga freguesia do Campo Grande e 14% na antiga freguesia de São João de Brito.⁵⁰

⁴⁸ Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa (2013) - Apresentação realizada para a Rede Social de Lisboa Plataforma para a Área do Envelhecimento – Zona Centro Ocidental (Alvalade, Campo Grande, S. João Brito)

⁴⁹ Edifícios construídos estruturalmente para possuir 3 ou mais alojamentos

⁵⁰ INE I.P., Censos 2011

As problemáticas identificadas na freguesia de Alvalade e o perfil da população com idade igual ou superior a 65 anos refletem-se na realidade concelhia. O II Diagnóstico Social de Lisboa 2015-16 identifica, entre os aspetos que caracterizam esta população, a idade muito elevada (60% tem mais de 75 anos e os indivíduos com idade compreendida entre os 80 e os 89 anos representam 30% deste grupo), os recursos financeiros limitados e o número elevado de pessoas a viverem sozinhas, nomeadamente, 35.000 vivem sós, subindo para 85.000 o número de pessoas de idade maior que apenas com outras pessoas com 65 ou mais anos.

Relativamente às problemáticas identificadas no diagnóstico da Rede Social de Lisboa, o isolamento e a mobilidade reduzida (apenas 25% dos edifícios da cidade garantem acessibilidade a cadeiras de rodas) assumem especial destaque.

Ao nível das respostas disponíveis, destacam-se as medidas de combate ao isolamento, nomeadamente o Serviço de Teleassistência e a Operação S.Ó.S, os serviços de transporte para agilizar a deslocação das pessoas de idade maior com mobilidade reduzida, nomeadamente o “transporte solidário” e “Lx Porta-a-Porta”.

O CLAS de Lisboa sublinha ainda a importância do processo de envelhecimento ativo e saudável, de forma a garantir a participação ativa e o pleno exercício de cidadania das pessoas de idade maior.

As entidades da CSFA apontaram também para outros três problemas sentidos na freguesia no âmbito da idade maior, nomeadamente:

- Falta de formação especializada dos recursos humanos que trabalham nas áreas dos serviços e respostas a pessoas de idade maior;
- Insuficiência de voluntários para colaborarem nas áreas associadas à idade maior;
- Pessoas de idade maior com dificuldade de acesso a atividades recreativas e desportivas inclusivas e acessíveis, nomeadamente: atividades de prevenção, intergeracionais e para pessoas com necessidades especiais e/ou com mobilidade reduzida.

As principais **sugestões para a intervenção futura** elencadas pela população inquirida no âmbito do presente retrato social, relativamente ao tema da idade maior são:

- Incremento das atividades desportivas e recreativas inclusivas e acessíveis para pessoas de idade maior;
- Reforço dos serviços de apoio domiciliário e/ou serviços para pessoas de idade maior, eventualmente prestados à distância ou via telefone (garantir companhia, auxiliar nas compras, etc.);

- Novos projetos de apoio social direcionados para a população de idade maior e centros de dia recreativos mais acessíveis (menor custo de acesso).

4.3. SAÚDE

"A saúde é um domínio complexo de elevada incerteza, dependente de fenómenos biológicos, comportamentais, socioeconómicos e ambientais, que beneficia de grande inovação e rápida evolução do conhecimento e das práticas, que exige políticas consistentes e persistentes. É na complexidade deste contexto de recursos finitos e, por isso, de decisões éticas difíceis, que se movem governantes, gestores, profissionais e cidadãos."⁵¹

O Plano Nacional de Saúde 2012-2016 (PNS), revisto, estendido até 2020 e aprovado pelo despacho do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde (SEAMS) de 29 de maio 2015, apresenta duas principais metas para 2020: a redução da mortalidade prematura (≤ 70 anos), para um valor inferior a 20%, e o aumento da esperança de vida saudável aos 65 anos de idade em 30%, com um enfoque particular na redução de fatores de risco relacionados com as doenças não transmissíveis, designadamente o consumo de tabaco na população com ≥ 15 anos, a exposição ao fumo ambiental e o excesso de peso e obesidade na população infantil e escolar.⁵²

A sua estrutura baseia-se em quatro (4) Eixos Estratégicos:

1. Cidadania em Saúde. O PNS prevê a promoção da literacia para a saúde dos cidadãos, prevenção da doença e ações de cidadania em saúde;
2. Equidade e acesso adequado aos Cuidados de Saúde. Eixo focado na redução das desigualdades e maior adequação da resposta das redes de cuidados às necessidades da população em geral;
3. Qualidade em Saúde. Visa contribuir para a prestação de cuidados de saúde equitativos, adequados, acessíveis em tempo útil e seguros, melhorando a sua efetividade e eficiência;
4. Políticas Saudáveis. Promove os impactos positivos para a saúde da população através da melhoria das condições ambientais, socioeconómicas e culturais.

⁵¹ Ministério da Saúde, DGS (2015), Plano Nacional de Saúde, Revisão e extensão a 2020, Lisboa, Direção-Geral da Saúde

⁵² Idem

As autarquias, em colaboração com as outras instituições, autoridades de saúde e com a sociedade civil organizada, contribuem para a promoção da saúde e estilos de vida mais saudáveis da população, através de políticas e ações locais alinhadas com o PNS, segundo as competências locais atribuídas na anterior Lei nº 159/99, de 14 de setembro, e sucessivamente delineadas no Decreto-Lei 20/2015, de 12 de fevereiro (art. 9º).

Em termos de cuidados primários de saúde, o concelho de Lisboa oferece um leque variado de serviços, dividindo-se em prestadores públicos e não públicos. A freguesia de Alvalade pertence ao Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Lisboa Norte, criado através da Portaria nº 276/2009, de 18 de março, e reorganizado pela Portaria nº 394- B/2012, de 29 de novembro, sendo um dos 15 ACES integrados na Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT). Em termos populacionais, o Centro de Saúde da freguesia de Alvalade é o menor do Agrupamento, contando, a 31 de março de 2016, com 34.014 inscritos.⁵³

O Centro de Saúde de Alvalade conta com duas Unidades de Saúde Integradas: a Unidade de Saúde Familiar (USF) do Parque, com 17.709 inscritos, e a Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) de Alvalade, com 16.305 utentes, dos quais 13.555 com médico de família, 185 sem médico de família por opção e 2.565 sem médico de família (15,7% dos inscritos).⁵⁴

No que diz respeito aos equipamentos e respostas hospitalares, a freguesia de Alvalade conta com o Centro Hospitalar Lisboa Norte e o Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa.

No âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, na freguesia existe o ECCI (Equipas Domiciliárias de Cuidados Continuados Integrados) Alvalade, com 30 lugares em carteira de serviços⁵⁵, e a UCCI (Unidade de Cuidados Paliativos) da Clínica São João de Deus.

Em matéria de recursos humanos do ACES Lisboa Norte, observa-se uma diminuição progressiva dos profissionais, sobretudo na classe médica, assistentes técnicos e enfermeiros, dificultando a organização da USF e a implementação de Unidades de Cuidados na Comunidade (UCC). Relativamente ao Centro de Saúde de Alvalade, em dezembro de 2014, as duas unidades contavam com 66 profissionais (34 na UCSP Alvalade e 32 na USF Parque), dos quais 24 médicos/as, 19 enfermeiros/as, 2 psicólogos/as, 1 assistente social e 20 técnicos/as.

⁵³ ACES Lisboa Norte (2016), Manual de Acolhimento

⁵⁴ ACES Lisboa Norte (2016), Manual de Acolhimento

⁵⁵ ACES Lisboa Norte (2015), Perfil de Saúde

Contudo, é importante sublinhar a existência na freguesia de diversas unidades de saúde privadas, para além dos cuidados de saúde primários assegurados pelo Serviço Nacional de Saúde.

Em matéria de saúde, as entidades da CSFA que participaram nos workshops consideram que o problema mais relevante na freguesia é o elevado número de pessoas com problemas de saúde mental e demências sem acompanhamento, devido a: i) poucos recursos humanos na área da saúde; ii) falta de acompanhamento domiciliário iii) falta de unidades de reabilitação na área da saúde mental (para adolescentes e seniores), iv) elevado tempo de espera para obter a marcação de consultas e v) reduzida adesão terapêutica devida aos seus custos elevados. As principais consequências identificadas são: o agravamento das doenças, a instabilidade familiar, o absentismo laboral, o isolamento e a perda de capacidades psicossociais.

No II Diagnóstico Social de Lisboa 2015-16, alguns dos principais constrangimentos em matéria de saúde mental prendem-se com as dificuldades ou lacunas na partilha de informação e articulação de respostas entre as entidades que operam neste domínio, nomeadamente entre as instituições sociais e os serviços de saúde, problemas estes também identificados pelas entidades da CSFA durante a realização dos *workshops*.

Em Portugal existe, desde 1998, enquadramento legal para a política de saúde mental nacional, nomeadamente através da Lei de Saúde Mental – Lei nº 36/98, de 24 de julho. Neste enquadramento é referido explicitamente que a proteção e promoção da saúde mental são efetivadas através de medidas (de prevenção primária, secundária e terciária da doença mental) que contribuam para assegurar ou restabelecer o equilíbrio psíquico dos indivíduos, para favorecer o desenvolvimento das capacidades envolvidas na construção da personalidade e para promover a sua integração crítica no meio social em que vive. Contudo, a aplicação da lei e consequentes medidas de encaminhamento e referenciação representa um dos constrangimentos identificados pelo II Diagnóstico Social de Lisboa 2015-16, a nível legislativo.

No âmbito do Plano de Desenvolvimento Social (PDS) 2017-2020 de Lisboa, a saúde mental constitui-se como uma das áreas de intervenção estratégica, integrada no eixo 3 - Intervenção em Domínios/Grupos de maior vulnerabilidade. As medidas previstas contribuem para três objetivos: i) uma melhor articulação entre os atores relevantes na área, através da criação de uma plataforma e de mecanismos entre os serviços de saúde e os serviços sociais/comunitários ii) a formação/qualificação dos profissionais e partilha de boas práticas, iii) o reforço das estruturas comunitárias de apoio aos doentes, famílias, e cuidadores, através de apoio domiciliário com cuidados de saúde mental, promoção de projetos e criação de uma rede de voluntários. Verificando-se assim, o alinhamento entre os problemas identificados na freguesia de Alvalade e as linhas estratégicas desenhadas para a cidade de Lisboa.

No domínio da saúde, um outro problema que preocupa as entidades que compõem a CSFA, é a dificuldade de acesso à saúde oral por razões monetárias, o que se deve a: i) insuficiência de recursos financeiros e ii) falta de conhecimento das respostas existentes, como por exemplo o “cheque dentista”, direcionado para crianças e jovens, mulheres grávidas, pessoas de idade maior e doentes com infeção VIH/sida, e ações de sensibilização e rastreios. A falta de cuidados de saúde oral e o desconhecimento dos cuidados de higiene oral determinam o surgimento de doenças da cavidade oral (edentulismo, cancro oral), assim como baixa autoestima e dificuldades acrescidas na área do emprego. A nível nacional, o Programa Nacional de Promoção da Saúde Oral (PNPSO) tem como objetivos: a redução das doenças orais nas crianças e jovens, a literacia e sensibilização sobre os comportamentos de saúde oral e a promoção da equidade na prestação de cuidados de saúde oral, com particular atenção aos grupos populacionais considerados mais vulneráveis.

Para além dos problemas identificados anteriormente, existem também dificuldades no acesso e na resposta célere das instituições de saúde (e.g. consulta de psiquiatria, pedopsiquiatria e médico de família). Estas dificuldades são causadas por: i) poucos recursos humanos na área da saúde; ii) lacunas na articulação dos serviços de saúde da Administração Regional de Saúde (ARS) e; iii) complexidade dos processos burocráticos. As consequências, identificadas pelas entidades da CSFA durante os workshops, refletem-se em algumas lacunas na capacidade de resposta do sistema nacional de saúde, com a falta de otimização dos recursos materiais e humanos, a excessiva afluência de utentes aos serviços de urgência, e dificuldades em, por vezes, obter um diagnóstico e acompanhamento adequados.

Em matéria de rede de respostas, verifica-se também uma preocupação ao nível das dificuldades de acesso a serviços de saúde domiciliários, sendo insuficiente o número de recursos humanos e equipas multidisciplinares disponíveis, se comparadas com as necessidades locais, com o conseqüente agravamento das situações de dependência.

No âmbito do inquérito à população, as principais preocupações apresentadas pelas pessoas inquiridas estão relacionadas com a disponibilidade de recursos económicos, sendo estas:

1. As dificuldades económicas para aquisição de medicamentos;
2. A dificuldade de acesso a cuidados de saúde oral;
3. A carência de ajudas técnicas, perante as necessidades verificadas.

Se por um lado as dificuldades económicas para a aquisição de medicamentos representam o maior problema nas antigas freguesias do Campo Grande e São João de

Brito, expresso por 51% e 42% da população, respetivamente, por outro lado, a população da antiga freguesia de Alvalade refere-se à dificuldade de acesso à saúde oral como principal problema (29%). Este resultado reflete-se na avaliação dos serviços de saúde oral acessíveis presentes na freguesia, considerados inexistentes ou praticamente inexistentes por 22,41% e insuficientes por 23,22% da população inquirida. Contudo, os serviços de saúde foram os que receberam a melhor avaliação em comparação com os restantes serviços presentes no território, sendo que 35,55% os considera suficientes e 31,30% suficientes e de boa ou ótima qualidade.

Relativamente às **sugestões para a intervenção futura** elencadas pela população, a criação de serviços de prevenção primária e o alargamento do horário do Centro de Saúde, de forma que seja compatível com os horários laborais, representam as principais propostas na área da saúde.

4.4. ACESSIBILIDADE E SEGURANÇA

ACESSIBILIDADE

*“A acessibilidade pode ser definida como a capacidade do meio de proporcionar a todas as pessoas uma igual oportunidade de uso, de uma forma direta, imediata, permanente e o mais autónoma possível. Nessa medida, a acessibilidade é uma condição para o pleno exercício de direitos constitucionais como, por exemplo, o acesso à Educação, à Saúde, ao Trabalho, ao Lazer e à Cultura, e o direito à Capacidade Cívica e à Dignidade Social.”*⁵⁶

O Plano de Acessibilidade Pedonal de Lisboa (PAP), desenvolvido de acordo com os requisitos e as orientações definidas na Deliberação nº 566/CM/2009 e em fase de implementação até ao final de 2017, visa promover a acessibilidade em Lisboa. Em específico, o PAP tem como objetivos:

- Prevenir a criação de novas barreiras;
- Promover a adaptação progressiva dos espaços e edifícios já existentes;
- Mobilizar a comunidade para a criação de uma cidade para todos.⁵⁷

56 Câmara Municipal de Lisboa (2013), Plano de Acessibilidade Pedonal de Lisboa, vol.1, p. 13

57 Câmara Municipal de Lisboa (2013), Plano de Acessibilidade Pedonal de Lisboa, vol.1, p. 9

O Plano demonstra que as dificuldades no abatimento das barreiras, por vezes relacionadas com a topografia e o património histórico da cidade, podem ser superadas progressivamente. As barreiras existentes podem ser consideradas como potenciais fatores de exclusão social, sendo a promoção da acessibilidade e a não-discriminação das pessoas com deficiência objetivos regulamentados pela lei portuguesa desde 1997, através do Decreto-Lei nº 123/97, de 22 de maio, revogado entretanto pelo Decreto-Lei nº 163/2006, de 8 de agosto, que define as normas técnicas e regras de acessibilidade.

Relativamente à freguesia de Alvalade, a área de acessibilidade e segurança representa o tema que suscitou mais participação pela população inquirida, em termos de partilha de sugestões e, simultaneamente, de preocupações. De facto, qualquer cidadã/o está sensibilizado em relação ao tema, independentemente da idade e do estilo de vida, sendo as questões ligadas à acessibilidade parte integrante do quotidiano de todas as pessoas. Neste sentido, a população inquirida e as entidades da CSFA identificaram o reduzido civismo na utilização da via pública como o problema mais relevante na freguesia de Alvalade. A principal preocupação identificada pela população inquirida foi o lixo e os dejetos dos animais na rua, independentemente da área da freguesia considerada. Se por um lado este problema pode estar relacionado com a necessidade de aumentar o número de espaços com equipamentos para animais, por outro, indica a necessidade de uma sensibilização da população relativamente à recolha do lixo e dos dejetos dos animais de estimação. Este último ponto encontra-se reforçado pela avaliação positiva que a população atribui aos serviços de higiene urbana e recolha de lixo, sendo que 42% da população inquirida os considera "suficientes" e 20% "suficientes e de boa ou ótima qualidade". Por outro lado, 49% da população considera que os espaços verdes com equipamentos com animais são "insuficientes" ou "inexistentes ou praticamente inexistentes".



▲ PARQUE CANÍDEO DO JARDIM DO CAMPO GRANDE

Um outro fator relacionado com o reduzido civismo na utilização da via pública consiste no estacionamento abusivo, carros em segunda fila e obstáculos nos passeios. É evidente que o elevado número de carros e as barreiras existentes ligadas ao tráfego automóvel, entre os quais o estacionamento abusivo e as sinalizações verticais, exige um ajustamento da política de mobilidade, de forma a promover maior segurança e conforto para todos os utilizadores da via. Uma preocupação da população relacionada com este problema é a insuficiência de estacionamento e de lugares reservados para os moradores.

Para além da mobilidade reduzida dos peões, existem outras dificuldades relacionadas com a utilização da via pública, designadamente a dificuldade de circulação dos veículos de emergência e a insegurança na travessia das ruas. Contudo, existem vários recursos que promovem uma melhor mobilidade, entidades como a PSP, a EMEL e a Câmara Municipal de Lisboa.

Outros problemas relacionados com a acessibilidade e considerados relevantes pelas entidades da CSFA e pela população inquirida, consistem nos espaços públicos e edifícios não adequados a situações de mobilidade condicionada. Relativamente aos espaços públicos, o problema é evidente em toda a cidade de Lisboa, sendo que 69% das passeiras foram consideradas, segundo o Plano de Acessibilidade Pedonal de Lisboa, não regulamentares relativamente ao seu ressalto com o passeio, e 99% não têm pavimentos táteis de alerta e encaminhamento.⁵⁸ Na freguesia de Alvalade, a acessibilidade dos passeios, segundo as entidades da CSFA, está limitada pela irregularidade do chão e falta de rampas, assim como pelos semáforos sem identificação sonora e/ou vibração, fator particularmente relevante na freguesia, devido à existência de entidades de acompanhamento específico para pessoas com capacidades auditivas e visuais reduzidas.⁵⁹ A população inquirida identifica a necessidade de manutenção dos passeios, arruamentos, iluminação e árvores como elemento de melhoria da mobilidade e segurança, questão que se reflete na avaliação dos serviços de manutenção dos espaços públicos, onde a opinião se divide de forma equilibrada entre as pessoas que os avaliam insuficientes e as pessoas que os avaliam suficientes.

De facto, a defesa e promoção, da acessibilidade é do interesse público, na medida que as barreiras aumentam as situações de dependência, afetando não só as pessoas com mobilidade condicionada, assim como familiares e amigos, situação ampliada pelo fenómeno de envelhecimento da população. Promover a acessibilidade significa promover o exercício de uma cidadania plena, independentemente das capacidades físicas, sensoriais ou cognitivas, participando na comunidade e tendo acesso aos espaços, serviços e bens ao dispor de todos.

⁵⁸ Câmara Municipal de Lisboa (2013), Plano de Acessibilidade Pedonal de Lisboa

⁵⁹ Nomeadamente: a Fundação Raquel e Martin Sain e o Centro de Educação e Desenvolvimento (CED) António Aurélio da Costa Ferreira da Casa Pia de Lisboa, I.P.

No que diz respeito à acessibilidade dos edifícios, em 2011 o Censos revela que apenas 21% dos edifícios de Lisboa, construídos estruturalmente para possuir 3 ou mais alojamentos, podiam ser considerados acessíveis na base de dois critérios: a entrada acessível à circulação em cadeira de rodas e a presença de elevador. Relativamente à freguesia de Alvalade, os valores resultavam ainda inferiores, com a antiga freguesia de Alvalade a apresentar a percentagem mais baixa (11%), seguida pela antiga freguesia de Campo Grande (14%) e São João de Brito (20%). Associado à manutenção e adequação dos edifícios, as entidades e a população inquirida, principalmente no Bairro das Murtas, apontam também para as baixas condições de habitabilidade dos edifícios, relacionadas com o envelhecimento dos mesmos e a falta de isolamento térmico.

Tal como na freguesia de Alvalade, os problemas associados à reduzida acessibilidade, conforto térmico e salubridade das habitações representam uma preocupação partilhada a nível concelhio e identificada no II Diagnóstico Social de Lisboa 2015-16, centrada principalmente nos casos de edifícios muito antigos (com data de construção até 1945).

Apesar deste alinhamento entre com as problemáticas transversais à cidade de Lisboa, em 2011 a freguesia de Alvalade apresentava uma percentagem de edifícios com necessidade de grandes reparações ou muito degradados de 2,74%, significativamente inferior à percentagem da cidade (7,39%), e a idade média dos edifícios da freguesia (52 anos) é também inferior à de Lisboa (62 anos).⁶⁰

Em matéria de acessibilidade para pessoas com mobilidade condicionada, quase 50% das pessoas inquiridas desconhecem os serviços de transportes disponíveis, como o serviço porta-a-porta, e apenas 20% os considera “suficientes” ou “suficientes e de boa ou ótima qualidade”, com a indicação, em alguns casos, da necessidade de aumentar a cobertura do serviço.

No que diz respeito aos serviços de transporte público, estes são considerados “suficientes” por 33% da população inquirida e “suficientes e de boa ou ótima qualidade” por 37%, o que indica uma elevada satisfação em relação aos mesmos. Contudo, em alguns casos foi exposta pela população a necessidade de uma maior cobertura dos transportes, principalmente em horários noturnos e durante os fins de semana.

ESPAÇOS VERDES E CICLOVIAS

No que diz respeito aos espaços verdes, é identificada a necessidade de um maior cuidado relativamente a alguns jardins da freguesia, tema considerado particularmente relevante pela população inquirida no Bairro de Fonecas e Calçada. Os espaços verdes urbanos representam um elemento essencial para a qualidade da vida das pes-

⁶⁰ Rede Social de Lisboa (2016), II Diagnóstico Social de Lisboa 2015-2016

soas, promovendo estilos de vida mais saudáveis, através da prática de atividades de lazer, desportivas e físicas ao ar livre. Em termos ambientais, contribuem para a sustentabilidade ecológica da cidade, melhoram a qualidade do ar e reduzem a poluição. A freguesia de Alvalade conta com vários **espaços verdes e jardins**, nomeadamente:

- Jardim da Alameda da Cidade Universitária;
- Jardim do Campo Grande;
- Jardim da Quinta dos Barros;
- Palácio Pimenta – Museu da Cidade;
- **Parques Fitness:**
 - Jardins do Campus LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil);
 - Jardim da Rua Eugénio de Castro;
 - Jardim da Av. Estados Unidos de América;
 - Jardim da Rua Francisco Franco;
- **Circuitos de manutenção:**
 - Parque José Gomes Ferreira (Espaço Público);
 - Estádio Universitário;
 - Campo de Jogos 1º de Maio Fundação Inatel.



▲ PARQUE FITNESS DO JARDIM DA RUA FRANCISCO FRANCO

No que diz respeito à rede ciclável na freguesia de Alvalade, existem ciclovias na Alameda da Universidade, Avenida do Brasil, Avenida Frei Miguel Contreiras, Campo Grande e Rua Infante Dom Pedro. Estas fazem parte de uma rede que está em contínua expansão em Lisboa, favorecendo a utilização da bicicleta como prática de lazer, desportiva e também como meio alternativo de transporte. Segundo o II Diagnóstico Social de Lisboa 2015-16, desde 2008 as ciclovias da cidade aumentaram mais de 500% em extensão, contando atualmente com 79 km de percurso ciclável, estando já prevista a construção de mais 148 km de ciclovias. A extensão destas na freguesia representa um aspeto de melhoria sugerido em alguns casos no inquérito à população, tendo sido ainda identificada a necessidade de conexão às outras ciclovias da cidade e um aumento de infraestruturas, designadamente o estacionamento de bicicletas.



Fonte: <http://lisboaciclavel.cm-lisboa.pt>

- Percurso ciclável urbano - em funcionamento
- - - Percurso ciclável urbano - em obra
- Percurso Monsanto - em funcionamento

SEGURANÇA

No que diz respeito à segurança, 38% da população inquirida considera os serviços de proximidade, segurança e patrulhamento policial insuficiente, sendo a insegurança uma preocupação identificada também pelas entidades da CSFA, com particular atenção às pessoas de idade maior, por vezes vítimas de casos de extorsão e fraude.

O sentimento de insegurança tem impacto na qualidade de vida da população, principalmente nos períodos de crise económica que, por norma, apresentam um aumento da taxa de criminalidade, sendo que, em 2012 mais de um terço da população considerava a zona onde reside como perigosa ou insegura.⁶¹ Contudo, Lisboa indicia uma tendência contrária, com uma redução progressiva da taxa de criminalidade nos últimos anos, passando de um valor de 78,4 crimes por mil habitantes em 2011, para um valor de 74,2 em 2014. Não obstante, Lisboa mantém-se muito acima dos valores do Continente ou mesmo da Área Metropolitana de Lisboa, que em 2014 apresentavam taxas de criminalidade de 32,8% e de 39,7% respetivamente.⁶²

Relativamente à freguesia de Alvalade, observa-se um aumento das ocorrências (valores absolutos) de crimes registadas pela PSP nos últimos anos, com uma variação de 25% no período 2013-2016. Os crimes mais frequentes em 2016 foram: assalto a veículo, furto de oportunidade ou de objetos não guardados, outros danos, furto em supermercado, agressões físicas simples, furto por carteirista e assalto a residência com arrombamento.⁶³ Crimes estes, cuja associação a danos ou perdas no património, terá provavelmente um efeito acrescido na manutenção ou aumento do sentimento de insegurança.

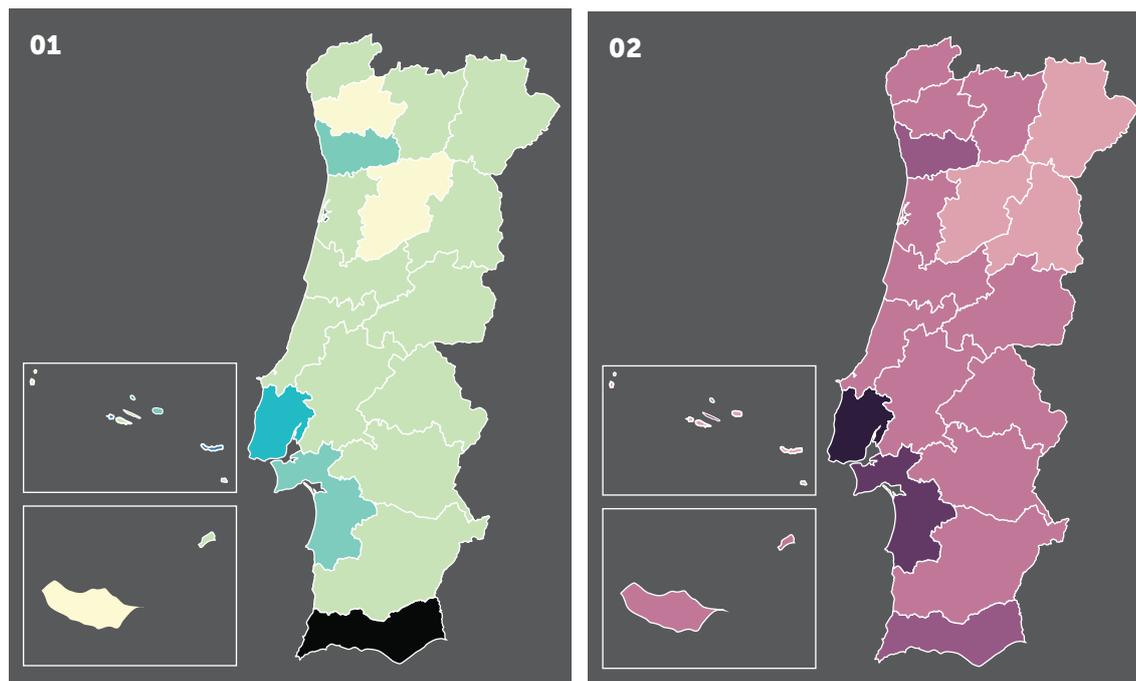
Importa, no entanto, aqui destacar que, à exceção dos assaltos a veículos e dos furtos de oportunidade ou de objetos não guardados, todos os restantes tipos de crime referidos registam uma descida no número de ocorrências, quando comparados com os valores de 2015. Para além deste dado, a generalidade dos crimes não se enquadram na tipologia de crimes graves ou violentos. Assim, o aumento de 25% de crimes registados na freguesia, entre 2013 e 2016, deverá ser observado com relativa prudência, considerando, tanto a natureza dos crimes, como a tendência mais recente de evolução dos números registados. Aliás, se considerarmos todos os tipos de crime registados, verificamos que, entre 2015 e 2016, o seu total aumenta menos de 1%.

Nos dados disponíveis relativos a 2016, verificamos que o distrito de Lisboa é o segundo em termos de taxa de criminalidade (criminalidade geral), situando-se entre os 40 e os 45%, sendo apenas ultrapassado pelo distrito de Faro.

⁶¹ APAV/INTERCAMPUS, Barómetro #2 - Criminalidade e Insegurança

⁶² Rede Social de Lisboa (2016), II Diagnóstico Social de Lisboa 2015-2016

⁶³ Dados calculados com base na notação estatística de ocorrências criminais 2013-2016 disponibilizados pela Polícia de Segurança Pública



▲ TAXA DE CRIMINALIDADE GERAL EM PORTUGAL POR DISTRITOS, 2016. (n.º de crimes / 1000 hab.)



Fonte: Sistema de Segurança Interna, Gabinete do Secretário-Geral (2016), Relatório Anual de Segurança Interna 2016

▲ PROPORÇÃO DA CRIMINALIDADE VIOLENTA E GRAVE NA CRIMINALIDADE GERAL POR DISTRITOS, 2016. (%)

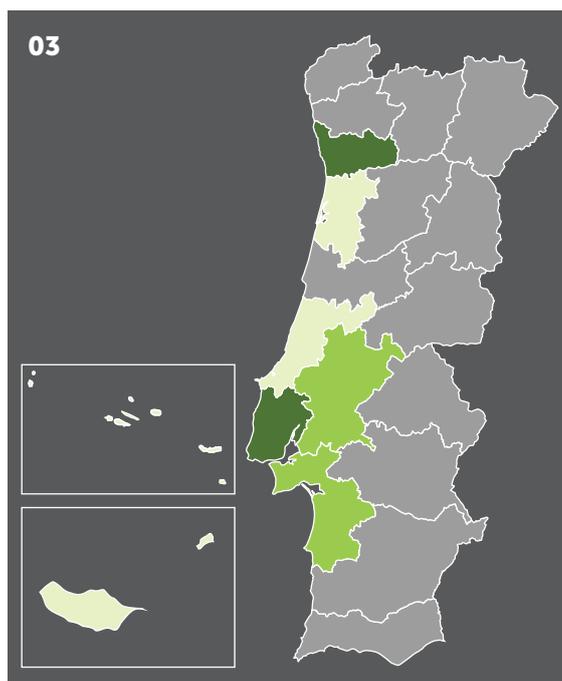


Fonte: Sistema de Segurança Interna, Gabinete do Secretário-Geral (2016), Relatório Anual de Segurança Interna 2016

Para além dessa distribuição geográfica, se atendermos à proporção da criminalidade violenta e grave na criminalidade geral, por distrito, verificamos que é em Lisboa que essa proporção assume valores mais significativos (entre 8 e 10%)⁶⁴.

Deste modo, poderemos referir o distrito de Lisboa como um dos mais suscetíveis tanto ao nível da taxa de criminalidade como à proporção da criminalidade violenta e grave nessa taxa. Contudo, é também um dos distritos onde as ações preventivas e corretivas têm gerado resultados significativos ao nível da redução da criminalidade, tanto em valores absolutos (o que seria expectável face ao número de crimes) como em valores percentuais. Nomeadamente, a redução da criminalidade geral e da criminalidade violenta e grave, apresentando Lisboa e Porto a redução mais significativa do número de registos, entre 2015 e 2016.

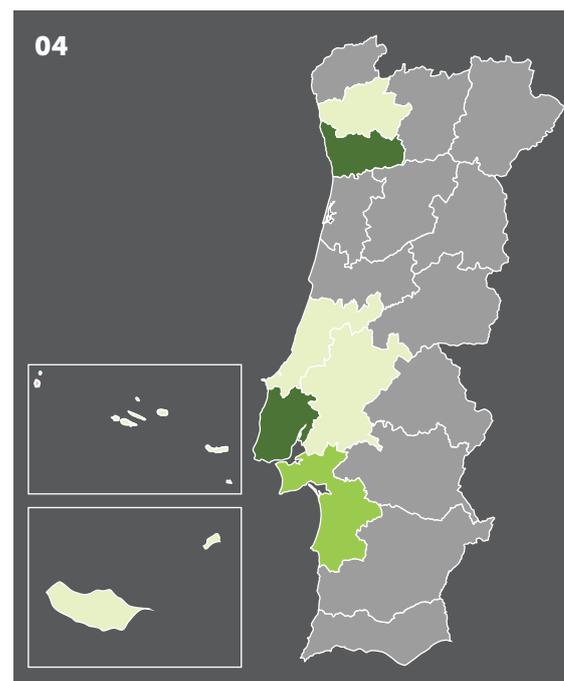
⁶⁴ Sistema de Segurança Interna, Gabinete do Secretário-Geral (2016), Relatório Anual de Segurança Interna 2016



▲ CRIMINALIDADE GERAL: DISTRITOS A DESTACAR PELA DIFERENÇA, 2015-2016.

- PORTO (-4.943 REGISTOS)
- LISBOA (-4.599 REGISTOS)
- SETÚBAL (-2.207 REGISTOS)
- SANTARÉM (-2.078 REGISTOS)
- LEIRIA (-1.878 REGISTOS)
- AVEIRO (-1.688 REGISTOS)

Fonte: Sistema de Segurança Interna, Gabinete do Secretário-Geral (2016), Relatório Anual de Segurança Interna 2016



▲ CRIMINALIDADE VIOLENTA E GRAVE: DISTRITOS A DESTACAR PELA DIFERENÇA, 2015-2016.

- PORTO (-784 REGISTOS)
- LISBOA (-763 REGISTOS)
- SETÚBAL (-277 REGISTOS)
- BRAGA (-121 REGISTOS)
- LEIRIA (-84 REGISTOS)
- SANTARÉM (-81 REGISTOS)

Fonte: Sistema de Segurança Interna, Gabinete do Secretário-Geral (2016), Relatório Anual de Segurança Interna 2016

Em termos percentuais, no distrito de Lisboa, verificou-se uma redução da criminalidade geral registada, entre 2015 e 2016, de 5,1% (9,2% no caso da criminalidade violenta e grave). Se alargarmos esta análise para um período de 2011 a 2016, verificamos que a descida é muito significativa e continuada, atingindo uma variação negativa de 30,3%.⁶⁵

Podemos assim afirmar que a freguesia de Alvalade, mesmo que apresentando um ligeiro aumento em termos absolutos de ocorrências (mesmo assim com diminuição em muitas das formas de criminalidade mais graves), se encontra inserida num contexto geográfico que, sendo negativo do ponto de vista da taxa de criminalidade, apresenta uma evolução positiva e continuada, tanto do ponto de vista distrital como concelhio. É importante no entanto ter presente que a perceção de segurança é nesta área fundamental pois se a população se sentir insegura isso tem consequências, influenciando comportamentos e impactando no seu bem-estar.

⁶⁵ Sistema de Segurança Interna, Gabinete do Secretário-Geral (2016), Relatório Anual de Segurança Interna 2016

Em termos de recursos, a freguesia de Alvalade conta, desde 2008, com o projeto de Policiamento Comunitário “Alvalade mais seguro” que, através do serviço de proximidade e maior envolvimento da comunidade, visa a aumentar a tranquilidade pública, o sentimento de maior segurança da população, e a prevenção dos crimes. O serviço de proximidade tem ainda vindo a contribuir significativamente no combate ao isolamento das pessoas de idade maior.

As principais **sugestões para a intervenção futura**, elencadas pela população inquirida no âmbito do presente retrato social, relativamente ao tema da acessibilidade e segurança são:

- Criação de mais espaços de estacionamento para carros e motas, com lugares reservados para os residentes;
- Reordenamento do trânsito (gestão de trânsito, controlo de velocidade, passadeiras melhor sinalizadas, sinais de trânsito mais visíveis, zonas com limites de acesso para automóveis);
- Maior frequência dos serviços de higiene urbana e recolha de lixo;
- Fiscalização das pessoas que deixam lixo no chão e não recolhem os dejetos dos animais de estimação;
- Mais espaços e equipamento para uso com animais;
- Criação, manutenção e dinamização dos jardins e espaços verdes;
- Incremento do patrulhamento policial nas ruas e nos jardins;
- Manutenção dos candeeiros e melhor iluminação;
- Transportes públicos com maior regularidade, incluindo fins de semana e horários noturnos.

4.5. EMPREGO

O emprego constitui um dos principais (se não o principal) fatores de inclusão, tendo implicações económicas e sociais na vida dos indivíduos. No que diz respeito à integração da pessoa, o emprego proporciona uma identidade social, uma rede de relações interpessoais e promove o desenvolvimento pessoal e social, assim como senti-

mentos de autoestima e realização. Em termos económicos, representa a fonte mais usual de subsistência, apesar de não garantir a ausência de pobreza, sendo o emprego precário ou mal remunerado também causa de precariedade económica.

Em Portugal, assiste-se a uma mudança no perfil do emprego a partir de meados do século XX, com uma migração do setor primário (agricultura) e secundário (indústria) para o setor terciário (serviços) e um elevado crescimento da presença da mulher no mercado do trabalho. Em 2011, o setor terciário representava 70% da população empregada em Portugal e Lisboa era a cidade onde o setor tinha maior peso em termos de emprego (89%).

Segundo o Censos 2011, a taxa de atividade⁶⁶ em Portugal Continental era de 47,6%, valor semelhante ao registado em Lisboa (47,54%).

Analisando os dados referentes às antigas freguesias, verifica-se que a freguesia que registava maior taxa de atividade era a do Campo Grande (48,14%). Em termos de sexo, os homens apresentam um maior peso percentual, em linha com os valores do concelho de Lisboa.

QUADRO 28 · TAXA DE ATIVIDADE NA FREGUESIA DE ALVALADE, POR ANTIGA FREGUESIA, POR SEXO (2011)

CONCELHO E ANTIGAS FREGUESIAS	Taxa de atividade em 2011		
	% / TOTAL	% / H	% / M
Lisboa	47,54	51,14	44,5
Alvalade	44,32	48,57	41,19
Campo Grande	48,14	52,34	44,76
São João de Brito	42,65	46,31	39,77

Fonte: INE, Instituto Nacional de Estatística

Em termos de mercado de trabalho em 2011, 90,41% da população ativa nas três antigas freguesias (13.993 pessoas) estava empregada (12.651 pessoas) sobretudo na categoria de trabalhadores por conta de outrem (9.687, ou seja, 76,57%) e no setor terciário económico – 6.675 pessoas (52,76%) – seguido do setor terciário social – 4.665 pessoas (36,87%).

⁶⁶ Número de empregados e desempregados por 100 habitantes, com 15 e mais anos

QUADRO 29 · POPULAÇÃO EMPREGADA NA FREGUESIA DE ALVALADE, POR ANTIGA FREGUESIA, POR SETOR DE ATIVIDADE (2011)

CONCELHO E ANTIGAS FREGUESIAS	População empregada em 2011 (nº)				
	TOTAL	Setor primário	Setor secundário	Setor terciário (social)	Setor terciário (económico)
Lisboa	229566	685	24195	77885	126801
Alvalade	3590	18	310	1332	1930
Campo Grande	4571	21	468	1680	2402
São João de Brito	4490	23	471	1653	2343

Fonte: INE, Instituto Nacional de Estatística

No que respeita à distribuição por sexo, as três antigas freguesias apresentam tendências similares e em linha com os dados concelhios, sendo que na categoria de trabalhador por conta de outrem a percentagem de pessoas de sexo feminino é superior à de sexo masculino, enquanto nas categorias de empregador e trabalhador por conta própria, a tendência se inverte, com uma maioria masculina. A diferença mais significativa em termos percentuais regista-se na situação de empregador, onde os homens representam 57,8% na antiga freguesia de Alvalade, 60,2% na antiga freguesia do Campo Grande e 60,3% na antiga freguesia de São João de Brito.

QUADRO 30 · EDIFÍCIOS NA FREGUESIA DE ALVALADE, POR ANTIGA FREGUESIA, ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO E ESTADO DE CONSERVAÇÃO (2011)

CONCELHO E ANTIGAS FREGUESIAS	Situação na profissão	TOTAL	SEXO			
			H		M	
			Nº	%	Nº	%
Lisboa	TOTAL	229566	111390	48,5%	118176	51,5%
	Empregador	28470	17106	60,1%	11364	39,9%
	Trabalhador por conta própria	11786	6276	53,3%	5510	46,8%
	Trabalhador familiar não remunerado	473	156	33,0%	317	67,0%
	Trabalhador por conta de outrem	183396	85348	46,5%	98048	53,5%
	Membro de uma cooperativa de produção	95	65	68,4%	30	31,6%
	Outra Situação	5346	2439	45,6%	2907	54,4%

QUADRO 30 · EDIFÍCIOS NA FREGUESIA DE ALVALADE, POR ANTIGA FREGUESIA, ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO E ESTADO DE CONSERVAÇÃO (2011)

CONCELHO E ANTIGAS FREGUESIAS	Situação na profissão	TOTAL	SEXO			
			H		M	
			Nº	%	Nº	%
Alvalade	TOTAL	3590	1675	46,7%	1915	53,3%
	Empregador	557	322	57,8%	235	42,2%
	Trabalhador por conta própria	229	119	52,0%	110	48,0%
	Trabalhador familiar não remunerado	2	1	50,0%	1	50,0%
	Trabalhador por conta de outrem	2686	1188	44,2%	1498	55,8%
	Membro de uma cooperativa de produção	0	0	0,0%	0	0,0%
	Outra Situação	116	45	38,8%	71	61,2%
Campo Grande	TOTAL	4571	2199	48,1%	2372	51,9%
	Empregador	643	387	60,2%	256	39,8%
	Trabalhador por conta própria	226	115	50,9%	111	49,1%
	Trabalhador familiar não remunerado	3	1	33,3%	2	66,7%
	Trabalhador por conta de outrem	3567	1638	45,9%	1929	54,1%
	Membro de uma cooperativa de produção	1	1	100,0%	0	0,0%
	Outra Situação	131	57	43,5%	74	56,5%
São João de Brito	TOTAL	4490	2127	47,4%	2363	52,6%
	Empregador	644	388	60,3%	256	39,8%
	Trabalhador por conta própria	267	149	55,8%	118	44,2%
	Trabalhador familiar não remunerado	13	1	7,7%	12	92,3%
	Trabalhador por conta de outrem	3434	1534	44,7%	1900	55,3%
	Membro de uma cooperativa de produção	2	2	100,0%	0	0,0%
	Outra Situação	130	53	40,8%	77	59,2%

Fonte: INE, Instituto Nacional de Estatística

Relativamente ao principal meio de vida da população com 15 ou mais anos, destaca-se o trabalho, com 44,62%, seguido pela reforma/pensão, correspondente a 33,41% deste grupo da população. No que diz respeito às pessoas com subsídios e apoios sociais como principal meio de vida, em 2011 registavam-se 208 pessoas na antiga freguesia de Alvalade, 387 no Campo Grande e 315 em São João de Brito. As antigas freguesias de Alvalade e São João de Brito destacam-se pela percentagem de reformas/pensões (35,4% e 34,9% respetivamente) superior à de Lisboa (30,7%).

QUADRO 31 · POPULAÇÃO RESIDENTE COM 15 E MAIS ANOS DE IDADE NA FREGUESIA DE ALVALADE, POR ANTIGA FREGUESIA, POR SEXO E PRINCIPAL MEIO DE VIDA (2011)

CONCELHO E ANTIGAS FREGUESIAS	Principal meio de vida	TOTAL	SEXO			
			H		M	
			nº	%	nº	%
Lisboa	TOTAL	477239	214881	45,03%	262358	54,97%
	Trabalho	227210	110510	48,64%	116700	51,36%
	Reforma / Pensão	146294	57873	39,56%	88421	60,44%
	Subsídio de desemprego	10714	5617	52,43%	5097	47,57%
	Subsídio por acidente de trabalho ou doença profissional	501	283	56,49%	218	43,51%
	Rendimento social de inserção	6882	3091	44,91%	3791	55,09%
	Outro subsídio temporário (doença, maternidade, etc.)	1792	493	27,51%	1299	72,49%
	Rendimento da Propriedade ou da empresa	3713	1541	41,50%	2172	58,50%
	Apoio Social	1976	866	43,83%	1110	56,17%
	A cargo da família	63932	27858	43,57%	36074	56,43%
	Outro	14225	6749	47,44%	7476	52,56%
Alvalade	TOTAL	7846	3237	41,26%	4609	58,74%
	Trabalho	3400	1589	46,74%	1811	53,26%
	Reforma / Pensão	2778	1004	36,14%	1774	63,86%
	Subsídio de desemprego	154	74	48,05%	80	51,95%
	Subsídio por acidente de trabalho ou doença profissional	2	1	50,00%	1	50,00%
	Rendimento social de inserção	12	4	33,33%	8	66,67%
	Outro subsídio temporário (doença, maternidade, etc.)	23	5	21,74%	18	78,26%
	Rendimento da Propriedade ou da empresa	158	53	33,54%	105	66,46%
	Apoio Social	17	10	58,82%	7	41,18%
	A cargo da família	1063	418	39,32%	645	60,68%
	Outro	239	79	33,05%	160	66,95%

QUADRO 31 · POPULAÇÃO RESIDENTE COM 15 E MAIS ANOS DE IDADE NA FREGUESIA DE ALVALADE, POR ANTIGA FREGUESIA, POR SEXO E PRINCIPAL MEIO DE VIDA (2011)

CONCELHO E ANTIGAS FREGUESIAS	Principal meio de vida	TOTAL	SEXO			
			H		M	
			nº	%	nº	%
Campo Grande	TOTAL	9115	3961	43,46%	5154	56,54%
	Trabalho	4432	2137	48,22%	2295	51,78%
	Reforma / Pensão	2735	989	36,16%	1746	63,84%
	Subsídio de desemprego	174	81	46,55%	93	53,45%
	Subsídio por acidente de trabalho ou doença profissional	6	2	33,33%	4	66,67%
	Rendimento social de inserção	121	55	45,45%	66	54,55%
	Outro subsídio temporário (doença, maternidade, etc.)	40	9	22,50%	31	77,50%
	Rendimento da Propriedade ou da empresa	102	38	37,25%	64	62,75%
	Apoio Social	46	18	39,13%	28	60,87%
	A cargo da família	1233	541	43,88%	692	56,12%
	Outro	226	91	40,27%	135	59,73%
	São João de Brito	TOTAL	10403	4448	42,76%	5955
Trabalho		4377	2083	47,59%	2294	52,41%
Reforma / Pensão		3629	1358	37,42%	2271	62,58%
Subsídio de desemprego		177	83	46,89%	94	53,11%
Subsídio por acidente de trabalho ou doença profissional		4	3	75,00%	1	25,00%
Rendimento social de inserção		42	17	40,48%	25	59,52%
Outro subsídio temporário (doença, maternidade, etc.)		35	5	14,29%	30	85,71%
Rendimento da Propriedade ou da empresa		207	80	38,65%	127	61,35%
Apoio Social		57	25	43,86%	32	56,14%
A cargo da família		1359	558	41,06%	801	58,94%
Outro		516	236	45,74%	280	54,26%

Fonte: INE, Instituto Nacional de Estatística

No que diz respeito à população inquirida no âmbito do processo de elaboração do Retrato Social da Freguesia de Alvalade, regista-se que 37,5% das pessoas inquiridas são reformadas, 33,8% empregadas por conta de outrem, 9,4% por conta própria e apenas 6,2% está em situação de desemprego.

GRÁFICO 19 · AMOSTRA POR ANTIGA FREGUESIA, POR CONDIÇÃO PERANTE ATIVIDADE ECONÓMICA (n=1111)

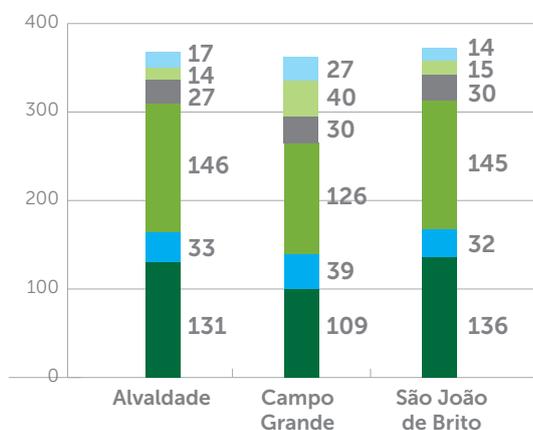
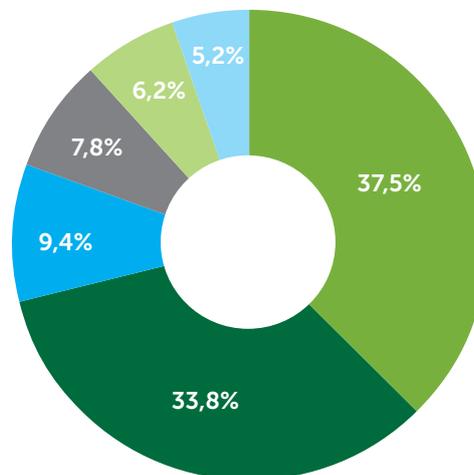


GRÁFICO 20 · AMOSTRA TOTAL POR CONDIÇÃO PERANTE ATIVIDADE ECONÓMICA (n=1111)



- Empregado por conta de outrem
- Empregado por conta própria
- Reformado
- Estudante
- Desempregado
- Outro

Fonte: Inquérito à população

Relativamente às principais fontes de rendimento nos últimos 12 meses e ao rendimento líquido mensal dos agregados familiares das pessoas inquiridas, destacam-se o trabalho e a pensão/reforma como principais fontes de rendimento, com uma percentagem total de 53% e 42% respetivamente, e um rendimento líquido mensal superior a 900€ e inferior a 2.500€, em 38% dos casos. Também no caso destes dois parâmetros, a distribuição dos dados recolhidos nas três antigas freguesias mantém-se muito parecida. A elevada semelhança entre as distribuições das três antigas freguesias relativamente à atividade económica e rendimento, com algumas exceções no caso do Campo Grande, aponta para uma relativa homogeneidade territorial na freguesia atual em termos económicos.

GRÁFICO 21 · FONTES DE RENDIMENTO DO AGREGADO FAMILIAR, POR ANTIGA FREGUESIA (n=1111)

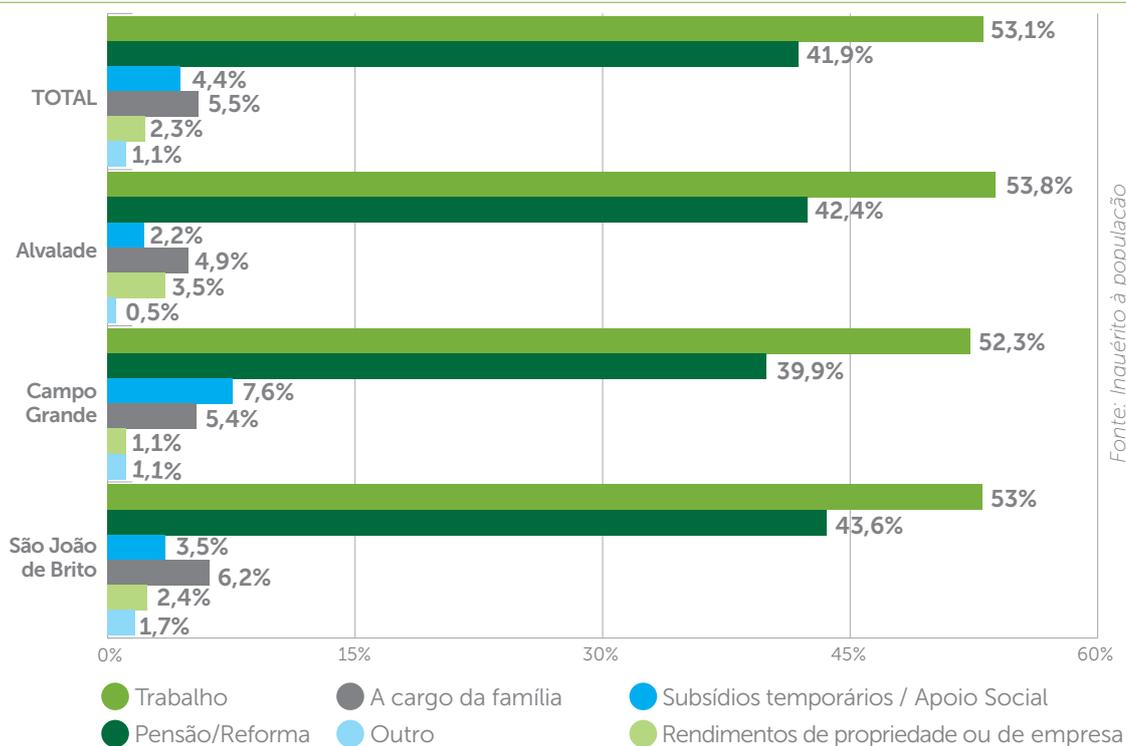
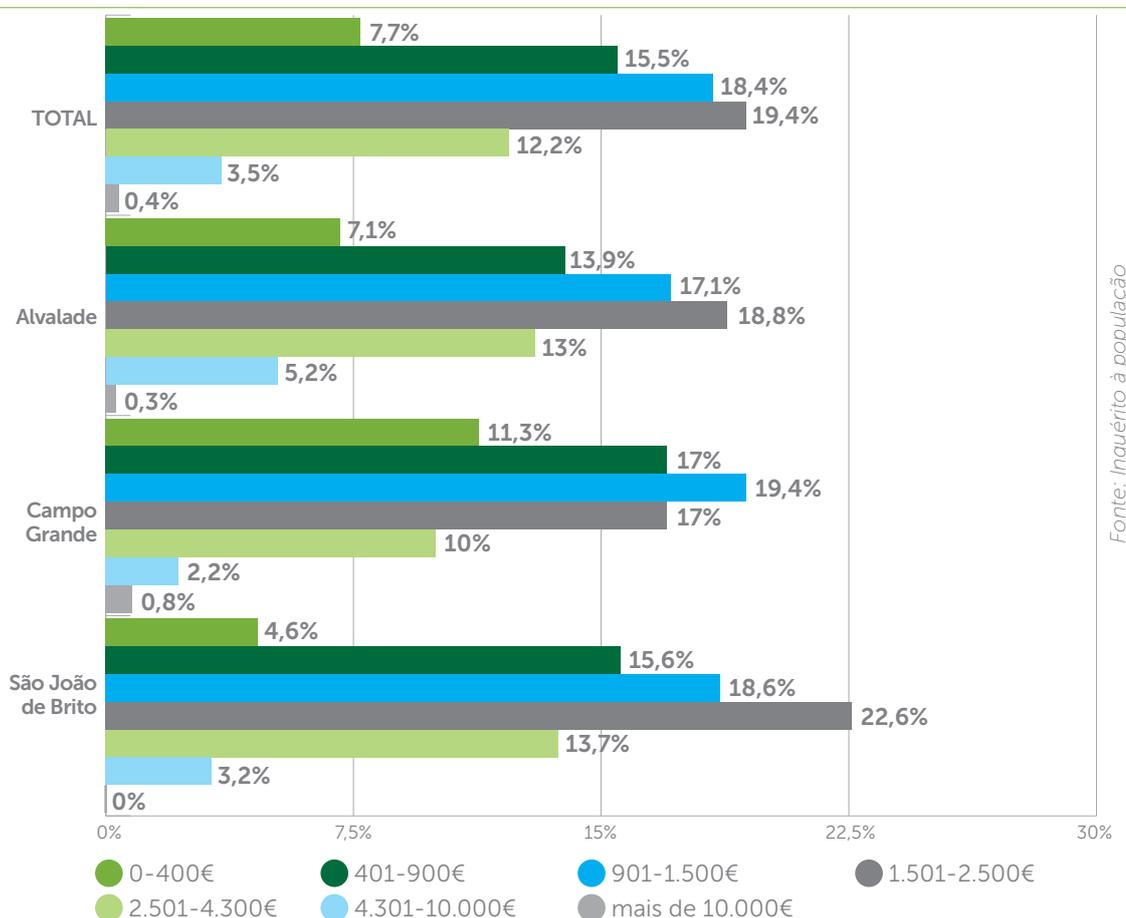


GRÁFICO 22 · RENDIMENTO LÍQUIDO MENSAL DO AGREGADO FAMILIAR, POR ANTIGA FREGUESIA (n=1111)



DESEMPREGO

O desemprego afirmou-se em Portugal como problema social em meados da década de 70 do século XX e tem vindo a agravar-se, nestes últimos anos, com a crise económica e recessão, registando-se um aumento significativo do número de desempregados/as a partir de 2011. A taxa de desemprego nacional atingiu o seu máximo em 2013, com um valor de 16,2% (16,0% nos homens e 16,4% nas mulheres), tendo diminuído progressivamente desde então, registando uma taxa de 11,1% em 2016, designadamente 11,0% para homens e 11,2% para mulheres.⁶⁷

Segundo o Censos 2011, as três antigas freguesias contavam com 1.342 pessoas desempregadas, com taxas de desemprego inferiores à taxa de Lisboa, destacando-se Alvalade, com um valor de 8,67%. Na distribuição por sexo, a taxa era ligeiramente mais elevada nos homens do que nas mulheres, no Campo Grande e São João de Brito, verificando-se a situação inversa na antiga freguesia de Alvalade.

QUADRO 32 · TAXA DE DESEMPREGO NA FREGUESIA DE ALVALADE, POR ANTIGA FREGUESIA, POR SEXO (2011)

CONCELHO E ANTIGAS FREGUESIAS	Taxa de desemprego em 2011 (%)		
	TOTAL	H	M
Lisboa	11.84	13.17	10.55
Alvalade	8.67	8.37	8.94
Campo Grande	9.68	10.21	9.19
São João de Brito	10.22	10.85	9.64

Fonte: INE, Instituto Nacional de Estatística

Em termos etários, observa-se uma distribuição aproximadamente alinhada com Lisboa. Contudo, a antiga Freguesia de Alvalade apresentava em 2011 uma distribuição ligeiramente diferente. De facto, se de um lado se nota um baixo peso da população desempregada com menos de 25 anos (13%) comparativamente a Lisboa (18%) e às outras antigas freguesias (Campo Grande - 18% e São João de Brito - 19%), por outro lado, o peso das pessoas desempregadas com 55 ou mais anos (22%) é significativamente superior ao registado para Lisboa (13%).

⁶⁷ [http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+sexo+\(percentagem\)-550](http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+sexo+(percentagem)-550).
Informação extraída a 18/03/2017

QUADRO 33 · POPULAÇÃO RESIDENTE NA FREGUESIA DESEMPREGADA POR GRUPOS ETÁRIOS (Nº), POR ANTIGA FREGUESIA (2011)

CONCELHO E ANTIGAS FREGUESIAS	População desempregada (nº)											
	TOTAL	15-19 anos	20-24 anos	25-29 anos	30-34 anos	35-39 anos	40-44 anos	45-49 anos	50-54 anos	55-59 anos	60-64 anos	≥ 65 anos
Lisboa	30839	1420	4076	4225	3858	3700	3218	3321	3012	2570	1420	19
Alvalade	341	10	36	51	41	31	26	43	29	43	31	0
Campo Grande	490	23	67	59	55	61	51	56	52	43	21	2
São João de Brito	511	24	75	60	60	52	41	76	38	51	34	0

Fonte: INE, Instituto Nacional de Estatística

É neste contexto que Portugal tem apostado num quadro de políticas ativas de emprego, que visam a promoção da empregabilidade, nomeadamente ao nível de:

- Capacitação dos jovens e transição para a vida ativa – incide num esforço de apoio ao primeiro emprego (e.g. estágios profissionais) e na superação dos défices escolares e profissionais, por via da formação;
- Qualificação e capacitação profissional de desempregados – incide em programas que visam a formação em competências básicas e o reconhecimento, certificação e validação de competências adquiridas ao longo da vida. O núcleo central desta política é a “formação-qualificação profissional” e tem-se assistido à expansão de formas de combate à desqualificação social;

No que diz respeito às medidas nacionais mais recentes que apoiam “a integração socioprofissional, em particular a das pessoas mais afastadas do mercado de trabalho”⁶⁸, sublinha-se:

- A criação do “Balcão Único de Emprego”, cujo objetivo é a concentração de todos os serviços de apoio à procura e oferta de emprego num único espaço físico e virtual, permitindo um serviço mais eficiente e um acompanhamento mais personalizado das pessoas em situação de desemprego, com uma atenção particular aos grupos mais vulneráveis, tais como os/as jovens “nem-nem” (que nem estudam nem trabalham, conhecidos também como NEET - *Young people not in employment, education or training*) e os/as desempregados/as de longa duração;
- A criação e reforço de medidas ativas de emprego, das quais se destacam: a Medida Cheque-Formação (financiamento direto da formação, dirigido a entidades empregadoras, ativos empregados e desempregados); Programa COOP-

⁶⁸ Portugal, Relatório Social Nacional 2016

JOVEM (promoção do empreendedorismo cooperativo), Programa de Promoção das Artes e Ofícios (programa integrado de capacitação e promoção do trabalho no setor) e Programa Contrato-Geração (incentivos para a contratação de desempregados/as jovens e de longa duração).

Em linha com as entidades sociais do país, as entidades que constituem a CSFA, e que participaram nos *workshops* e no inquérito *online*, dão destaque a dois grupos que foram particularmente afetados pela crise económica e consequente aumento da taxa de desemprego, principalmente a partir de 2011:

- A população desempregada de longa duração (1 ano e mais) e muito longa duração (2 anos e mais), que apresenta, em certos casos, níveis elevados de precariedade social e económica, baixa autoestima e desmotivação;
- A população desempregada jovem (15-24 anos), sendo a precariedade do mercado do trabalho, a desadequação das habilitações literárias e as competências desajustadas, fatores que contribuem para o desemprego desta faixa etária;

Ainda no âmbito do emprego, as entidades da CSFA identificaram quatro (4) principais problemas na Freguesia de Alvalade, nomeadamente:

- A falta de competências para a procura ativa de emprego;
- A falta de oferta de emprego;
- A baixa escolaridade ou as habilitações literárias e competências desadequadas;
- As dificuldades de acesso a emprego apoiado.

É de ressaltar que os problemas identificados no âmbito do emprego, mais do que uma realidade que caracteriza a freguesia de Alvalade, representam preocupações transversais a nível nacional e concelhio. Apesar da distribuição do desemprego não ser homogénea dentro da cidade de Lisboa, o número das pessoas inscritas nos centros de emprego aumentou em todas as freguesias entre 2008 e 2014. Na freguesia de Alvalade passou-se de 642 inscritos, no primeiro trimestre de 2008, para 1.073 no quarto trimestre de 2014.⁶⁹

Ao nível da cidade de Lisboa, a evolução recente do desemprego, segundo o número de pessoas inscritas nos centros de desemprego da cidade, é descrita no II Diagnóstico Social de Lisboa 2015-16 através de três ciclos temporais distintos: i) uma tendência de decréscimo entre janeiro de 2004 e dezembro de 2008, com uma redução de 30% dos

⁶⁹ Rede Social de Lisboa (2016), II Diagnóstico Social de Lisboa 2015-2016

inscritos; ii) uma tendência de crescimento entre dezembro de 2008 e março de 2014, onde o número de inscritos mais do que duplicou; iii) e por fim, uma nova inversão de tendência entre março e dezembro de 2014, com uma redução de 20%.

É assim expectável que a tendência deste último ciclo descrito se venha a concretizar também na freguesia de Alvalade, na medida em que a evolução recente da situação económica e social do país aponta para uma progressiva melhoria do mercado do trabalho e uma *“recuperação moderada da atividade económica ao longo do período 2016-2018”*⁷⁰.

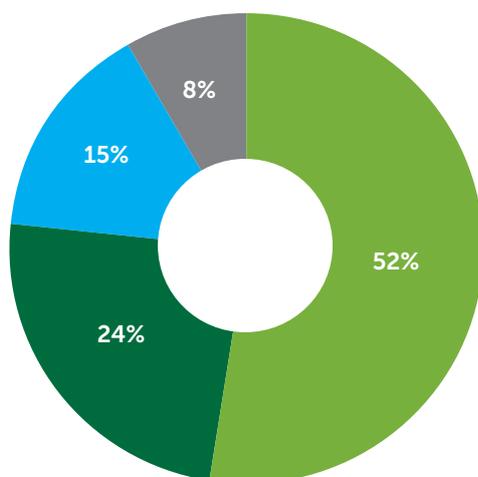


GRÁFICO 23

PESSOAS INQUIRIDAS
DESEMPREGADAS,
POR GRUPOS ETÁRIOS



Fonte: Inquérito à população

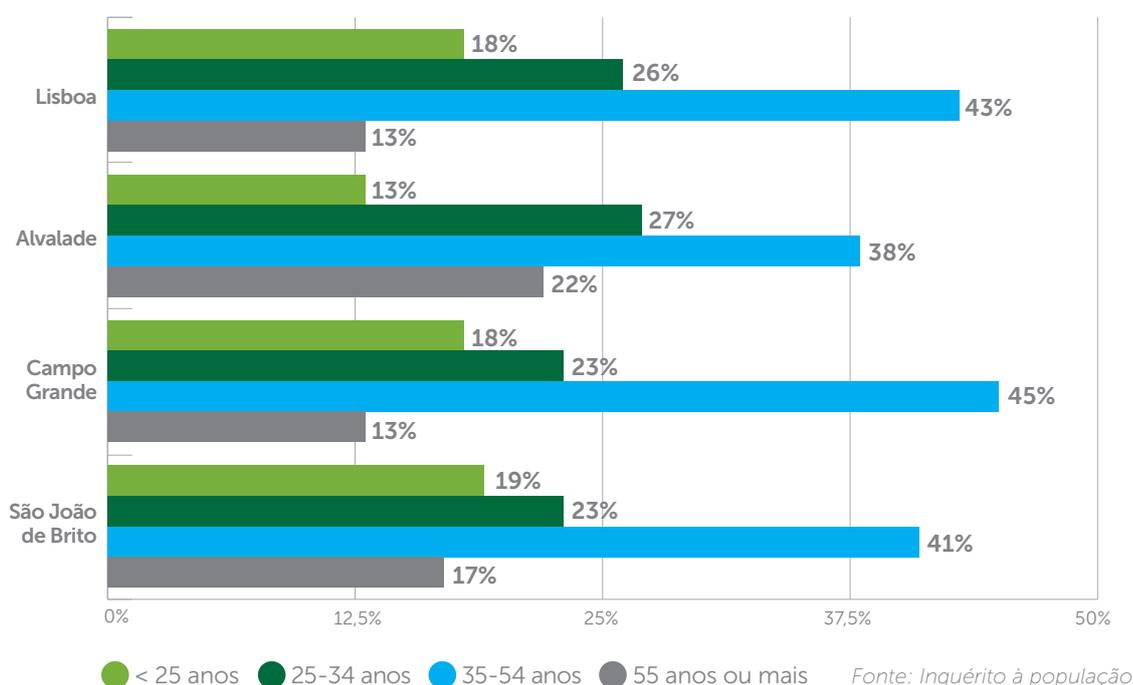
No âmbito do inquérito à população, registam-se 71 pessoas inquiridas desempregadas (25 homens e 46 mulheres), das quais 15 na antiga freguesia de Alvalade, 41 no Campo Grande e 15 em São João de Brito, correspondente a 6,39% da amostra total. No que diz respeito às zonas de intervenção prioritária, o Bairro das Murtas (zona 2) destaca-se pela alta percentagem de pessoas inquiridas em situação de desemprego (50%), enquanto no Bairro Fonseca e Calçada (zona 3) e no Bairro de Boa Esperança e São João de Brito (zona 4) a percentagem reduz-se a 17% e 15% respetivamente. Em todo o restante território a percentagem de pessoas inquiridas em situação de desemprego é de 4%.

Destas 71 pessoas em situação de desemprego, 3% estão à procura do primeiro emprego há menos de um ano, 32% à procura de novo emprego há menos de um ano, 39% entre 1 e 5 anos, 18% há mais de 5 anos e 8% nunca trabalharam. 45% dos inquiridos em situação de desemprego afirmam que a principal fonte de rendimento do seu agregado familiar, nos últimos 12 meses, consistiu em subsídios temporários e apoios sociais, e 28% declaram ter um rendimento mensal líquido do agregado familiar não superior a 400€.

⁷⁰ Portugal, Relatório Social Nacional 2016

Verifica-se que 52% dos/as inquiridos/as em situação de desemprego têm idade compreendida entre 35 e 54 anos, destaca-se também o facto de que 50% das pessoas desempregadas há 5 ou mais anos, têm 55 ou mais anos de idade. Este fator poderá estar relacionado com a pouca recetividade do mercado de trabalho à integração de pessoas que se encontram nesta faixa etária, para além do baixo nível de empregabilidade no mercado de trabalho atual.

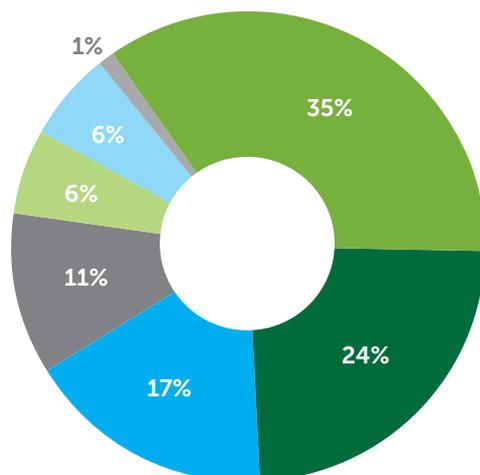
GRÁFICO 24 · POPULAÇÃO INQUIRIDA DESEMPREGADA POR GRUPO ETÁRIO (%), POR ANTIGA FREGUESIA



No que diz respeito ao nível de ensino, 35% das pessoas inquiridas desempregadas possuem um título de estudo superior.

Relativamente aos problemas sentidos na freguesia de Alvalade pela população, no âmbito do emprego, foram considerados mais relevantes os seguintes:

1. A falta de oferta de emprego, particularmente sentida no Campo Grande (42% da população inquirida) e São João de Brito (40%);
2. A baixa escolaridade e/ou habilitações literárias e competências desadequadas, destacando-se como problema mais relevante no Bairro das Murtas e no Bairro de Fonecas e Calçadas;
3. As dificuldades de acesso ao emprego apoiado.

**GRÁFICO 25**

PESSOAS INQUIRIDAS
DESEMPREGADAS,
POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE



Fonte: Inquérito à população

Relativamente ao grupo de pessoas inquiridas que se encontram em situação de desemprego, as suas principais preocupações são a falta de oferta de emprego (65%) e a baixa escolaridade e/ou as habilitações literárias e competências desadequadas (45%). Relativamente aos serviços de apoio à procura ativa de emprego presentes na freguesia, 38% das pessoas desempregadas inquiridas desconhecem a existência dessa oferta, 37% considera-os insuficientes e 11% inexistentes (ou praticamente inexistentes), enquanto 10% avalia-os como suficientes e 4% de boa ou ótima qualidade.

Quanto a ideias e proposta inovadoras, as principais **sugestões para a intervenção futura** elencadas pela população inquirida são:

- A criação de oferta no âmbito da formação profissional e de *workshops* formativos;
- A criação de um gabinete de apoio à procura ativa de emprego;
- A promoção de atividades socialmente úteis para a ocupação de tempo das pessoas desempregadas (por exemplo, iniciativas de manutenção e limpeza comunitária dos espaços públicos).

4.6. INCLUSÃO SOCIAL

Neste capítulo do Retrato Social da Freguesia de Alvalade, abordamos um conjunto complexo e múltiplo de fatores que, apesar de não se autonomizarem em capítulos específicos, condicionam de forma relevante os processos e potencial de inclusão social plena dos cidadãos, pelo que, não poderiam deixar de ser abordados num documento com a natureza e objetivos deste retrato social.

POBREZA

Portugal é um dos países europeus com uma maior desigualdade em termos de distribuição de rendimentos e com uma taxa de pobreza monetária mais elevada. De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), o rácio S80/S20 regista que, em 2015, o rendimento monetário líquido equivalente dos 20% da população com maiores recursos era 5,9 vezes superior ao rendimento monetário líquido equivalente dos 20% da população com menores recursos. O rácio S90/S10, que mede a proporção do rendimento total recebido pelos 10% da população com maiores rendimentos e a parte do rendimento auferido pelos 10% de menores rendimentos, foi de 10,1, com uma redução de 0,5 pontos percentuais face ao ano anterior (10,6). O coeficiente de *Gini*⁷¹ registou também um valor ligeiramente inferior ao registado no ano anterior (33,9% e 34,0% respetivamente).⁷²

Para além das desigualdades ao nível da distribuição de rendimentos verifica-se ainda um conjunto de indicadores que revelam a exposição acentuada de uma parte significativa da população a situações de pobreza e exclusão social. Nomeadamente, a quebra de rendimentos familiares, entre 2009 e 2013, associada ao aumento de situações de desemprego, emprego precário e retração da despesa pública de âmbito social. Em 2015, em Portugal a percentagem de pessoas em situação de pobreza e de exclusão social era de 26,6%, acima da percentagem europeia (23,7%).⁷³

Contudo, segundo o documento “Indicadores sobre a pobreza - Dados Europeus e Nacionais” publicado pela Rede Europeia Anti-Pobreza Portugal (atualização de dezembro 2016), alguns indicadores nacionais de pobreza apontam para uma ligeira melhoria, em 2015, nomeadamente: a taxa de risco de pobreza e exclusão social, a taxa de privação material e privação material severa, a taxa de intensidade laboral reduzida e a taxa de desemprego.

Em 2015, a taxa de risco de pobreza passou do valor de 19,5%, registado em 2014, para um valor de 19,0%, sendo esta definida como a percentagem de população com rendimento mensal líquido (por adulto equivalente) inferior a 439 euros (5.268 euros anuais).⁷⁴

Segundo os dados recolhidos no inquérito à população da freguesia, 7,7% da população inquirida, correspondente a 85 pessoas (65 mulheres e 20 homens), afirma ter um rendimento mensal líquido que não supera os 400 euros. Foi no território da antiga freguesia do Campo Grande que surgiu o maior número de respostas de pessoas em risco de pobreza, contando com 42 pessoas, das quais 11 residem no

⁷¹ Indicador de desigualdade na distribuição do rendimento que visa sintetizar num único valor a assimetria dessa distribuição. Assume valores entre 0 (quando todos os indivíduos têm igual rendimento) e 100 (quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo)

⁷² Adaptado de: INE I.P. (2017), Destaque - Rendimento e Condições de Vida 2016 (Dados provisórios)

⁷³ <http://ec.europa.eu/eurostat>, codes: t2020_50. Informação extraída a 20/03/2017

⁷⁴ INE I.P. (2017), Destaque - Rendimento e Condições de Vida 2016 (Dados provisórios)

Bairro das Murtas e 10 no Bairro FONSECAS e CALÇADA.

Relativamente à área da inclusão social, existe um alinhamento das perceções da população inquirida e das entidades da CSFA que consideram que a pobreza representa o problema mais relevante na freguesia de Alvalade. Neste âmbito, a falta de recursos económicos e a existência da chamada pobreza “envergonhada” são os dois elementos mais comumente referenciados pelas entidades e população inquirida.

A pobreza envergonhada é, normalmente, consequência de uma pobreza recente, que no caso português e nos últimos anos surge, quase sempre, relacionada com a crise económica que assolou o País e afetou pessoas que nunca antes tinham tido dificuldades de acesso a bens e serviços de primeira necessidade. Estas pessoas, “por vergonha” (ou receio de algum tipo de estigmatização), não recorrem aos serviços e apoios sociais disponíveis. Este fenómeno complexo encontra as suas principais causas na perda repentina do emprego, precariedade laboral, doenças, sobre-endividamento, salários e reformas insuficientes, e nas barreiras criadas pelos preconceitos e estigma relacionados com a pobreza. Entre as consequências mais gravosas destas realidades que geram situações de pobreza quase “invisíveis”, destacam-se o isolamento e o agravamento (ou consolidação) das próprias situações de pobreza.

Em 2015, em Portugal, 10,9% dos trabalhadores e 16% da população reformada, encontravam-se em situação de vulnerabilidade à pobreza.⁷⁵

Segundo o inquérito à população, mais de 50% das pessoas inquiridas que se identificaram, pelas suas respostas, como estando em risco de pobreza, tem 65 ou mais anos e 70% dessas vivem sós ou com outras pessoas do mesmo grupo etário. Esta caracterização está alinhada com os dados disponíveis a nível nacional, onde se registou um aumento da taxa de pobreza para a população de idade maior, passando de 17,0% em 2014 para uma taxa de 18,3% em 2015.

Quanto à distribuição por sexo, as mulheres registam um risco de pobreza e exclusão social superior aos homens, com valores nacionais de 27,3% e 25,9% respetivamente.⁷⁶ A diferença entre sexos identificada nos dados recolhidos pelo inquérito é mais significativa, tendo em conta que 9,4% das mulheres inquiridas afirma ter um rendimento mensal líquido inferior ou igual a 400 euros, e apenas 4,8% dos homens inquiridos referem ter os mesmos valores de rendimento.

Outra grande preocupação expressa pela população e também pelas entidades, é o reduzido acesso a direitos: nomeadamente, saúde, habitação e apoios sociais.

⁷⁵ EAPN (2016), Indicadores sobre a pobreza - Dados Europeus e Nacionais, atualização dezembro 2016, EAPN - Rede Europeia Anti-Pobreza Portugal

⁷⁶ Idem

MEDIDAS DE PROTEÇÃO SOCIAL

Relativamente à população abrangida por medidas de proteção social, em 2014 Alvalade registava: 367 beneficiários do Complemento Solidário para Idosos, 21,53% dos quais são homens e 78,47% mulheres; 682 beneficiários (com processamento) do Rendimento Social de Inserção (RSI), 51,76% dos quais são homens e 48,24% mulheres⁷⁷.

Segundo os dados disponibilizados pela Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, o número de beneficiários titulares do RSI na Freguesia, registados na listagem da Segurança Social, tem-se mantido estável nos últimos anos, registando 218 titulares em 2014 e 208 em 2015 e 2016.

A nível nacional, as medidas implementadas recentemente visam o reforço dos apoios sociais. Nesse sentido, destacam-se medidas como a atualização do valor de referência de apoios sociais, designadamente do Complemento Solidário para Idosos⁷⁸ e do Rendimento Social de Inserção⁷⁹, bem como dos montantes de abono de família⁸⁰, assim como a criação de um novo apoio temporário para as pessoas desempregadas que, após um ano da conclusão do subsídio social de desemprego, continuam numa situação de vulnerabilidade económica e afastados do mercado de trabalho.⁸¹

HABITAÇÃO

No que diz respeito à habitação, a maior preocupação das entidades da CSFA e da população inquirida é a dificuldade de acesso à mesma, dado o aumento dos preços no mercado imobiliário. A perceção comum entre a população inquirida é que existe um número significativo de edifícios vazios e sem condições de habitabilidade, devido às dificuldades financeiras dos proprietários ou ao volume de investimento necessário para a sua reabilitação, e que simultaneamente, existem dificuldades em encontrar alojamentos que sejam economicamente acessíveis.

Desde 2013, o mercado imobiliário em Lisboa regista um constante crescimento, tanto em termos de número de vendas como de valor dos alojamentos, com um aumento nos preços que ultrapassa a tendência do mercado imobiliário nacional. Uma das principais razões da elevada subida dos preços, reside na crescente procura de imóveis na capital por parte de investidores estrangeiros. Por outro lado, o aumento do turismo em Lisboa e as novas modalidades de arrendamento de curta duração, têm promovido a compra e reabilitação de prédios antigos para, de seguida, serem utilizados para fins turísticos.

⁷⁷ ACES Lisboa Norte (2015), Perfil de Saúde

⁷⁸ Decreto-Lei nº 254-B/2015 de 31 de dezembro e Lei do Orçamento do Estado 2016

⁷⁹ Decreto-Lei nº 1/2016, de 6 de janeiro

⁸⁰ Decreto-Lei nº 2/2016, de 6 de janeiro

⁸¹ Lei do Orçamento de Estado 2016

Em 2016, o número de transações de alojamentos familiares na Área Metropolitana de Lisboa apresentou um aumento de 25,5%, valor superior à média nacional (18,5), fenómeno que correspondeu, em termos de valor, a 47% do valor total de vendas a nível nacional, para um total de 6,9 mil milhões de euros.⁸²

Face às recentes mudanças do mercado imobiliário, verifica-se a necessidade de um maior apoio no acesso à habitação para as pessoas mais vulneráveis, sendo que já existem nesse sentido várias medidas municipais, nomeadamente:

- **Casas para quem precisa** – Programa que visa verificar a ocupação das habitações municipais e atualizar as condições de recursos das famílias residentes;
- **Subsídio Municipal ao Arrendamento (SMA)** – Medida transitória incluída no Plano Municipal de Emergência Social de apoio às famílias, destinada a apoiar financeiramente os agregados familiares que tenham arrendado ou pretendam arrendar uma habitação na cidade de Lisboa e se encontrem em situação de carência habitacional efectiva ou iminente, relativa à incapacidade económica de suportar a totalidade da renda da casa arrendada ou a arrendar;
- **Renda Convencionada** – Programa de arrendamento de fogos municipais por valores de arrendamento inferiores aos praticados no mercado de arrendamento privado, mas superiores aos valores máximos da Renda Apoiada, destinada aos agregados com carências económicas;
- **Renda Acessível** – Programa a implementar segundo um modelo em fase de definição, em que a propriedade dos terrenos ou dos edifícios é municipal e a construção ou reabilitação será realizada por privados, com a condição de ser estabelecida uma determinada renda. A cedência do terreno ou dos edifícios pelo município conduz a uma redução de pelo menos um terço dos valores globais da construção, sendo possível diminuir o preço das rendas;
- **Reabilita Primeiro Paga Depois** – Programa de venda de edifícios municipais devolutos, com obrigação de realização de obras de reabilitação pelo adquirente, permitindo-se a este diferir o pagamento do preço até ao termo do prazo contratual, que terá em conta o licenciamento, a execução das obras e a colocação do imóvel no mercado;
- **Acupunctura Urbana** – Programa coordenado pelo Pelouro da Habitação e dirigido às Juntas de Freguesia para pequenas intervenções em fogos privados, com vista a garantir condições mínimas de habitabilidade, designadamente conforto, salubridade e acessibilidade;

⁸² INE I.P. (2017), Destaque - Índice de preços de Habitação, 4º trimestre de 2016

- **Venda Faseada a Moradores** – Programa de alienação de fogos em bairros municipais aos respectivos moradores, podendo o pagamento ser faseado até 10 anos e gozar de isenção de juros;
- **Alienação de Habitações Municipais a Jovens** – Programa de alienação de fogos municipais a jovens, através de concurso por sorteio.⁸³

Relativamente à população em situação de sem-abrigo, a freguesia de Alvalade registou 13 pessoas em 2015, correspondente a 3% do número total contabilizado em Lisboa. As operações de contagem em Lisboa, realizadas pela Santa Casa de Misericórdia, apontam para uma redução do número total de pessoas que pernoitam na rua, em espaço aberto ou em centros de alojamento, passando de um número total de 852 pessoas em 2013 para 818 pessoas em 2015, das quais 431 pernoitam na rua e 387 em centros de alojamento.⁸⁴

VULNERABILIDADE SOCIAL

Um outro problema considerado relevante na freguesia de Alvalade é a exclusão de pessoas com necessidades educativas especiais, deficiência, doenças mentais e minorias étnicas. As pessoas com deficiência ou incapacidades e as minorias étnicas representam dois dos grupos populacionais mais vulneráveis e expostos ao risco de pobreza.

O relatório anual 2016/17 da Amnistia Internacional afirma que o Comité das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência demonstrou preocupação relativamente às medidas de austeridade que determinaram a redução de despesas ligadas à educação de crianças com deficiência e ao apoio das suas famílias, tendo sido causa de situações de pobreza ou pobreza extrema de muitas destas.

Em 2011, as três antigas freguesias contavam com um total de 5.123 pessoas com pelo menos uma dificuldade identificada, dos quais 50,79% tinham muita dificuldade em andar ou subir degraus. São João de Brito é a antiga freguesia que conta com um maior número de pessoas com pelo menos uma dificuldade (2.057 - 40,15% do total). Em termos de sexo, as mulheres representam 70,31% do total, enquanto a faixa etária mais vulnerável é a dos 80 aos 89 anos, com 1.815 pessoas com pelo menos uma dificuldade (35,43% do total).

⁸³ Rede Social de Lisboa (2016), II Diagnóstico Social de Lisboa 2015-2016

⁸⁴ Idem

QUADRO 34 · POPULAÇÃO RESIDENTE NA FREGUESIA DE ALVALADE
COM PELO MENOS UMA DIFICULDADE, COM 5 OU MAIS ANOS,
POR ANTIGA FREGUESIA, POR TIPO E GRAU DE DIFICULDADE SENTIDO (2011)

CONCELHO E ANTIGAS FREGUESIAS	TOTAL DE PESSOAS COM PELO MENOS UMA DIFICUL- -DADE	Dificuldade em ver		Dificuldade em ouvir		Dificuldade em andar ou subir degraus		Dificuldade de memória ou concentração		Dificuldade em tomar banho ou vestir-se sozinho		Dificuldade em compreender os outros ou fazer-se compreender	
		M.D.*	N.C.*	M.D.	N.C.	M.D.	N.C.	M.D.	N.C.	M.D.	N.C.	M.D.	N.C.
Lisboa	93584	45247	1990	26220	1652	47458	5472	28833	5918	17971	7291	15792	3384
Alvalade	1408	597	21	421	14	722	97	433	93	301	144	218	46
Campo Grande	1658	757	37	492	27	842	110	540	111	342	154	283	80
São João de Brito	2057	893	50	621	34	1038	178	622	188	419	299	333	95

*M.D. = Muita Dificuldade / N.C. = Não Consegue

Fonte: INE, Instituto Nacional de Estatística

Outros problemas identificados pelas entidades e população inquiridas são: casos de tráfico e consumo de drogas, episódios de vandalismo e assaltos, aumento de casos de pobreza e pessoas com práticas de mendicidade.

As principais **sugestões para a intervenção futura** elencadas pela população inquirida no âmbito do presente retrato social, relativamente à promoção da inclusão social, são:

- A reabilitação dos prédios para habitação social e criação de programa de apoio à habitação com rendas acessíveis para os jovens e as pessoas economicamente vulneráveis;
- Aumentar os apoios sociais, principalmente ao nível da habitação;
- Acompanhamento mais eficaz das pessoas sem-abrigo.

Após este olhar sobre um conjunto complexo e múltiplo de fatores que condicionam os processos de inclusão social plena dos cidadãos, vejamos agora quais as áreas transversais de intervenção social na freguesia de Alvalade.

5. ÁREAS TRANSVERSAIS DE INTERVENÇÃO SOCIAL NA FREGUESIA DE ALVALADE

5.1. ARTICULAÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES E COMUNICAÇÃO ENTRE *STAKEHOLDERS*

A primeira área transversal, considerada fundamental para a eficácia e eficiência de uma intervenção coerente no contexto em que se situa, é a articulação entre as instituições que operam na área social, de forma a dar uma resposta integrada e com maior impacto, através da coordenação e rentabilização dos recursos disponíveis.

A articulação entre entidades presentes no território constitui um dos princípios da Rede Social, sendo o Programa promotor de sinergias, cooperação e diálogo. A Comissão Social de Freguesia de Alvalade representa o órgão dinamizador desta rede interorganizacional da freguesia, integrando entidades públicas e privadas que intervêm ou estão diretamente relacionadas com o desenvolvimento social. A nível nacional e local, observa-se uma forte preocupação em integrar territorialmente políticas, programas e medidas para a promoção de ações concertadas e coerentes de desenvolvimento social de base territorial, sendo esta também uma necessidade partilhada por todas as identidades da CSFA que contribuíram durante os *workshops* e no inquérito *online*.

O trabalho em rede representa um grande desafio no contexto atual, com um tecido organizacional denso e fragmentado, onde a capacidade institucional, pública e privada, se especializou, e onde nenhum agente de desenvolvimento detém toda a informação e potencial de ação necessários para fazer face a problemas de crescente complexidade e dinamismo.

A nível nacional, o Governo tem vindo a reforçar o trabalho de parceria com as entidades da economia social, numa lógica de gestão social partilhada, descentralização e corresponsabilização no âmbito da inclusão social, promovendo uma intervenção mais próxima da população e mais adequada aos contextos locais, através da intervenção dos atores presentes no território. Destaca-se nesse sentido, a recente Adenda ao Compromisso de Cooperação para o Setor Solidário 2015-2016, que renova os princípios do Pacto para a Cooperação e Solidariedade, garantindo a sustentabilidade do setor social e o acesso a serviços de qualidade para a população.⁸⁵

⁸⁵ Relatório Nacional Portugal 2016

No que diz respeito à comunicação entre entidades e entre entidades e população, a necessidade de um reforço desta área é sentida por todos os atores envolvidos. A comunicação representa um elemento imprescindível no trabalho em rede e no acesso aos serviços disponibilizados pelas entidades para o público. É nas lacunas de comunicação que se pode encontrar uma das causas de numerosos problemas identificados, sendo que por vezes as pessoas que necessitam de apoio, têm dificuldades no acesso à informação e, conseqüentemente, à resposta que procuram.

Durante os *workshops*, as entidades relacionaram a dificuldade de acesso à informação com diferentes fatores, nomeadamente: i) a dispersão ou falta de informação sobre serviços e atividades disponíveis na freguesia; ii) a informação insuficiente sobre os direitos e deveres das pessoas; iii) a desadequação dos meios de divulgação e da linguagem utilizada na informação fornecida aos públicos-alvo. Em alguns casos, foi sugerido pela população que a divulgação fosse feita utilizando recursos digitais, como newsletters por email, site e meios de comunicação social, e não digitais, como o envio do jornal da freguesia por correio e disponibilização de informação na via pública.

No que diz respeito à avaliação dos serviços presentes na freguesia, a opinião divide-se relativamente à divulgação das atividades e iniciativas existentes na freguesia, considerada "suficiente" por 31% da população, "suficiente e de boa ou ótima qualidade" segundo 9%, "insuficiente" por 34% e "inexistente ou praticamente inexistentes" por 11% da população. Contudo, a identificação pela população da necessidade de serviços já presentes na freguesia e a preocupação apresentada pela própria em relação à falta de comunicação entre entidades e as pessoas, apontam para uma concreta necessidade de reforço neste âmbito.

5.2. VOLUNTARIADO

A política pública social em Portugal tem vindo a seguir uma abordagem multidimensional e territorializada da intervenção social, alicerçada em dois grandes vetores de atuação, que se complementam e reforçam: i) políticas preventivas e/ou de intervenção precoce; ii) políticas reparadoras e/ou de ativação que visam corrigir os problemas já existentes. É no quadro das políticas preventivas e/ou de intervenção precoce (que visam prevenir o surgimento e a agudização dos constrangimentos, agindo antecipadamente e de forma estrutural), que se enquadra a promoção da participação da população em atividades de voluntariado (socialmente úteis em muitos casos), reconhecendo que esta constitui uma estratégia real de inserção social dos cidadãos.

Segundo o enquadramento legal português (Lei nº 71/98, de 3 de Novembro, art. 2º), o voluntariado é “o conjunto de ações de interesse social e comunitário, realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade, desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas.

- i. *ESTÁ ao serviço das pessoas, das famílias e das comunidades, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar das populações;*
- ii. *TRADUZ-SE num conjunto de ações de interesse social e comunitário, realizadas de forma desinteressada, expressando o trabalho voluntário;*
- iii. *DESENVOLVE-SE através de projetos e programas de entidades públicas e privadas com condições para integrar voluntários, envolvendo as entidades promotoras;*
- iv. *CORRESPONDE a uma decisão livre e voluntária apoiada em motivações e opções pessoais que caracterizam o voluntário.”⁸⁶*

O inquérito piloto ao trabalho voluntário realizado em 2012 pelo Instituto Nacional de Estatística, estimou uma taxa de voluntariado de 11,5%, correspondente a cerca de 1,04 milhões de pessoas residentes com 15 ou mais anos de idade que tinham participado em, pelo menos, uma atividade formal ou informal de trabalho voluntário. Portugal apresentava assim uma das taxas mais baixas a nível europeu, cuja média correspondia a 24%.

Em termos de caracterização sociodemográfica do/a voluntário/a, observa-se que o número de pessoas de sexo feminino que praticam voluntariado é superior ao de sexo masculino, representando respetivamente 57,3% e 42,7% do total, e que a taxa de voluntariado em função do nível de escolaridade é proporcional ao nível das habilitações literárias, sendo que a taxa mais elevada (21,3%) foi observada nas pessoas com nível de ensino superior. Em termos territoriais, o Norte e Lisboa destacam-se por uma participação mais elevada, registando uma taxa de 27,4% e de 24,1%, respetivamente.⁸⁷

No âmbito do inquérito à população, foi recolhida informação relativamente às:

- Pessoas que praticam voluntariado com regularidade ou pontualmente;
- Pessoas que não praticam voluntariado mas que estão interessadas em praticar;
- Pessoas interessadas em projetos de cariz social de partilha de habitação.

⁸⁶ <http://www.voluntariado.pt/left.asp?02.01>. Informação extraída a 15/03/2017

⁸⁷ INE, I.P. (2012), Inquérito piloto ao Trabalho Voluntário 2012

Regista-se que 15% da população inquirida participa, de forma regular ou pontualmente, em atividades de voluntariado, uma taxa superior à taxa nacional e inferior à registada em Lisboa em 2012. A antiga freguesia que apresenta a maior taxa de indivíduos que praticam regularmente voluntariado, é a freguesia do Campo Grande, com 11,6% da população inquirida, enquanto a antiga freguesia de Alvalade regista a maior taxa de indivíduos que participam pontualmente em ações de voluntariado. Quanto à distribuição por sexo, a taxa de mulheres que praticam voluntariado (10,36% das mulheres inquiridas) é ligeiramente maior que a dos homens (8,65% dos homens inquiridos), resultados que se encontram em linha com as tendências observadas a nível nacional.

QUADRO 35 · RESPOSTA À QUESTÃO "FAZ VOLUNTARIADO?", POR ANTIGA FREGUESIA							
CONCELHO E ANTIGAS FREGUESIAS	TOTAL	Sim		Pontualmente		Não	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
TOTAL	1111	108	9,72%	59	5,31%	944	84,97%
Alvalade	368	34	9,24%	27	7,34%	307	83,42%
Campo Grande	371	43	11,59%	8	2,16%	320	86,25%
São João de Brito	372	31	8,33%	24	6,45%	317	85,22%

Fonte: Inquérito à população (n=1111)

QUADRO 36 · RESPOSTA À QUESTÃO "FAZ VOLUNTARIADO?", POR SEXO							
SEXO	TOTAL	Sim		Pontualmente		Não	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
TOTAL	1111	108	9,72%	59	5,31%	944	84,97%
Homem	416	36	8,65%	22	5,29%	358	86,06%
Mulher	695	72	10,36%	37	5,32%	586	84,32%

Fonte: Inquérito à população (n=1111)

Apresentamos na tabela seguinte as áreas de voluntariado, ou públicos-alvo, que foram identificados pelos inquiridos que praticam voluntariado de forma regular ou pontualmente:

QUADRO 37 · RESPOSTA À QUESTÃO " SE RESPONDEU SIM OU PONTUALMENTE, EM QUE ÁREAS/PÚBLICOS?", POR ANTIGA FREGUESIA								
ÁREAS/ PÚBLICOS-ALVO	TOTAL (n=319)		Alvalade (n=97)		Campo Grande (n=99)		São João de Brito (n=123)	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Crianças (0-12)	118	36.99%	35	36.08%	41	41.41%	42	34.15%
Jovens (13-17)	66	20.69%	19	19.59%	22	22.22%	25	20.33%
Séniore	86	26.96%	30	30.93%	26	26.26%	30	24.39%
Pessoas com Deficiência	34	10.66%	12	12.37%	10	10.10%	12	9.76%
Migrantes e Minorias Étnicas	50	15.67%	20	20.62%	9	9.09%	21	17.07%
Pessoas Sem-abrigo	94	29.47%	34	35.05%	23	23.23%	37	30.08%
Ambiente	79	24.76%	26	26.80%	21	21.21%	32	26.02%
Outro	54	16.93%	13	13.40%	20	20.20%	21	17.07%

FONTE: Inquérito à população (n=319)

No que diz respeito às pessoas que não praticam voluntariado, 33,37% responderam positivamente à questão se estariam interessados em fazer voluntariado, identificando um conjunto de áreas de interesse ou públicos-alvo (ver quadro 38).

QUADRO 38 · ÁREAS/PÚBLICOS-ALVO IDENTIFICADOS PELOS INQUIRIDOS INTERESSADOS EM FAZER VOLUNTARIADO, POR ANTIGA FREGUESIA								
ÁREAS/ PÚBLICOS-ALVO	TOTAL (n=167)		Alvalade (n=61)		Campo Grande (n=51)		São João de Brito (n=55)	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Crianças (0-12)	32	19.16%	14	22.95%	13	25.49%	5	9.09%
Jovens (13-17)	27	16.17%	10	16.39%	12	23.53%	5	9.09%
Séniore	34	20.36%	14	22.95%	10	19.61%	10	18.18%
Pessoas com Deficiência	10	5.99%	4	6.56%	2	3.92%	4	7.27%

QUADRO 38 · ÁREAS/PÚBLICOS-ALVO IDENTIFICADOS PELOS INQUIRIDOS INTERESSADOS EM FAZER VOLUNTARIADO, POR ANTIGA FREGUESIA

ÁREAS/ PÚBLICOS-ALVO	TOTAL (n=167)		Alvalade (n=61)		Campo Grande (n=51)		São João de Brito (n=55)	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Migrantes e Minorias Étnicas	10	5,99%	5	8,20%	3	5,88%	2	3,64%
Pessoas Sem-abrigo	28	16,77%	10	16,39%	7	13,73%	11	20,00%
Ambiente	11	6,59%	3	4,92%	6	11,76%	2	3,64%
Outro	72	43,11%	18	29,51%	33	64,71%	21	38,18%

FONTE: Inquérito à população (n=167)

Relativamente à possibilidade de participar em algum projeto de caráter social de partilha de habitação, a grande maioria das pessoas responderam negativamente (90,82%), contando apenas com 64 respostas positivas (5,76%).

Em matéria de voluntariado, considera-se importante apostar na dinamização de ações de sensibilização e ações comunitárias, assim como na criação de uma ferramenta de promoção e articulação da "oferta e procura" de voluntários de modo a potenciar a atuação local nesta área.

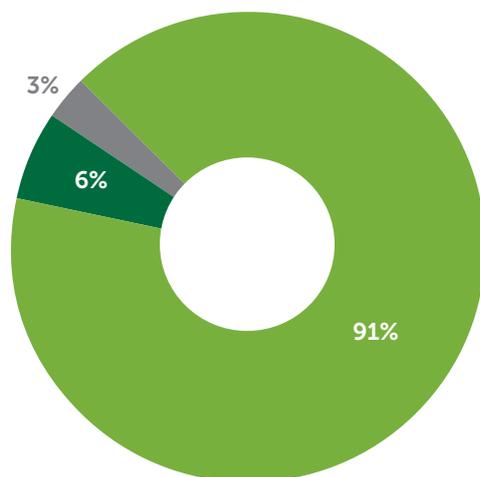


GRÁFICO 26

RESPOSTA À QUESTÃO "ESTARIA DISPONÍVEL PARA PARTICIPAR EM ALGUM PROJETO DE CARÁTER SOCIAL DE PARTILHA DE HABITAÇÃO?"

- Sim
- Não
- Não sei

Fonte: Inquérito à população

6. EQUIPAMENTOS, SERVIÇOS E RESPOSTAS SOCIAIS

O conhecimento das respostas sociais existentes num determinado território, a monitorização cuidada da amplitude e da qualidade das respostas que dão aos problemas e necessidades de uma população é um dos eixos fundamentais, cruzado com as dinâmicas demográficas, para a reflexão e planeamento estratégico e operacional da intervenção social em qualquer território.

Num momento em que os paradigmas sobre a intervenção social estão em mudança e assistimos ao surgimento de novos problemas sociais ou, muitas vezes, de alterações na configuração desses mesmos problemas, a existência de equipamentos, serviços e respostas sociais que sejam resposta eficiente e eficaz a estas novas realidades é de importância central.

De facto, respostas, serviços e equipamentos são instrumentos centrais na promoção de uma sociedade mais justa, equitativa e inclusiva e a forma como hoje pensamos e definimos desde a sua conceção à forma como operam estes instrumentos terá consequências e efeitos duradouros no que será a realidade social nas próximas décadas.

Sendo que as Respostas Sociais têm natureza e objetivos distintos estas são agrupadas, de acordo com as nomenclaturas e conceitos em vigor, em quatro (4) domínios de intervenção definidos em função dos seus objetivos e da população a que se destinam:

- Infância e Juventude;
- População Adulta;
- Família e Comunidade;
- Grupo Fechado / Respostas Pontuais.

Por sua vez, em cada um destes grupos ou área de intervenção, as respostas encontram-se depois agrupadas nos seguintes Grandes Grupos:

A. Infância e Juventude:

- Crianças e Jovens;
- Crianças e Jovens com Deficiência;
- Crianças e Jovens em Situação de Perigo;

B. População Adulta:

- Pessoas Idosas;
- Pessoas Adultas com Deficiência;
- Pessoas em Situação de Dependência;
- Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico;
- Pessoas Sem-Abrigo;

C. Família e Comunidade:

- Família e Comunidade em Geral;
- Pessoas com VIH/SIDA e suas Famílias;
- Pessoas Toxicodependentes;
- Pessoas Vítimas de Violência Doméstica;

D. Grupo Fechado:

- Respostas Pontuais.

Face à importância de ter um conhecimento desta realidade, procurou-se recolher neste retrato social o maior número e qualidade de informações sobre as respostas, serviços e equipamentos sociais existentes na freguesia de Alvalade para esta ser mais um elemento de diagnóstico mas também de reflexão coletiva quanto à situação atual e prospetivamente para preparar um futuro de uma intervenção social mais integrada e fundamentada na freguesia.

Para esse efeito, foram solicitadas às entidades da CSFA informações sobre as suas respostas sociais. Face a uma taxa de resposta que se situou ligeiramente abaixo dos 50% (44 respostas de 97 entidades inquiridas) a informação foi complementada com dados da Carta Social mas que não terão a mesma acuidade.

Apresentamos de seguida quadros síntese das respostas sociais que conseguimos sistematizar.

INFÂNCIA E JUVENTUDE				
CRIANÇAS E JOVENS				
RESPOSTA SOCIAL	EQUIPAMENTO	INSTITUIÇÃO	MORADA	NATUREZA JURIDICA
Ama	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	Largo Trindade Coelho 1200-470 Lisboa	Instituição privada do direito público administrativo
Apoio escolar junto das crianças e das famílias	Associação de Pais dos Coruchéus	APEB – Associação de Pais da Escola Básica dos Coruchéus	Rua Fernando Pessoa 1649-003 Lisboa	Associação de pais
	APEEL – Associação de Pais e Encarregados de Educação do Bairro de São Miguel	APEEL – Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica do Bairro de São Miguel	Rua Jorge Ferreira 1700-255 Lisboa	ONG privada e sem fins lucrativos
Atividades de sensibilização sobre igualdade de género com vista à prevenção de comportamentos de risco, violência, consumos, sexualidade responsável	Associação Humanidades	Associação Humanidades	Av. do Brasil, nº 53 – Edifício 27, r/c, Apartado 50109 1703-001 Lisboa	Associação de Solidariedade Social
Centro de Atividades de Tempos Livres	Centro Social Paroquial de Campo Grande	Centro Social Paroquial de Campo Grande	Campo Grande, nº 244 1700-094 Lisboa	Centro Social Paroquial
	Externato Liceal da Casa de São Vicente de Paulo	Associação de Beneficência Casas de São Vicente de Paulo	Avenida Marechal Craveiro Lopes, nº 10 1700-284 Lisboa	Associação
	Junta de Freguesia de Alvalade	Junta de Freguesia de Alvalade	Rua do Conde Arnoso, nº 5 B 1700-112 Lisboa	Autarquia Local
	MUSSOC – Associação Mutualista dos Trabalhadores da Solidariedade e Segurança Social	MUSSOC – Associação Mutualista dos Trabalhadores da Solidariedade e Segurança Social	Avenida dos Estados Unidos da América, nº 91, 12 dt 1700-167 Lisboa	Associação Mutualista
Creche	Rei Bebé Infantilário	Jardim Infantil Alvorada, Lda	Rua do Campo Grande, nº 170, 1 dt 1700 Lisboa	Entidade Lucrativa
	Infantilário Piloto Diese	Botelho e Filhas, Lda	Avenida 5 de Outubro, nº 355 1600-036 Lisboa	Entidade Lucrativa

INFÂNCIA E JUVENTUDE

CRIANÇAS E JOVENS

RESPOSTA SOCIAL	EQUIPAMENTO	INSTITUIÇÃO	MORADA	NATUREZA JURIDICA
Creche	Infantário e Jardim de Infância Henriqueta Adelaide	Infantário Henriqueta Adelaide	Rua Aprigio Mafra nº 1, 1 dto 1700 Lisboa	Entidade Lucrativa
	Colégio Moderno de João Soares e Filhos	Colégio Moderno de João Soares e Filhos, Lda	Campo Grande, nº 99 1600-060 Lisboa	Entidade Lucrativa
	A Patatina Creche	A Patatina Creche, Lda	Rua Eng.º Manuel Rocha, nº 31, Loja d/e 1700-420 Lisboa	Entidade Lucrativa
	APPACDM – Creche A Tartaruga e a Lebre	APPACDM de Lisboa – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	Rua Carlos Mayer, nº 4 1700-102 Lisboa	Associação de Solidariedade Social
	Associação Humanidades	Associação Humanidades	Av. do Brasil, nº 53 – Edifício 27 – r/c – Apartado 50109 1703-001 Lisboa	Associação de Solidariedade Social
	Centro de Educação Infantil “Os Letrinhas”	Associação de Estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa	Faculdade de Letras – Alameda da Universidade 1600-214 Lisboa	Associação
	Centro Infantil Alvalade I	Instituto da Segurança Social, ISS, IP / Associação de Jardins-Escolas João de Deus (entidade gestora)	Avenida de Roma, nº 79, r/c Esq e Dto 1700-344 Lisboa	Instituto da Segurança Social / Associação de Solidariedade Social
	Centro Infantil Alvalade II	Instituto da Segurança Social, ISS, IP / Associação de Jardins-Escolas João de Deus (entidade gestora)	Avenida de Roma, nº 113, r/c 1700-346 Lisboa	Instituto da Segurança Social / Associação de Solidariedade Social
	Centro Infantil João de Deus	Associação de Jardins-Escolas João de Deus	Rua Ernesto de Vasconcelos, nº 8 1700-162 Lisboa	Associação de Solidariedade Social
	Centro Social Paroquial do Campo Grande	Centro Social Paroquial do Campo Grande	Campo Grande, nº 244 1700-094 Lisboa	Centro Social Paroquial
Colégio Saint Daniel Brottier	Colégio Saint Daniel Brottier – Entidade para a promoção e desenvolvimento da Educação, Sociedade Unipessoal	Avenida Almirante Gago Coutinho, nº 87 1700-028 Lisboa	Entidade Lucrativa	

INFÂNCIA E JUVENTUDE

CRIANÇAS E JOVENS

RESPOSTA SOCIAL	EQUIPAMENTO	INSTITUIÇÃO	MORADA	NATUREZA JURIDICA
Creche	Externato Liceal da Casa de São Vicente de Paulo	Associação de Beneficência Casas de São Vicente de Paulo	Avenida Marechal Craveiro Lopes, nº 10 1700-284 Lisboa	Associação
	Fundação Adolfo Vieira de Brito	Fundação Adolfo Vieira de Brito	Av. D. Rodrigo da Cunha, nº 5 r/c a-b 1700-138 Lisboa	Fundação de Solidariedade Social
	Infantário Nossa Senhora da Purificação	Infantário Nossa Senhora da Purificação	Praça Gonçalo Trancoso, nº 4 1700-220 Lisboa	Associação
	Jardim Escola João de Deus	Associação de Jardins – Escolas João de Deus	Rua Conde Arnoso, nº 3 - r/c 1700-112 Lisboa	Associação de Solidariedade Social
	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	Largo da Trindade Coelho 1200-470 Lisboa	Instituição privada do direito público administrativo
Estabelecimento de Educação Pré-escolar	Eq. Soc. ATL da Escola 121	Junta de Freguesia do Campo Grande / Associação Tu Queres tu Consegues (entidade gestora)	Rua Luís da Cunha 1600 Lisboa	Autarquia Local
	Escola Básica Santo António	Agrupamento de Escolas Rainha Dona Leonor	Rua Eugénio de Castro 1700-182 Lisboa	Instituição dependente de outro Ministério
	Externato “Os Fofinhos”	O Externato “Os Fofinhos” de Carlos Fontainha, Lda	Rua D. Pedro Cristo, nº 18 1700-136 Lisboa	Entidade Lucrativa
	Externato “Santa Francisca”	Externato Santa Francisca, Lda	Rua Sabino de Sousa, nº 19, 1900-397 Lisboa	Associação de Solidariedade Social
	Externato “O Barquinho”	Externato “O Barquinho”	Rua António Andrade, nº 12 1700-044 Lisboa	Associação de Solidariedade Social
	Fundação Denise Lester – Queen Elizabeth’s School	Fundação Denise Lester – Queen Elizabeth’s School	Rua Filipe de Magalhães, nº 1 1700-194 Lisboa	Fundação de Solidariedade Social
	Jardim Infantil “Pestalozzi”	Fundação Lucinda Atalaya	Rua Dr. João Soares, nº 20 e 20B 1600-062 Lisboa	Associação de Solidariedade Social
	Jardim Infantil do Laboratório Nacional de Engenharia Civil	Laboratório Nacional de Engenharia Civil	Avenida do Brasil, nº 101 1700-066 Lisboa	Serviços Sociais de Empresa

INFÂNCIA E JUVENTUDE

CRIANÇAS E JOVENS

RESPOSTA SOCIAL	EQUIPAMENTO	INSTITUIÇÃO	MORADA	NATUREZA JURÍDICA
Estabelecimento de Educação Pré-escolar	Jardim Infantil João Paulo II	Jardim Infantil João Paulo II	Avenida das Forças Armadas (ao Colégio Universitário Pio XII) 1600-063 Lisboa	Associação de Solidariedade Social
	Colégio Moderno de João Soares e Filhos	Colégio Moderno de João Soares e Filhos, Lda.	Campo Grande, nº 99 1600-060 Lisboa	Entidade Lucrativa
	Centro de Educação Infantil "Os Letrinhas"	Associação de Estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa	Faculdade de Letras – Alameda da Universidade	Associação
	Centro Social Paroquial de São João de Brito	Centro Social Paroquial de São João de Brito	Largo Frei Heitor Pinto, nº 8 1700-204 Lisboa	Centro Social Paroquial
	Centro Social Paroquial do Campo Grande	Centro Social Paroquial do Campo Grande	Campo Grande, nº 244 1700-094 Lisboa	Centro Social Paroquial
	Colégio Saint Daniel Brottier	Colégio Saint Daniel Brottier – Entidade para a promoção e desenvolvimento da Educação, Sociedade Unipessoal	Av. Almirante Gago Coutinho, nº87 1700-028 Lisboa	Entidade Lucrativa
	Escola Básica D. Luis da Cunha	Escolas Virgílio Ferreira	Rua D. Luis da Cunha 1600-057 Lisboa	Instituição dependente de outro Ministério
	Externato "Luso- Britânico"	Externato "Luso- Britânico", Lda.	Av. Santa Joana Princesa, nº 7 e 3 1700-356 Lisboa	Entidade Lucrativa
	Externato Liceal da Casa de São Vicente de Paulo	Associação de Beneficência Casas de São Vicente de Paulo	Av. Marechal Craveiro Lopes, nº10 1700-284 Lisboa	Associação
	Fundação Adolfo Vieira Brito	Fundação Adolfo Vieira de Brito	Av. D. Rodrigo da Cunha, nº 5 - r/c a-b 1700-138 Lisboa	Fundação de Solidariedade Social
	Infantário Nossa Senhora da Purificação	Infantário Nossa Senhora da Purificação	Praça Gonçalo Trancoso, nº 4 1700-220 Lisboa	Associação
Jardim Escola João de Deus	Associação de Jardins - Escolas João de Deus	Rua Conde Arnoso, nº 3 r/c 1700-112 Lisboa	Associação de Solidariedade Social	
Jardim Infantil Diese	Botelho e Filhas, Lda.	Av. Almirante Gago Coutinho, nº 162 1700-033 Lisboa	Entidade Lucrativa	

Fonte: www.cartasocial.pt; Inquérito online às entidades da CSFA

INFÂNCIA E JUVENTUDE

CRIANÇAS E JOVENS COM DEFICIÊNCIA

RESPOSTA SOCIAL	EQUIPAMENTO	INSTITUIÇÃO	MORADA	NATUREZA JURIDICA
Intervenção precoce	CED António Aurélio da Costa Ferreira	Casa Pia de Lisboa, I.P.	Rua Alberto de Oliveira 1700-020 Lisboa	Instituto Público
Lar de Infância e de Juventude	CED António Aurélio da Costa Ferreira	Casa Pia de Lisboa, I.P.	Rua Alberto de Oliveira 1700-020 Lisboa	Instituto Público

Fonte: www.cartasocial.pt; Inquérito online às entidades da CSFA

INFÂNCIA E JUVENTUDE

CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE PERIGO

RESPOSTA SOCIAL	EQUIPAMENTO	INSTITUIÇÃO	MORADA	NATUREZA JURIDICA
Apartamento de autonomização	Casa de Alvalade	Instituto da Segurança Social – ISS, IP / Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (entidade gestora)	Rua Afonso Lopes Vieira, nº 30 1700-014 Lisboa	Instituto da Segurança Social/ Instituição Privada do direito público administrativo
	Casa da Avenida	Instituto da Segurança Social – ISS, IP / Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (entidade gestora)	Avenida o Rio de Janeiro, nº 9, 3º Esq 1700-330 Lisboa	Instituto da Segurança Social/ Instituição Privada do direito público administrativo
	Casa de Alvalade Residência de Autonomização para Jovens	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	Rua Marquesa de Alorna, nº8, 2 Dto 1700-302 Lisboa	Instituição Privada do direito público administrativo
	Casa do Arco	Instituto da Segurança Social – ISS, IP / Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (entidade gestora)	Rua Afonso Lopes Vieira, nº 37, 2 Dto 1700-011 Lisboa	Instituto da Segurança Social/ Instituição Privada do direito público administrativo
	Casa do Rio	Instituto da Segurança Social – ISS, IP / Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (entidade gestora)	Rua José Duro, nº 1, 2 Esq 1700-258 Lisboa	Instituto da Segurança Social/ Instituição Privada do direito público administrativo
	CED Santa Catarina – Apartamento de autonomização – RAIA 2	Casa Pia de Lisboa, I.P.	Rua Violante do Céu, nº 3, 3 Dto 1700-368 Lisboa	Instituto Público

INFÂNCIA E JUVENTUDE				
CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE PERIGO				
RESPOSTA SOCIAL	EQUIPAMENTO	INSTITUIÇÃO	MORADA	NATUREZA JURIDICA
Atividades de sensibilização sobre igualdade de género com vista à prevenção de comportamentos de risco, violência, consumos, sexualidade responsável	Associação Humanidades	Associação Humanidades	Av. do Brasil, nº 53 – Edifício 27 - r/c - Apartado 50109 1703-001 Lisboa	Associação de Solidariedade Social
Centro de acolhimento temporário	Casa de acolhimento de Santa Joana	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	Rua Conde Arnoso, nº1 1700-112 Lisboa	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
	Casa do Gil	Fundação do Gil	Av. do Brasil, nº 53 D 1700-063 Lisboa	Fundação
Lar de Infância e Juventude	Instituto das Religiosas de Maria Imaculada	Congregação Religiosas de Maria Imaculada	Rua Frei Tomé de Jesus, nº 16 1700-215 Lisboa	Institutos de Organizações Religiosas
	Casa de Acolhimento dos Girassóis	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	Rua Duarte Lobo, nº 10 1700-150 Lisboa	Instituição Privada do direito público administrativo
	CED António Aurélio da Costa Ferreira - Residência d Surdocegos	Casa Pia de Lisboa, I.P.	Rua Alberto Oliveira 1700-020 Lisboa	Instituto Público
	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	Largo Trindade Coelho 1200-470 Lisboa	Instituição Privada do direito público administrativo

Fonte: www.cartasocial.pt; Inquérito online às entidades da CSFA

POPULAÇÃO ADULTA				
ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR				
RESPOSTA SOCIAL	EQUIPAMENTO	INSTITUIÇÃO	MORADA	NATUREZA JURIDICA
Apoio ao estudo	Bolsas Universitárias em colaboração com os Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa	Associação de Estudantes da Faculdade de Farmácia de Lisboa - Universidade de Lisboa	Av. Prof. Gama Pinto s/n, 1649-003 Lisboa	Associação de estudantes

POPULAÇÃO ADULTA

ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR

RESPOSTA SOCIAL	EQUIPAMENTO	INSTITUIÇÃO	MORADA	NATUREZA JURIDICA
Atendimento\ acompanhamento social	Associação de Estudantes da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa	Associação de Estudantes da Faculdade de Farmácia de Lisboa - Universidade de Lisboa	Av. Prof. Gama Pinto s/n, 1649-003 Lisboa	Associação de estudantes
Residência de estudantes Universitários	Residência Universitária - Fundação Cidade de Lisboa	Fundação Cidade de Lisboa	Rua Campo Grande 380, 1700-097 Lisboa	Fundação

Fonte: www.cartasocial.pt; Inquérito online às entidades da CSFA

POPULAÇÃO ADULTA

PESSOAS DE IDADE MAIOR

RESPOSTA SOCIAL	EQUIPAMENTO	INSTITUIÇÃO	MORADA	NATUREZA JURIDICA
Academia Sénior	Universidade para a Terceira idade - Academia de Cultura e de Comunicação	União das Misericórdias Portuguesas	Avenida Rio de Janeiro, nº 37 R/C 1700- 322 Lisboa	Instituição anexa da União das Misericórdias Portuguesas
	Academia de Seniores de Lisboa	ACSSL – Associação Cultural e Social de Seniores de Lisboa	Rua Conde de Arnoso, nº 5 - B 1700-112 Lisboa	Associação Desportiva, Cultural e Recreativa
	Academia Sénior	Cruz Vermelha Portuguesa	Av. Almirante Gago Coutinho, nº156 1700-033 Lisboa	Pessoa coletiva de direito privado e de utilidade pública administrativa sem fins lucrativos
Apoio na defesa dos direitos sociais das pessoas de idade maior	Ações em prol dos associados aposentados, pensionistas e reformados	APRe – Associação de Aposentados, Pensionistas e Reformados	Rua Jorge Mendes, Lote 1, nº5 r\c Esq 3000-561 Coimbra	Associação Cívica, laica, apartidária sem fins lucrativos
Centro de atividades de tempos livres	ACSSL – Associação Cultural e Social de Seniores de Lisboa	ACSSL – Associação Cultural e Social de Seniores de Lisboa	Rua Conde de Arnoso, nº 5-B 1700-112 Lisboa	Associação desportiva, cultural e recreativa
	Junta de Freguesia de Alvalade	Junta de Freguesia de Alvalade	Rua do Conde Arnoso, nº5 B 1700-112 Lisboa	Autarquia Local
Centro de Convívio	Companhia de Santa Teresa de Jesus	Companhia de Santa Teresa de Jesus	Rua Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, nº12, 2 C 1600-230 Lisboa	Canonicamente ereta

POPULAÇÃO ADULTA				
PESSOAS DE IDADE MAIOR				
RESPOSTA SOCIAL	EQUIPAMENTO	INSTITUIÇÃO	MORADA	NATUREZA JURIDICA
Centro de dia	Centro Social Paroquial de São João de Brito	Centro Social Paroquial de São João de Brito	Largo Frei Heitor Pinto, nº 8 1700-204 Lisboa	Centro Social Paroquial
	Centro Social Paroquial do Campo Grande	Centro Social Paroquial do Campo Grande	Campo Grande, nº 244 1700-094 Lisboa	Centro Social Paroquial
	Lar Santa Catarina Laboure	Associação de Beneficência Casas de São Vicente de Paulo	Av. Marechal Craveiro Lopes, nº10 1700-284 Lisboa	Associação
Estrutura Residencial para Idosos	Casa de Repouso do Aeroporto	Maria Amélia Louro Braga Sena	Av. Almirante Gago Coutinho, nº140 1700-033 Lisboa	Entidade Lucrativa
	Lar Bom Pastor	O Bom Pastor – Lar de Apoio à 3ª idade, Lda. – Sociedade Comercial	Rua Acácio de Paiva, nº 23 1700-004 Lisboa	Entidade Lucrativa
	Casa de Repouso João XXIII	Casa de Repouso João XXIII, Sociedade Unipessoal, Lda.	Av. Do Brasil, nº 149 1700-078 Lisboa	Entidade Lucrativa
	Casa de Repouso Almirante	Casa de Repouso Almirante, Lda	Av. Almirante Gago Coutinho, nº 109 1700-029 Lisboa	Entidade Lucrativa
	Casa de Repouso Jardim da Maria Alice	MANO - Saúde de Idosos, S.A.	Av. Almirante Gago Coutinho, nº123 1700-029 Lisboa	Entidade Lucrativa
	Casa de Repouso Santa Luzia	Maria Palmira de Jesus Antunes Fernandes	Rua Viana da Mota, nº40 1700-367 Lisboa	Entidade Lucrativa
	Centro Social Paroquial de São João de Brito	Centro Social Paroquial de São João de Brito	Av. Do Rio do Janeiro, nº 42 - 2º Dto 1700-330 Lisboa	Centro Social Paroquial
	Clube Residencial São Miguel	Cooperativa de Solidariedade Social São Miguel	Rua Frei Tomé de Jesus, nº 5 1700-214 Lisboa	Cooperativa de Solidariedade
	Lar de Idosos Santa Clara da Venerável Ordem Terceira de São Francisco	Venerável Ordem Terceira de São Francisco do Campo Grande – Lar Santa Clara	Campo Grande, nº 356/358 1700-097 Lisboa	Institutos de Organizações Religiosas
	Lar Santa Catarina Laboure	Associação de Beneficência Casas de São Vicente de Paulo	Av. Marechal Craveiro Lopes, nº 10 1700-284 Lisboa	Associação
	Lar Santa Joana Princesa	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	Rua dos Lagares d'El Rei, nº 1 A 1700-268 Lisboa	Instituição Privada do direito público administrativo

POPULAÇÃO ADULTA				
PESSOAS DE IDADE MAIOR				
RESPOSTA SOCIAL	EQUIPAMENTO	INSTITUIÇÃO	MORADA	NATUREZA JURIDICA
Estrutura Residencial para Idosos	Residência Sénior Alvalade	Praça de Alvalade – Residência Sénior, Lda.	Praça de Alvalade, nº14 1700-205 Lisboa	Entidade Lucrativa
	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	Largo Trindade Coelho 1200-470 Lisboa	Instituição Privada do direito público administrativo
	Sociedade Espanhola de Beneficência	Sociedade Espanhola de Beneficência	Av. D. Rodrigo da Cunha, nº1 1700-137 Lisboa	Associação
Serviços de Apoio Domiciliário	Lar Bom Pastor	O Bom Pastor – Lar de Apoio à 3ª idade, Lda. – Sociedade Comercial	Rua Acácio de Paiva, nº 23 1700-004 Lisboa	Entidade Lucrativa
	Associação de Beneficência Casas de São Vicente de Paulo	Associação de Beneficência Casas de São Vicente de Paulo	Avenida Marechal Craveiro Lopes, nº 10 1700-284 Lisboa	Associação
	Centro Social Paroquial de São João de Brito	Centro Social Paroquial de São João de Brito	Largo Frei Heitor Pinto, nº 8 1700-204 Lisboa	Centro Social Paroquial
	Centro Social Paroquial do Campo Grande	Centro Social Paroquial do Campo Grande	Campo Grande, nº 244 1700-094 Lisboa	Centro Social Paroquial
	Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Lisboa	Cruz Vermelha Portuguesa	Av. Almirante Gago Coutinho, nº156 1700-033 Lisboa	Pessoa coletiva de direito privado e de utilidade pública administrativa sem fins lucrativos
	Cuidado Maior	Cuidado Maior – Cuidados ao Domicílio, Lda.	Rua Teixeira de Pascoais, nº 17 A 1700-364 Lisboa	Entidade Lucrativa
	Habicuidados	Habicuidados - Serviços Domiciliários a Idosos	Av. Estados Unidos da América, nº 94 13º A 1700-178 Lisboa	Entidade Lucrativa
	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	Largo Trindade Coelho 1200-470 Lisboa	Instituição Privada do direito público administrativo
	Serviço de reparações domésticas e de acompanhamento e dinamização de atividades de socialização	Fundação São João de Deus	Avenida Júlio Dinis, nº23, 1º ESQ. 1050-030 Lisboa	Fundação

Fonte: www.cartasocial.pt; Inquérito online às entidades da CSFA

POPULAÇÃO ADULTA				
PESSOAS ADULTAS COM DEFICIÊNCIA				
RESPOSTA SOCIAL	EQUIPAMENTO	INSTITUIÇÃO	MORADA	NATUREZA JURIDICA
Apoio especializado em Orientação e Mobilidade	CED António Aurélio da Costa Ferreira - Residência d Surdocegos	Casa Pia de Lisboa, I.P.	Rua Alberto Oliveira 1700-020 Lisboa	Instituto Público
Centro de Atividades Ocupacionais	CED António Aurélio da Costa Ferreira	Casa Pia de Lisboa, I.P.	Rua Alberto de Oliveira 1700-020 Lisboa	Instituto Público
Centro de formação profissional para pessoas com Deficiência Visual	Fundação Raquel e Martin Sain	Fundação Raquel e Martin Sain	Rua João Saraiva, nº 11 1700-248 Lisboa	Instituição Particular de Solidariedade Social
Lar Residencial	CED António Aurélio da Costa Ferreira	Casa Pia de Lisboa, I.P.	Rua Alberto de Oliveira 1700-020 Lisboa	Instituto Público
	Centro Residencial Arco Íris	Instituto da Segurança Social – ISS, IP / Santa Casa da Misericórdia (entidade gestora)	Rua Conde de Ficalho, nº38 1700-114 Lisboa	Instituto da Segurança Social/ Instituição Privada do direito público administrativo
	Fundação Raquel e Martin Sain	Fundação Raquel e Martin Sain	Rua João Saraiva, nº 11 1700-248 Lisboa	Instituição Particular de Solidariedade Social
Serviço de Apoio Domiciliário	Associação de Beneficência Casas de São Vicente de Paulo	Associação de Beneficência Casas de São Vicente de Paulo	Avenida Marechal Craveiro Lopes, nº 10 1700-284 Lisboa	Associação
	Centro Social Paroquial de São João de Brito	Centro Social Paroquial de São João de Brito	Largo Frei Heitor Pinto, nº 8 1700-204 Lisboa	Centro Social Paroquial
	Cruz Vermelha Portuguesa Delegação de Lisboa	Cruz Vermelha Portuguesa	Av. Almirante Gago Coutinho, nº156 1700-033 Lisboa	Pessoa coletiva de direito privado e de utilidade pública administrativa sem fins lucrativos
	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	Largo Trindade Coelho 1200-470 Lisboa	Instituição Privada do direito público administrativo
	Centro Social Paroquial do Campo Grande	Centro Social Paroquial do Campo Grande	Campo Grande, nº 244 1700-094 Lisboa	Centro Social Paroquial

Fonte: www.cartasocial.pt; Inquérito online às entidades da CSFA

POPULAÇÃO ADULTA

PESSOAS COM DOENÇAS DO FORO MENTAL E PSIQUIÁTRICO

RESPOSTA SOCIAL	EQUIPAMENTO	INSTITUIÇÃO	MORADA	NATUREZA JURIDICA
Consultas de especialidade	Consultas do Centro de Apoio Integrado da MUSSOC	Junta de Freguesia de Alvalade / MUSSOC	Rua do Conde Arnoso, nº5 B 1700-112 Lisboa/ Avenida dos Estados Unidos da América, nº 91, 12 Dto 1700-167 Lisboa	Autarquia Local / Associação Mutualista
	Serviço de Saúde Psiquiátrica e Saúde Mental	Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa	Av do Brasil, nº 53 1749-002 Lisboa	Unidade de Saúde

Fonte: www.cartasocial.pt; Inquérito online às entidades da CSFA

POPULAÇÃO ADULTA

PESSOAS SEM-ABRIGO

RESPOSTA SOCIAL	EQUIPAMENTO	INSTITUIÇÃO	MORADA	NATUREZA JURIDICA
Ajuda Alimentar	Comunidade Vida e Paz	Comunidade Vida e Paz	Rua Domingos Bomtempo, nº 7 1700-142 Lisboa	Instituição Particular de solidariedade social
	Re-food Alvalade	Re-food	Rua Eduardo de Noronha, nº 51 1700-151 Lisboa	Instituição Particular de solidariedade social
Ajuda Alimentar e bens de primeira necessidade	Lions Clube de Lisboa Alvalade	Lions Clube de Lisboa	Av. do Rio de Janeiro, nº30 A 2 1700-360 Lisboa	Associação de Solidariedade Social
Equipas de Rua	Housing First, GIP	Crescer na Maior	Rua Quinta do Cabrinha, nº3 E F 1300-906 Lisboa	Instituição particular de solidariedade social
Rastreios de Saúde com várias polivalências	Lions Clube de Lisboa Alvalade	Lions Clube de Lisboa	Av. do Rio de Janeiro, nº30 A 2 1700-360 Lisboa	Associação de Solidariedade Social

Fonte: www.cartasocial.pt; Inquérito online às entidades da CSFA

FAMÍLIA E COMUNIDADE				
FAMÍLIA E COMUNIDADE EM GERAL				
RESPOSTA SOCIAL	EQUIPAMENTO	INSTITUIÇÃO	MORADA	NATUREZA JURIDICA
Ajuda Alimentar	Ajuda Mãe	Ajuda de Mãe	Rua Afonso Lopes Vieira, nº40, 3 Esq 1700-015 Lisboa	Associação de Solidariedade Social
	Centro Social Paroquial de São João de Brito	Centro Social Paroquial de São João de Brito	Av. Rio do Janeiro, nº 42 - 2º Dto 1700-069 Lisboa	Centro Social Paroquial
	Comunidade Vida e Paz	Comunidade Vida e Paz	Rua Domingos Bomtempo, nº 7 1700-142 Lisboa	Instituição Particular de solidariedade social
	Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Lisboa	Cruz Vermelha Portuguesa	Av. Almirante Gago Coutinho, nº156 1700-033 Lisboa	Pessoa coletiva de direito privado e de utilidade pública administrativa sem fins lucrativos
	Re-food Alvalade	Re-food	Rua Eduardo de Noronha, nº 51 1700-151 Lisboa	Instituição Particular de solidariedade social
Ajuda Alimentar e de bens de primeira necessidade	Associação Humanidades (famílias, comunidade e reclusos)	Associação Humanidades	Av. do Brasil, nº 53 – Edifício 27 - r/c - Apartado 50109 1703-001 Lisboa	Associação de Solidariedade Social
	Lions Clube de Lisboa Alvalade	Lions Clube de Lisboa	Av. do Rio de Janeiro, nº30 A 2 1700-360 Lisboa	Associação de Solidariedade Social
Apoio à habitação	Projeto “Ferro de Soldar”	Junta de Freguesia de Alvalade / Fundação São João de Deus	Rua do Conde Arnoso, nº5 B 1700-112 Lisboa / Avenida Júlio Dinis, nº23, 1º ESQ. 1050-030 Lisboa	Autarquia Local / Fundação
	Projeto IN: reabilitação de fogos degradados com apoio integrado a senhorios e futuros inquilinos para arrendamento de habitações a custos controlados	O que faz falta – Associação Cívica	Rua Dom Rodrigo da Cunha, nº 14, 1 B 1700-141 Lisboa	Associação cívica
Apoio Jurídico	Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa	Universidade de Lisboa	Alameda da Universidade 1649-014 Lisboa	Pessoa Coletiva Pública, Estabelecimento do Ensino Superior

FAMÍLIA E COMUNIDADE				
FAMÍLIA E COMUNIDADE EM GERAL				
RESPOSTA SOCIAL	EQUIPAMENTO	INSTITUIÇÃO	MORADA	NATUREZA JURIDICA
Apoio Jurídico	Junta de Freguesia de Alvalade	Junta de Freguesia de Alvalade	Rua do Conde Arnoso, nº5 B 1700-112 Lisboa	Autarquia Local
Apoio à Saúde - consultas de especialidade e rastreios	Consultas do Centro de Apoio Integrado da MUSSOC	Junta de Freguesia de Alvalade / MUSSOC	Rua do Conde Arnoso, nº5 B 1700-112 Lisboa/ Avenida dos Estados Unidos da América, nº 91, 12 Dto 1700-167 Lisboa	Autarquia Local / Associação Mutualista
	Osteopatia e Fisioterapia	Lisboa Raquet Center	R. Alferes Malheiro, 1700-025 Lisboa	Empresa privada
	Atividades científicas, pedagógicas e de intervenção clínica no âmbito da Psicologia e outras áreas relacionadas (Nutrição, Neurolinguística, etc.)	P.A. Psicólogos Associados, Lda.	Av. dos Estados Unidos da América, nº103 r/c Dto 1700-168 Lisboa	Empresa Privada
	Rastreios de saúde com várias polivalências	Lions Clube de Lisboa	Av. do Rio de Janeiro, nº30 A 2º 1700-360 Lisboa	Associação de Solidariedade Social
	Serviços de saúde oral domiciliária	ORAL+	Rua Bissau, nº 2, 1 Esq 2685-313 Prior Velho	Empresa Privada
Atendimento/Acompanhamento social	CED António Aurélio da Costa Ferreira	Casa Pia de Lisboa, I.P.	Rua Alberto de Oliveira 1700-020 Lisboa	Instituto Público
	Centro Social Paroquial do Campo Grande	Centro Social Paroquial do Campo Grande	Campo Grande, nº 244 1700-094 Lisboa	Centro Social Paroquial
	Centro Social Paroquial de São João de Brito	Centro Social Paroquial de São João de Brito	Largo Frei Heitor Pinto, nº 8 1700-204 Lisboa	Centro Social Paroquial
	Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Lisboa	Cruz Vermelha Portuguesa	Av. Almirante Gago Coutinho, nº156 1700-033 Lisboa	Pessoa coletiva de direito privado e de utilidade pública administrativa sem fins lucrativos
	Junta de Freguesia de Alvalade	Junta de Freguesia de Alvalade	Rua do Conde Arnoso, nº5 B 1700-112 Lisboa	Autarquia Local

FAMÍLIA E COMUNIDADE

FAMÍLIA E COMUNIDADE EM GERAL

RESPOSTA SOCIAL	EQUIPAMENTO	INSTITUIÇÃO	MORADA	NATUREZA JURIDICA
Atendimento/Acompanhamento social	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	Largo Trindade Coelho 1200-470 Lisboa	Instituição Privada do direito público administrativo
	MUSSOC – Associação Mutualista dos Trabalhadores da Solidariedade e Segurança Social	MUSSOC – Associação Mutualista dos Trabalhadores da Solidariedade e Segurança Social	Avenida dos Estados Unidos da América, nº 91, 12 Dto 1700-167 Lisboa	Associação Mutualista
Atividades Culturais	Museu Bordalo Pinheiro	EGEAC	Campo Grande, nº 382 1700-097 Lisboa	Museu EGEAC
	Atividades Musicais - Associação Musical de Lisboa Cantat	Associação Musical de Lisboa Cantat	Rua Teixeira de Pacoais, nº 12 1700- 363 Lisboa	Associação desportiva, cultural e recreativa
	Biblioteca Nacional de Portugal	Bibliotecas Municipais de Lisboa	Campo Grande, nº 83 1749-081 Lisboa	Serviço Central de Administração direta do Estado
Centro de Apoio à vida	Atendimento e acompanhamento social para grávidas adultas, adolescentes e puérperas	Ajuda de Mãe	Rua Afonso Lopes Vieira, nº40, 3º Esq 1700-015 Lisboa	Associação de Solidariedade Social
	Atendimento e acompanhamento de situações de gravidez e maternidade precoce e de desvantagem social	Associação Humanidades (estrutura certificada NP EN ISO 9001:2009)	Av. do Brasil, nº 53 – Edifício 27 - r/c - Apartado 50109 1703-001 Lisboa	Associação de Solidariedade Social
	Consultas de psicologia, aconselhamento e formação para grávidas adultas, grávidas adolescentes e puérperas	Ajuda de Mãe	Rua Aboim Ascensão, nº 3, 3 Esq 1703-001 Lisboa	Associação de Solidariedade Social
	Residência de acolhimento temporário para grávidas adultas	Ajuda de Mãe	Rua Aboim Ascensão, nº 3, 3 Esq 1703-001 Lisboa	Associação de Solidariedade Social
	Residência de acolhimento temporário para grávidas adolescentes	Ajuda de Mãe	Rua Afonso Lopes Vieira, nº40, 3 Esq 1700-015 Lisboa	Associação de Solidariedade Social

FAMÍLIA E COMUNIDADE

FAMÍLIA E COMUNIDADE EM GERAL

RESPOSTA SOCIAL	EQUIPAMENTO	INSTITUIÇÃO	MORADA	NATUREZA JURIDICA
	Residência de acolhimento temporário de jovens em situações de gravidez e maternidade precoce e de desvantagem social	Associação Humanidades (estrutura certificada NP EN ISO 9001:2009)	Av. do Brasil, nº 53 – Edifício 27 - r/c - Apartado 50109 1703-001 Lisboa	Associação de Solidariedade Social
Centro de Formação	Centro de Formação Profissional	Associação Humanidades	Av. Do Brasil, nº 53 – Edifício 27 - r/c Apartado 50109 1703-001 Lisboa	Associação de Solidariedade Social
	Centro de Educação, Formação e Certificação	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	Rua Conde de Ficalho, nº 4A/ 4B	Instituição Privada do direito público administrativo
Centro Desportivo	Klassic – Escola de Dança	Klassic – Escola de Dança	Rua Eugénio Rodrigues, nº 9A 1700-183 Lisboa	Empresa privada
	O que faz falta – Associação Cívica	O que faz falta – Associação Cívica	Rua Dom Rodrigo da Cunha, nº 14, 1 b 1700-141 Lisboa	Associação cívica
	Centro de Voleibol de Lisboa	Centro de Voleibol de Lisboa	Av. do Rio de Janeiro, nº 30A 1700-335 Lisboa	Associação desportiva, cultural e recreativa
	Parque de Jogos Primeiro de Maio da Fundação INATEL (Parque de Jogos com complexo de Piscinas, Estádio de Futebol, Pavilhão Gimnodesportivo, Polidesportivo, Campos de Ténis e Campos de Padel, Circuito de Manutenção e Parque Infantil)	Fundação INATEL	Av. do Rio de Janeiro 1700-330 Lisboa	Fundação
	Lisboa Raquet Center	Lisboa Raquet Center	Rua Alferes Malheiro 1700-025 Lisboa	Entidade Privada
CLAIM- Centro Local de Apoio à Integração Social	Fundação Cidade de Lisboa (para a população imigrantes)	Fundação Cidade de Lisboa	Campo Grande, nº380 1700-097 Lisboa	Fundação

FAMÍLIA E COMUNIDADE

FAMÍLIA E COMUNIDADE EM GERAL

RESPOSTA SOCIAL	EQUIPAMENTO	INSTITUIÇÃO	MORADA	NATUREZA JURIDICA
Intervenção Comunitária	Centro Social Paroquial do Campo Grande	Centro Social Paroquial do Campo Grande	Campo Grande, nº 244 1700-094 Lisboa	Centro Social Paroquial
	Companhia de Santa Teresa de Jesus	Companhia de Santa Teresa de Jesus	Rua Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, nº 12, 2 c 1600-230 Lisboa	Canonicamente ereta
	Modalidades de Benefícios (Seguro de saúde, Subsídio Funeral, Poupança Reforma, Poupança Previdência)	MUSSOC – Associação Mutualista dos Trabalhadores da Solidariedade e Segurança Social	Avenida dos Estados Unidos da América, nº 91, 12 Dto 1700-167 Lisboa	Associação Mutualista
Serviço de Apoio Domiciliário	O que faz falta – Associação Cívica	O que faz falta – Associação Cívica	Rua Dom Rodrigo da Cunha, nº 14, 1 B 1700-141 Lisboa	Associação cívica

Fonte: www.cartasocial.pt; Inquérito online às entidades da CSFA

POPULAÇÃO ADULTA

PESSOAS COM VIH/SIDA E AS SUAS FAMÍLIAS

RESPOSTA SOCIAL	EQUIPAMENTO	INSTITUIÇÃO	MORADA	NATUREZA JURIDICA
Residência para pessoas com VIH/ SIDA	Residência Santa Rita de Cássia	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	Av. General Norton de Matos, nº 31 – A 1600-104 Lisboa	Instituição Privada do direito público administrativo

Fonte: www.cartasocial.pt; Inquérito online às entidades da CSFA

GRUPO FECHADO

RESPOSTA SOCIAL	EQUIPAMENTO	INSTITUIÇÃO	MORADA	NATUREZA JURIDICA
Apoio de Regime Ambulatório	CED António Aurélio da Costa Ferreira	Casa Pia de Lisboa, I.P.	Rua Alberto de Oliveira 1700-020 Lisboa	Instituto Público

Fonte: www.cartasocial.pt; Inquérito online às entidades da CSFA

7. CONCLUSÕES E PISTAS PARA A AÇÃO

Após a análise dos problemas mais relevantes em cada uma das áreas em análise no Retrato Social da Freguesia de Alvalade e da apresentação dos dados mais significativos relativos a cada uma delas, importa agora identificar prioridades de intervenção que resultem da leitura conjunta dos dados recolhidos e analisados, bem como dos contributos das entidades e população da freguesia. Importa salientar que serão identificados problemas e necessidades prioritários no âmbito do presente processo de elaboração do retrato social da freguesia, perspetivando possíveis linhas de ação para os minorar, sem prejuízo, contudo, que as dinâmicas da Rede Social e da Comissão Social de Freguesia de Alvalade possam, ao longo dos processos de concertação interinstitucional e promoção do desenvolvimento do território, optar por soluções, prioridades e estratégias distintas, revistas à luz de novas realidades de contextos sociais profundamente mutáveis.

De seguida apresentamos os problemas priorizados em cada área e, sempre que achamos relevante, identificamos algumas boas práticas que podem servir de referência ou ponto de partida para a operacionalização futura de ações tendentes a minorar os problemas sociais priorizados no presente retrato social.

INFÂNCIA, JUVENTUDE E FAMÍLIA

Na área da infância, juventude e família as prioridades de intervenção são:

1. Abandono, absentismo e insucesso escolar.

Na medida em que a tendência de evolução do abandono escolar é um dado atípico ou pelo menos ocorre no sentido oposto da cidade de Lisboa, deverá ser realizado um diagnóstico individualizado das situações em cada agrupamento para que a estratégia possa ser diferenciada e plenamente adaptada ao conjunto de casos identificados.

Boas práticas: Criar processos de aprendizagem e criação de produtos complementares aos currículos escolares, em que as crianças e jovens sejam os principais intervenientes e tendo de tomar a responsabilidade e decisão ao longo do processo. Parece-nos também vantajoso que as áreas abordadas sejam diferenciadas daquilo a que as crianças e jovens têm acesso regular, mesmo sendo áreas declaradas da sua preferência. A título de exemplo, os resultados alcançados com a produção cinematográfica revelam-se mais eficazes e relevantes do que a organização de mais um torneio ou evento desportivo a que regularmente já têm acesso. A este propósito consultar o projeto “O Mundo à Nossa Volta”⁸⁸ da responsabilidade da associação ‘Os Filhos de Lumière’. Ainda com

⁸⁸ <http://osfilhosdelumiere.com/omundoanossavolta/>

a utilização de mecanismos artísticos e com impacto no sucesso escolar e redução de abandono e absentismo, salientaríamos experiências como a da Orquestra Geração⁸⁹, um projeto de inclusão social que aposta na aprendizagem da música a jovens e comunidades desfavorecidas que nunca tiveram contacto com a prática orquestral, reforçando as suas competências individuais, sociais e escolares.

Ainda em Portugal há que procurar inspiração em estratégias como as desenvolvidas pela Academia de Código⁹⁰, onde as novas tecnologias e a capacidade de programar estão no centro das estratégias de promoção do sucesso escolar.

A nível internacional há muitas experiências e muito variadas, mas salientaríamos o projeto Classroom, Inc.⁹¹: da Bill and Melinda Gates Foundation que trabalha a prevenção do abandono escolar com projetos piloto em Nova Iorque e Chicago utilizando jogos para desenvolver competências, e também a iniciativa WNET's Get the Math⁹², da mesma fundação, onde os alunos são desafiados a resolver problemas reais envolvendo a matemática e desenvolvendo capacidades de raciocínio e valorizando os conteúdos escolares.

2. Necessidade de espaços e tempo para o convívio e debate de ideias, para a construção em conjunto de iniciativas de cariz cívico e político (Dinâmicas de vizinhança pouco significativas).

Seria importante integrar e potenciar as oportunidades que surgem com as dinâmicas de participação cívica e política de crianças e jovens que venham a ser criadas no âmbito da implementação do 'Programa Cidades Amigas das Crianças'⁹³ (Comité Português para a UNICEF), atualmente em curso no Concelho de Lisboa e dinamizado pela Câmara Municipal.

Boas práticas: Há experiências interessantes na ativação da população para o debate de ideias no âmbito dos processos de orçamento participativo em todo o país. Existem também projetos e iniciativas que promovem voluntariado e a ativação das competências das crianças e jovens, como o Movimento Transformers⁹⁴, que tem já bastante experiência no nosso país e que junta pessoas com talentos a jovens para os inspirar e serem uma figura de referência. Internacionalmente, projetos como o Key to the City⁹⁵

⁸⁹ <http://www.orquestra.geracao.aml.pt>

⁹⁰ <http://www.academiadecodigo.org>

⁹¹ <https://www.classroominc.org>

⁹² <http://www.thirteen.org/get-the-math>

⁹³ https://medium.com/@cidades_amigas/o-programa-cidades-amigas-das-criancas-9041a71cd27a

⁹⁴ <http://movimentotransformers.org>

⁹⁵ <http://creativetime.org/programs/archive/2010/keytothecity>

em Nova Iorque promovem a descoberta dos espaços das cidades e das pessoas que neles habitam dando às pessoas uma chave que dá acesso a espaços e locais da cidade.

3. Insuficiência de atividades lúdico-pedagógicas inclusivas e acessíveis para jovens e crianças (em destaque: atividades intergeracionais, de prevenção na área da saúde e educação, e de respostas específicas para crianças e jovens com necessidades educativas especiais e deficiências).

Boas práticas: Em Portugal há muitas experiências na criação de projetos nestas áreas. Salientamos os que nos últimos anos têm usado a arte como mecanismo de inclusão, por serem particularmente eficazes com crianças e jovens. Desde logo projetos como a intervenção continuada do Teatro Ibisco⁹⁶ (teatro com crianças de contextos desfavorecidos), experiências do Movimento de Expressão Fotográfica⁹⁷, com pessoas com deficiência visual que colocam a fotografar e a criar arte visual, ou ainda projetos internacionais como o Hip Hop Saves Lives⁹⁸, que utiliza a música para colocar os jovens a refletir sobre a sua comunidade e a entrarem em diálogo para desenvolvimento dos territórios onde habitam.

Foram ainda identificados os seguintes problemas:

- Maus hábitos alimentares;
- Comportamentos desviantes de crianças e jovens;
- Necessidade de respostas específicas para a infância, nomeadamente: equipamentos públicos para as idades 0-3 e 4-5, formação especializada dos recursos humanos e uma resposta imediata para bens de primeira necessidade da primeira infância.

IDADE MAIOR

As prioridades identificadas para a população de idade maior são as seguintes:

1. Isolamento social, solidão e falta de acompanhamento familiar da população de idade maior.

O isolamento social vivido por pessoas de idade maior em contexto urbano apresenta alguns potenciais específicos de intervenção. Nomeadamente, a criação de redes próximas de cuidadores e/ou visitantes (onde poderão ser também trabalhadas as questões da intergeracionalidade); a programação de atividades coletivas e individuais destinadas a esta população, mas que não se limitem às opções clássicas centradas

⁹⁶ https://www.facebook.com/Teatro-Ibisco-1454852464813595/?hc_ref=PAGES_TIMELINE&ref=nf

⁹⁷ <https://integrarpelaarte.wordpress.com/imagine-conceptuale-2016-18>

⁹⁸ <https://www.hiphopsaveslives.tv>

numa visão conservadora relativa aos interesses da população com 65 ou mais anos, providenciando atividades adequadas a pessoas com hábitos essencialmente urbanos; e a utilização das tecnologias de informação e comunicação, não como mero meio de entretenimento mas sim como forma de criar e alargar redes de contactos, partilha e comunicação entre cidadão e entre cidadãos e organizações.

No caso da rede de proximidade de cuidadores é crucial que a gestão desta rede seja atribuída a uma instituição ou núcleo de gestão interinstitucional.

Boas práticas: Programação regular de atividades (com continuidade e não apenas pontuais) de carácter desportivo, de manutenção física e com componente lúdica destinada prioritariamente à população de idade maior. Tal como tem sido prática ao longo dos últimos anos no Município de Palmela.

O projeto BEM ENVELHECER III⁹⁹, promovido pela EAPN, que trabalha no Minho no combate ao isolamento da população de idade maior e na promoção da qualidade da sua vida, ou seja, na melhoria dos seus níveis de bem-estar físico, mental e social através do incentivo ao envelhecimento ativo.

Internacionalmente uma boa prática que identificaríamos seria o projeto SIPPE¹⁰⁰, que funciona na Finlândia e Estónia e que através da promoção de trabalho voluntário (mas não só) da população de idade maior mobilizando-os ao serviço da sociedade, procura diminuir o isolamento social, problemas de saúde e também a depressão (muito prevalente neste contexto).

2. Mobilidade reduzida das pessoas de idade maior (devido à inadequação dos espaços públicos e das habitações).

Na medida em que este é um problema cuja estratégia é potenciada pela consciência da dimensão das limitações existentes, existirão ganhos potenciais de eficácia na implementação de medidas, caso os dirigentes e técnicos tenham a oportunidade de vivenciar essas mesmas dificuldades.

Boas práticas: Sessões de trabalho em que os agentes envolvidos vivenciam, em situação de simulação, a experiência de um cidadão com mobilidade reduzida, na utilização do espaço público e edifícios da freguesia ou concelho. Esta experiência tem sido replicada em vários pontos do país, tendo sido o Conselho Local de Ação Social de Beja pioneiro nesta experiência.

⁹⁹ <http://www.eapn.pt/projeto/118/projeto-bem-envelhecer-iii>

¹⁰⁰ <http://database.centralbaltic.eu/project/19>

3. Reformas insuficientes (rendimento baixo).

Neste caso é importante, garantir a toda a população em idade maior a informação clara, nos meios e conteúdos, para que tenham oportunidade de ter acesso aos apoios e medidas de política nacional ou local que possam minimizar a carência de recursos verificada.

Boas práticas: realização de campanhas junto da população em idade maior e com as instituições públicas e privadas que com ela trabalham com vista a uma passagem de informação simplificada, mas estruturada, não num modelo clássico de clarificação das etapas da aplicação de uma medida, mas sim de no “desmontar” dos preconceitos e erros habituais na sua aplicação (como foi necessário realizar relativamente à aplicação do Complemento Solidário para Idosos).

Foram ainda identificados os seguintes problemas:

- Pessoas de idade maior com dificuldade de acesso a atividades recreativas e desportivas inclusivas e acessíveis, nomeadamente: atividades de prevenção, intergeracionais e para pessoas com necessidades especiais e/ou com mobilidade reduzida;
- Filhos dependentes financeiramente dos pais de idade maior;
- Falta de formação especializada dos recursos humanos que trabalham nas áreas dos serviços e respostas a pessoas de idade maior.

SAÚDE

Na área da saúde foram identificadas as seguintes prioridades:

1. Número elevado de pessoas com problemas de saúde mental e demências sem acompanhamento.

É importante que este acompanhamento seja realizado atendendo a exigências de flexibilidade, respostas personalizadas e proximidade.

Boas práticas: Projetos que combatem a falta de acompanhamento e/ou resistência ou inconstância na dimensão clínica do tratamento, através de equipas e postos móveis que respondem de forma personalizada, trabalhando complementarmente as dimensões de sociabilidade dos seus clientes (contexto escola, família, trabalho, formação...). A ARIA em Lisboa desenvolveu um projeto financiado pelo EEA Grants que criou uma resposta flexível e diferenciada na área da saúde mental, o projeto PROMove-te¹⁰¹, que levou a resposta às pessoas que dela necessitavam através de uma equipa de apoio móvel. A ANARP no Porto tem um trabalho interessantíssimo com pessoas com problemas de saúde mental em que salientaríamos o projeto Con-

¹⁰¹ http://www.aria.com.pt/aria/respostas_promovete.asp

tratempo¹⁰² que visa a produção e utilização da música como ferramenta no combate ao estigma relativamente às pessoas com problemas de saúde mental.

Finalmente, há o trabalho que a SAMP - Sociedade Artística e Musical dos Pousos¹⁰³, desenvolve na zona de Leiria com vários projetos que ligam a música à intervenção em saúde, desde a saúde materno-infantil à saúde mental.

A nível internacional projetos como o Creativity Explored¹⁰⁴ em São Francisco promovem o desenvolvimento de criatividade e produção artística para pessoas com deficiência e doenças mentais.

2. As dificuldades económicas para acesso a cuidados de saúde oral; aquisição de medicamentos e ajudas técnicas.

Boas práticas: Aquela que consideramos a melhor prática em Portugal na área da saúde oral é o trabalho da Mundo a Sorrir¹⁰⁵, desde logo com o seu projeto C.A.S.O. (Centro de Apoio à Saúde Oral) no Porto, que é uma resposta social que consiste na prestação de serviços de saúde oral e de acompanhamento psicossocial a populações em situação de vulnerabilidade socioeconómica, através de uma clínica dentária, tendo em vista a sua reinserção social.

Por outro lado, temos a experiência da criação de Bancos de Ajudas Técnicas que têm já tradição no nosso País.

3. Dificuldades de acesso a serviços de saúde domiciliários (número insuficiente de recursos humanos e equipas multidisciplinares disponíveis).

Ver sugestões referidas no problema '1' desta área temática.

Foi ainda identificado:

- Dificuldades no acesso e na resposta célere das instituições de saúde.

¹⁰² <https://gulbenkian.pt/noticias/contratempo>

¹⁰³ <http://www.samp.pt/portal/?id=2143>

¹⁰⁴ <https://www.creativityexplored.org>

¹⁰⁵ <http://www.mundoasorrir.org>

ACESSIBILIDADE E SEGURANÇA

Os três problemas prioritários nesta área são:

1. Reduzido civismo na via pública (destaque: lixo e dejetos de animais no chão e o estacionamento abusivo ou desregrado).

Parece-nos que a sensibilização e a ação coerciva por parte da polícia municipal e da EMEL serão formas adequadas de atuação.

Boas práticas: em muitos domínios de atuação foi acumulada a experiência de que o trabalho de sensibilização que garante mudanças a longo prazo estáveis e duradoras ocorreram junto das crianças (em contexto de escola, por exemplo), mesmo quando a mudança de comportamentos é desejada junto dos adultos.

2. Espaços públicos e edifícios não adequados a situações de mobilidade condicionada.

Ver sugestões referidas no problema '2' da área temática 'Idade Maior'.

Boas práticas: Existem projetos que procuram facilitar a mobilidade, como o Project Mobility - cycles for Life¹⁰⁶, que promove a adaptação de bicicletas e afins para facilitar a vida de quem tem dificuldades de mobilidade.

3. Serviços de proximidade, segurança e patrulhamento policial insuficiente.

Atendendo à tendência clara de redução da taxa de criminalidade no Concelho de Lisboa e mesmo tendo verificado um aumento ligeiro da criminalidade em Alvalade em termos absolutos (que não em formas de criminalidade mais gravosas), será importante trabalhar fundamentalmente sobre o 'sentimento de insegurança' pois este, fundamentado ou não, impacta diretamente no bem estar dos cidadãos. Nomeadamente, a redução significativa da taxa de criminalidade ao nível do concelho e área metropolitana deverá ser conhecida e reconhecida pela população e instituições ao mesmo tempo que, rentabilizando a boa articulação com as forças de segurança devem ser levadas a cabo ações que incidam sobre os tipos de criminalidade que, na Freguesia de Alvalade apresentaram tendências de aumento.

Foi ainda identificada:

- Necessidade de manutenção dos passeios, arruamentos, iluminação, árvores e jardins.

¹⁰⁶ <https://www.projectmobility.org/about-us>

EMPREGO

Consideram-se prioritários os seguintes problemas:

1. Desemprego, com destaque: população desempregada de longa e muito longa duração; população desempregada jovem (15-24 anos).

Boas práticas: A Câmara de Cascais promove um conjunto de ações interessantes na promoção da empregabilidade como: formação para a empregabilidade, Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Individual e Empregabilidade, Programa de promoção da empregabilidade juvenil, um programa de mentoria. Para além disso, criou em Cascais o O VIRAR¹⁰⁷, que é um grupo de motivação, dinamizado por técnicos da área do emprego em colaboração com os participantes, que visa especialmente a mobilização, a partilha de recursos, a valorização pessoal e a motivação. Resulta da necessidade de espaços positivos, mobilizadores e motivadores de encontro entre pessoas em situação de desemprego onde se possa prevenir situações de isolamento.

2. A falta de oferta de emprego.

Boas práticas: Muitas redes sociais criam encontros entre empresários locais e pessoas desempregadas e também apostam na criação de Bancos de Recursos para a empregabilidade, que sistematizam e mantêm uma base de dados de ofertas de trabalho. Também é boa prática a criação de mecanismos de apoio ao empreendedorismo como o DNA Cascais¹⁰⁸ se pensarmos num município, mas também concursos de ideias como o FAZ - Ideias de Origem Portuguesa¹⁰⁹ da Fundação Calouste Gulbenkian que não só promove a criatividade e a inovação como procura valorizar e capitalizar os portugueses espalhados pelo mundo.

3. A baixa escolaridade e/ou habilitações literárias e competências desadequadas.

Sendo esta uma área com impacto muito significativo nos processos de inclusão é, contudo, uma área em que o potencial de intervenção ao nível de uma freguesia é limitado. Devendo sempre qualquer estratégia atender a três aspetos fundamentais: articulação estratégica com âmbitos territoriais mais abrangentes; identificação clara do potencial de emprego do tecido empresarial existente no território e; criação de processos potenciadores dos níveis de empregabilidade dos cidadãos, seja por via de melhoria das suas competências, formação ou outras variáveis facilitadoras da integração emprego, como, por exemplo, a mobilidade.

¹⁰⁷ <http://www.cm-cascais.pt/projeto/grupo-de-motivacao-e-empregabilidade-viyaar>

¹⁰⁸ <http://www.dnacascais.pt>

¹⁰⁹ <http://2016.ideiasdeorigemportuguesa.org>

Foram ainda identificados os seguintes problemas:

- As dificuldades de acesso ao emprego apoiado;
- A falta de competências para a procura ativa de emprego.

INCLUSÃO SOCIAL

Na área da inclusão social foram identificados os seguintes problemas prioritários:

1. Pobreza (falta de recursos económicos e pobreza “envergonhada” - novos fenómenos de pobreza a afetarem população que habitualmente não se socorria de instituições e medidas de apoio).

2. Reduzido acesso aos direitos: nomeadamente, saúde, habitação (casas com baixas condições de habitabilidade e/ou com pouco investimento na sua conservação por parte dos proprietários vs casas com rendas ou preços demasiado elevados) e apoios sociais.

3. Exclusão de pessoas com necessidades educativas especiais, deficiência, doenças mentais e minorias étnicas.

ÁREAS TRANSVERSAIS

Consideram-se prioritários os seguintes problemas:

- Necessidade de uma maior **articulação** e melhor comunicação **entre entidades presentes no território;**
- Necessidade de reforço e melhoria (meios e conteúdos) na **comunicação** entre as entidades e a população;
- Voluntariado – não existem problemas específicos, mas considerando os dados disponíveis, poderíamos integrar boas práticas de programas de **voluntariado destinados a responder a necessidades das pessoas de idade maior.**

Atendendo ao que foram os problemas e necessidades priorizados no âmbito do presente processo de elaboração do retrato social da freguesia e perspetivando as linhas de ação possíveis para os minorar, parece-nos relevante identificar oportunidades associadas ao Programa Operacional Regional de Lisboa no âmbito do Portugal 2020 para que as entidades com intervenção na Freguesia de Alvalade as possam aproveitar.

Foi com o objetivo acima enunciado que construímos um pequeno quadro-síntese que enquadra os problemas mais relevantes em cada uma das áreas em análise no Retrato Social da Freguesia de Alvalade e identificámos Eixos, Objetivos Temáticos, Prioridades de Investimento e Ações tipo a apoiar no âmbito do Programa Operacional Regional de Lisboa.

Na posse desta informação, as organizações podem desde já iniciar um processo de planeamento atempado de projetos que respondam aos problemas prioritários diagnosticados sabendo à partida quais as possibilidades de financiamento para essas mesmas intervenções no âmbito do Portugal 2020.

PORTUGAL 2020 PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DE LISBOA				RETRATO SOCIAL DA FREGUESIA DE ALVALADE 2017	
Eixo	Objetivo temático	Prioridade de investimento	Ações a apoiar	Área de análise	Problema relevante
5	08 Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores	8i Acesso ao emprego pelos candidatos a emprego e os inativos, incluindo desempregados de longa duração e pessoas afastadas do mercado de trabalho, igualmente através de iniciativas locais de emprego e de apoio à mobilidade dos trabalhadores	<ul style="list-style-type: none"> • Apoios à contratação de desempregados; • Apoios à transição para a vida ativa e à reconversão profissional, designadamente com estágios; • Apoios à contratação de jovens. 	EMPREGO	Desemprego, com destaque: população desempregada de longa e muito longa duração; população desempregada jovem (15-24 anos).
		8iii Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	<ul style="list-style-type: none"> • Apoios à criação do próprio emprego, com enfoque nos desempregados e jovens, incluindo a criação de empresas ou o apoio a microempresas existentes que criem emprego; • Ações de formação, orientação e acompanhamento de empreendedores; • Apoios ao empreendedorismo social, incluindo a promoção de start-ups sociais; • Promoção da criação de sistema de partilha de custos comuns/recursos e a criação de redes "económicas" colaborativas/produtos colaborativos; • Apoios à criação de ecossistemas locais de inovação e empreendedorismo, a criação de spin-off a partir das instituições de ensino superior, reforçando o potencial de articulação com as Universidades; • Promoção da cooperação interempresarial, com vista ao aumento de dimensão e/ou do valor acrescentado dentro da fileira; • Fomento do empreendedorismo inclusivo e a criação de novos modelos de empregabilidade 	EMPREGO	Falta de oferta de emprego.

PORTUGAL 2020 PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DE LISBOA				RETRATO SOCIAL DA FREGUESIA DE ALVALADE 2017	
Eixo	Objetivo temático	Prioridade de investimento	Ações a apoiar	Área de análise	Problema relevante
5	08 Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores	8iv Igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, incluindo no acesso ao emprego, na progressão na carreira, na conciliação da vida profissional e privada e na promoção da igualdade de remuneração para trabalho igual	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio à transição para trabalho a tempo parcial de pais empregados com filhos menores • Ações de formação e apoio técnico para a elaboração e monitorização da execução de planos para a igualdade nas entidades dos sectores público, privado e cooperativo; • Apoio à capacitação e constituição de empresas por mulheres, tendo em conta o menor nível de empreendedorismo feminino face ao masculino; • Realização de diagnósticos e de avaliações de necessidades e de Planos para a igualdade nos setores público, privado e cooperativo. 	EMPREGO	Desemprego, com destaque: população desempregada de longa e muito longa duração; população desempregada jovem (15-24 anos). Falta de oferta de emprego.
		8v Adaptação à mudança dos trabalhadores, das empresas e dos empresários	<ul style="list-style-type: none"> • Formação e capacitação dos gestores e dos trabalhadores das empresas para a inovação e gestão empresarial, incluindo programa de formação-ação; • Formação de trabalhadores de empresas tendo em vista uma maior eficácia dos processos de inovação das empresas associada a projetos de investimento; • Formação de empresários; • Formações modulares certificadas; • Apoio à integração de RH altamente qualificados nas empresas. 	EMPREGO	Baixa escolaridade e/ou habilitações literárias e competências desadequadas.

PORTUGAL 2020 PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DE LISBOA				RETRATO SOCIAL DA FREGUESIA DE ALVALADE 2017	
Eixo	Objetivo temático	Prioridade de investimento	Ações a apoiar	Área de análise	Problema relevante
6	09 Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação	9a Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através de melhor acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	<ul style="list-style-type: none"> • Construção e adaptação de equipamentos com vista à sua conversão em creches; • Ampliação, requalificação e reabilitação de creches; • Construção de raiz de novos equipamentos de cuidados continuados; • Ampliação, requalificação de edifícios destinados a equipamentos de cuidados continuados; • Adaptação de equipamentos com vista à sua conversão em Unidades de Saúde Familiar; • Construção de raiz de novas Unidades de Saúde Familiar; • Ampliação, requalificação e adaptação de edifícios destinados a Unidades de Saúde Familiar; • Aquisição de equipamentos de tecnologia avançada essenciais ao funcionamento de unidades do Serviço Nacional de Saúde. 	INFÂNCIA, JUVENTUDE E FAMÍLIA INCLUSÃO SOCIAL SAÚDE	<p>Necessidade de respostas específicas para a infância, nomeadamente: equipamentos públicos para as idades 0-3 e 4-5, formação especializada dos recursos humanos e uma resposta imediata para bens de primeira necessidade da primeira infância.</p> <p>Reduzido acesso aos direitos sociais: nomeadamente, saúde, habitação e apoios sociais.</p> <p>Exclusão de pessoas com necessidades educativas especiais, deficiência, doenças mentais e minorias étnicas.</p> <p>Número elevado de pessoas com problemas de saúde mental e demências sem acompanhamento.</p> <p>Dificuldades de acesso a serviços de saúde domiciliários (número insuficiente de recursos humanos e equipas multidisciplinares disponíveis).</p> <p>Dificuldades no acesso e na resposta célere das instituições de saúde.</p>

PORTUGAL 2020 PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DE LISBOA				RETRATO SOCIAL DA FREGUESIA DE ALVALADE 2017	
Eixo	Objetivo temático	Prioridade de investimento	Ações a apoiar	Área de análise	Problema relevante
6	09 Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação	9d Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	<ul style="list-style-type: none"> Operações no âmbito do DLBC. FEDER 	EMPREGO INCLUSÃO SOCIAL ACESSIBILIDADE E SEGURANÇA	<p>Desemprego, com destaque: população desempregada de longa e muito longa duração; população desempregada jovem (15-24 anos).</p> <p>A falta de oferta de emprego.</p> <p>Reduzido acesso aos direitos sociais: nomeadamente, saúde, habitação e apoios sociais.</p> <p>Exclusão de pessoas com necessidades educativas especiais, deficiência, doenças mentais e minorias étnicas.</p> <p>Espaços públicos e edifícios não adequados a situações de mobilidade condicionada.</p> <p>Necessidade de manutenção dos passeios, arruamentos, iluminação, árvores e jardins.</p>

PORTUGAL 2020 PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DE LISBOA				RETRATO SOCIAL DA FREGUESIA DE ALVALADE 2017	
Eixo	Objetivo temático	Prioridade de investimento	Ações a apoiar	Área de análise	Problema relevante
6	09 Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação	9i Inclusão ativa, inclusivamente com vista a promover oportunidades iguais e a participação ativa e melhorar a empregabilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Ações para a aquisição de competências básicas e outras formações modulares certificadas; • Ações de avaliação e orientação de pessoas com deficiência e/ou incapacidade na escolha informada do seu percurso profissional; • Ações que possibilitem a aquisição e o desenvolvimento de competências profissionais, tendo em vista potenciar a empregabilidade das pessoas com deficiências e/ou incapacidade; • Ações de apoio à inserção e colocação no mercado de trabalho das pessoas com deficiências e/ou incapacidade; • Contratos apoiados para proporcionar às pessoas com deficiências e/ou incapacidade o exercício de uma atividade profissional; • Ações de capacitação para a inclusão; • Ações que promovam a empregabilidade de pessoas em situação de desemprego, nomeadamente através dos Contratos de Emprego Inserção (CEI); • Contratos Locais de Desenvolvimento Social; • Projetos de dinamização local da empregabilidade e inclusão social que articulem necessidades do mercado de trabalho/ necessidades oportunidades para o desenvolvimento local/ necessidades formativas e oportunidades de inovação social promovidas por redes locais; <p>(continua)</p>	INFÂNCIA, JUVENTU- DE E FAMÍ- LIA EMPREGO INCLUSÃO SOCIAL	Abandono, absentismo e insucesso escolar. Comportamentos desviantes de crianças e jovens. Necessidade de espaços e tempo para o convívio e debate de ideias, para a construção em conjunto de iniciativas de cariz cívico e político. Insuficiência de atividades lúdico- pedagógicas inclusivas e acessíveis para jovens e crianças. Baixa escolaridade e/ou habilitações literárias e competências desadequadas. Dificuldades de acesso ao emprego apoiado. Falta de competências para a procura ativa de emprego. Exclusão de pessoas com necessidades educativas especiais, deficiência, doenças mentais e minorias étnicas.

PORTUGAL 2020 PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DE LISBOA				RETRATO SOCIAL DA FREGUESIA DE ALVALADE 2017	
Eixo	Objetivo temático	Prioridade de investimento	Ações a apoiar	Área de análise	Problema relevante
6	09 Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação		(continuação) <ul style="list-style-type: none"> Abordagens integradas para a inclusão ativa, através de projetos de inovação e experimentação social e de animação territorial que configurem respostas sociais a desafios previamente identificados, envolvendo redes sociais sub-regionais; Ações promoção e disseminação de experiências de inovação social e de empreendedorismo social e de capacitação de empreendedores, de organizações de base local e de redes sociais locais e sub-regionais; Programa Escolhas - Apoio a consórcios locais que promovam a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, particularmente dos descendentes de imigrantes e minorias étnicas incluindo ciganos, tendo em vista a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social; Ações de mediação intercultural em serviços públicos, nomeadamente apoios à formação e contratação de mediadores; Apoio a estratégias de governação integrada para inclusão de imigrantes (designadamente CNAI - Lisboa). 		
		9iii Luta contra todas as formas de discriminação e promoção da igualdade de oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> Ações que combatam a discriminação em função do sexo e da orientação sexual, a violência de género e a violência doméstica e o tráfico de seres humanos; Ações que aumentem a capacidade de resposta ao nível dos instrumentos específicos de proteção das vítimas, concretamente meios de vigilância eletrónica e de teleassistência e respostas de acolhimento; Campanhas de sensibilização para a igualdade de género e outras formas de discriminação. 	NÃO APLICÁVEL	Não aplicável

PORTUGAL 2020 PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DE LISBOA				RETRATO SOCIAL DA FREGUESIA DE ALVALADE 2017	
Eixo	Objetivo temático	Prioridade de investimento	Ações a apoiar	Área de análise	Problema relevante
6	09 Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação	9iv Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, mormente cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio a redes de cuidadores de proximidade; • Apoio à vida independente para pessoas com limitações; • Apoio às redes locais de intervenção social; • Suporte ao doente no domicílio e na comunidade com recurso às TIC; • Inserção de pessoas em situação de sem abrigo; • Sensibilização de crianças e jovens para a prática de estilos de vida saudável; • Capacitação de atores institucionais; • Atividades sociais, culturais, educacionais dirigidas a idosos; • Ações de formação em competências nas vertentes cognitivas e de terapia relacional, dirigidas a prestadores de cuidados a pessoas com demência. 	INFÂNCIA, JUVENTU- DE E FAMÍ- LIA IDADE MAIOR SAÚDE INCLUSÃO SOCIAL	<p>Maus hábitos alimentares.</p> <p>Isolamento social, solidão e falta de acompanhamento familiar da população de idade maior.</p> <p>Pessoas de idade maior com dificuldade de acesso a atividades recreativas e desportivas inclusivas e acessíveis, nomeadamente: atividades de prevenção, intergeracionais e para pessoas com necessidades especiais e/ou com mobilidade reduzida.</p> <p>Número elevado de pessoas com problemas de saúde mental e demências sem acompanhamento.</p> <p>Reduzido acesso aos direitos sociais: nomeadamente, saúde, habitação e apoios sociais.</p> <p>Exclusão de pessoas com necessidades educativas especiais, deficiência, doenças mentais e minorias étnicas.</p>

PORTUGAL 2020 PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DE LISBOA				RETRATO SOCIAL DA FREGUESIA DE ALVALADE 2017	
Eixo	Objetivo temático	Prioridade de investimento	Ações a apoiar	Área de análise	Problema relevante
6	09 Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação	9vi Estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades locais	<ul style="list-style-type: none"> • Operações no âmbito do DLBC. • FSE 	EMPREGO INCLUSÃO SOCIAL ACESSIBI- LIDADE E SEGURAN- ÇA	<p>Desemprego, com destaque: população desempregada de longa e muito longa duração; população desempregada jovem (15-24 anos).</p> <p>A falta de oferta de emprego.</p> <p>Reduzido acesso aos direitos sociais: nomeadamente, saúde, habitação e apoios sociais.</p> <p>Exclusão de pessoas com necessidades educativas especiais, deficiência, doenças mentais e minorias étnicas.</p> <p>Espaços públicos e edifícios não adequados a situações de mobilidade condicionada.</p> <p>Necessidade de manutenção dos passeios, arruamentos, iluminação, árvores e jardins.</p>

PORTUGAL 2020 PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DE LISBOA				RETRATO SOCIAL DA FREGUESIA DE ALVALADE 2017	
Eixo	Objetivo temático	Prioridade de investimento	Ações a apoiar	Área de análise	Problema relevante
7	10 Investir na educação, na formação, nomeadamente profissional, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida	10a Investimento no ensino, na formação, na formação profissional e nas competências e na aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas de formação e ensino.	<ul style="list-style-type: none"> Investimentos em equipamento nas escolas de ensino profissional, nomeadamente com equipamento tecnológico, criação de laboratórios e acesso a TIC de última geração; Investimentos em requalificação e ampliação das infraestruturas do ensino pré-escolar, básico e secundário; Investimentos em equipamentos do ensino superior destinados a novos cursos de curta duração (ISCED5), ou à criação de novos programas do ensino superior à luz das necessidades do mercado de trabalho. 	INFÂNCIA, JUVENTU- DE E FAMÍ- LIA	Necessidade de respostas específicas para a infância, nomeadamente: equipamentos públicos para as idades 0-3 e 4-5, formação especializada dos recursos humanos e uma resposta imediata para bens de primeira necessidade da primeira infância.
		10i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem, formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação	<ul style="list-style-type: none"> Intervenções específicas de prevenção e redução do abandono escolar, através de ações que favoreçam a melhoria do sucesso educativo, seja pelo desenvolvimento de programas existentes a nível nacional (e.g. TEIP, Programa Mais Sucesso Escolar ...) Ações de informação, monitorização e avaliação relativas às medidas e aos dispositivos de prevenção do abandono escolar e de promoção do sucesso educativo dos alunos, tendo em vista a melhoria da qualidade, da eficiência e da eficácia dessas medidas e destes dispositivos; Ações de diagnóstico precoce de risco de abandono e de insucesso e de apoio socioeducativo acrescido às crianças e jovens em risco de abandono e insucesso; Ações de orientação escolar e vocacional associadas ao reforço das ofertas educativas de ensino vocacional - de nível básico e secundário - e das ofertas formativas duais; Ações de prevenção do abandono e de promoção da qualidade do sucesso educativo em meios sociais e escolares desfavorecidos; <p>(continua)</p>	INFÂNCIA, JUVENTU- DE E FAMÍ- LIA INCLUSÃO SOCIAL	Abandono, absentismo e insucesso escolar. Comportamentos desviantes de crianças e jovens. Exclusão de pessoas com necessidades educativas especiais, deficiência, doenças mentais e minorias étnicas.

PORTUGAL 2020 PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DE LISBOA				RETRATO SOCIAL DA FREGUESIA DE ALVALADE 2017	
Eixo	Objetivo temático	Prioridade de investimento	Ações a apoiar	Área de análise	Problema relevante
7	10 Investir na educação, na formação, nomeadamente profissional, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida		(continuação) <ul style="list-style-type: none"> • Ações que garantam o acesso à continuidade de estudos por crianças de minorias étnicas ou sujeitas a discriminação de género (como o são as meninas da comunidade cigana e de algumas comunidades africanas) ou por razões socioeconómicas ou linguísticas; • Ações que promovam a qualificação da intervenção precoce na infância; • Programas de apoio aos alunos com necessidades educativas especiais. 		
		10iii Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores, e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, nomeadamente através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas	<ul style="list-style-type: none"> • Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional (CQEP), e processos de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC); • Cursos de aprendizagem dual; • Cursos de educação e formação de adultos (EFA); • Programas de cursos para ensino recorrente. 	INFÂNCIA, JUVENTU- DE E FAMÍ- LIA EMPREGO	Abandono, absentismo e insucesso escolar. Baixa escolaridade e/ou habilitações literárias e competências desadequadas.

PORTUGAL 2020 PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DE LISBOA				RETRATO SOCIAL DA FREGUESIA DE ALVALADE 2017	
Eixo	Objetivo temático	Prioridade de investimento	Ações a apoiar	Área de análise	Problema relevante
7	10 Investir na educação, na formação, nomeadamente profissional, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida	10iv Melhoria da relevância dos sistemas do ensino e formação para o mercado de trabalho, facilitar a transição da educação para o trabalho e reforçar os sistemas de ensino e formação profissionais e respetiva qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de aprendizagem baseados no trabalho, incluindo sistemas de ensino dual e de formação de aprendizes	<ul style="list-style-type: none"> • Ações no âmbito do ensino profissional; • Ações no âmbito do ensino artístico; • Cursos de Especialização Tecnológica (CET). 	INFÂNCIA, JUVENTU- DE E FAMÍ- LIA EMPREGO	Abandono, absentismo e insucesso escolar. Baixa escolaridade e/ou habilitações literárias e competências desadequadas.

PORTUGAL 2020 PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DE LISBOA				RETRATO SOCIAL DA FREGUESIA DE ALVALADE 2017	
Eixo	Objetivo temático	Prioridade de investimento	Ações a apoiar	Área de análise	Problema relevante
8	09 Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação	9b Apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais	<ul style="list-style-type: none"> • Qualificação e modernização do espaço e do ambiente urbano (e.g., requalificação de espaço público, requalificação de infraestruturas urbanas, requalificação de espaços verdes e instalação de mobiliário urbano); • Recuperação, expansão e valorização de sistemas e estruturas ecológicas urbanas e infraestruturas verdes; • Equipamentos de apoio ao desenvolvimento económico (e.g., criação de espaços de acolhimento de novas atividades; criação de espaços de apoio ao empreendedorismo de base local); • Reabilitação, adaptação e refuncionalização de equipamentos públicos de apoio ao desenvolvimento social e de promoção da inclusão e da inovação social; • Ações de reabilitação de edifícios de habitação social; • Ações de reabilitação de edifícios de habitação privada através de instrumentos financeiros. 	INFÂNCIA, JUVENTUDE E FAMILIA IDADE MAIOR EMPREGO INCLUSÃO SOCIAL ACESSIBILIDADE E SEGURANÇA	<p>Insuficiência de atividades lúdico-pedagógicas inclusivas e acessíveis para jovens e crianças.</p> <p>Mobilidade reduzida das pessoas de idade maior (devido à inadequação dos espaços público e das habitações).</p> <p>Desemprego, com destaque: população desempregada de longa e muito longa duração; população desempregada jovem (15-24 anos).</p> <p>A falta de oferta de emprego.</p> <p>Reduzido acesso aos direitos sociais: nomeadamente, saúde, habitação e apoios sociais.</p> <p>Espaços públicos e edifícios não adequados a situações de mobilidade condicionada.</p> <p>Necessidade de manutenção dos passeios, arruamentos, iluminação, árvores e jardins.</p>

Fonte: Programa Operacional Regional de Lisboa (<https://www.portugal2020.pt/Portal2020/programas-operacionais-portugal-2020-2>) e informação resultante do processo de elaboração do Retrato Social da Freguesia de Alvalade

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÓNICAS

RECURSOS BIBLIOGRÁFICOS

AGRUPAMENTO DE CENTROS DE SAÚDE DE LISBOA NORTE (2016), Manual de Acolhimento

AGRUPAMENTO DE CENTROS DE SAÚDE DE LISBOA NORTE (2015), Perfil de Saúde

AIRES, Sérgio (coord) (2014), Indicadores de Alerta – Índice de Precariedade Social na Cidade de Lisboa, Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, EAPN Portugal, Lisboa

AIRES, Sérgio (coord) (2012), Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa – Relatório 2011, Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, EAPN Portugal, Lisboa

AIRES, Sérgio (coord) (2011), Retratos de Lisboa: indicadores para o estudo da pobreza e exclusão social, Caderno do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa nº 1, EAPN Portugal, Lisboa

ALMEIDA, Mónica Maria Alves Diniz de (2011), Práticas policiais e cidadania a nível local: a participação dos cidadãos no contexto do policiamento comunitário “Alvalade mais seguro”, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

AMNISTIA INTERNACIONAL (2017), Amnesty International Report 2016/17, The state of the world’s human rights, Amnesty International Ltd, London, United Kingdom

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA, INTERCAMPUS, Barómetro #2 Criminalidade e Insegurança

BECK-GERNSHEIM, Elizabeth (2002), Reinventing the Family. On Search of New Life Styles, Cambridge, Polity Press

BELO, Fernanda (2015), Carta Social 2014 – Equipamentos e Respostas Sociais por freguesia – Concelho de Lisboa, SCML, SEPAJ / GEP

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (2010), Carta dos BIP/ZIP - Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa, Lisboa, novembro de 2010

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (2015), Plano de Desenvolvimento de Saúde e Qualidade de Vida da Cidade de Lisboa, Volume I - Perfil Municipal de Saúde de Lisboa, Pelouro dos Direitos Sociais

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (2012), O PLH em Acção: Programa Local de Habitação de Lisboa, Relatório da 3.a fase: Concretizar

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (2013), Plano de Acessibilidade Pedonal de Lisboa, vol.1-5

CARVALHO, Margarida, CARMO, Renato Miguel do (2012), Desigualdades de remuneração nas freguesias do concelho de Lisboa (2003-2009), Observatório das Desigualdades (CIES-IUL), Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa

CASTELLS, Manuel (1996), A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura - Volume I - A Sociedade em Rede, Lisboa, Gulbenkian

CASTRO, Alexandra (coord) (2012), A Cidade Incerta – Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Cadernos EAPN 17, EAPN, Lisboa

CAVACO, Carmen, ALVES, Natália, GUIMARÃES, Paula, FELICIANO, Paulo (2015), Abandono e insucesso escolar - Construir uma perspetiva de género, Instituto de Educação/UL

DELGADO, Anabela, WALL, Karin (2014), Família nos Censos 2011: Diversidade e mudança, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, ICS, Imprensa de Ciências Sociais

DIAS, Maria Isabel Pinto Simões (2005), O Lúdico. Educação & Comunicação nº8, p.121-133

FERREIRA, Paulo Antunes (2012), Relatório de apresentação dos resultados do inquérito realizado pelo programa Intergerações, Gabinete de Monitorização e Apoio à Gestão - GMAG, DASS/ SCML

GEBALIS (2013), Diagnóstico do Bairro das Murtas

GRAÇA, Pedro, SOUSA, Sofia Mendes de, CORREIA, Andreia, SALVADOR, Clara, NOGUEIRA, Paulo Jorge, FARINHA, Carla Sofia (2016), Portugal - Alimentação Saudável em números – 2015, Direção-Geral de Saúde, Lisboa

INE, I.P. - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, I.P. (2017), Área Metropolitana de Lisboa em números 2015

INE, I.P. - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, I.P. (2016), Anuário Estatístico da Área Metropolitana de Lisboa 2015

INE,I.P. - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, I.P. (2015), Estatísticas da Construção e Habitação 2014

INE,I.P. - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, I.P. (2012), Censos 2011 – Resultados Definitivos – Região Lisboa, Lisboa

INE,I.P. - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, I.P. (2016), Destaque - Índice de Preços da Habitação, 4º trimestre de 2016

INE,I.P. - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, I.P. (2012), Inquérito piloto ao Trabalho Voluntário 2012

INE,I.P. - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, I.P. (2017), Destaque - Rendimento e Condições de Vida 2016 (Dados provisórios)

INE,I.P. - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, I.P. (2012), Destaque - Tábuas de Mortalidade 2013-2015

INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P. (2017), Relatório de Avaliação da Estratégia Nacional para a integração de pessoas sem-abrigo 2009-2015: prevenção, intervenção e acompanhamento

JUNTA DE FREGUESIA DE ALVALADE (2016), Plano de Ação Social e Habitação, Saúde e Igualdade 2016

MATOS, Margarida Gaspar de, TOMÉ, Gina (2012), Aventura Social: Promoção de Competências e do Capital Social para um Empreendedorismo com Saúde na Escola e na Comunidade Volume 2 - Intervenções com jovens e na comunidade, Placebo, Editora Lda

PAIS, José Machado (2008), Jogos de máscaras e “escolas do diabo”, Revista Brasileira de Educação, v.13 n.37, p.7-21

PORTUGAL (2016), Relatório Social Nacional 2016

PORTUGAL, MINISTÉRIO DA SAÚDE, DGS (2015), Plano Nacional de Saúde, Revisão e extensão a 2020, Lisboa, Direção-Geral da Saúde

PORTUGAL, MINISTÉRIO DA SAÚDE, DGS (2016), Plano Nacional de Saúde e Estratégias Locais de Saúde | Resenha dos Planos de Saúde: Nacional, Regionais, Locais, Lisboa, Direção-Geral da Saúde

PORTUGAL, MINISTÉRIO DA SAÚDE, DGS (2016), Portugal – Alimentação Saudável em números – 2015, Direção de Serviços de Informação e Análise

PORTUGAL, MINISTÉRIO DA SAÚDE, ARSLVT, I.P. (2015), Perfil de Saúde e seus determinantes da Região de Lisboa e Vale do Tejo 2015, Volume 1 e 2, Lisboa, Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.

REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA PORTUGAL (2016), Indicadores sobre a pobreza -Dados Europeus e Nacionais, atualização dezembro 2016, EAPN - Rede Europeia Anti-Pobreza Portugal

REDE SOCIAL DE LISBOA (2016), II Diagnóstico Social de Lisboa 2015-2016

REDE SOCIAL DE LISBOA (2017), Plano de Desenvolvimento Social 2017-20

SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA, Gabinete do Secretário-Geral (2016), Relatório Anual de Segurança Interna 2016

RECURSOS ELETRÓNICOS

Câmara Municipal de Lisboa (<http://www.cm-lisboa.pt>)

Eurostat (<http://ec.europa.eu/eurostat>)

Governo da República Portuguesa (<http://www.portugal.gov.pt>)

Instituto Nacional de Estatística (<http://www.ine.pt>)

Junta de Freguesia de Alvalade (<http://www.jf-alvalade.pt>)

Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa (<http://observatorio-lisboa.eapn.pt>)

Pordata (<http://www.pordata.pt>)

Portal da Saúde (<http://www.portaldasaude.pt/>)

Rede Europeia Anti-Pobreza Portugal (<http://www.eapn.pt>)

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (<http://www.scml.pt>)

Segurança Social (<http://www4.seg-social.pt>)

Segurança Social – Rede Social (<http://www4.seg-social.pt/rede-social>)

Serviço Nacional de Saúde (<https://www.dgs.pt>)

9. ANEXOS

ANEXO I · COMISSÃO SOCIAL DE FREGUESIA DE ALVALADE

ENTIDADES	
18.a Esquadra Polícia de Segurança Pública - Programa de Proximidade	Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Preparatória Eugénio Santos
AAPRE - Associação de Aposentados, Pensionistas e Reformados	Associação dos Estudantes da Faculdade de Ciências de Lisboa
Academia de Cultura e Cooperação - UMP	Associação Humanidades
ACAL - Ass. Comerciantes Alvalade	Associação Lisboa Cantat
ADRA - Associação Adventista para o Desenvolvimento, Recursos e Assistência - Delegação de Alvalade	Associação O que faz falta
Agrupamento 541 Pio XII - Corpo Nacional de Escutas	Aventura Social
Agrupamento de Escolas - Rainha D. Leonor	Banco do Bebe
Agrupamento de Escolas de Alvalade (Escola Secundária Padre António Vieira)	Biblioteca Nacional de Portugal
Agrupamento de Escuteiros 50 de São João de Brito - Corpo Nacional de Escutas	Briosos
Ajuda de Mãe	Câmara Lisboa Clube
APART-Ass. Pais e Amigos de Portadores do Síndrome de Rubinstein-Taybi	CDUL - Centro Desportivo Universitário de Lisboa
APEE - Ass. Portuguesa Estudos Europeus	Centro de Educação e Desenvolvimento António Aurélio da Costa Ferreira Casa Pia de Lisboa
APEEL - Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola EB1 do Bairro de São Miguel	Centro de Voleibol de Lisboa
Associação Academia dos Patins	Centro Hospitalar Lisboa Norte
Associação Cultural e Social de Sêniores de Lisboa	Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa
Associação de Beneficência Casas São Vicente de Paulo	Centro Social e Paroquial de São João de Brito
Associação de Estudantes - Faculdade de Farmácia Universidade de Lisboa	Centro Social e Paroquial do Campo Grande
Associação de Estudantes da Faculdade de Psicologia e Instituto de Educação da Universidade de Lisboa	Clínica Oral +
Associação de Moradores do Campo Grande	Clínica São João de Deus
Associação de Pais da Escola Básica dos Coruchéus nº 151	Clube de Rugby São Miguel
	Colégio Eduardo Claparède

Companhia da Família
Companhia de Santa Teresa de Jesus
Comunidade Vida e Paz
Cooperativa Milaccessos
Crescer na Maior
Cruz Vermelha Portuguesa
Escola Básica Dom Luís da Cunha
Externato Luso-Britânico
Faculdade de Ciências - Universidade de Lisboa
Faculdade de Direito - Universidade de Lisboa
Farmácia Líbia
Fraternidade Missionária Verbum Dei
Fundação Cidade de Lisboa
Fundação Gil
Fundação Raquel e Martin Sain
Fundação São João de Deus
Gastronomia do Príncipe Real, Lda. - Prego da Peixaria
Gebalis
Grupo Desportivo e Cultural Fonecas e Calçada
Habicuidados
imobiliária Century21
Instituto das Religiosas de Maria Imaculada
Jornal da Praceta
Klassik Escola de Dança
Lar - O Bom Pastor
Lions Clube Lisboa - Alvalade
Lisboa racket center
Museu Bordalo Pinheiro
Museu de Lisboa - Palácio Pimenta
MUSSOC - Associação Mutualista dos Trabalhadores da Solidariedade e Segurança Social
Parque de Jogos 1º de Maio da Fundação INATEL

Pastelaria Biarritz
Pista Mágica
Polícia Municipal
Projeto - Através da Música
Psicólogos Associados
rede social
Refood Alvalade
Residência Sénior Alvalade
RHCO - Obras e Reparações
Rumos, Formação e Comunicação, SA
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
SASUL - Serviços de Ação Social Universidade de Lisboa
Sermagem
Smile Up
Sociedade Espanhola de Benificiência
Teatro Maria Matos - EGEAC
Universidade Lusofona
Zoom Talentos
PESSOAS INDIVIDUAIS
Ana Almeida
Célia Teresa da Conceição Silva Coelho
Dulce Mota
José Reis
Maria Cristina Alves Campos
Maria Cristina da Fonseca
Maria Graça Soares
Maria Helena Costa
Luís Aires
Patrícia Galvão
Rita Almeida

ANEXO II · LISTA DAS ENTIDADES REPRESENTADAS NOS WORKSHOPS

GRUPO DE TRABALHO	DATA	ENTIDADES REPRESENTADAS
GT 1 Acessibilidade, Cidadania e Segurança	20/10/2016	Agrupamento 541 Pio XII
		APEE - Ass. Port. Estudos Europeus
		Casa Pia de Lisboa
		Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa
		Junta da Freguesia de Alvalade
		Milaccessos
		Polícia Municipal de Lisboa
		SAD Avenidas, SCML
		SCML
GT 2 Cultura, Educação e Desporto	20/10/2016	Agrupamento de Escolas de Alvalade
		Biblioteca Nacional de Portugal
		Câmara Lisboa Clube
		CDUL
		CED - Casa Pia
		Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa
		Centro Social e Paroquial do Campo Grande
		Colégio Eduardo Claparède
		Junta da Freguesia de Alvalade
		Museu de Lisboa - Palácio Pimenta
		ORAL +
		Parque de Jogos 1º de Maio - Fundação INATEL
		SCML
GT 3 Direitos Humanos	25/10/2016	Ass. Cívica "O que faz falta"
		Associação Humanidades
		Companhia Sª Teresa de Jesus
		Fundação Cidade de Lisboa
		Junta da Freguesia de Alvalade
		Refood

GRUPO DE TRABALHO	DATA	ENTIDADES REPRESENTADAS
GT 4 Idade Maior	25/10/2016	Ass. Beneficência Casas São Vicente de Paulo
		Ass. Cultural e Social de Seniores de Lisboa (ACSSL)
		Centro Hospitalar Lisboa Norte (HPV e HSM)
		Companhia S ^a Teresa de Jesus
		CSPCGrande
		CSPSJBrito
		Fundação São João de Deus
		Junta da Freguesia de Alvalade
		ORAL +
		Parque de Jogos 1 ^o de Maio - Fundação INATEL
SCML - UDIPA Avenidas		
GT 5 Infância e Juventude	21/10/2016	Associação Humanidades
		Ajuda de Mãe
		Banco do Bebê
		Centro Hospitalar Lisboa Norte (HSM)
		CSPSJBrito
		Externato Luso-Britânico
		Junta da Freguesia de Alvalade
		Mussoc
		Parque de Jogos 1 ^o de Maio - Fundação INATEL
SCML - Equipa Apoio à Família		
GT 6 Saúde	18/10/2016	Associação Humanidades
		Ajuda de Mãe
		Centro Hospitalar Lisboa Norte (HSM)
		Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa
		Colégio Eduardo Claparède
		Junta da Freguesia de Alvalade
		ORAL +
		Parque de Jogos 1 ^o de Maio - Fundação INATEL
SCML		

ANEXO III · INQUÉRITO *ONLINE* ÀS ENTIDADES QUE CONSTITUEM A COMISSÃO SOCIAL DE FREGUESIA DE ALVALADE

I. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

1. Designação da organização

2. Sigla

3. Morada da sede

4. Código Postal

5. Natureza da entidade

- Associação Desportiva, Cultural e Recreativa
- Associação de estudantes
- Natureza da entidade
- Associação Desportiva, Cultural e Recreativa
- Associação de estudantes
- Associação juvenil
- Autarquia local
- Canonicamente ereta
- Causa Animal
- Cooperativa
- Empresa pública
- Empresa privada
- Fundação
- Instituição Particular de Solidariedade Social
- Organização não formal
- Organismos desconcentrados da Administração Pública
- Serviços da Câmara Municipal de Lisboa
- Outro (especifique)

II. RESPOSTAS SOCIAIS DISPONIBILIZADAS À POPULAÇÃO

Nesta componente do questionário, procura-se sistematizar informação sobre as respostas sociais disponibilizadas pelas entidades. Solicitamos o preenchimento das informações para cada resposta social, valência ou serviço presente na sua Instituição, sendo que a ficha técnica (pontos 6-9) deverá ser preenchida tantas vezes quantas as respostas sociais / valências / serviços disponibilizados.

6. Resposta social / valência

- Ama
- Creche
- Estabelecimento de educação pré-escolar
- Centro de Atividades de tempos livres
- Centro Desportivo
- Intervenção precoce
- Centro de acolhimento temporário
- Lar de infância e juventude
- Serviço de apoio domiciliário
- Centro de dia
- Lar de idosos/ERPI
- Lar residencial
- Atendimento/acompanhamento social
- Centro comunitário
- Ajuda alimentar
- Casa de abrigo
- Urgências
- Hospital de dia
- Consultas de especialidade
- Serviços de saúde oral
- Outro (especifique)

7. Públicos-alvo (pode assinalar mais do que uma opção)

- Crianças e jovens
- Crianças e jovens com deficiência
- Crianças e jovens em situação de perigo
- Pessoas idosas
- Pessoas adultas com deficiência
- Pessoas em situação de dependência
- Pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico
- Pessoas sem-abrigo
- Família e comunidade em geral
- Pessoas vítimas de violência doméstica
- Outro (especifique)

8. Os utentes pertencem à Freguesia de Alvalade?

- 100 %
- 75 - 99 %
- 50 - 74 %
- 25 - 49 %
- 1 - 24 %
- 0%
- Não sei

9. Existe mais alguma informação ou característica (específica ou diferenciada) que queira acrescentar no que respeita ao serviço/ resposta/ valência acima identificada?

- Sim
- Não

Se respondeu "Sim" especifique:

10. A sua Instituição disponibiliza outros serviços/ respostas/ valências para a população?

- Sim
- Não

III. ÁREAS E NECESSIDADES PRIORITÁRIAS NA FREGUESIA DE ALVALADE

Esta componente do questionário visa recolher as perceções das instituições da Comissão Social de Freguesia no que respeita às áreas prioritárias de intervenção e às necessidades e problemas sentidos no território da Freguesia de Alvalade.

11. Atendendo à sua experiência profissional e conhecimento que tem do território, identifique a importância de cada uma das seguintes áreas para o desenvolvimento social da Freguesia de Alvalade:

	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Imprescindível
Articulação entre instituições e comunicação entre partes interessadas	<input type="radio"/>				
Acessibilidade e segurança	<input type="radio"/>				
Crianças, jovens e famílias	<input type="radio"/>				
Emprego	<input type="radio"/>				
Idade Maior	<input type="radio"/>				
Inclusão social	<input type="radio"/>				
Saúde	<input type="radio"/>				

Outra área relevante (especifique qual):

12. Relativamente à área "Articulação entre instituições e comunicação entre partes interessadas", identifique: (preencher apenas caso exista algum problema que considere relevante, separando cada problema com uma barra "/") para esta área temática:

O principal ou principais problema(s)/necessidade(s):

As causas desse(s) problema(s)/necessidade(s):

As consequências desse(s) problema(s)/necessidade(s):

13. Relativamente à área "Acessibilidade e segurança", identifique: (preencher apenas caso exista algum problema que considere relevante, separando cada problema com uma barra "/") para esta área temática:

O principal ou principais problema(s)/necessidade(s):

As causas desse(s) problema(s)/necessidade(s):

As consequências desse(s) problema(s)/necessidade(s):

14. Relativamente à área "Crianças, Jovens e famílias", identifique: (preencher apenas caso exista algum problema que considere relevante, separando cada problema com uma barra "/") para esta área temática:

O principal ou principais problema(s)/necessidade(s):

As causas desse(s) problema(s)/necessidade(s):

As consequências desse(s) problema(s)/necessidade(s):

15. Relativamente à área "Emprego", identifique: (preencher apenas caso exista algum problema que considere relevante, separando cada problema com uma barra "/") para esta área temática:

O principal ou principais problema(s)/necessidade(s):

As causas desse(s) problema(s)/necessidade(s):

As consequências desse(s) problema(s)/necessidade(s):

16. Relativamente à área "Idade Maior", identifique: (preencher apenas caso exista algum problema que considere relevante, separando cada problema com uma barra "/") para esta área temática:

O principal ou principais problema(s)/necessidade(s):

As causas desse(s) problema(s)/necessidade(s):

As consequências desse(s) problema(s)/necessidade(s):

17. Relativamente à área "Inclusão Social", identifique: (preencher apenas caso exista algum problema que considere relevante, separando cada problema com uma barra "/") para esta área temática:

O principal ou principais problema(s)/necessidade(s):

As causas desse(s) problema(s)/necessidade(s):

As consequências desse(s) problema(s)/necessidade(s):

18. Relativamente à área "Saúde", identifique: (preencher apenas caso exista algum problema que considere relevante, separando cada problema com uma barra "/") para esta área temática:

O principal ou principais problema(s)/necessidade(s):

As causas desse(s) problema(s)/necessidade(s):

As consequências desse(s) problema(s)/necessidade(s):

19. Relativamente à área "Outra área problemática que tenha identificado anteriormente (na questão 11)", identifique: (preencher apenas caso exista algum problema que considere relevante, separando cada problema com uma barra "/") para esta área temática:

O principal ou principais problema(s)/necessidade(s):

As causas desse(s) problema(s)/necessidade(s):

As consequências desse(s) problema(s)/necessidade(s):

20. Caso considere pertinente, pode deixar alguma sugestão para melhorar o Retrato Social da Freguesia de Alvalade.

ANEXO IV · INQUÉRITO À POPULAÇÃO DA FREGUESIA DE ALVALADE**1. IDENTIFICAÇÃO**

1. Inquiridor(a): _____

2. Data e hora: Dia: _____ Mês: _____ Hora: _____

3. Antiga freguesia: Alvalade Campo Grande São João de Brito4. Zona: 1 2 3 4

5. Rua/Av. _____ nº _____ Andar e fração _____

2. CARACTERIZAÇÃO DO(A) ENTREVISTADO(A) E ELEMENTOS QUE COMPÕEM O AGREGADO CO-RESIDENTE

(Aqui caracterizará a pessoa que responde ao inquérito)

1. Sexo: Feminino Masculino

2. Idade: _____

3. Nacionalidade: Portuguesa Estrangeira

Caso for estrangeira, indique o país: _____

4. Há quantos anos mora nesta Freguesia?

 menos de 1 ano 1-2 anos 3-5 anos mais de 5 anos Outro: _____

5. Nível de ensino mais elevado que completou:

 Nenhum Sabe ler e escrever sem ter frequentado a escola Pré-escolar Básico – 1º ciclo Básico – 2º ciclo Básico – 3º ciclo Secundário Superior Outro (especifique) _____

6. Estado civil

 Casado União de facto Solteiro Divorciado Viúvo Outro (especifique): _____

7. Quantas pessoas moram na sua casa/residência?

_____ Crianças (0-12) _____ Jovens (13 - 17)

_____ Jovens adultos (18 - 30) _____ Adultos(31 - 64) _____ Idosos (≥ 65)

8. Fazem todos parte do mesmo agregado familiar? Sim Não Outra situação (especifique): _____

9. Tipo de alojamento (preencher sem colocar a questão)

- Clássico (apartamento ou moradia)
 Parte de casa (casa partilhada, quarto, etc.)
 Outro tipo (especificar): _____

10. Qual a sua condição perante a atividade económica?

- Empregado por conta de outrem Empregado por conta própria
 Desempregado (Indicar tempo: _____) Estudante
 À procura do 1º emprego (Indicar tempo: _____) Inativo
 Doméstica Reformado Inválido/ doença permanente
 Outra (especifique): _____

11. Nos últimos 12 meses, quais foram as principais fontes de rendimento do seu agregado familiar?

- Trabalho Pensão/Reforma Subsídios temporários/Apoio Social
 A cargo da família Rendimentos de propriedade ou de empresa
 Biscates Outra (especifique): _____

12. Das seguintes opções, qual é a que corresponde ao rendimento mensal líquido do seu agregado familiar? (mostrar o cartão RENDIMENTO)

- A) 0-400€ B) 401-900€ C) 901-1.500€ D) 1.501- 2.500€
 E) 2.500-4.300€ F) 4.301-10.000€ G) mais de 10.000€
 Recusou responder Desconhece

3. ÁREAS PRIORITÁRIAS DE INTERVENÇÃO SOCIAL

A. INFÂNCIA, JUVENTUDE E FAMÍLIA

1. Na área da infância, juventude e família, considera que algum destes problemas apresentados seja de facto um problema relevante na Freguesia de Alvalade? (mostrar o cartão A. INFÂNCIA, JUVENTUDE E FAMÍLIA)

- A) Crianças sem acesso a equipamentos públicos (creche, pré-escolar...)
 B) Ausência de respostas para crianças e jovens com deficiência ou necessidades educativas especiais
 C) Absentismo e insucesso escolar
 D) Desvalorização da escola pelas famílias
 F) Maus hábitos alimentares
 G) Desinformação sobre estratégias de parentalidade positiva e consciente

- H) Famílias desorganizadas e desestruturadas sem acompanhamento específico
- I) Crianças e jovens com comportamentos desviantes
- J) Perda de elos familiares e comunitários
- K) Falta de espaços/ tempo para debater ideias e construir em conjunto
(envolvimento político/ cidadania)
- L) Carência de atividades recreativas e desportivas inclusivas e acessíveis
- M) Carência de atividades de prevenção nas áreas de saúde e educação
- Recusou responder Desconhece Apenas elogiou a Freguesia

2. Além dos problemas apresentados, existe mais algum problema nesta área que considera prioritário na Freguesia de Alvalade? Sim Não

Se sim, qual?

B. IDADE MAIOR

1. Na área da idade maior, considera que algum destes problemas apresentados seja de facto um problema relevante na Freguesia de Alvalade?

(mostrar o cartão B. IDADE MAIOR)

- A) Isolamento social B) Idosos sem acompanhamento familiar
- C) Solidão D) Mobilidade (sénior) reduzida
- E) Dificuldade de acesso a serviços de apoio domiciliário
- F) Reformas insuficientes G) Filhos dependentes financeiramente
- H) Séniores com dificuldade de acesso a atividades recreativas e desportivas
inclusivas e acessíveis
- Recusou responder Desconhece Apenas elogiou a Freguesia

2. Além dos problemas apresentados, existe mais algum problema nesta área que considera prioritário na Freguesia de Alvalade? Sim Não

Se sim, qual?

C. SAÚDE

1. Na área da saúde, considera que algum destes problemas apresentados seja de facto um problema relevante na Freguesia de Alvalade? (mostrar o cartão C. SAÚDE)

- A) Dificuldades no acesso a serviços de saúde

- B) Pessoas com problemas de saúde mental e demências sem acompanhamento
 C) Dificuldade de acesso à saúde oral
 D) Pessoas com dificuldade de acesso a serviços de saúde domiciliários (por ex. fisioterapia)
 E) Dificuldades económicas para aquisição de medicamentos
 F) Falta de ajudas técnicas (Cadeiras de rodas, aparelhos auditivos, etc.)
 G) Falta de acompanhamento médico em situações de irregularidade em território português
 Recusou responder Desconhece Apenas elogiou a Freguesia

2. Além dos problemas apresentados, existe mais algum problema nesta área que considera prioritário na Freguesia de Alvalade? Sim Não

Se sim, qual?

D. ACESSIBILIDADE E SEGURANÇA

1. Na área da acessibilidade e segurança, considera que algum destes problemas apresentados seja de facto um problema relevante na Freguesia de Alvalade? (mostrar o cartão D. ACESSIBILIDADE E SEGURANÇA)

- A) Espaços públicos não adequados a situações de mobilidade condicionada
 B) Estacionamento abusivo
 C) Lixo/dejetos de animais no chão
 D) Jardins pouco cuidados
 E) Baixas condições de habitabilidade (casas envelhecidas e frias)
 F) Prédios com problemas de acessibilidade (ex. sem elevador)
 G) Transportes públicos insuficientes
 H) Pouca visibilidade da informação de trânsito
 I) Iluminação insuficiente
 J) Insegurança e insuficiência de serviços de proximidade
 K) Tráfico de droga
 L) Idosos não informados e protegidos de casos de burla (extorsão e fraude)
 Recusou responder Desconhece Apenas elogiou a Freguesia

2. Além dos problemas apresentados, existe mais algum problema nesta área que considera prioritário na Freguesia de Alvalade? Sim Não

Se sim, qual?

E. EMPREGO

1. Na área do emprego, considera que algum destes problemas apresentados seja de facto um problema relevante na Freguesia de Alvalade? (mostrar o cartão E. EMPREGO)

- A) Falta de competências para a procura ativa de emprego
 B) Falta de oferta de emprego C) Dificuldades de acesso a emprego apoiado
 D) Baixa escolaridade/ Habilitações literárias e competências desadequadas
 Recusou responder Desconhece Apenas elogiou a Freguesia

2. Além dos problemas apresentados, existe mais algum problema nesta área que considera prioritário na Freguesia de Alvalade? Sim Não

Se sim, qual?

F. INCLUSÃO SOCIAL

1. Na área social, considera que algum destes problemas apresentados seja de facto um problema relevante na Freguesia de Alvalade? (mostrar o cartão F. INCLUSÃO SOCIAL)

- A) Falta de recursos económicos B) Exclusão de minoria étnicas
 C) Exclusão de pessoas com deficiência, necessidades educativas especiais ou com doenças mentais
 D) Exclusão de pessoas em situações de irregularidade em território português
 E) Acesso reduzido aos direitos sociais: saúde, habitação, apoios sociais
 F) Pobreza "escondida" (pessoas que não recorrem aos apoios sociais apesar de necessitarem)
 Recusou responder Desconhece Apenas elogiou a Freguesia

2. Além dos problemas apresentados, existe mais algum problema nesta área que considera prioritário na Freguesia de Alvalade? Sim Não

Se sim, qual?

3. Existe mais algum problema que considera prioritário na Freguesia de Alvalade e que não se enquadra nas áreas identificadas? Sim Não

Se sim, qual?

4. SERVIÇOS PRESENTES NA FREGUESIA DE ALVALADE

1. Como avalia os serviços presentes na Freguesia de Alvalade nas seguintes áreas:

ÁREA	1 inexistente ou praticamente inexistente	2 insuficiente	3 suficiente	4 suficiente e de boa qualidade	5 suficiente e de ótima qualidade	Não sei
Equipamentos para crianças com idade 0-3 (ama/creche)						
Equipamentos para crianças com idade 4-5 (pré-escolar)						
Acompanhamento de crianças e jovens com necessidades educativas especiais ou deficiência						
Atividades recreativas e desportivas inclusivas e acessíveis						
Acompanhamento de pessoas com problemas de saúde mental e demências						
Serviços de saúde						
Serviços de saúde oral acessíveis						
Serviços de saúde domiciliários (ex. fisioterapia)						
Serviços de proximidade / segurança / polícia na rua						
Serviços de transportes públicos						
Serviços de transporte para pessoas com mobilidade condicionada						
Equipamentos para séniores (lares, centro de dia, etc.)						
Serviços de apoio social (para o acesso à subsídios, habitação social, prestações sociais, ajuda alimentar, etc.)						
Serviços de apoio na procura ativa de emprego						
Serviços de manutenção dos espaços públicos						
Serviços de higiene urbana e recolha de lixo						
Espaços verdes e equipamento para utilização com animais						
Divulgação das atividades e iniciativas existentes na Freguesia						

5. VOLUNTARIADO E NOVAS INICIATIVAS

1. Faz voluntariado? Sim Não Pontualmente

2. Se respondeu sim ou pontualmente, em que áreas/ públicos?

Crianças (0-12) Jovens (13-17) Seniores

Pessoas com Deficiência

Migrantes e Minorias Étnicas

Pessoas Sem-abrigo

Ambiente

Outro (especifique) _____

3. Se respondeu não, estaria interessado em fazer voluntariado?

Sim Não

4. Se respondeu sim, em que áreas/ públicos?

Crianças (0-12) Jovens (13-17) Seniores

Pessoas com Deficiência

Migrantes e Minorias Étnicas

Pessoas Sem-abrigo

Ambiente

Outro (especifique) _____

5. Estaria disponível para participar em algum projeto de carácter social de partilha de habitação? (Ex. Idosos que recebem universitários em casa ou famílias de acolhimento temporário para pessoas em situação de vulnerabilidade)

Sim Não Não sei

6. Tem alguma sugestão em termos de iniciativas inovadoras/ideias para a melhoria da Freguesia?

Sim Não

Se sim, qual?

ANEXO V · RESULTADOS DOS WORKSHOPS REALIZADOS COM OS GRUPOS DE TRABALHO DA CSFA

Da análise de casualidade desenvolvida durante os *workshops*, resultou a sistematização das seguintes tabelas, uma por cada grupo de trabalho (GT), com a identificação das causas, consequências e recursos disponíveis na Freguesia. Os problemas são organizados por ordem de prioridade atribuída pelos participantes dos GT. A última tabela sintetiza os problemas identificados por cada GT que não se enquadram nas áreas temáticas dos mesmos.

GT 1 - ACESSIBILIDADE, CIDADANIA E SEGURANÇA				
	Problemas	Causas	Consequências	Recursos
1	Falta de civismo na utilização da via pública: passeios com obstáculos, ocupação da via pública, estacionamento abusivo e nos passeios, criação de 2ª fila de carros	<ul style="list-style-type: none"> Falta de estacionamento Baixo nível de educação cívica Taxa de motorização elevada Rede de transportes públicos deficiente 	<ul style="list-style-type: none"> Insegurança na travessia das ruas Mobilidade reduzida Poluição Conflitos Maior intervenção da PSP Dificuldade de circulação dos veículos de emergência Problemas de saúde pública 	<ul style="list-style-type: none"> PSP EMEL Escolas Associação Comerciantes Instituições especializadas Junta da Freguesia/ CML
2	População sénior em situação de isolamento ou com problemas de mobilidade condicionada: Necessidade de apoio específico à idade sénior. Seniores não informados e pouco protegidos de casos de burla (extorsão e fraude)	<ul style="list-style-type: none"> Inexistência de famílias alargadas (núcleos familiares de pequena dimensão) Alteração do conceito de família Ausência de ideais e práticas familiares transgeracionais Perda de valores comunitários e da solidariedade de proximidade 	<ul style="list-style-type: none"> Isolamento social Solidão a partir de uma determinada idade 	<ul style="list-style-type: none"> Apadrinhamento de "isolados" com troca de afetos Universidades / colocação de estudantes em casa de seniores (grupo coordenador)
2	Insegurança e insuficiência de serviços de proximidade: necessidade de mais polícia a pé e de proximidade para prevenir conflitos e isolamento social; falta de patrulhamento policial; falta de policiamento nas ruas secundárias/pedonais que fazem acesso em ruas residenciais e no Parque de Saúde de Lisboa	<ul style="list-style-type: none"> Poucos agentes/meios policiais 	<ul style="list-style-type: none"> Falta de segurança Isolamento por medo (aumento do sentimento de insegurança) 	<ul style="list-style-type: none"> Não há recursos humanos suficientes ao nível do policiamento

GT 1 - ACESSIBILIDADE, CIDADANIA E SEGURANÇA

Problemas	Causas	Consequências	Recursos
<p>3 Dificuldades na acessibilidade e insuficiente cuidado dos espaços públicos e espaços verdes: jardins dos prédios não cuidados, jardins mais pequenos com pouco cuidado, iluminação pública deficiente, irregularidade do piso, falta de passeios com piso em cimento acessível, pouca visibilidade da informação de trânsito (p.e. pela copa das árvores)</p>	<ul style="list-style-type: none"> Falta de recursos materiais para a manutenção dos espaços públicos e espaços verdes Cuidados com os jardins - regularidade insuficiente "Política" de cortes de ramos de árvores, sem ter em conta a consequente falta de visibilidade da informação de trânsito 	<ul style="list-style-type: none"> Insegurança, acidentes de trânsito Falta de convívio e relacionamento entre a comunidade Isolamento Marginalidade Incentivo ao vandalismo 	<ul style="list-style-type: none"> Portal da CML "A minha rua" Aplicação de multas/coimas a quem não recolhe os dejetos do seu animal de estimação
<p>3 Níveis insuficientes de inclusão da população cega, surda e com problemas de saúde mental na vida diária da Freguesia</p>	<ul style="list-style-type: none"> População com competências reduzidas para lidar com estas problemáticas 	<ul style="list-style-type: none"> Conflitos Segregação pelo desconhecimento Dificuldade na comunicação 	<p>POTENCIAIS:</p> <ul style="list-style-type: none"> Sensibilização por parte das instituições especializadas Junta da Freguesia - para fomentar momentos de convívio PSP Escolas
<p>4 Falta de adequação dos equipamentos urbanos à circulação do peão: limitada acessibilidade pedonal para pessoas com necessidades especiais, transportes públicos insuficientes, semáforos sem identificação sonora e/ou vibração, ausência de barreiras delimitadoras à passagem de peões</p>	<ul style="list-style-type: none"> Falta de manutenção das vias públicas Indicações de trânsito insuficientes 	<ul style="list-style-type: none"> Acidentes de trânsito Exclusão do espaço público, no caso de pessoas com mobilidade condicionada Impedimentos a uma cidadania plena 	<p>Não existem recursos a nível de Freguesia</p> <p>POTENCIAIS:</p> <ul style="list-style-type: none"> Junta da Freguesia (JF)
<p>5 Falta de civismo e de respeito pelo próximo, colocação indevida de lixo na via pública, piorando a higiene urbana no local</p>	<ul style="list-style-type: none"> Falta de participação em comunidade Desconhecimento das dificuldades dos outros Discriminação 	<ul style="list-style-type: none"> Sentimento de discriminação Poluição Problemas de saúde pública Criação de situações conflituosas Desordem no espaço público Vandalismo 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão social da Freguesia Dinamização do espaço público da JF na vertente da divisão do espaço público e equipamentos Policimento comunitário da Polícia Municipal PSP

GT 1 - ACESSIBILIDADE, CIDADANIA E SEGURANÇA

Problemas	Causas	Consequências	Recursos
<p>5 Falta de participação, colaboração e comunicação: Falta de meios e plataformas de informação acessíveis e que envolvam a participação de todos; Instituições não se conhecem e com pouco trabalho em conjunto; baixa participação juvenil; lentidão na intervenção de proximidade; ineficácia na resposta de bancos de ajudas técnicas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Cultura organizacional fechada ("capelinhas") • Demasiada competição entre organizações • Falta de planeamento conjunto 	<ul style="list-style-type: none"> • Menor eficiência de recursos • Pouca cultura de participação (instituições, sociedade civil, e cidadãos) 	<ul style="list-style-type: none"> • Comissão Social da Freguesia • Todas as instituições da Freguesia • Quiosque inclusivo

Fonte: Workshops de diagnóstico de necessidade com os GT da Comissão de Freguesia de Alvalade

GT 2 - CULTURA, EDUCAÇÃO E DESPORTO

Problemas	Causas	Consequências	Recursos
<p>1 Lacunas ao nível das competências pessoais e sociais (em crianças), parentais e de prevenção (nas áreas da saúde e educação), com consequente absentismo e insucesso escolar, principalmente em bairros sociais e na comunidade cigana</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de programas educativos específicos, preventivos, por parte das entidades competentes (DGEstE, Ministérios, etc.), adequados à realidade • Falta de técnicos especializados 	<ul style="list-style-type: none"> • Absentismo • Abandono • Insucesso escolar • Inserção precoce e precária no mercado de trabalho • Analfabetismo 	<ul style="list-style-type: none"> • Biblioteca • Escolas • IPSS's • Associações • Universidades
<p>1 Reduzida articulação entre entidades e falta de comunicação entre os diferentes atores (instituições e população), com consequente desconhecimento/dispersão dos recursos, atividades da Freguesia, e poucas relações de proximidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de comunicação entre entidades, parceiros e residentes • Falta de relações de proximidade entre entidades, parceiros e residentes 	<ul style="list-style-type: none"> • Desconhecimento de iniciativas • Isolamento • Desperdício de recursos • Falta de audiência/público nas iniciativas da Freguesia 	<ul style="list-style-type: none"> • Existem infraestruturas (Museu de Lisboa, Jardins, Parques, Biblioteca, etc.) e ofertas, mas há falta de cooperação e a informação não chega aos residentes

GT 2 - CULTURA, EDUCAÇÃO E DESPORTO			
Problemas	Causas	Consequências	Recursos
<p>2 Acesso reduzido a atividades recreativas e desportivas inclusivas e acessíveis para todos</p>	<ul style="list-style-type: none"> Falta de oferta para os residentes da Freguesia, sendo que as instituições que operam no terreno oferecem serviços sobretudo para não residentes Fraca cultura desportiva e cultural Limitações económicas ligadas ao caráter privado de alguns equipamentos e espaços desportivos e recreativos 	<ul style="list-style-type: none"> Procura de resposta fora da Freguesia para problemas de acesso a práticas desportivas e recreativas Isolamento Consequências negativas, mentais e físicas, inerentes à falta de atividade e estímulo 	<p>POTENCIAIS:</p> <ul style="list-style-type: none"> INATEL Museu da Cidade Jardim Campo Grande CHPL Mata de Alvalade Estádio Universitário
<p>3 Fragilidades na caracterização da população da Freguesia e com respostas existentes pouco adequadas às diferentes realidades presentes na Freguesia, havendo o "preconceito" de ser uma zona rica</p>	<ul style="list-style-type: none"> Reorganização administrativa da Freguesia (junção 3 Freguesias) Plano urbanístico pouco adequado Diferença entre população residente e população que circula (que utiliza os serviços) Desconhecimento da população "oculta" (quem não procura os serviços) Não correspondência entre o olhar externo sobre a Freguesia (considerada como um território de elevado estatuto) e as realidades locais, com necessidades, problemas e respostas diferentes em função da zona 	<ul style="list-style-type: none"> Desconhecimento da população Adequação reduzida das respostas sociais aos reais problemas existentes Dispersão de recursos Reiteração de estratégias de intervenção sem avaliar a sua eficácia e sem conhecer realmente o território e a população, contribuindo para a exclusão dos que já se encontram excluídos 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Social de Freguesia Numerosas instituições no território

Fonte: Workshops de diagnóstico de necessidade com os GT da Comissão de Freguesia de Alvalade

GT 3 - DIREITOS HUMANOS			
Problemas	Causas	Consequências	Recursos
<p>1 Dificuldades no acesso à informação: Falta e dispersão da informação. Meios de comunicação reduzidos ou pouco adequados aos públicos-alvo. Desconhecimento dos sítios e meios de divulgação. Dificuldade de compreensão, devido à linguagem não adequada a todos os públicos-alvo Dificuldade dos públicos-alvo em saber utilizar a informação recebida</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Iliteracia • Falta de informação • Falta de meios • Falta de recursos financeiros • Falta de educação para acesso à informação • Linguagem e meios pouco adequados e acessíveis aos públicos-alvo 	<ul style="list-style-type: none"> • Desconhecimento da população dos seus direitos e deveres • Desinteresse geral • Limitado acesso à informação 	<ul style="list-style-type: none"> • Plataformas digitais • Junta de Freguesia • Pluralidade de entidades • Grupo de Trabalho da Comissão Social da Freguesia
<p>1 Pobreza e Exclusão social: famílias desestruturadas e desorganizadas. Assistencialismo no apoio às famílias</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desemprego • Desmotivação • Insucesso e abandono escolar • Toxicodependência, consumo excessivo de álcool • Redes de suporte fragilizadas • Violência doméstica • Falta de resposta atempada dos serviços públicos / incapacidade de resposta • Falta de recursos económicos • Atitudes/ comportamentos agressivos, violentos • Marginalização, discriminação, preconceito • Desigualdades sociais acentuadas / falta de coesão social sistémica 	<ul style="list-style-type: none"> • Degradação da saúde e qualidade de vida • Doenças (mental e física) • Economia informal (biscates e atividades não legais - como tráfico de droga • "Learned Helplessness"- Incapacidade/insucesso aprendido: sentimento de incapacidade de alterar o curso da vida (sentido de mudança positiva) • Todas as causas acabam por ser consequências também 	<ul style="list-style-type: none"> • Hospitais, Centros de saúde • Escolas, Centros Formação • IPSS's / Associações / clubes • Banco Alimentar • Redes de organizações
<p>2 Fragilidades no exercício da cidadania ativa: falta de envolvimento dos jovens nas questões políticas, no apoio ao outro, na implementação de projetos/ações. Falta de espaços, tempo e apoio para a vida comunitária (debater as ideias e construir em conjunto)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de informação • Desinteresse • Desmotivação • Falta educação para a cidadania • Falta espaços, ações e tempo para discussão/ sensibilização (cidadania ativa) 	<ul style="list-style-type: none"> • Degradação do meio ambiente • Comportamentos violentos • Falta de competências pessoais • Falta de promoção sentido crítico • Falta de poder de decisão • Falta de envolvimento na sociedade 	<ul style="list-style-type: none"> • Junta da Freguesia • Grupos de voluntariado (entidades/jovens) • Entidades a trabalhar o tema • CLAll jurídico • Igreja, Centros Sociais e Paroquiais • Grupo de Trabalho ED da Plataforma das ONGDs

GT 3 - DIREITOS HUMANOS

Problemas	Causas	Consequências	Recursos
4 "Pobreza envergonhada" (novos fenómenos de pobreza)	<ul style="list-style-type: none"> • Crise económica - novos fenómenos de pobreza • Desemprego e emprego precário • Acumulação de dívidas • Iliteracia financeira • Ruturas emocionais/afetivas • Jogo/ dependências • Medo do preconceito/discriminação • Receio de perda de estatuto social 	<ul style="list-style-type: none"> • Isolamento social • Trauma, depressão, desespero • Alimentação insuficiente/ má nutrição • Quebra de laços familiares • Falta de informação 	<ul style="list-style-type: none"> • IPSS's • Serviços públicos • Redes porta-a-porta (Refood)

Fonte: Workshops de diagnóstico de necessidade com os GT da Comissão de Freguesia de Alvalade

GT 4 - IDADE MAIOR

Problemas	Causas	Consequências	Recursos
1 Isolamento: falta de acompanhamento familiar, isolamento social	<ul style="list-style-type: none"> • Seniores sem apoio familiar • Distanciamento geográfico e/ou afetivo da família • Seniores sem relações de vizinhança/amizade • Falta de recursos financeiros para realizar atividades diárias fora de casa • Mobilidade limitada pela inadequação das habitações/estruturas (ex. falta de elevadores) 	<ul style="list-style-type: none"> • Agravamento do estado de saúde física • Agravamento do estado mental (declínio cognitivo, demências, depressão, etc.) • Situações de sem-abrigo com teto • Declínio do autoconceito e do cuidado próprio • Descuidado no cumprimento de horários no dia-a-dia 	<ul style="list-style-type: none"> • Universidades Sénior • Centro de dia • Junta da Freguesia (JF) - serviço Porta-a-porta • Fundação São João de Deus - Ferro de soldar • Serviços de apoio domiciliário • Policiamento de proximidade
2 Seniores sem acesso a atividades ocupacionais diversificadas, inclusivas e preventivas (sem acesso a centros de convívio e/ou atividades lúdicas específicas para pessoas dependentes). Vagas insuficientes em lares, residências e estruturas residenciais para seniores (ERPI)	<ul style="list-style-type: none"> • Recursos humanos pouco adequados • Carência de recursos económicos • Divulgação insuficiente da oferta de atividades e serviços • Pouca articulação entre entidades • Insuficiência de recursos humanos 	<ul style="list-style-type: none"> • Isolamento • Desinteresse • Sofrimento dos seniores • Ausência de atividade ou movimento (estagnação) • Ausência de objetivos no dia-a-dia • Exaustão familiar • Doenças • Desperdício de recursos (quando a divulgação é insuficiente ou pouco adequada) 	<ul style="list-style-type: none"> • Universidades Seniór • Centros de dia • Fundação INATEL • JF - Projeto Briosos • Comissão de moradores de Alvalade

GT 4 - IDADE MAIOR			
Problemas	Causas	Consequências	Recursos
3	Difícil acesso a cuidados de saúde, com tempos de espera elevados, ausência de cuidados básicos de higiene. Declínio das condições de saúde: falta de saúde física e mental, demências, doenças.	<ul style="list-style-type: none"> Dificuldades no acesso a serviços de saúde primários: — Falta de acompanhamento médico Falta de resposta atempada da saúde pública 	<ul style="list-style-type: none"> Internamento hospitalar Agravamento das demências Centros de saúde de Alvalade JF - Gabinete de acompanhamento
4	Lacunas na coordenação e comunicação entre as entidades que intervêm na área da idade maior e na mesma área territorial	<ul style="list-style-type: none"> Falta de divulgação/ conhecimento das respostas dos parceiros (lacunas na partilha de informação) 	<ul style="list-style-type: none"> Pouca articulação e complementaridade entre intervenções das diferentes instituições Comissão Social de Freguesia
4	Solidão	<ul style="list-style-type: none"> Traummas e más relações familiares Revolta contra a própria família e contra si próprio Falta de sentido para a vida 	<ul style="list-style-type: none"> Agravamento do estado mental: Vontade de morrer / suicídios Depressão, problemas psiquiátricos Baixa autoestima e sentido de inutilidade ("não presto para nada") Crise de valores Fundação São João de Deus Centro Hospitalar Psiquiátrico Voluntariado para a escuta ativa (escassos) Voluntariado para animação (escasso) Voluntariado jovem (esporádico)
4	Seniores sem acompanhamento familiar: pouco suporte, ausência, pouca responsabilização da família e falta da rede social	<ul style="list-style-type: none"> Falta de tempo ou distância da família por exigências de mercado laboral Falta de políticas sociais de apoio aos cuidadores Complexidade das relações afetivas ligada ao historial familiar Ausência dos familiares em Lisboa 	<ul style="list-style-type: none"> Isolamento Abandono Aproveitamento dos rendimentos dos seniores por parte dos filhos Negligência Maus-tratos Poucos cuidados de higiene, alimentação, conforto e saúde Depressão IPSS's - Serviços de apoio domiciliário, Centro de dia, lar Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) - Serviço de Apoio Domiciliária (SAD), Equipas de Apoio a Idosos (EAI), Centro de dia, Equipa de apoio à família JF Polícia de proximidade (PSP) Centro de saúde - Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) Hospital Santa Maria e Pulido Valente Comunidade Vida e Paz Academia de Seniores de Lisboa Fundação INATEL

GT 4 - IDADE MAIOR				
	Problemas	Causas	Consequências	Recursos
5	Recursos humanos sem acesso a formação especializada na área de Idade Maior / falta de recursos humanos com formação adequada para trabalhar na área de Idade Maior	<ul style="list-style-type: none"> Elevado custo dos cursos de especialização para profissionais Os cursos gratuitos de formação, ministrados pelo Centro de Emprego, não são especificamente dirigidos para profissionais que trabalham na área 	<ul style="list-style-type: none"> Inadequada / Desadequada intervenção de áreas específicas 	<ul style="list-style-type: none"> Privados IEFP
5	Prédios pouco adequados às necessidades da idade maior: casas sem elevadores, casas envelhecidas e frias, com falta de manutenção	<ul style="list-style-type: none"> Idade excessiva das estruturas Falta de manutenção das habitações Reduzida capacidade dos próprios seniores assumirem as reparações Desconhecimento de pessoas ou entidades que promovam obras ou que deem apoio para pequenas reparações Senhorios não realizam as intervenções necessária Dificuldades financeiras 	<ul style="list-style-type: none"> Quedas e suas consequências físicas Isolamento, com conseqüente tristeza, depressão Agravamento do estado de saúde física (pneumonia, etc.) Agravamento da dependência dos seniores nas atividades básicas da vida diária (tomar banho, fazer compras, etc.) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundação São João de Deus - Ferro de soldar JF - Apoio jurídico e financeiro Lojas de equipamento ergonómico SCML (talvez)
5	Seniores com poucos recursos económicos: reformas insuficientes, filhos dependentes financeiramente, falta de apoio económico para os seniores ficarem em suas casas e para aquisição de ajuda técnicas	<ul style="list-style-type: none"> Baixas reformas e pensões Famílias com poucos recursos financeiros Desemprego dos filhos e aproveitamento dos recursos dos seniores Ausência de apoio jurídico Dificuldade de acesso a fundos/financiamento para serviços de apoio à idade maior Pouca informação sobre as entidades que oferecem apoio para a atribuição de apoios 	<ul style="list-style-type: none"> Desconforto/ Insatisfação dos seniores por não terem condições adequadas Desinteresse em buscar os seus direitos Pobreza Desigualdade Injustiça Ausência de dignidade 	<ul style="list-style-type: none"> Recursos atribuídos pela JF -> RAFA Fundos comunitários

GT 4 - IDADE MAIOR				
Problemas	Causas	Consequências	Recursos	
6	Mobilidade e acessibilidade aos espaços públicos reduzida: passeios pouco adequados e ocupados por carros, transportes públicos pouco acessíveis, falta de transportes de ligação dentro do território da Freguesia	<ul style="list-style-type: none"> Desorganização urbana dos transportes Falta de transportes acessíveis para pessoas com mobilidade reduzida 	<ul style="list-style-type: none"> Isolamento social 	<ul style="list-style-type: none"> JF - serviço Porta-a-porta Camionetas para passeios e peregrinações

Fonte: Workshops de diagnóstico de necessidade com os GT da Comissão de Freguesia de Alvalade

GT 5 - INFÂNCIA E JUVENTUDE				
Problemas	Causas	Consequências	Recursos	
1	Crianças e jovens sem acesso a atividades lúdico-pedagógicas inclusivas e acessíveis e reduzida divulgação da oferta no território	<ul style="list-style-type: none"> Falta de articulação entre as entidades com essas respostas 	<ul style="list-style-type: none"> Isolamento Perda de competências sociais e relacionais Desenvolvimento lúdico pedagógico deficiente 	<ul style="list-style-type: none"> Escolas, centros sociais e paróquias Junta da Freguesia (JF) IPSS's da Freguesia Recursos físicos: Jardim Campo Grande, Campo Jogos 1º de Maio, Mata de Alvalade
2	Fragilidades no relacionamento familiar: perda de elos familiares e comunitários, falta de informação sobre estratégias de parentalidade positiva e consciente, falta de acompanhamento psico-pedagógico, dificuldade de relacionamento entre pares	<ul style="list-style-type: none"> Repetição de modelos familiares disfuncionais Ausência de rede de suporte informal Ausência de referências e modelos positivos 	<ul style="list-style-type: none"> Cristalização de modelos parentais disfuncionais Dificuldades na promoção das mudanças Isolamento Desintegração e exclusão social 	<ul style="list-style-type: none"> Banco do bebé Santa casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) Centro Social Paroquial do Campo Grande (CSPCG) Social Paroquial de São João Batista (CSPSJB) JF Associação de Beneficência Casas S. Vicente de Paulo (CBSVP)
2	Reduzida articulação entre as respostas presentes no território, pouca comunicação entre os vários atores e pouco trabalho em rede	<ul style="list-style-type: none"> Falta de tempo dos técnicos das organizações Falta de cultura e educação institucional de trabalho em rede 	<ul style="list-style-type: none"> Repetição das respostas Duplicação do trabalho Deficiências ao nível de intervenção Invasão do espaço familiar com a abordagem de muitos técnicos de muitas instituições diferentes 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão social da Freguesia

GT 5 - INFÂNCIA E JUVENTUDE			
Problemas	Causas	Consequências	Recursos
2 Públicos com idades dos 0-3 e 4-5, sem acesso a respostas adequadas e promotoras de um desenvolvimento equilibrado	<ul style="list-style-type: none"> Poucas entidades públicas promotoras Custo por criança elevado comparado com outras faixas etárias 	<ul style="list-style-type: none"> Dificuldade de conciliação entre família e vida profissional Falta de recursos pedagógicos Sobrecarga dos avós (quando estão disponíveis) Falta de opção: as famílias encontram-se obrigadas, por necessidade, a recorrerem às entidades lucrativas, com maiores encargos financeiros Baixa natalidade (desincentivo) 	<ul style="list-style-type: none"> Setor privado Avós Família Segurança Social (que não promove equipamentos) POTENCIAIS: Edifícios disponíveis na Freguesia que podiam ser aproveitados por entidades privadas, com quota pública SCML - não existe esta resposta em Alvalade
3 Dificuldade económicas e sociais das famílias: poucos recursos, com eventuais consequentes maus hábitos alimentares e/ou comportamentos desviantes	<ul style="list-style-type: none"> Baixa escolarização Desemprego Desinvestimento familiar Desestruturção familiar Baixos rendimentos do agregado familiar 	<ul style="list-style-type: none"> Crescimento de problemáticas inerentes à infância e juventude Problemáticas de saúde como: obesidades, diabetes, hipertensão, desnutrição Desestruturção familiar 	<ul style="list-style-type: none"> Iniciativas pontuais e desarticuladas: Ações de formação parental Projetos de prevenção ao nível de saúde mental
3 Pouca valorização da escola no seio da família, principalmente nas minorias étnicas como a cigana, com consequentes problemas de insucesso escolar e de inserção escolar	<ul style="list-style-type: none"> Questões culturais Inadaptação/ inadequação do sistema do ensino Exclusão social Baixa valorização do ensino por parte dos pais 	<ul style="list-style-type: none"> Desintegração social Perpetuação dos problemas psico-socio-familiares Desemprego Dependência de prestações sociais Exclusão social 	<p>Não existem</p> <ul style="list-style-type: none"> Iniciativas/projetos pontuais de bairros da Freguesia, porém sem continuidade
3 Falta de resposta imediata para necessidades de bens de primeira necessidade da primeira infância (tempo de espera: 2/3 dias)	<ul style="list-style-type: none"> Burocracia demorada das entidades Indisponibilidade imediata dos bens essenciais (leite, fraldas,...) Dificuldades económicas das famílias em geral não permite solidariedade alargada Baixos salários Famílias desestruturadas 	<ul style="list-style-type: none"> Carências alimentares Problemas de higiene (saúde e bem-estar da criança) Doenças diversas (último caso extremo) Criminalidade como recurso 	<ul style="list-style-type: none"> Banco Alimentar Algumas instituições mais específicas (mas mais vocacionadas para adultos) Refood Associação de Beneficência Casas S. Vicente de Paulo SCML (leite até 1 ano de idade e fraldas em caso de doença)

GT 5 - INFÂNCIA E JUVENTUDE				
Problemas	Causas	Consequências	Recursos	
4	Falta de apoio psicoterapêutico ou familiar em situações problemáticas sintomatológicas	<ul style="list-style-type: none"> Falta de recursos humanos especializados Muitos casos a acompanhar (agravamento) 	<ul style="list-style-type: none"> Agravamento da saúde mental Abandono escolar Comportamentos desviantes Agravamento de risco público Desgaste das famílias/ desestruturação 	<ul style="list-style-type: none"> Centro de apoio integrado (Mussoc) Centro Hospitalar (ex Júlio de Matos) Hosp. Santa Maria Entidades privadas Centros de saúde POTENCIAL: <ul style="list-style-type: none"> — Faculdade de Psicologia - operacionalização do serviço público
5	Profissionais que trabalham com a primeira infância sem acesso a formação adequada (dentro da Freguesia)	<ul style="list-style-type: none"> Falta de formação Ideia estereotipada de que "todas as pessoas são cuidadoras inatas de crianças" 	<ul style="list-style-type: none"> Inadequação do exercício de profissão direcionado à infância Inadequação dos cuidados prestados 	<p>Não existem</p> <p>POTENCIAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> Oferta de um plano de formação por Instituições com competências em áreas diversas

Fonte: Workshops de diagnóstico de necessidade com os GT da Comissão de Freguesia de Alvalade

GT 6 - SAÚDE				
Problemas	Causas	Consequências	Recursos	
1	Pessoas com problemas de saúde mental (demências) sem acompanhamento adequado	<ul style="list-style-type: none"> Número insuficiente de técnicos com formação adequada Falta de acompanhamento no domicílio Elevado tempo de espera para consultas 	<ul style="list-style-type: none"> Agravamento das doenças Destabilização familiar Absentismo laboral Perda de capacidades psicossociais 	<ul style="list-style-type: none"> Terapeutas de referência Não existe resposta direta, deveriam existir equipas de apoio especializado (domiciliário)
2	Dificuldades no acesso a cuidados de saúde oral por razões monetárias	<ul style="list-style-type: none"> Desconhecimento de respostas (ex. direito ao cheque dentista) Dificuldades económicas Questões culturais 	<ul style="list-style-type: none"> Doenças associadas à falta de acompanhamento (edentulismo, cancro oral) As doenças e falta de dentes levam à falta de autoestima, que afetam o emprego/profissão Doenças de saúde mental 	<ul style="list-style-type: none"> Cheque dentista (para crianças, seniores, grávidas, grupos de risco, cancro oral) Ações de sensibilização/rastreios

GT 6 - SAÚDE			
Problemas	Causas	Consequências	Recursos
3 Dificuldades no acesso a serviços de saúde (acessibilidade lenta, pouco eficaz e complexa aos serviços de saúde - tempos de espera elevados, burocracia complexa). Dificuldade de acesso / aquisição de produtos de ajudas técnicas	<ul style="list-style-type: none"> Falta de otimização dos recursos dentro das instituições Insuficiente articulação entre os serviços 	<ul style="list-style-type: none"> Agravamento das situações de saúde Excessiva afluência aos serviços de urgência Desperdício dos recursos económicos 	<ul style="list-style-type: none"> Centros de saúde Hospitais Santa Casa da Misericórdia de Lisboa - Consultas de clínica geral e especialidades
4 Dificuldade na articulação dos serviços de saúde da Administração Regional de Saúde (ARS)	<ul style="list-style-type: none"> Falta de implementação de uma plataforma de cruzamento de dados/ informação Falta de disponibilidade dos profissionais 	<ul style="list-style-type: none"> Duplicação de recursos económicos e humanos Desgaste emocional, físico e da saúde dos utentes Dificuldade de obtenção de um diagnóstico 	<ul style="list-style-type: none"> Rede informal de contactos
5 Dificuldades no acesso a serviços de apoio domiciliário na saúde - sem equipas multidisciplinares e serviços de fisioterapia ao domicílio	<ul style="list-style-type: none"> Número insuficiente de técnicos 	<ul style="list-style-type: none"> Insuficiência de acompanhamento Agravamento das situações de dependência 	<ul style="list-style-type: none"> Unidades de apoio domiciliário Equipa de cuidados continuados integrados (cuidados de enfermagem) Centros Sociais e Paroquias Terapeutas de referência
6 Crianças com necessidades especiais sem acompanhamento adequado (ausência de instituições)	<ul style="list-style-type: none"> A legislação em vigor prevê o acompanhamento das crianças no ensino regular através de centros de recursos, limitando a resposta a nível de instituições especializadas 	<ul style="list-style-type: none"> Diminuição do número de instituições específicas/ especializadas Redução do corpo técnico de acompanhamento no ensino regular Agravamento do nível de desenvolvimento, aprendizagem e saúde destas crianças/jovens 	<ul style="list-style-type: none"> Escolas de ensino regular com apoios educativos especializados Instituições de educação especial (Colégio Claparede; Casa Pia de Lisboa) Hospitais
7 Falta de acompanhamento médico em situações de irregularidade em território português	<ul style="list-style-type: none"> Irregularidade da situação em território português 	<ul style="list-style-type: none"> Agravamento da doença Inexistência de prevenção de doenças 	<ul style="list-style-type: none"> Urgências dos centros hospitalares

FONTE: Workshops de diagnóstico de necessidade com os GT da Comissão de Freguesia de Alvalade

PROBLEMAS EXTERNOS À ÁREA TEMÁTICA DOS GT						
GT 1	GT 2	GT 3	GT 4	GT 5	GT 6	
1	Deficiências de articulação entre as instituições	Exclusão de grupos vulneráveis	Mobilidade reduzida, solidão e exclusão na idade maior	Elevados casos de doença psiquiátrica	Desemprego: poucas perspectivas de emprego na juventude, fracas respostas ao nível de cursos profissionais para jovens, dificuldade de inserção no mercado profissional dos cuidadores	Desemprego/ Falta de emprego apoiado
2	Pessoas com problemas de saúde mental sem acompanhamento	Acessibilidades limitada aos transportes	Tráfico de droga como solução para os problemas económicos familiares	Falta de articulação e comunicação entre respostas no setor, falta de apoio e divulgação		
3	Falta de respostas a desempregados	Práticas discriminatórias no atendimento a pessoas com deficiência ou problemas de saúde mental		Reduzido apoio voluntário nos serviços para a idade maior		
4		Reduzida acessibilidade e segurança dos espaços públicos		Falta de segurança/ Iluminação insuficiente		
-	Ausência de ajuda financeira para jovens para a aquisição/ renda de casas		<ul style="list-style-type: none"> • Falta de competências parentais • Falta de segurança • Reduzida acessibilidade (transportes públicos) • Gravidez/ Maternidade adolescente 	Marginalização		<ul style="list-style-type: none"> • Insuficiência das respostas para a infância - número reduzido de creches e falta de atividades culturais para as crianças • Parque habitacional economicamente inflacionado • População em idade ativa na dependência dos pais idosos • Oferta formativa deficiente (cursos profissionais)

Fonte: Workshops de diagnóstico de necessidade com os GT da Comissão de Freguesia de Alvalade

ANEXO VI · RESULTADOS DO INQUÉRITO ONLINE ÀS ENTIDADES QUE CONSTITUEM A COMISSÃO SOCIAL DE FREGUESIA DE ALVALADE

Da análise das áreas de intervenção prioritária, problemas e respetivas causas e conseqüências, resultam as seguintes tabelas de síntese do diagnóstico de necessidades realizado através do inquérito *online* por questionário.

QUADRO XXIV · RESPOSTA À QUESTÃO “ATENDENDO À SUA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E CONHECIMENTO QUE TEM DO TERRITÓRIO, IDENTIFIQUE A IMPORTÂNCIA DE CADA UMA DAS SEGUINTE ÁREAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA FREGUESIA DE ALVALADE”:

ÁREAS PRORITÁRIAS	1 - Nada importante	2 - Pouco importante	3 - Importante	4 - Muito importante	5 - Imprescindível
Articulação entre instituições e comunicação entre partes interessadas	0.0%	0.0%	10.5%	36.8%	52.6%
Acessibilidade e segurança	0.0%	0.0%	34.2%	52.6%	13.2%
Infância, juventude e família	0.0%	0.0%	23.7%	65.8%	10.5%
Emprego	0.0%	0.0%	36.8%	52.6%	10.5%
Idade maior	0.0%	2.6%	15.8%	65.8%	15.8%
Inclusão social	0.0%	0.0%	29.0%	55.3%	15.8%
Saúde	0.0%	0.0%	15.8%	55.3%	29.0%

FONTE: Inquérito online às Instituições (N = 38)

ÁREAS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIAS

INFÂNCIA, JUVENTUDE E FAMÍLIA		
Problemas	Causas	Consequências
Insucesso e abandono escolar (ex. grupo acompanhado em termos de gravidez precoce pela AH e jovens NEET)	<ul style="list-style-type: none"> Falta de estrutura familiar Ciclo de pobreza que se repete Condição socioeconómica das famílias Desmotivação escolar Baixa autoestima Dificuldades escolares Insuficiência de respostas formativas/educacionais (percursos alternativos) 	<ul style="list-style-type: none"> Baixo aproveitamento escolar Baixa autoestima Baixa escolaridade Desemprego Violência e droga Doenças psicofísicas Pobreza
Falta de respostas sociais para crianças e jovens (acompanhamento psicológico, apoio escolar, clubes de jovens), especialmente na adolescência, na fase de transição do 1º ciclo para os ciclos seguintes	<ul style="list-style-type: none"> Falta de recursos 	<ul style="list-style-type: none"> Exclusão social
Famílias desestruturadas sem acompanhamento psicológico	<ul style="list-style-type: none"> Divórcio (separações mal geridas) Incapacidade económica Famílias monoparentais 	<ul style="list-style-type: none"> Violência doméstica Maus tratos Crianças e jovens com dificuldades de desenvolvimento
Crianças e jovens com problemas de saúde mental sem acompanhamento adequado	<ul style="list-style-type: none"> Condição socioeconómica das famílias 	<ul style="list-style-type: none"> Crianças e jovens problemáticos Pobreza Insucesso escolar
Lacunas na identificação de famílias com necessidades de intervenção, nomeadamente competências parentais	<ul style="list-style-type: none"> Planeamento insuficiente Recursos financeiros insuficientes 	<ul style="list-style-type: none"> Falta de respostas adequadas às necessidades das famílias
Dificuldades financeiras das famílias	<ul style="list-style-type: none"> Condição socioeconómica das famílias Desemprego/precariedade do emprego 	<ul style="list-style-type: none"> Pobreza Exclusão social
Crianças sem acesso a respostas adequadas	<ul style="list-style-type: none"> Equipamentos públicos de infância (Creche e Jardim de Infância) insuficientes 	<ul style="list-style-type: none"> A não inserção dos menores em equipamentos de infância, com consequente dificuldade dos pais de conciliação entre família e emprego
Crianças e jovens sem acesso a atividades lúdico-pedagógicas inclusivas e acessíveis e reduzida divulgação da oferta no território	<ul style="list-style-type: none"> Falta de articulação entre as entidades com essas respostas Falta de equipamentos cobertos 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento lúdico pedagógico deficiente

FONTE: Inquérito online às Instituições (N = 12)

IDADE MAIOR		
Problemas	Causas	Consequências
Isolamento	<ul style="list-style-type: none"> • Freguesia com estrutura demográfica muito envelhecida • Seniores sem estrutura familiar ou sem família • Falta de apoio familiar • Edifícios inadequados para pessoas com mobilidade condicionada 	<ul style="list-style-type: none"> • Pobreza • Agravamento do estado de saúde • Situações graves do ponto de vista humanitário (ex. insalubridade nas habitações, falta de higiene) • Falta das necessidades primárias • Abandono
Solidão	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência/Inexistência de familiares • Falta de lugares de encontro 	<ul style="list-style-type: none"> • Deterioração das condições físicas e psicológicas • Diminuição do bem-estar • Baixa autoestima • Sofrimento
Filhos dependentes financeiramente	<ul style="list-style-type: none"> • Condição socioeconómica das famílias 	<ul style="list-style-type: none"> • Agravamento da situação socioeconómica
Pobreza “envergonhada”	<ul style="list-style-type: none"> • Estereótipos e estigmatização • Crise económica 	<ul style="list-style-type: none"> • Exclusão social
Dificuldade no acesso aos cuidados de saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Condições económicas precárias 	<ul style="list-style-type: none"> • Agravamento do estado de saúde
Reduzida mobilidade sénior no espaço público	<ul style="list-style-type: none"> • Insuficiência de transportes públicos • Insegurança na travessia das ruas 	<ul style="list-style-type: none"> • Sedentarismo • Isolamento
Inatividade e desocupação da população sénior	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de informação da oferta no território 	<ul style="list-style-type: none"> • Depressão • Doenças

Fonte: Inquérito online às Instituições (N = 14)

SAÚDE		
Problemas	Causas	Consequências
Pessoas com problemas de saúde mental e demências sem acompanhamento adequado	<ul style="list-style-type: none"> • Stress • Falta de rede familiar • Isolamento • Condição socioeconómica das famílias 	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades nas relações interpessoais • Incapacidade de se cuidar a si próprio • Desintegração familiar • Solidão • Dependência • Ausência de qualidade de vida
Crianças e jovens com problemas de saúde com dificuldade de acesso a respostas adequadas nas escolas (diagnóstico, acompanhamento e encaminhamento)	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de capacidade em termos de recursos humanos nas escolas 	<ul style="list-style-type: none"> • Baixa auto-estima • Insucesso escolar • Comportamentos desviantes

SAÚDE		
Problemas	Causas	Consequências
Dificuldade de acesso à saúde psicológica e oral, dificilmente coberta pelo sistema geral de saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Demora nas consultas do SNS • Precariedade económica 	<ul style="list-style-type: none"> • Desmotivação das pessoas a procurar uma solução • Baixa auto-estima • Dificuldade em conseguir emprego • Pobreza
Dificuldade na articulação dos serviços de saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de um plano de coordenação local para facilitar os encaminhamentos e a monitorização das intervenções que impliquem várias instituições durante um processo terapêutico 	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades nos encaminhamentos • Dificuldades em obter um tratamento adequado e contínuo • Dificuldade em saber qual o melhor procedimento a seguir
Lacunas no acompanhamento, diagnóstico e prevenção das doenças	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades económicas 	<ul style="list-style-type: none"> • Número elevado de internamentos em unidades hospitalares
Dificuldades de acesso à saúde oral e oftalmológica para crianças e jovens com menos de 18 anos	<ul style="list-style-type: none"> • Demora nas respostas do SNS • Reduzidas parcerias territoriais para facilitar o acesso a cuidados de saúde oral e oftalmológicos 	<ul style="list-style-type: none"> • Lacunas no acompanhamento, diagnóstico e prevenção das doenças

Fonte: Inquérito online às Instituições (N = 12)

ACESSIBILIDADE E SEGURANÇA		
Problemas	Causas	Consequências
Dificuldade na circulação pedonal	<ul style="list-style-type: none"> • Mobiliário urbano em excesso • Estacionamento abusivo 	<ul style="list-style-type: none"> • Mobilidade reduzida
Ocupação da via pública, estacionamento abusivo e nos passeios	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de estacionamentos • Falta de planificação urbanística 	<ul style="list-style-type: none"> • Acessibilidade reduzida
Insegurança e criminalidade	<ul style="list-style-type: none"> • Iluminação insuficiente (ex. traseiras FDUL) • Insuficiência de serviços de proximidade (poucos recursos) 	<ul style="list-style-type: none"> • Assaltos em crescimento • Vandalismo e roubos • Insegurança sénior
Mobilidade reduzida dentro da Freguesia	<ul style="list-style-type: none"> • Insuficiência de transportes para pessoas com mobilidade condicionada dentro da Freguesia 	<ul style="list-style-type: none"> • Isolamento das pessoas com mobilidade condicionada
Insegurança nas vias de circulação e na travessia das ruas	<ul style="list-style-type: none"> • Excesso de velocidade na zona da Guilhermina Suggia, Frei Miguel Contreiras, Estados Unidos da América • Falta de iluminação junto às passeadeiras 	<ul style="list-style-type: none"> • Acidentes de viação • Atropelamentos

ACESSIBILIDADE E SEGURANÇA		
Problemas	Causas	Consequências
Falta de adequação dos edifícios, transportes públicos e equipamento urbano à circulação das pessoas com mobilidade condicionada	<ul style="list-style-type: none"> Falta de rampas de acesso nos edifícios e nos transportes públicos Organização desadequada do espaço público Resposta insuficiente às necessidades das pessoas com mobilidade condicionada 	<ul style="list-style-type: none"> Mobilidade reduzida Isolamento Insegurança na travessia das ruas Dificuldade de autonomia das pessoas com mobilidade condicionada

FONTE: Inquérito online às Instituições (N = 12)

EMPREGO		
Problemas	Causas	Consequências
Desemprego de longa duração	<ul style="list-style-type: none"> Baixa formação escolar e profissional 	<ul style="list-style-type: none"> Pobreza Exclusão social Baixa auto-estima
Precariedade laboral e falta de empregos	<ul style="list-style-type: none"> Crise económica Falta de oportunidades Inexistência de emprego acompanhado Baixas qualificações 	<ul style="list-style-type: none"> Desmotivação Precariedade social e económica Famílias com baixos rendimentos Falta de auto-estima Fracas condições habitacionais
Desemprego jovem	<ul style="list-style-type: none"> Mercado de trabalho precário Dificuldades na procura ativa de emprego Incentivos estatais insuficientes para o primeiro emprego 	<ul style="list-style-type: none"> Carências económicas Exclusão social Desaproveitamento de jovens qualificados
Falta de respostas integradas, que envolvam o tecido empresarial, para o apoio à procura ativa de emprego	<ul style="list-style-type: none"> Falta de articulação entre atores 	<ul style="list-style-type: none"> Desemprego Carências económicas Assistencialismo (banco alimentar, banco da roupa)
Falta de competências para o acesso ao mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> Desadequação das competências Falta de habilitações 	<ul style="list-style-type: none"> Desemprego Carências económicas

Fonte: Inquérito online às Instituições (N = 11)

INCLUSÃO SOCIAL		
Problemas	Causas	Consequências
Pobreza envergonhada (ex. bairros BIP-ZIP)	<ul style="list-style-type: none"> Alteração das condições socioeconómicas Autoexclusão social 	<ul style="list-style-type: none"> Isolamento Insalubridade nas habitações
Exclusão e autoexclusão	<ul style="list-style-type: none"> Diferenças sociais e culturais 	<ul style="list-style-type: none"> Baixa auto-estima Relações conflituosas Ausência de interações
Problemas socioeconómicos em alguns bairros da Freguesia	<ul style="list-style-type: none"> Falta de recursos 	<ul style="list-style-type: none"> Desigualdade Exclusão social
Exclusão de minoria étnicas e imigrantes	<ul style="list-style-type: none"> Preconceitos 	<ul style="list-style-type: none"> Segregação
Exclusão social de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade	<ul style="list-style-type: none"> Falta de recursos Desestruturação familiar Desemprego prolongado Toxicodependência Falta de apoio familiar 	<ul style="list-style-type: none"> Desigualdade Exclusão social
Pessoas com deficiência motora, intelectual e com necessidades educativas especiais sem acompanhamento adequado	<ul style="list-style-type: none"> Ausência de saúde 	<ul style="list-style-type: none"> Dificuldade de integração em escolas e instituições
Pessoas sem abrigo	<ul style="list-style-type: none"> Desestruturação familiar Desemprego prolongado Toxicodependência Falta de apoio familiar para problemas graves (ex. gravidez juvenil, delinquência, desemprego prolongado) 	<ul style="list-style-type: none"> Exclusão social¹³
Desconhecimento da população das respostas que existem na Freguesia	<ul style="list-style-type: none"> Falta de divulgação 	<ul style="list-style-type: none"> Lacunas na inclusão social
Dificuldade de acesso à habitação	<ul style="list-style-type: none"> Rendas muito altas Casas devolutas não aproveitadas para arrendamento ou canalizadas para o turismo temporário 	<ul style="list-style-type: none"> Descentralização da população jovem Seniores e famílias a viver em habitações degradadas

Fonte: Inquérito online às Instituições (N = 10)

ÁREA TRANSVERSAL

ARTICULAÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES E COMUNICAÇÃO ENTRE <i>STAKEHOLDERS</i>		
Problemas	Causas	Consequências
Falta de comunicação (ou pouco eficaz) entre as entidades	<ul style="list-style-type: none"> Falta de cultura de trabalho em rede Recente reorganização administrativa Multiplicidade de linguagem e modelos de ação das entidades 	<ul style="list-style-type: none"> Duplicação de respostas Redução dos apoios à intervenção e da qualidade do trabalho desenvolvido
Falta de colaboração e articulação entre entidades	<ul style="list-style-type: none"> Falta de cultura de trabalho em rede Falta de iniciativa para iniciar a articulação e/ou pouca abertura para as novas iniciativas Competitividade e concorrência entre entidades 	<ul style="list-style-type: none"> Competitividade Duplicação de respostas Repetição do ciclo da pobreza
Multiplicidade de atores com interesses e objetivos diferentes	<ul style="list-style-type: none"> Múltiplas naturezas das instituições Falta de cultura de trabalho em rede 	<ul style="list-style-type: none"> Perda de valências e parcerias relevantes
Desconhecimento das entidades que atuam no território e das suas áreas de intervenção	<ul style="list-style-type: none"> Falta de comunicação e espaços de encontro Inexistência de base de dados e partilha de informação 	<ul style="list-style-type: none"> Duplicação de respostas Falta de sinergias entre as entidades Não otimização de recursos
Falta de tempo dos RH das entidades para garantir a articulação e comunicação entre elas	<ul style="list-style-type: none"> Entidades com RH limitados Ausência de uma coordenação que promova a articulação e comunicação 	<ul style="list-style-type: none"> Incapacidade de colaboração entre entidades Ineficiência na partilha de recursos
Dificuldade de acesso à informação sobre serviços, eventos e atividades culturais presentes na Freguesia	<ul style="list-style-type: none"> Ausência de locais e meios (ex. newsletter) para a divulgação Não utilização de redes de comércio local para o efeito 	<ul style="list-style-type: none"> Desconhecimento das oportunidades locais (ex. CAO para surdo cegos) Reduzida adesão da população da Freguesia aos eventos locais Isolamento
Insuficiente articulação interinstitucional e entre áreas de intervenção diferente (ex. desporto e educação formal, cultura e idade maior) com vista à promoção de respostas integradas	<ul style="list-style-type: none"> Falta de comunicação entre entidades Desconhecimento das respostas institucionais disponíveis 	<ul style="list-style-type: none"> Perda de parcerias relevantes e respostas inovadoras Duplicação de respostas Não rentabilização dos serviços existentes

FONTE: Inquérito online às Instituições (N = 20)

CONTACTOS

EMPRESA

LOGFRAME

Consultoria e Formação, Lda

ENDEREÇOS

s.: www.logframe.pt

e.: logframe@logframe.pt

t.: (+351) 913 705 462

DIREÇÃO

m.: Rua Almeida e Sousa,

nº23, 6ºB / 1350-006

Lisboa, Portugal

COORDENADOR DO PROJETO

Paulo Teixeira

[Sócio-Gerente]

e.: paulo.teixeira@logframe.pt

t.: (+351) 913 705 462

